

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Daniel Jorge Salles de Freitas

**A OCUPAÇÃO PELA TV:
mediações televisivas e a operação das Forças de Segurança Pública
no Complexo de Favelas do Alemão e Vila Cruzeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Moysés Gaio

Juiz de Fora - 2012

Daniel Jorge Salles de Freitas

**A OCUPAÇÃO PELA TV:
mediações televisivas e a operação das Forças de Segurança Pública
no Complexo de Favelas do Alemão e Vila Cruzeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Moysés Gaio

Juiz de Fora – 2012

Freitas, Daniel Jorge Salles de.

A ocupação pela TV : mediações televisivas e a operação das forças de segurança pública no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro / Daniel Jorge Salles de Freitas. – 2012.

215 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Meios de comunicação de massa. 2. Segurança pública. 3. Medo. 4. Crime. I. Título.

CDU 659.3:008

Daniel Jorge Salles de Freitas

**A OCUPAÇÃO PELA TV:
mediações televisivas e a operação das Forças de Segurança Pública
no Complexo de Favelas do Alemão e Vila Cruzeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Moysés Gaio (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Vaz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Rogéria Campos de Almeida Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

À memória do professor Gilberto Salgado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Agradeço à Secretaria de Assistência Social de Lima Duarte e à Escola Estadual Maria Ilydia Resende de Andrade, instituições que me apoiaram e incentivaram quando do meu ingresso no mestrado.

Agradeço ao CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, que valorizou a minha atuação profissional e deu condições para que eu pudesse cursar todo o mestrado.

Especialmente agradecido ao professor André Moysés Gaio, que me admitiu como orientando em um momento difícil e, com paciência e dedicação, orientou o desenvolvimento do meu trabalho.

Ao saudoso professor Gilberto Barbosa Salgado, minha eterna gratidão. Sem a sua imensa ajuda e apoio eu não teria alcançado muitas coisas que hoje valorizo como realizações acadêmicas, profissionais e mesmo pessoais.

Aos professores Paulo Roberto Figueira Leal, Marcella Beraldo de Oliveira, Rogéria Campos Dutra e Paulo Roberto Gibaldi Vaz, que em momentos distintos, me auxiliaram a compreender melhor determinadas questões trabalhadas em minha pesquisa.

Agradeço aos meus amigos Amanda Gomes Pereira, Vanessa Silva de Faria, Leandro Pereira Matos e Daniel Albergaria da Silva, que ajudaram muito a enriquecer as discussões e as perspectivas trabalhadas nessa dissertação.

Um agradecimento especial à Daniela Toledo, a quem devo a sugestão fundamental que deu ensejo à essa pesquisa.

Agradeço muito todo o apoio fundamental dos meus pais e meus irmãos, e em especial ao meu irmão Alexandre Freitas pelo seu auxílio infalível nos momentos em que eu mais precisava.

À Carla, agradeço por todo carinho e compreensão que foram meu alento durante todo esse tempo.

RESUMO

Nas sociedades democráticas contemporâneas o medo tem produzido importantes efeitos nas formas como o público percebe questões ligadas ao crime e à segurança pública. Mais do que uma simples emoção, em tais sociedades o medo do crime se configura como uma perspectiva de mundo, ou seja, uma maneira naturalizada através da qual as pessoas definem a realidade em que vivem e orientam as suas condutas. Sob a orientação teórica do Interacionismo Simbólico, este trabalho analisa o papel dos meios de comunicação de massa no processo de transformação do medo do crime em uma perspectiva de mundo. Os meios de comunicação são compreendidos como fontes simbólicas privilegiadas a partir das quais o público define situações e constrói a realidade. A mediação entre as representações do crime nos meios de comunicação e as percepções da audiência de massa é mediada por formatos comunicacionais que se baseiam em perspectivas de medo e insegurança, o que, segundo o sociólogo David Altheide, conduz a um processo social que ele identifica “política do medo”: a naturalização de uma perspectiva de realidade na qual o crime é percebido como um fator em descontrole, uma ameaça constante à segurança pessoal dos indivíduos que, por sua vez, passam a demandar do poder público intervenções mais duras e punitivas em relação à criminalidade e a apoiar medidas típicas do populismo penal. A fim de identificar a existência de elementos característicos desse processo no Brasil, é feita uma análise interpretativa da cobertura televisiva da Rede Globo da ocupação policial do Complexo de Favelas do Alemão e Vila Cruzeiro no Rio de Janeiro em 2010. A abordagem da pesquisa segue o conjunto de orientações metodológicas sugerido por David Altheide para a realização do que ele denomina “Análise Etnográfica de Documentos”, e leva à conclusão de que o medo do crime ocupa importante lugar na percepção da realidade do público brasileiro e repercute em aspectos importantes da vida social, destacadamente nas expectativas quanto à atuação do Estado na área da segurança pública.

Palavras-chave: Meios de comunicação de massa; Segurança Pública; Medo; Crime; Política do Medo; Interacionismo Simbólico; Complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro.

ABSTRACT

In contemporary democratic societies, fear has produced important effects in the ways public perceives issues related to crime and public safety. More than a simple emotion, in such societies the fear of crime became a perspective, a take-for-granted form through which people see the world, define reality in which they live and direct their conducts. Under the guidance of Symbolic Interactionism, this work analyzes the role of mass media in this changing process of fear of crime in a way to comprehend the world. The media are understood as privileged symbolic sources by which the public defines situations and constructs the reality. The mediation between the representations of crime in the media and the perceptions of the audience is made by communicational formats based on fear and insecurity prospects, which, according to sociologist David Altheide, leads to a social process he calls "politics of fear": the naturalization of a definition of reality in which crime is perceived as a factor out of control, a constant threat to the personal safety of individuals who, in turn, begin to demand government interventions tougher e more punitive in relation to crime, and support typical measures of penal populism. In order to identify the existence of characteristic elements of this process in Brazil is made an interpretive analytics of the TV Globo coverage of police occupation of Alemão and Vila Cruzeiro slums in Rio de Janeiro in 2010. The research approach follows the set of methodological guidelines suggested by David Altheide to the realization of what he calls "Ethnographic Analysis of Documents", and leads to the conclusion that the fear of crime occupies important place in the brazilian public's perception of reality, what reflects on important aspects of social life, notably in State's actions in public safety.

Keywords: Mass Media; Public Security; Fear of Crime; Politics of Fear; Symbolic Interactionism; Alemão and Vila Cruzeiro Slums.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1 – OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	10
CAPÍTULO 2 - CRIME E MEDO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	35
CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DO CRIME NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E A POLÍTICA DO MEDO.....	57
CAPÍTULO 4 – APRESENTANDO A PESQUISA: O CASO DO MORRO DO ALEMÃO E AS REPRESENTAÇÕES TELEVISIVAS	78
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	90
CAPÍTULO 6 - A COBERTURA DA CRISE: DESCRIÇÃO INFORMADA TEORICAMENTE	101
CAPÍTULO 7 - APRIMORAMENTO CONCEITUAL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
BIBLIOGRAFIA	146
ANEXOS – Protocolos da pesquisa.....	150

Introdução

Em novembro de 2010, o confronto entre forças de segurança e traficantes no Rio de Janeiro recebeu grande atenção dos meios de comunicação de massa e mobilizou intensamente as atenções do público brasileiro. Em ações presumidamente comandadas por presos em presídios federais de segurança máxima, veículos começaram a ser incendiados por toda a região metropolitana do Rio de Janeiro. As forças policiais do estado se mobilizaram para reagir aos ataques e, contando com o auxílio das forças armadas, ocuparam a favela conhecida como Vila Cruzeiro e o Complexo de Favelas do Alemão – supostos redutos dos traficantes que estavam realizando as ações na cidade.

Esses acontecimentos foram largamente registrados pela imprensa, destacadamente a televisiva, que realizou uma cobertura espetacular da crise. Contando com uma grande equipe de reportagem e com equipamentos capazes de registrar imagens e sons com alta qualidade, a cobertura da Rede Globo foi particularmente marcante – obtendo, inclusive muitas cenas exclusivas e que foram de grande importância para a própria sequência de acontecimentos. Mas muito mais do que um simples relato dos fatos, a cobertura televisiva se caracterizou por ser um espetáculo de reafirmação da ordem e de celebração emocional da vitória do Estado sobre o crime. A insegurança e o medo do crime e as expectativas da audiência de massa em relação à segurança pública e à atuação do poder público foram articulados durante toda a cobertura, deixando claro que o crime é uma questão capaz de mobilizar o público brasileiro em torno de certas perspectivas compartilhadas de mundo que dão sustentação a certas manifestações públicas conservadoras ou mesmo reacionárias. Esse trabalho aborda a cobertura televisiva feita pela Rede Globo da ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo de Favelas do Alemão tendo em vista analisar o papel simbólico do medo do crime na percepção de mundo do público de massa brasileiro.

Para tanto, em primeiro lugar, procura-se esclarecer a maneira como as interações simbólicas entre o público e os meios de comunicação de massa são processos importantes de construção e sustentação de uma noção de “realidade”. Isso deixa claro que esse trabalho refuta desde o princípio as perspectivas e teorias positivistas segundo as quais a realidade seria um dado pré-existente às experiências dos indivíduos. Ao desconsiderar que a realidade seja uma construção social a perspectiva positivista impede que se perceba uma série de questões fundamentais para se compreender a maneira como o medo do crime se articula com outras percepções sociais e participa dos processos de definição de situação

que sustentam uma noção de realidade social. É um recurso comum em tal tipo de abordagem a identificação de um padrão geral de representação nos meios de comunicação, e um contraposição desse padrão com aquilo que se considera “o crime real” – geralmente dado pelas as taxas oficiais de criminalidade. Definitivamente não é essa a proposta desse trabalho. O que se pretende aqui é observar de que maneira a percepção do crime como um problema que caracteriza o cotidiano urbano se torna em elemento fundamental para o desenvolvimento de certo tipo de sociabilidade e de manifestações políticas específicas. E isso é feito a partir da perspectiva do interacionismo simbólico.

Assumir a perspectiva do interacionismo simbólico significa partir do princípio de que a realidade é uma construção social, e que é a interação simbólica que dá origem aos sentidos que as pessoas atribuem aos objetos e situações que experimentam. Dessa maneira, entende-se que aquilo que as pessoas percebem como “realidade” é o que emerge das interações simbólicas nas quais estão envolvidas, sendo que elas orientam suas condutas a partir do que elas admitem como real. Portanto, uma ideia central nesse trabalho é a de “definição de situação”, ou seja, a perspectiva de que as pessoas empregam alguns símbolos para construir e atribuir sentidos aos acontecimentos com que se deparam, e a partir dessa definição orientam a sua conduta. Daí a importância de observar como se dá a interação simbólica para se compreender como os agentes definem as situações e dirigem suas ações.

O interacionismo simbólico entende a vida social como uma experiência comunicada – afinal, os símbolos entram em interação através da comunicação. Entretanto, ainda que não tenha ignorado completamente outras formas de interação e comunicação¹, o interacionismo tradicional sempre privilegiou as interações do tipo face-a-face. No mundo contemporâneo onde as interações simbólicas se tornam cada vez mais mediadas por diversas instâncias que não apenas a experiência individual é necessário que, enquanto perspectiva teórica e metodológica, o interacionismo simbólico expanda seus limites e busque ir além das fronteiras originais delimitadas pela sua tradição. Dessa forma, esse trabalho também incorpora as críticas de Norman K. Denzin ao interacionismo tradicional e sua proposta de congregar ao interacionismo outras perspectivas e orientações que lhe permitam continuar sendo uma forma válida de abordar questões relevantes para a sociedade pós-moderna. É essa proposta, aliás, que permite analisar os meios de

¹ Norman K. Denzin destaca alguns trabalhos da tradição interacionista que abordam outras formas de comunicação no capítulo 5 da obra “Symbolic Interactionism and Cultural Studies” (DENZIN, 1995)

comunicação de massa contemporâneos como importantes fontes simbólicas por onde flui uma enorme variedade de símbolos – principalmente linguagem e imagens – a partir dos quais as pessoas definem situações. Naturalmente, a experiência direta não deixa de ser importante, mas ela passa a ser uma esfera para onde convergem cada vez mais “conhecimentos de 2ª mão”, ou seja, nas experiências pessoais os símbolos oriundos de experiências mediadas se tornam mais proeminentes.

Além da importância da esfera comunicacional de massa enquanto fonte de símbolos, há um outro aspecto fundamental para o qual o interacionismo simbólico contemporâneo chama atenção: os formatos comunicacionais. O sociólogo norte-americano David L. Altheide, propondo essa expansão da perspectiva interacionista até novas fronteiras, destaca a importância das formas e dos formatos de massa para a comunicação cotidiana na sociedade contemporânea. Atentar para o papel dos formatos implica em reconhecer que a interação simbólica não se dá de forma totalmente livre: as formas de comunicação exercem um papel fundamental nos processos de definição de situação e de construção da realidade. No caso do noticiário, os formatos se referem à maneira como uma história é contada, e envolvem basicamente três elementos fundamentais: enquadramento (ou seja, a perspectiva pela qual se aborda o caso e que delimita o que será discutido, como será discutido e, principalmente, como não será discutido), tema (a apresentação de uma notícia dentro de uma categoria temática que possa ser prontamente reconhecida pela audiência), e discurso (o tipo de linguagem específica com que se fala de cada assunto). No noticiário esses três elementos são formas de organizar os símbolos, de estabelecer esquemas interpretativos que naturalizam a lógica comunicacional de massa e a aproximam da comunicação cotidiana.

As sociedades ocidentais contemporâneas se caracterizam pela presença disseminada de meios de comunicação de massa - principalmente de meios eletrônicos. A ideia de uma “cultura da mídia”, sugerida por Douglas Kellner, é uma proposta de descrever esse contexto social onde, para além de meros suportes culturais, os meios de comunicação de massa passam a configurar a própria cultura. Nesse sentido, entende-se que na comunicação de massa são articulados valores e perspectivas culturais importantes através dos quais a audiência atribui e compartilha determinados significados que sustentam uma perspectiva de realidade.

Levando isso em consideração, esse trabalho pretende contribuir para a compreensão da maneira como os meios de comunicação de massa brasileiros articulam

representações e percepções do público em relação ao crime. O noticiário televisivo foi escolhido por ocupar uma posição especial nessa “cultura da mídia”: trata-se de um produto comunicacional que se apresenta como uma forma legítima de conhecimento da realidade – ou seja, de construção da realidade. Para grande parte do público, muitos acontecimentos são conhecidos apenas através do noticiário, sendo que a única “realidade” de determinados fatos é aquela que se pode construir a partir de sua apresentação no noticiário, pois a experiência direta dos mesmos não está disponível a todos². No caso da criminalidade, é possível observar que a nova experiência do crime (ou seja, a presença naturalizada do crime como um dos fatores que devem ser levados em consideração na organização das rotinas dos indivíduos) e as experiências mediadas por meio do noticiário promovem uma percepção de mundo na qual a realidade é repleta de perigos e ameaças, onde todos são vítimas do crime, ainda que potenciais, e o medo é um elemento constante. Essa percepção de mundo também enseja reações políticas que se manifestam de várias maneiras, e que se articulam na esfera cultural pós-moderna. Ou seja, a análise dos meios de comunicação permite-nos observar aspectos importantes do comportamento do público em relação ao crime e à segurança pública, bem como às expectativas de atuação do poder público em relação ao problema. Afinal, os meios de comunicação de massa não determinam a percepção do público sobre o crime, nem tampouco simplesmente reproduzem de forma neutra e objetiva a opinião pública; antes, entre os meios de comunicação de massa e a audiência há uma relação reflexiva e circular, sendo que independentemente dos conteúdos, importa mais observar a maneira como convergem os formatos através dos quais os temas são articulados.

O foco desse trabalho na cobertura da Rede Globo da ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo de Favelas do Alemão não significa que se atribua a esse acontecimento em particular qualquer papel especial na forma como o público de massa percebe e o crime, a atuação das forças de segurança ou o papel do Estado. A escolha da cobertura desse acontecimento se justifica na medida em que ela permite uma observação sequencial que revela uma série de aspectos recorrentes na forma como o medo do crime se articula nos formatos comunicacionais como em definições de situação e comportamentos do público de massa. Ou seja, a cobertura televisiva da ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do

² Wilson Gomes, por exemplo, analisa a relação entre o campo político e os meios de comunicação de massa, notando que para a maior parte do público de massa a única forma de política que existe é aquela veiculada nos meios de comunicação, sendo que todas as demais dimensões da política – negociação, acordos, debates – são desconhecidas da audiência por não terem a visibilidade pública dos meios de comunicação (GOMES, 2007).

Alemão permite observar com maior clareza percepções sociais que se encontram diluídas no noticiário diário, nas conversas cotidianas, ou nas representações do crime, dos órgãos de segurança e do Estado. A cobertura da ocupação se revela uma oportunidade propícia para analisar as formas pelas quais os produtos televisivos interagem simbolicamente com a audiência e participam dos processos de definição de situação mediando as experiências que o público tem dos acontecimentos através de formatos comunicacionais – ou esquemas de interpretação simbólica.

Adotar a perspectiva do interacionismo simbólico significa também adotar formas específicas de abordar o problema proposto. Se as formas pelas quais o pesquisador conhece aquilo que está pesquisando devem ser coerentes com a sua proposta, um trabalho cuja inspiração pretenda ser a perspectiva interacionista não poderia se fundamentar em técnicas e métodos quantitativos que são tão comuns em pesquisas sociológicas sobre os meios de comunicação de massa – a forma tradicional de análise de conteúdo. E isso, simplesmente, por que eles nada têm a dizer sobre as questões de interesse do interacionismo simbólico. O tipo de abordagem metodológica adotada por esse trabalho se baseia num conjunto de técnicas e métodos sugeridos por David Altheide e reunidos sob a proposta de uma *análise qualitativa de conteúdo*, ou ainda, *análise etnográfica de documentos*. Trata-se de uma forma de abordagem desenvolvida pelo autor durante anos de pesquisa com produtos comunicacionais de massa – principalmente com produtos da televisão, e que pretende tornar possível a investigação dos meios de comunicação de massa eletrônicos pela perspectiva do interacionismo. A proposta desse tipo de abordagem é evitar que os acontecimentos que se investiga sejam explicados por fatores alheios a eles. Ou seja, trata-se de uma análise que aborda os elementos “por dentro”, que deixa os objetos falarem e faz emergir dos próprios dados as principais explicações sobre aquilo que se pesquisa.

Ao final da pesquisa, é possível observar uma forte relação entre a interpretação e atribuição de sentido à ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro e uma perspectiva de mundo, confirmada pelos formatos das notícias, caracterizada pela naturalização do crime como uma ameaça constante à segurança pública e à ordem social (identificada, como se verá, como uma “política do medo”). Os formatos das notícias, aliás, foram de grande importância para a atribuição de sentido aos eventos, e sustentaram certas manifestações reacionárias que poderiam ser muito bem descritas como características de um tipo de populismo penal que parece se tornar cada vez mais presente

em muitas ações de segurança pública no Brasil (ainda que não em todas). Ou seja, muitas ações e medidas em segurança pública seriam tomadas tendo em vista atender muito mais às emoções e sentimentos imediatos de punição e vingança do público de massa, motivados pela insegurança e medo do crime, do que aos preceitos de alguma perspectiva criminológica que oriente o funcionamento do sistema de justiça criminal ou mesmo de algum projeto de política de segurança pública que fosse além do mero senso-comum. A celebração televisiva da vitória das forças de segurança sobre o tráfico na Vila Cruzeiro e no Complexo de Favelas do Alemão – identificado como “crime organizado” – foi representada como a própria vitória do Estado contra o crime no Brasil. Ou seja, foi um espetáculo de celebração da força do Estado, da capacidade do Estado brasileiro impor a sua autoridade e soberania e proteger a Sociedade da ameaça do crime. Como será visto, a cobertura da Rede Globo da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro pode ser entendida fundamentalmente como uma representação ou uma manifestação contrária à algumas tendências características da pós-modernidade que geram insegurança e ansiedade no público e ocasionam a sensação de um “mundo em descontrole”.

A noção de “crime” utilizada nesse trabalho não é uma definição estritamente jurídica. Pelo contrário, procurando manter a coerência com a proposta metodológica, procura-se empregar a noção de crime de uma maneira que corresponda a fluidez dos seus significados nos meios de comunicação de massa. Assim, a noção de “crime” se refere à ilegalidade, mas remete principalmente à construções simbólicas mais fortemente associadas à violência física, ameaça à integridade corporal ou à vida. Residualmente, associa-se também à símbolos ligados à questões relacionadas às drogas. No caso específico da cobertura da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro, por exemplo, a categoria “crime” foi associada ao tráfico de drogas, expressamente referido como “crime organizado” – o que terá importantes implicações nos formatos das notícias e nos processos de atribuição de sentido aos acontecimentos.

Por fim, a pesquisa permite observar em que medida o discurso sobre segurança pública no Brasil se configura como o próprio discurso do medo do crime, e nutre no público de massa expectativas de reafirmação (muitas vezes violentas) da autoridade do Estado soberano e da sua capacidade de impor (muitas vezes pela força) o respeito à ordem pública, servindo como o guardião que mantém a sociedade livre da ameaça representada pelo crime.

Os três primeiros capítulos desse trabalho são dedicados à fundamentação teórica. O primeiro capítulo é dedicado à discussão sobre a relação entre os meios de comunicação de massa e as formas como as pessoas percebem o mundo nas sociedades contemporâneas. A partir de uma abordagem teórica discute-se de que maneira os meios de comunicação de massa, através de seus dispositivos tecnológicos e de suas linguagens, configuram o ambiente cultural pós-moderno, impactando diversas atividades sociais e também criando outras novas, todas relacionadas à lógica comunicacional de massa. Argumenta-se que nesse contexto os meios de comunicação tornam-se uma poderosa referência simbólica para as definições de situação, não tanto por seus conteúdos, mas principalmente por seus formatos – que passam a ser reconhecidos pelo senso comum como formas naturalizadas de comunicação. Os principais autores sobre os quais o capítulo se apoia são David Altheide (destacadamente pelas noções de ecologia da comunicação e lógica midiática), Ray Surette (principalmente pelos conceitos de “realidade experienciada” e “fontes de realidade simbólica socialmente adquirida”) e Wilson Gomes (sobretudo pela análise das transformações na indústria e no campo da comunicação de massa, e dos impactos e limitações da sua lógica sobre o funcionamento das instituições sociais).

O capítulo 2 aborda questões ligadas ao lugar simbólico do crime na sociedade contemporânea. Além de uma nova experiência coletiva do crime, no mundo contemporâneo o crime também é um tema que canaliza uma série de angústias e incertezas típicas das transformações que caracterizam pós-modernidade, e acaba por se configurar como uma questão central tanto na organização da vida cotidiana quanto na própria forma de relação do público de massa com o Estado. Através da ideia de populismo penal, será visto como nas últimas décadas o campo do controle do crime passou por significativas alterações em diversos países democráticos ocidentais, e como as emoções e sentimentos punitivos e vingativos do público de massa passaram a ser mobilizados politicamente nesse processo. Entre os autores sobre os quais se apoia a linha argumentativa deste capítulo, destacam-se principalmente David Garland e John Pratt.

No capítulo 3 analisa-se a relação intrínseca entre aquilo que identifica por “política do medo” (a perspectiva de que a realidade social contemporânea é marcada por risco e perigos constantes que se concretizam sob formas criminais que podem vitimizar qualquer pessoa a qualquer momento) e as representações do crime nos meios de comunicação de massa, particularmente no setor informativo. Essa relação é apontada como uma característica cultural das sociedades contemporâneas que permite a emergência

de um populismo penal nas democracias ocidentais. Argumenta-se que através dos meios de comunicação são articulados sentimentos e emoções do público de massa, sendo que muitos episódios criminais se tornam espetáculos institucionais de reafirmação da ordem e da autoridade do Estado, mobilizando o público de massa em torno de perspectivas reacionárias. Nota-se também que, mesmo nos contextos locais onde o populismo penal não atingiu graus mais altos, a política do medo opera no sentido de informar uma perspectiva de mundo cujo sentido é dado pelo medo, risco e perigo. Entre os principais autores mobilizados nesse capítulo, destacam-se principalmente David Altheide e Robert Reiner.

No capítulo 4, as principais conclusões dos três capítulos anteriores, que fundamentam teoricamente a pesquisa, são destacadas e mobilizadas numa discussão sobre as representações comunicacionais de massa do crime no Brasil. A partir dessa discussão, a proposta da pesquisa da cobertura televisiva da Rede Globo da ocupação do Complexo de Favelas do Alemão e Vila Cruzeiro é apresentada e justificada. A pesquisa é identificada como uma proposta que permite observar certas características típicas da política do medo são articuladas publicamente nos meios de comunicação de massa brasileiros.

A perspectiva interacionista e a orientação metodológica do trabalho são debatidas no quinto capítulo. Primeiramente, é apresentada a discussão sobre o Interacionismo Simbólico na contemporaneidade proposta por Norman K. Denzin, e sua proposta de expansão das suas fronteiras. Em seguida é situada a orientação metodológica da pesquisa, enfatizando as técnicas e métodos de abordagem sugeridos por David Altheide e identificados como uma Análise Qualitativa de Conteúdo, ou ainda, Análise Etnográfica de Documentos. Por fim, são apresentadas as técnicas de abordagem e de análise dos dados especificamente utilizadas na pesquisa.

Os capítulo 6 e 7 se referem à pesquisa em si. O capítulo 6 apresenta uma descrição da cobertura televisiva da crise no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro feita pela Rede Globo. A proposta é que seja uma “descrição densa”, baseada nos dados colhidos nos materiais selecionados e transformados em documentos conforme as técnicas e métodos adotados. Em primeiro lugar, são apresentadas as características do evento que repercutiram nos formatos empregados pela cobertura. Em seguida, são apresentadas algumas características da própria cobertura a partir de alguns elementos de destaque observados a partir dos dados. No capítulo 7 essa descrição densa será submetida a um refinamento conceitual, conforme a orientação metodológica. É feita uma revisão dos

dados colhidos na pesquisa procurando analisar e interpretar as informações de forma sistemática, informada tanto pela literatura sobre o tema quanto, principalmente, pelo que emerge dos dados. Trata-se agora, portanto, de um aprimoramento conceitual das observações feitas, e não mais de uma descrição do que foi observado.

Por fim, são feitas as considerações finais do trabalho. Ao final, em anexo, constam os protocolos utilizados na realização da pesquisa. Cada segmento da cobertura analisada foi também submetido a um registro de algumas das suas principais características, que são os protocolos. Nos protocolos constam dados técnicos do segmento (como dia, programa, duração e título, por exemplo) e também categorias de dados sugeridas tanto pela literatura como aquelas que emergiram da interação do pesquisador com os materiais pesquisados. Além disso, cada protocolo traz uma breve descrição do segmento a qual se refere.

CAPÍTULO 1 – OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Nas sociedades de massa contemporâneas, uma grande parte dos acontecimentos que os indivíduos vivenciam se caracterizam por não serem experiências diretas, mas mediadas pelas imagens, linguagens e perspectivas dos meios de comunicação. Dessa maneira, uma grande parte do conjunto simbólico a partir do qual o mundo é compreendido deriva da interação do público com os *mass media*.

Um dos pressupostos teóricos que orienta este trabalho parte da idéia de que o mundo social é um mundo construído a partir do compartilhamento de significados simbólicos entre os indivíduos. Ao contrário das abordagens positivistas, para as quais os significados dos acontecimentos estariam baseados na própria realidade concreta do mundo - e, portanto, independentes dos processos de interação simbólica -, entende-se aqui que os sentidos que as pessoas atribuem ao mundo, aos acontecimentos e às coisas com que se defrontam nas suas vidas cotidianas não existem no próprio mundo ou nas coisas em si mesmas, mas antes, são fruto de um processo de interação de símbolos e idéias articulados no processo de interação social. Em outros termos, corresponde a afirmar que os significados são socialmente construídos, e aquilo que é definido como “realidade” pelas pessoas é o resultado do emprego comum de um conjunto de significados compartilhados em interações simbólicas (SURETE, 1997). O que as pessoas percebem como “realidade” é aquilo que emerge dos processos de interação simbólica.

A vida social é uma experiência comunicada. A idéia-chave para compreendermos o processo através do qual a realidade é construída é a de “definição de situação”, segundo a qual as pessoas orientam suas ações com base no que definem como real. A importância da ideia de definição de situação está ligada à proposta teórica de W. I. Thomas, segundo a qual a definição do que é real não é fixa nem pré-existente: as pessoas definem as situações nos próprios processos de interação simbólica em que estão envolvidas, e geralmente estas definições refletem o contexto em que se dá a interação e também pressuposições sobre ordem, realidade e normalidade (ALTHEIDE, 2009). A afirmação de Thomas segundo a qual “quando os homens definem algo como real, aquilo é real em suas consequências” implica em considerar que é nas interações que os indivíduos interpretam e definem as situações e estabelecem sentidos para os acontecimentos, de modo que quando um significado é compartilhado, tem-se uma

realidade que é reconhecida pelos agentes envolvidos no processo interativo. De acordo com Thomas, antes de qualquer ação existe uma definição de situação que estabelece as direções da ação.

Preliminary to any self-determined act of behavior there is always a stage of examination and deliberation which we may call 'the definition of the situation'. And actually not only concrete acts are dependent of the definition of the situation, but gradually a whole life-policy and the personality of the individuals himself follow from a series of such definitions. (THOMAS, 1923)

As condutas dos indivíduos são orientadas em relação àquilo que definem como sendo real, e na medida em que isso se dá a partir do compartilhamento de símbolos, trata-se de um processo que envolve, necessariamente, aspectos comunicacionais. É justamente por isso que os meios de comunicação desempenham um papel crucial nas sociedades de massa: eles contribuem significativamente para as definições de situação na vida social colocando em circulação e normalizando uma série de elementos simbólicos e perspectivas de realidade que são empregados pelos indivíduos no seu cotidiano. Vários pesquisadores apontam que tais elementos são articulados pelos meios de comunicação de massa por meio de usos específicos de símbolos – especialmente linguagem e imagens. Nesse sentido, enquanto produtos comunicacionais, tanto o noticiário quanto a cultura popular interagem com a audiência através de determinados elementos simbólicos que são empregados no processo interpretativo de compreensão do mundo a partir de certas perspectivas. Como a realidade não é algo exterior que possa ser descrita e apreendida independentemente da atribuição de sentidos simbólicos que as pessoas lhe dão, os conceitos e categorias que os meios de comunicação empregam não devem ser vistos como meros instrumentos de expressão ou descrição, mas como potências criadoras daquilo que admitimos como realidade - assim como, aliás, é toda linguagem (EDELMAN, 2001). Por essa razão, ainda que as produções do setor do entretenimento possam parecer mera ficção ou que os produtos do setor informativo se apresentem como uma descrição de fatos objetivos do mundo real “tal como ele é”, deve-se percebê-los antes de tudo como importantes fontes para a construção e sustentação (e também para a transformação) de sentidos compartilhados que sinalizam aos indivíduos o que é a realidade, a ordem e a normalidade do mundo em que vivem. Num ambiente social onde os indivíduos têm cada vez mais informação sobre acontecimentos e circunstâncias dos quais não tiveram

nenhuma experiência direta, são os meios de comunicação que fazem a mediação dos processos de interação simbólica a partir dos quais a “realidade” será definida.

O fato de que nas sociedades de massa a experiência direta de muitos acontecimentos não está acessível para as pessoas e que a percepção do que “é” o mundo é informada em grande medida pelos meios de comunicação de massa não significa de modo algum que as experiências diretas deixam de ser importantes. Pelo contrário, a experiência pessoal ou “realidade experienciada” (SURETE, 1997) pode ser considerada como a primeira fonte de construção e de atribuição de significados. Apesar das experiências diretas serem relativamente limitadas e numericamente inferiores quando comparadas às experiências mediadas que os indivíduos vivenciam, elas têm uma poderosa influência na construção da realidade. Na esfera da realidade experienciada de uma pessoa é que incidem também outras fontes simbólicas importantes, como família e amigos – que Surete denomina “outros significantes”; grupos e instituições sociais (tais como escola, igreja, agências governamentais); e também os meios de comunicação de massa (SURETE, 1997). A experiência direta, portanto, não perde a sua importância, mas se torna uma instância para onde afluem e onde é articulada uma quantidade cada vez maior de símbolos oriundos de outras fontes de conhecimento do mundo – fontes indiretas que podem ser chamadas de “fontes de realidade simbólica socialmente adquirida” (SURETE, 1997).

Entre as fontes de realidade simbólica socialmente adquiridas, os meios de comunicação têm uma participação de destaque no processo de compreensão do mundo. Entre os motivos para isso, existem duas grandes razões interligadas: primeiramente, as atividades sociais contemporâneas se tornaram tão intimamente ligadas aos meios de comunicação que se pode identificar um ambiente cultural marcado pela comunicação de massa. E em segundo lugar, a visibilidade pública no mundo atual se tornou fortemente vinculada à esfera comunicacional de massa, de maneira que o acesso aos meios de comunicação é uma condição importante para a publicidade em sociedades de massa. Vejamos mais detidamente cada um desses fatores e suas implicações.

Ecologia da Comunicação: a sociabilidade das sociedades de massas contemporânea

A primeira grande razão para que os meios de comunicação de massa se configurem como fontes privilegiadas de definição da realidade está ligada à sua participação cada vez maior no cotidiano. Primeiramente, a disseminação dos meios de comunicação de massa, mais do que informar os indivíduos sobre acontecimentos que eles

não vivenciam, reduz a própria necessidade de experiências diretas como fator necessário para o conhecimento do mundo. Ou seja, independentemente das suas experiências diretas, os indivíduos podem compartilhar uma determinada perspectiva de mundo com os demais, pois os símbolos que sustentam essa representação lhes chegam pelos meios de comunicação de massa de formas cada vez mais eficazes, constantes e sistemáticas. Como consequência, em muitos aspectos as experiências diretas no mundo contemporâneo se tornam menos relevantes para o dia-a-dia das pessoas e para a atribuição de sentido ao que acontece ao seu redor, pois experiências comunicacionais mediadas fornecem grande parte dos conteúdos e das formas necessárias para satisfazer as demandas cognitivas acerca do mundo. De acordo com Surete:

In modern, advanced, industrialized societies, with strong popular cultures, the mass media have emerged as a main engine in the social construction of reality process. In practical impact, the mass media have increase in importance as other sources are less available. (SURETE, 1997)

O fato das pessoas não vivenciarem pessoalmente muitos dos acontecimentos sobre os quais elas têm notícia através dos meios de comunicação pode ser considerado uma característica da sociabilidade da sociedade de massas, onde o conhecimento sobre o mundo proveniente das experiências imediatas e das relações de imersão corpórea é socialmente menos relevante do que aquele proveniente de experiências mediadas. Nesse sentido, o autor Wilson Gomes argumenta que em tais sociedades os elementos e conhecimentos fornecidos pelas experiências tangíveis dizem respeito cada vez mais à esfera privada dos indivíduos. Por outro lado, são experiências não-tangíveis, mediadas, que disponibilizam aos indivíduos os elementos necessários e importantes para a articulação na esfera pública³. Para o autor,

(...) o homem da sociedade de massa orienta a sua própria conduta e situa-se no mundo bem mais em função do quadro cotidiano da atualidade jornalística do que do círculo empobrecido, afetiva e gnosiologicamente, das suas relações tangíveis, imediatas. (GOMES, 2007)

Em suma, a maior parte daqueles símbolos por meio dos quais o público de massa orienta a sua percepção e define situações – principalmente na esfera pública – chega a ele

³ Isso não significa que os meios de comunicação de massa sejam mais importantes na esfera pública enquanto experiências diretas sejam importantes apenas na esfera privada. O que o autor constata é que a importância dos meios de comunicação aumenta em todas as dimensões de experiência dos indivíduos.

através dos meios de comunicação de massa, e não necessariamente das interações face-a-face ou experiências diretas que os indivíduos possam ter. Mas o aumento da importância dos meios de comunicação nas sociedades de massa também se deve ao fato de que cada vez mais os dispositivos e as tecnologias de comunicação e informação são incorporados às formas e aos formatos de comunicação, criando e transformando atividades sociais das quais eles mesmos participam ativamente – incluindo as linguagens e as rotinas cotidianas. Esses dois fatos – o crescimento da importância dos meios de comunicação de massa para a definição social de realidade e a incorporação dos recursos e tecnologias da comunicação de massa às rotinas e à linguagem do dia-a-dia - são sistematizados pelo sociólogo norte-americano David Altheide através do conceito de “ecologia da comunicação” (ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE, 2009).

Antes de tudo, é importante ter em mente que um meio de comunicação pode ser entendido como qualquer procedimento ou equipamento social ou tecnológico usado para a seleção, transmissão e recepção de informação (ALTHEIDE, 2006). Nesse sentido, os meios de comunicação são elementos culturais que, em níveis e graus distintos, sempre tiveram alguma participação na organização social das diversas culturas. O desenvolvimento das sociedades ocidentais no começo da era moderna foi marcado por amplas transformações nos sistemas econômicos, políticos e culturais. Nesse aspecto, em particular as transformações de maior impacto social se iniciaram quando os meios de comunicação passaram por processos de inovação técnica que inauguraram novos padrões comunicacionais. Até o desenvolvimento e a consolidação da imprensa na Europa moderna e até bem recentemente em muitas outras regiões do mundo, a maior parte da comunicação e da transmissão de informações (ou seja, a maior parte das de interações simbólicas) se dava num contexto em que os participantes estavam presentes e partilhavam imediatamente as mesmas referências espaciais e temporais. Nesse sentido, a invenção da imprensa por Johann Gutenberg em meados do século XV, é considerada um dos mais importantes acontecimentos dentre uma série de incrementos tecnológicos que afetaram significativamente a comunicação e a cultura no mundo moderno, estabelecendo novos meios de comunicação que se tornariam decisivos para a transmissão das formas simbólicas que caracterizam a cultura (THOMPSON, 2002). Desde então, os meios de comunicação tradicionais, caracterizados pela presença imediata de todos os interlocutores, progressivamente passaram a ser ofuscados por um tipo de comunicação que não mais exigia a presença imediata de todos os participantes. O massivo crescimento dos novos

meios de comunicação e difusão de informação implicou em profundas redefinições na organização social e na vida cotidiana. Isso porque seu desenvolvimento não resultou simplesmente em novas modalidades ou alternativas para transmissão de informações, mas implicou também em mudanças na própria comunicação - e, conseqüentemente, nas percepções de mundo e na própria ordem social: a linguagem, esse grande manancial de elementos simbólicos pelos quais as pessoas percebem o mundo e constroem a realidade, passa a se submeter a outras lógicas, implicando em novas interações simbólicas e novas formas de conduta para com o mundo.

Foi no século XX, entretanto, que as transformações mais profundas ocorreram, quando meios como jornal, rádio e televisão passaram a ter uma proeminência cada vez maior e a se destacarem como principais veículos de comunicação e de transmissão de informação. Theodor Adorno cunhou o termo “indústria cultural” para se referir à emergência de um sistema tecnológico de produção e difusão em larga escala de produtos culturais voltados para o público de massa. Segundo o autor:

Em todos os seus ramos fazem-se mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo. Os diversos ramos assemelham-se por sua estrutura, ou pelo menos ajustam-se uns aos outros. Eles somam-se quase sem lacuna para constituir um sistema. Isso graças tanto aos meios atuais da técnica, quanto à concentração econômica e administrativa. A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores (ADORNO, 1987).

Chamando atenção para a sistematicidade da indústria cultural, Adorno destacava que suas produções não se orientavam por seus conteúdos, mas antes pelo seu potencial comercial. Nesse sentido, os produtos da indústria da comunicação estariam intensamente vinculados ao consumo do público de massa – ele próprio secundarizado e transformado em objeto, em mais um elemento a ser calculado no sistema da indústria cultural. Um efeito da indústria cultural ressaltado por Adorno se refere ao o papel que a comunicação de massa passa a ter nos processos subjetivos dos indivíduos: para ele, os meios de comunicação de massa operariam promovendo um senso de submissão à ordem estabelecida e um consentimento conformista à autoridade (ADORNO, 1987). Ainda que Adorno não necessariamente trabalhe com a perspectiva de que os sentidos sejam construídos na interação, a observação sobre como os meios de comunicação se transformam em elementos estruturadores da cultura e da subjetividade nas sociedades de

massa atravessa a ideia de que num contexto de ecologia da comunicação a sociabilidade é marcada por critérios e valores vinculados à esfera comunicacional de massa.

De uma forma geral, “meios de comunicação de massa” ou “mídia” são termos usados em referência aos meios tecnológicos de comunicação e de difusão de informações para uma grande audiência, geralmente com produções voltadas ao público de massa em geral (*broadcasting*). Tradicionalmente, esses meios incluem os impressos de uma forma geral (jornais, livros, revistas, etc.) e os eletrônicos (cinema, rádio e televisão) (ALTHEIDE, 2006). Mais recentemente, os meios eletrônicos se multiplicaram e se diversificaram enormemente, passando a englobar também veículos pessoais de comunicação computadorizados, como computadores, iPods, telefones celulares, equipamentos de áudio e vídeo, vídeo games, pen drives, etc.

O processo de massificação dos meios eletrônicos de comunicação vem implicando em transformações profundas na circulação da informação – e, conseqüentemente, na percepção de mundo das pessoas. Os meios de eletrônicos de comunicação são mais fáceis de acessar e exigem menos esforços e habilidades da audiência quando contrastados, por exemplo, com os meios impressos, cujas formas de distribuição e circulação são mais complexas e que também necessitam de um público com um nível maior de domínio sobre as habilidades de leitura. Analisando o impacto dos meios eletrônicos na comunicação de massa, Surete afirma:

Because print makes controlling the dissemination of information to selected groups easy, it encourages elitism – the division of society into experts and non experts, segregated socialization, and social hierarchies. The visual electronic media, however, remove information access barriers that divide people of different ages and reading abilities. The impact is equivalent to allowing everyone to be present at wars, funerals, courtships, seductions, crimes, and cocktail parties. The electronic media make it difficult to limit access to specific content to specific groups. (SURETE, 1998)

Para o autor, ainda que recepção das mesmas informações por grupos sociais diferentes seja distinta, não havendo homogeneidade na recepção, a popularização do acesso à informação faz circular pelo meio social os mesmos símbolos, levantando diversas interpretações sociais sobre os mesmos fatos, e consolidando o campo comunicacional como uma arena onde essas diferentes realidades construídas disputariam para se tornar a visão dominante. Entretanto, ainda que Surete não enfatize os formatos

comunicacionais, é fundamental atentar para o fato de que a sua naturalização, ou seja, a incorporação dos formatos e linguagens da comunicação de massa pelo senso comum é particularmente importante para a compreensão das sociedades contemporâneas – mais importante, inclusive, do que a recepção do conteúdo, como se verá adiante. Isso porque, mais do que disponibilizar o mesmo tipo de informação (conteúdo) para todo o público de massa, os meios de comunicação disseminam uma mesma lógica interpretação e decifração dessas informações.

No ambiente social contemporâneo fortemente vinculado aos novos formatos comunicacionais de massa, o cotidiano das pessoas é cada vez mais marcado pela presença de critérios tecnológicos e organizacionais que se ligam àquela forma de comunicação. Essa onipresença dos meios de comunicação eletrônicos na vida diária faz com que eles extrapolem em muito a esfera meramente comunicacional e se expandam por todas ou quase todas as instâncias do cotidiano, modificando atividades sociais existentes e colaborando para formar novas. Como afirmamos anteriormente, a vida social é uma experiência comunicada, mas as regras e a lógica dessa comunicação foram drasticamente alteradas com o advento e a disseminação dos meios eletrônicos de comunicação de massa. Em relação aos meios de comunicação impressos ou “tradicionais”, as pessoas podem escolher utilizá-los ou não; entretanto, nas sociedades ocidentais contemporâneas os meios de comunicação eletrônicos deixaram de ser uma simples alternativa de comunicação, na medida em que são parte inseparável do ambiente. É nesse sentido que Altheide argumenta que experiência pós-moderna pode ser descrita como uma ecologia da comunicação, uma situação na qual os meios de comunicação de massa se transformam em elementos que condicionam e estruturam as atividades cotidianas num fluxo constante de símbolos organizados a partir de uma lógica comunicacional específica. Como principal efeito, os meios de comunicação de massa impactam significativamente os processos de construção do *self* na pós-modernidade, perpassando todas as dimensões da vida⁴. Altheide nota que:

More of our daily activities are symbolic, often requiring access to some electronic media or working to comply with “documents requirements” that will be processed electronically. (...) in our age, one’s competence is often judge by communicative performance, but this performance increasingly involves the direct manipulation of information

⁴ Altheide observa que a geração que agora se aproxima da idade adulta é a primeira da história que tem todos os aspectos de sua vida transformados em segmentos comerciais e industriais articulados através dos meios de comunicação (ALTHEIDE, 2006)

Mais do que aumentar a comunicação e a informação, o que a ecologia da comunicação significa é a normalização de máquinas, formatos e lógicas específicas que passam a ser consideradas como “a forma natural” de se comunicar, de falar sobre o mundo e de “conhecer a realidade”.

É importante observar que dada a diversidade dos meios, a forma ou didática de comunicação não é uniforme entre eles: cada meio possui o seu próprio *modus operandi*, ou seja, o processo através do qual a informação é apresentada e transmitida varia conforme o veículo – TV, rádio, internet, imprensa escrita, etc. Entretanto, no caso dos meios de comunicação de massa como um todo, podem ser identificadas como características gerais da sua lógica comunicacional a configuração de entretenimento: espetacularização das apresentações, simplificação e redução dos conteúdos nocionais e adoção de fórmulas dramáticas, emocionais e dramatúrgicas ao invés das discursivas (GOMES, 2007; WAINBERG, 2006). Ainda que a análise de cada veículo em particular revele que existam variações na forma como eles apresentam seu produto final à audiência, a forma geral pela qual operam segue essa lógica comum. Além disso, observa-se que o funcionamento dos meios de comunicação de massa, seja no setor informativo, seja no setor do entretenimento e da cultura em sentido estrito, é orientado por essa mesma “lógica midiática”, enfraquecendo os limites entre aquilo que se apresenta como ficção e aquilo que se reporta como realidade (ALTHEIDE, 2006; CAVENDER, 2004; EDELMAN, 2001). Os principais elementos através dos quais a lógica midiática é articulada são os formatos comunicacionais, que podem ser entendidos como a forma pela qual o material é organizado, o estilo no qual ele é apresentado, o foco ou a ênfase em características particulares e a própria linguagem que o meio de comunicação de massa emprega para transmitir suas mensagens (ALTHEIDE, 2006).

Uma abordagem sociológica que pretenda investigar o papel dos meios de comunicação contemporâneos deve estar especialmente atenta à questão dos formatos comunicacionais. Ainda que historicamente se tenha dado maior ênfase aos conteúdos das mensagens, são basicamente os seus formatos comunicacionais que tornam as experiências familiares aos indivíduos e reconhecíveis, ou seja, que dão as condições nas quais as definições de situação efetivamente ocorrem. São os formatos comunicacionais que permitem à audiência compartilhar sentidos comuns que se apresentem como coerentes

dentro de uma perspectiva de realidade. Em outras palavras, num contexto de comunicação de massa, são os formatos comunicacionais que indicam à audiência quais são os símbolos significantes que serão articulados nas interações simbólicas e que serão decisivos nos processos de definição de situação.

A ideia de “símbolos significantes”, desenvolvida por Mead, designa aqueles símbolos que evocam processos interpretativos similares nos participantes da interação. Nem todos os elementos envolvidos numa situação são elementos simbólicos: o que transforma determinados elementos em símbolos (ou seja, em símbolos significantes) é justamente a comunicação. Palavras, gestos, imagens, discursos, etc, só se tornam símbolos significantes em situações comunicacionais específicas. Mead, falando em situações do tipo face-a-face, ilustra da seguinte maneira a transformação de um gesto em um símbolo significativo:

However, if somebody shakes his fist in your face you assume that he has not only a hostile attitude but that he has some idea behind it. You assume that it means not only a possible attack, but that the individual has an idea in his experience.

When, no, that gesture means this idea behind it and it arouses that idea in the other individual, then we have a significant symbol. (...) in the present case we have a symbol which answers to a meaning in the experience of the first individual and which also calls out that meaning in the second individual. Where the gesture reaches that situation it has become what we call "language." It is now a significant symbol and it signifies a certain meaning (MEAD, 1934)

Nesse sentido, a ideia de símbolos significantes desenvolvida por Mead em contextos de interação face-à-face ganha contornos específicos num contexto de ecologia da comunicação. Os símbolos significantes (principalmente linguagem e imagens), muito mais do que elementos empregados para descrever o mundo, são os elementos que constroem as perspectivas pelas quais se percebe o mundo. Ainda que os conteúdos sejam fundamentais em qualquer comunicação, eles só se tornam efetivamente importantes para a audiência se os formatos através dos quais eles se articulam forem reconhecidos e considerados válidos e adequados para fins comunicacionais por parte da audiência⁵

⁵ Glassner propõe uma comparação do efeito das informações científicas ou acadêmicas, por um lado, com as informações jornalísticas, por outro: ainda que flagrantemente incorretas, as informações transmitidas no formato comunicacional de massa são capazes de alterar comportamentos e percepções de mundo, mesmo quando refutadas e desacreditadas pelos meios acadêmicos e científicos (GLASSNER, 1999).

(EDELMAN, 2001; ALTHEIDE & MICHALOWSKI, 1999). Em resumo, num contexto de ecologia da comunicação os formatos comunicacionais estão fortemente vinculados aos símbolos significantes. A comunicação é indispensável nos processos de construção e atribuição de sentido (DENZIN, 1992), e ainda que não sejam exclusivamente os formatos que legitimam os conteúdos da comunicação, eles articulam os símbolos significantes que serão apresentados a uma audiência de massa. Isso confere aos meios de comunicação de massa uma posição chave na configuração das sociedades contemporâneas⁶.

A análise dos formatos comunicacionais de massa envolve, no setor informativo, pelo menos três elementos decisivos: enquadramentos, temas e discursos. Quando os agentes do campo comunicacional elaboram as notícias eles as apresentam como um “relato objetivo dos fatos como eles concretamente são”. Entretanto, os sentidos não existem nas coisas em si, mas são construídos e manejados nos processos de interação simbólica. Dessa forma, as notícias são elaboradas a partir de determinadas perspectivas, empregam fundamentalmente elementos simbólicos (principalmente linguagem e imagens) e articulam temas de modo que sejam inteligíveis e que sugiram certas interpretações para a audiência. Os enquadramentos, ou frames, se caracterizam justamente por serem esquemas de interpretação que servem de referência simbólica para a atribuição de sentido aos acontecimentos. Basicamente, um enquadramento delimita o que será discutido, como será discutido e, acima de tudo, como não será discutido – o que implica em que as interações simbólicas não se dão de maneira totalmente livre, mas são acontecem a partir de uma ordenação simbólica específica. Um exemplo de como o enquadramento orienta a percepção e a discussão pública pode ser visto quando o uso de drogas é apresentado pelos meios de comunicação como uma questão de saúde pública em oposição a uma questão de justiça criminal: esses dois enquadramentos diferentes implicam em formas diferentes de definir o problema, de discutir o problema e no tipo de discurso que se seguirá.

Definir o que algo é significa definir como as pessoas irão agir em relação aquilo (STRAUSS, 1999). A importância dos enquadramentos das notícias reside justamente no fornecimento de esquemas interpretativos para os acontecimentos que abordam, disponibilizando para a audiência uma experiência de mundo mediada por perspectivas específicas. Assim, o formato serve como filtro simbólico através do qual a notícia será

⁶ Esse fato está relacionado à perspectiva contemporânea do interacionismo simbólico e a proposta de Norman K. Denzin de levar o interacionismo a outras fronteiras. Essa discussão é feita no capítulo 5 desse trabalho.

construída e apresentada, selecionando determinados elementos que serão reorganizados a partir de um ponto de vista e sob uma lógica específica.

A apresentação das notícias sob formas temáticas está relacionada a um recurso usado pelos jornalistas para, num tempo ou num espaço restritos, contar uma história que a audiência possa reconhecer e conectar com algo já visto anteriormente, facilitando que tudo se encaixe coerentemente na sua percepção de mundo. Isso repercute em representações de mundo simplificadas, onde os acontecimentos são apresentados sob uma forma dramática, uma história com início, meio e fim, e recorrendo a determinados elementos simbólicos que categorizam a narrativa. Essa categorização torna os produtos comunicacionais prontamente reconhecíveis para a audiência como sendo, por exemplo, uma notícia e não uma ficção⁷, e dentro dessa categoria, uma notícia sobre política, e não sobre esportes.

Os discursos também servem como maneira de legitimar interpretações específicas dos eventos sobre os quais se fala – ou seja, não só atribuem-lhes um sentido, mas validam o sentido que lhes são atribuídos: mais do que falar sobre um tema, o discurso se refere ao jeito como se fala. Entre os formatos comunicacionais desenvolveram-se variados tipos de discursos que gradualmente passaram a ser vistos como mais adequados para determinados assuntos do que outros; assim, ainda que uma mesma lógica esteja por trás da formatação das notícias, existem formas específicas de se falar publicamente sobre cada tema: num noticiário, por exemplo, o discurso empregado para se falar sobre política é diferente do discurso utilizado para se falar crime, esportes, ou celebridades (GOMES, 2007). Um grande impacto desses discursos na vida social pode ser observado quando eles começam a ser incorporados ao senso comum, e os sentidos que propõem não mais precisam ser explicitados. À título de ilustração, tome-se como exemplo a abordagem do crime nos meios de comunicação: a reiterada e duradoura associação entre “crime” e “violência” nos noticiários, através de linguagem e imagens, reuniu simbolicamente ambos, ao ponto de atualmente a simples menção ao “crime” trazer implícita a idéia de violência⁸ (ALTHEIDE & MICHALOWSKI, 1999).

⁷ Em que pese os limites entre o factual, o ficcional e o publicitário estarem se tornando cada vez mais tênues nos meios de comunicação de massa contemporâneos devido à lógica de ordenação e às técnicas de apresentação e edição, essa distinção ainda é relevante para a audiência e para a organização dos meios de comunicação.

⁸ Altheide afirma que, neste caso, o efeito do discurso dos meios de comunicação no discurso do senso comum está em incorporar implicitamente o significado ao significante – o autor aproveita para ressaltar aqui a importância da perspectiva estruturalista para a análise dos meios de comunicação (ALTHEIDE, 1999).

Os formatos comunicacionais de massa, portanto, caracterizam o processo comunicacional num contexto de ecologia da comunicação. No que se refere à perspectiva teórica, a ideia de ecologia da comunicação refuta grande parte da análise sociológica tradicional dos meios de comunicação, que tende a tratá-los apenas como recursos ou elementos funcionais empregados pelas instituições sociais para a comunicação ou, inversamente, superestimam seu papel na vida social e lhe atribui um caráter determinante na percepção de mundo das pessoas. A ideia de ecologia da comunicação incorpora a premissa de que nenhuma definição de situação é predeterminada por outras instâncias que não aquelas que participam da própria situação - uma premissa cara ao Pragmatismo e que informa a perspectiva interacionista (JOAS, 1999). Isso implica em compreender os meios de comunicação de massa participam do ambiente social e cultural pós-moderno de uma forma muito mais profunda do que meramente funcional, e muito mais reflexiva do que determinante. Se os meios de comunicação de massa são tão importantes para os processos de interação simbólica hoje, isso se deve ao fato de terem se tornado eles mesmos instituições sociais contemporâneas, com importantes impactos sobre o processo de construção da identidade no mundo pós-moderno (ALTHEIDE, 2006)⁹.

A institucionalização dos meios de comunicação de massa e seu impacto na visibilidade pública

Até aqui foi visto que uma das características mais marcantes da configuração social das sociedades pós-modernas é a presença sistemática dos meios de comunicação de massa nas rotinas da maioria das pessoas – mesmo daquelas que não escolheram empregá-los -, indo além de uma mera função comunicacional e assumindo um importante papel como forma legitimada de conhecer o mundo e, portanto, de se construir a realidade. Essa condição e as suas consequências são inscritas no conceito de “ecologia da comunicação” que também chama atenção para as repercussões da lógica e das tecnologias dos meios de comunicação de massa nos conteúdos e nas formas de outras instituições sociais, que passaram a desenvolver fortes ligações com esfera comunicacional de massa.

Um acontecimento importante que está relacionado a essa penetração dos meios de comunicação de massa no cotidiano, é que eles passam a representar a própria cultura: se

⁹ Segundo Altheide, a institucionalização da comunicação de massa eletrônica promoveu o surgimento do que ele denomina “E-audience”, implicando em significativas transformações na apresentação do self sob o impacto dos meios de comunicação de massa eletrônicos nos processos identitários na pós-modernidade (ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE, 2009).

antes eles eram simplesmente os “meios” pelos quais a cultura era transmitida e comunicada, agora eles se tornam, eles mesmos, o próprio ambiente cultural. Toda a cultura é necessariamente comunicacional, marcada por uma dupla característica de, por um lado, estabelecer as formas como a comunicação é feita numa sociedade e, ao mesmo tempo, ser transmitida, realizada e efetivada por essas mesmas formas de comunicação que ela legitima (KELLNER, 1995). Entretanto, a relação contemporânea entre cultura e meios de comunicação de massa vai além dessa interdependência. Douglas Kellner, autor que se refere à cultura contemporânea como uma “cultura da mídia”, afirma que nesse contexto

(...) os indivíduos são submetidos a um fluxo sem precedentes de imagens e sons dentro de sua própria casa, e um novo mundo virtual de entretenimento, informação, sexo e política está reordenando percepções de espaço e tempo, anulando distinções entre a realidade e imagem, enquanto produz novos modos de experiência e subjetividade (KELLNER, 1995).

Assim, o estudo da comunicação nas sociedades de massa é, forçosamente, um estudo sobre a cultura das sociedades de massa, nas quais profundas transformações nas técnicas e tecnologias comunicacionais correspondem a novas formas de percepção da realidade. Num mundo em que os meios de comunicação de massa são a forma mais comum de se “conhecer” a realidade, eles impactam as atividades sociais cotidianas, transformando, criando e também participando ativamente delas, tornando-se forças poderosas de socialização: os formatos comunicacionais por meio dos quais os elementos simbólicos são organizados e postos em circulação colaboram para a construção dos gostos, valores e pensamentos do público, na sua forma de percepção/definição da realidade e, conseqüentemente, na sua forma de agir em relação ao mundo. Ademais, nesse ambiente cultural novas habilidades interpretativas e comunicacionais são exigidas das pessoas, tanto para dar sentido ao mundo através de experiências mediadas, quanto para aprenderem a se comunicar adequadamente por meio dos formatos culturalmente aceitos. Esse ponto é fundamental para compreendermos de que maneira os meios de comunicação configuram uma instituição social crucial nas sociedades de massa, e como o seu funcionamento se torna relativamente autônomo em relação a outras instituições – deixando de ser apenas um apêndice circunstancial usado para a transmissão de mensagens.

Os meios de comunicação de massa se firmam como instituição de destaque ao longo do século XX, com o surgimento de um poderoso complexo industrial dedicado à cultura, ao entretenimento, e também à informação (GOMES, 2007). Se anteriormente os meios de comunicação eram, efetivamente, “meios” utilizados pelas instituições e pelo público em geral para comunicação, a consolidação de um setor industrial comunicacional transforma a comunicação também num negócio que pode ser extremamente lucrativo e que envolve duas categorias novas: consumidores e anunciantes.

A indústria da cultura, como de resto a indústria da informação, além de vender o seu produto diretamente ao consumidor final, também se estabelece no ramo de serviços que vende a atenção pública, que cativa, ao anunciante dos setores produtivos (GOMES, 2007).

Ou seja, o setor da indústria da comunicação de massa se organiza em torno de uma dupla estratégia, vendendo informação e cultura para o consumo de uma audiência que, uma vez cativada, também se torna um elemento negociável junto aos anunciantes. Assim, o funcionamento desse setor vai se tornando cada vez mais independente, bem como os seus próprios interesses.

Os dispositivos de comunicação foram pouco a pouco incluídos nos setores sociais da informação e da cultura de massa como elementos destinados integralmente a satisfazer os seus interesses imanentes e não os interesses de comunicação de qualquer outro setor social, a não ser que estes fossem compatíveis com os primeiros (GOMES, 2007)

O crescimento e a consolidação da indústria da comunicação ao longo do século XX, portanto, corresponde à autonomização do setor comunicacional e à constituição de verdadeiros campos sociais ao seu redor – tanto no setor informativo/jornalístico quanto no setor da cultura e do entretenimento. Isso significa que a indústria da comunicação possui seus próprios agentes e a sua própria lógica de ordenação, seleção e produção dos materiais - uma organização industrial e fortemente marcada pela convergência entre tecnologias de informação e formatos comunicacionais. No caso do setor informativo, os agentes desse sub-campo comunicacional são os jornalistas que controlam apresentação e a forma de circulação dos símbolos que compõem os produtos finais da indústria da informação.

Enquanto um campo social autônomo, o campo comunicacional informativo é um sistema social heterogêneo no qual os agentes (jornalistas) ocupam posições diferenciadas

e disputam internamente o acúmulo de capital simbólico distribuído no campo, onde a reputação e o prestígio jornalísticos orientam as escolhas e constituem valores.

Trata-se de um espaço social onde se busca, controla e distribui um recurso ou valor específico em função do qual as práticas e representações se ordenam como um sistema. Esse recurso fundamental e específico está relacionado à autoridade jornalística e comporta prestígio, reconhecimento, fama, celebridade e lugar de fala (GOMES, 2007).

Encarar os meios de comunicação de massa como instituição social autônoma significa refutar visões simplificadoras da sua relação com a sociedade - como, por exemplo, a afirmação de que a indústria comunicacional seria um instrumento de dominação à disposição do Estado, dos partidos, da classe dominante ou mesmo dos proprietários das empresas de comunicação para fazerem chegar à sociedade as suas mensagens.

Onde só se via um meio, constituiu-se agora uma instituição social, com valores, regras de funcionamento, definições sobre a sua própria natureza, hierarquias, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia específica (GOMES, 2007).

No setor informativo, a “credibilidade” torna-se uma das propriedades comerciais do jornalismo para a conquista da audiência (que, como foi visto, é o recurso fundamental para gerar lucros), sendo medida através da eleição de valores como “isenção”, “honestidade”, “verdade”, “atualidade”, “objetividade”, etc (GOMES, 2007). Ainda que nem sempre esses valores possam ser objetivamente observados, eles representam as idéias em torno das quais o jornalismo comercial de orienta.

A industrialização e a massificação da comunicação ao longo do século XX teve como decorrência a instauração de uma nova esfera de visibilidade pública completamente distinta da que havia até então. Enquanto os meios de comunicação eram de fato simples meios para a transmissão de mensagens, os próprios emissores podiam definir o que e como seria comunicado – a abrangência da distribuição e da recepção não eram fatores necessariamente determinantes. Exemplos disso foram a “imprensa de partido” e o uso político dos meios de comunicação pelos governos: enquanto não existia uma indústria da comunicação tampouco um mercado consumidor de informação e cultura, ter acesso aos meios de comunicação de massa significava, quase sempre, ter acesso ao público (GOMES, 2007). A consolidação da indústria da comunicação de massa correspondeu ao

crescimento simultâneo de uma nova esfera de visibilidade pública que, progressivamente, se tornou predominante. Pouco a pouco, os meios de comunicação foram deixando de ser apenas meios - a antiga “imprensa de partido”, por exemplo, foi sendo assimilada pelas novas formas da indústria da informação que se firmava como um mercado forte e competitivo voltado ao consumo em larga escala de informação, cultura e entretenimento (GOMES, 2007). Essa industrialização da comunicação e o seu crescimento (ao ponto de se tornar presente em todas as instâncias da vida social) estabeleceram uma esfera de visibilidade pública não-civil na qual os agentes do campo comunicacional é quem controlam as mensagens. Diferentemente do que ocorria antes, o acesso a essa nova esfera de visibilidade pública não é livre: para que uma comunicação se torne pública é preciso que seja admitida pelos agentes do campo comunicacional, que selecionam, organizam e hierarquizam a circulação dos materiais produzidos em outras esferas.

Ainda que hoje possam existir outras formas de visibilidade, elas se tornaram publicamente menos importantes na medida em que a indústria da comunicação se fortaleceu e ocupou espaços decisivos na sociabilidade contemporânea (como visto anteriormente). Assim, a esfera de visibilidade pública nas sociedades de massa caracteriza-se por ser uma instância complexa, controlada por agentes do campo comunicacional e, ao mesmo tempo, marcada por imperativos de mercado que impõem a necessidade de entreter a audiência (isto é, cativar e manter a sua atenção) e atrair anunciantes lucrativos. Em decorrência disso, os meios de comunicação de massa operam segundo uma lógica específica de produção e circulação de materiais que pode ser denominada “lógica midiática”. Fortemente direcionada ao entretenimento, a lógica midiática é ela mesma um estilo de comunicação específico através da qual os meios de comunicação apresentam e transmitem informação, e abrangem os diversos meios comunicacionais de massa e os seus formatos - a forma como os materiais são selecionados, organizados e apresentados, a ênfase em características particulares e a linguagem da comunicação de massa (ALTHEIDE, 2009). Ainda que cada veículo tenha suas características próprias, essa lógica estrutura o funcionamento da comunicação de massa em geral, que ganha especificidades conforme cada meio e o mercado em particular (GOMES, 2007; REINER, 2004) ¹⁰. Dessa forma, tudo o que se torna visível, ou seja, tudo

¹⁰ Gomes (2007) e Altheide & Michalowski (1999) observam que na televisão a ênfase no entretenimento é mais forte do que em outros meios que, apesar de operarem sob a mesma perspectiva de cativar a audiência e manter sua atenção, guardam, ainda que em níveis variados, maiores graus de discursividade.

o que circula na esfera de visibilidade pública dos meios de comunicação de massa, adquire certas características de espetacularização e dramaturgia, e tende a ser marcado por forte apelo às emoções e por pobreza discursiva (GOMES, 2007; WAINBERG, 2005).

Os símbolos que circulam nos meios de comunicação e que são levados pela audiência às suas definições de situação são sempre mediados e organizados por uma perspectiva e por uma lógica específica. Quando a lógica comunicacional de massa passa a ser necessária para apresentar e interpretar fenômenos institucionais, a própria forma e conteúdo das instituições são alterados. As instituições passam a funcionar de acordo com aquela lógica para que, por um lado, seja facilitada sua admissão na esfera de visibilidade pública e, por outro, para que suas mensagens sejam percebidas como relevantes pela audiência. Para Gomes, os pressupostos para a admissão de materiais na esfera de visibilidade pública midiática passam pela percepção de que:

- a) Na esfera da visibilidade pública só circulam materiais e conteúdos organizados segundo códigos e gramáticas característicos das instituições midiáticas que as controlam;*
- b) As rotinas produtivas dessas indústrias [de comunicação de massa] assimilam materiais e conteúdos organizados em conformidade com a lógica que empregam. (GOMES, 2007)*

Numa cultura marcada pelos meios de comunicação de massa o público cuja sensibilidade foi profundamente influenciada pela lógica do entretenimento sente-se extremamente desconfortável diante de formatos comunicacionais que fujam àquele padrão – segundo Gomes, aquilo que não segue o formato de entretenimento passa a ser classificado como “chato”, provocando na audiência “uma comichão característica no gatilho do controle remoto” (GOMES, 2007). Praticamente toda a comunicação pública que se dá nesse contexto observa a lógica da comunicação de massa e seus formatos de entretenimento. Todos os domínios da vida social que necessitam de acesso à esfera de visibilidade pública - desde a economia à cultura e à política - precisam conhecer a lógica e a rotina através das quais os meios de comunicação de massa operam, uma vez que a sua admissão naquela esfera é facilitada quando se organizam de acordo com ela. Isso implica num crescente impacto da lógica comunicacional de massa na vida cotidiana e nas instituições sociais. David Altheide argumenta que no mundo contemporâneo, diversas instituições sociais se tornaram “instituições midiáticas de segunda ordem”, tamanha a sua sujeição à lógica da comunicação de massa e à sua dependência da esfera de visibilidade

pública. Ele analisa como religião, economia, esportes, política e até mesmo a família¹¹ passaram a funcionar como *media arenas*, tendo se transformado completamente sob o impacto dos meios de comunicação de massa – principalmente após a popularização dos meios eletrônicos e portáteis (ALTHEIDE, 2009).

Wilson Gomes tece uma análise distinta da leitura de Altheide. Para ele, a disseminação da lógica dos meios de comunicação de massa realmente impacta profundamente todas as dimensões da vida social, mas não ao ponto de transformá-las as instituições em instâncias midiáticas de segunda ordem; com efeito, todas as instituições passaram a operar segundo a lógica midiática, mas não como um todo, e sim em seus aspectos públicos ou que necessitem de publicidade, reservando grande autonomia interna no que diz respeito às suas especificidades e certa independência para processar suas próprias percepções de mundo (GOMES, 2007). Ambos os autores parecem concordar que há uma transformação profunda provocada pela crescente presença dos meios de comunicação de massa no cotidiano – ainda que discordem quanto à extensão desses efeitos. Enquanto a análise de Altheide parece homogeneizar internamente as instituições e anular as diferenças entre as suas regiões de fundo e de fachada na medida em que absolutamente tudo poderia se tornar público, a análise de Gomes, ainda que mais razoável, tende a distanciar demais as instâncias internas de funcionamento das instituições dos seus aspectos públicos¹². À luz dos conceitos de Surete apresentados anteriormente, a lógica dos meios de comunicação de fato impactam os aspectos da vida cotidiana, mas de formas diferenciadas; no caso das instituições, realmente precisam adotar a lógica midiática para que tenham acesso à esfera de visibilidade pública, mas não em todas as suas dimensões de funcionamento; no que diz respeito ao seu funcionamento “interno” e que não precisa se tornar público, elas preservam a sua lógica particular, ainda que sofrendo os efeitos da lógica e das tecnologias dos meios de comunicação enquanto fontes de realidade simbólica socialmente adquirida – portanto, indiretamente. Em resumo, os meios de comunicação de massa não determinam o funcionamento das demais instituições

¹¹ O autor analisa como mesmo no caso de instituições que não necessariamente necessitam figurar na esfera de visibilidade pública, como a família, a lógica e a tecnologia da comunicação de massa passam a colonizar as suas intimidades. No caso da família, ele argumenta que as rotinas familiares foram alteradas por equipamentos eletrônicos de segurança e monitoramento, aparelhos celulares ou as onipresentes câmeras eletrônicas portáteis por meio das quais se promovem eventos propícios para serem registrados em foto e vídeo (ALTHEIDE, 2006).

¹² No caso, sua análise sobre as transformações da política na era da comunicação de massa aponta que o campo político adota a lógica dos meios de comunicação no que diz respeito aos seus aspectos públicos, mas possui intacta a sua forma de funcionamento no que tange as negociações políticas.

sociais, tampouco lhes afetam apenas parcialmente; numa cultura completamente amparada na comunicação de massa, onde os meios de comunicação são importantes instituições de socialização e de produção do *self*, o que se observa é que a lógica e os dispositivos de comunicação de massa perpassa, toda a sociedade e, ainda que em níveis distintos, participam intensamente das rotinas das diversas instituições sociais. Essa constatação é um pressuposto importante para a análise que será desenvolvida aqui, na qual instituições como os meios de comunicação e órgãos do sistema de justiça criminal aparecerão contextualizados e inter-relacionados nesse ambiente cultural.

Naturalização dos formatos e linguagens

Foi dito que os meios de comunicação ocupam uma posição privilegiada no processo pelo qual os indivíduos compreendem o mundo contemporâneo, marcado por uma ecologia da comunicação e uma espécie de “cultura da mídia” intrinsecamente vinculada a uma lógica comunicacional de massa que se baseia em formatos de entretenimento. Nesse contexto cultural, tais formatos são naturalizados e amplamente aceitos como uma forma legítima de comunicação e de conhecimento (construção da realidade).

Nos empreendimentos comunicacionais de massa como um todo é preciso cativar a atenção da audiência composta por consumidores para vendê-la aos anunciantes. Dessa forma, a mesma lógica pela qual se selecionam, organizam, apresentam e hierarquizam os símbolos atravessa por inteiro o sistema de comunicação de massa, aproximando os formatos empregados no setor informativo daqueles utilizados no setor ficcional (GOMES, 2001). Essa lógica se estrutura, segundo Gomes, em torno de três valores básicos que ele identifica como ruptura, diversão e encenação. No sistema específico voltado à produção e distribuição de informações esses valores são operacionalizados a partir de três critérios elementares fortemente coesos que estabelecem o que será - e o que não será - noticiado: o primeiro deles é a ruptura com a regularidade, e se baseia na constatação prática de que a atenção da audiência é mais eficazmente capturada quando as notícias versam sobre fatos inéditos e extraordinários – ou mais especificamente, quando são apresentadas dessa forma. “O extravagante, o inabitual, o inesperado, o exorbitante, o desmedido constituem certamente o material mais desejado pelo sistema informativo” (GOMES, 2007).

O segundo critério é o da diversão, de acordo com o qual a informação contemporânea não deve solicitar do consumidor nada além do que um empenho mental-

cognitivo mínimo. Toda informação deve ser ágil e esteticamente sedutora, e, acima de tudo, deve ser fácil para a audiência compreender do que se trata sem que tenha que se esforçar para isso. “Tudo deve ser imediatamente compreensível, mas fundamentalmente, tudo deve ser animado, mudar; menos discurso e mais imagens, quanto mais melhor” (GOMES, 2007). Por fim, o terceiro critério diz respeito ao drama, ou seja, a informação deve produzir efeitos dramáticos no consumidor. Diz respeito à capacidade das notícias produzirem consequências emocionais na audiência tanto pelo eventual “interesse humano” de algum acontecimento, quanto também e principalmente pela possibilidade dos elementos envolvidos numa história serem ordenados pelos agentes comunicacionais de uma forma dramatizada que fale diretamente aos sentimentos do consumidor. “Os acontecimentos não são meros eventos, mas materiais que podem ser submetidos a uma linguagem teatral voltada para a produção de efeitos no ânimo dos espectadores” (GOMES, 2007).

Como se percebe, esses critérios de noticiabilidade devem coadunar com as propriedades comerciais do jornalismo (como a credibilidade e os valores que compõem o seu corolário) e serem sopesados com os próprios valores internos ao campo jornalístico servindo com filtros a partir dos quais os agentes do campo comunicacional determinam o que será noticiado e como a notícia será apresentada. A apresentação das notícias – o produto final da indústria da comunicação – configurar-se-á, como visto anteriormente, através de formatos comunicacionais baseados em enquadramentos, temas e discursos.

No processo de produção de notícias os agentes do campo comunicacional obedecem a uma lógica através da qual selecionam, organizam e hierarquizam os materiais que serão apresentados ao público. Segundo a mesma lógica, as notícias devem ser elaboradas tendo em vista a sua classificação em temas simbólicos que facilitem à audiência identificar “sobre o quê” se trata (a “lei do menor esforço” expressa no segundo critério de noticiabilidade vistos acima); num noticiário, esses temas são colocados num quadro de relevância que os hierarquiza em termos da importância que os agentes do campo comunicacional lhes atribuem, traduzindo preocupações particulares de certos públicos em preocupações da audiência em geral (EDELMAN, 2001; GLASSNER, 2003). Isso produz uma agenda do discurso público na qual alguns temas são tidos como prioritários e construídos como problemas públicos, enquanto outros não (CAVENDER, 2004). A abordagem dos temas e as linguagens utilizadas são determinadas pelo ponto-de-vista a partir do qual o produto jornalístico apresenta a questão. Enfim, as notícias são

esquemas de interpretação que servem de referência simbólica para a audiência atribuir sentido e ajustar sua conduta em relação aos acontecimentos. Elas são construídas com base na lógica da comunicação de massa e, portanto, estruturados por critérios empregados pelos agentes do campo comunicacional levando em conta os interesses imediatos da própria indústria de comunicação de massa.

O público de massa obtém do noticiário a maior parte das informações sobre os acontecimentos que não vivenciam diretamente. Para grande parte da audiência, o único contato com determinadas questões se dá através da mediação dos meios de comunicação – como, por exemplo, acontecimentos internacionais, política nacional, celebridades ou até mesmo questões envolvendo crime e sistema de justiça criminal. Para esse público, as únicas dimensões reais que tais questões possuem são aquelas levadas à esfera de visibilidade pública dos meios de comunicação – ou seja, a única “realidade” possível é aquela que podem definir a partir dos meios de comunicação, e, muitas vezes as únicas perspectivas de atribuição de sentido para tais fatos são aquelas oriundas dos enquadramentos do noticiário. A compreensão que o público desenvolve de tais questões é construída gradualmente através da linguagem e das imagens visuais empregadas nas notícias diárias, de modo que as percepções públicas são fortemente informadas pela repetição de certos temas, lugares comuns, slogans e representações simbólicas selecionados, organizados e hierarquizados pelos agentes do campo comunicacional (ALTHEIDE, 2006; 2009; CAVENDER, 2004; GOMES, 2007).

Como afirmado anteriormente, a centralidade da idéia de “definição de situação” reside no pressuposto teórico de que as pessoas agem em relação ao mundo com base no que definem como real. É importante recordar que em todo o processo de definição de situação é um processo de interação simbólica em que os indivíduos empregam os conjuntos de significados e as sistematizações de interpretação que já possuem de experiências anteriores, de modo que uma interpretação sempre emerge de um contexto de interpretações já realizadas e a ele se associa (BLUMER, 1980). Os formatos das notícias oferecem um esquema interpretativo para um acontecimento a partir de outros e, nesse sentido, é possível identificar continuidades na cobertura jornalística de diversos temas, de modo que a continuidade temática e a atribuição de sentido aos acontecimentos são facilitadas por uma narrativa que flui quase linearmente através de cada notícia (notícias sobre crime e justiça criminal são particularmente esclarecedoras desse procedimento). O que decorre disso é que os meios de comunicação de massa são verdadeiras fontes

simbólicas a partir das quais os indivíduos definem o que é real e, conseqüentemente, ajustam seu comportamento em relação ao mundo.

A ênfase no caráter processual das interações pressupõe que nenhuma situação tem seu sentido predeterminado por contextos alheios a ela, mas, antes, deriva de um processo de interação simbólica entre agentes – mesmo entre um telespectador e um programa de TV, por exemplo. Assim, insistir no papel dos meios de comunicação de massa como uma das mais importantes instituições a partir das quais o público atribui sentido ao mundo, não significa modo algum afirmar que os meios de comunicação sejam fonte única e determinante para as definições de situação dos indivíduos. Pelo contrário, fica claro que a recepção das mensagens e a sua “decifração” por parte da audiência se dão com base em uma série de fatores sobre os quais a instância emissora não tem nenhuma ingerência – como, por exemplo, experiência individual ou de grupo, preconceitos, predisposições políticas ou estoques discursivos ou informativos que compõem o repertório prévio dos indivíduos. Os meios de comunicação não controlam o processo de recepção – ainda que quisessem fazê-lo -, mas apenas administram os códigos através dos quais os produtos da “cultura da mídia” são emitidos. Em outros termos, os meios de comunicação não têm o poder de impor suas definições de situação para a audiência, mas podem administrar as linguagens e a lógica de atribuição de sentido que a audiência de massa emprega. Ainda que os conteúdos sejam importantes, eles não podem ser impostos à audiência da forma como a instância emissora pretende que sejam. O poder dos meios de comunicação reside em elementos mais fluidos e mais sutis, quais sejam, os formatos comunicacionais – a lógica e as formas de comunicação culturalmente aceitas na sociedade contemporânea.

Por fim, deve-se notar a característica de reflexividade que envolve a relação entre os meios de comunicação e a audiência num contexto de ecologia da comunicação. Ao mesmo tempo em que as tecnologias e a linguagem dos meios de comunicação são aceitas e naturalizadas pelo senso comum, colaborando na forma como a realidade é definida pela audiência, os próprios meios de comunicação procuram adequar seus produtos à perspectiva de mundo da audiência. De acordo com Altheide: “Here the key concept is ‘reflexivity’: how the technology and logic of communication forms shape the content” (ALTHEIDE, 2006). A ideia de reflexividade fornece mais um recurso conceitual que aponta para a circularidade do processo de definição de situação envolvendo audiência e meios de comunicação de massa – ou mais precisamente, suas tecnologias e linguagens -, em oposição à determinação de um sobre o outro.

Conclusão

Neste capítulo, argumentou-se que os meios de comunicação de massa são elementos-chave para a compreensão das sociedades contemporâneas, marcadas por uma ecologia da comunicação, ou seja, pela participação dos meios de comunicação de massa eletrônicos em todas as dimensões da vida cotidiana – da sexualidade à política, da intimidade familiar ao mundo do trabalho.

Essa onipresença dos meios de comunicação de massa nas rotinas das pessoas lhes confere papel central na percepção de mundo num contexto no qual os indivíduos têm cada vez mais experiências sociais mediadas. Ainda que essa mediação seja feita por vários grupos e instituições, os meios de comunicação de massa ganham importância na medida em que, além de interagirem com a audiência, perpassam também todas as demais fontes de realidade simbólica socialmente adquirida com as quais os indivíduos têm contato. Em outras palavras, a lógica da comunicação de massa influencia o funcionamento de outras instituições sociais e se torna uma forma de comunicação culturalmente aceita como a forma “natural” de comunicação. Nesse contexto, é possível identificar que a cultura pós-moderna nas sociedades de massa é uma “cultura da mídia”, tendo os meios de comunicação se tornado, muito mais do que meios, o próprio ambiente cultural contemporâneo.

O papel dos meios de comunicação de massa cresce principalmente ao longo do século XX, quando vai se consolidando uma indústria da comunicação – a comunicação de massa se torna um importante setor da economia, e opera para atingir os seus próprios interesses, principalmente a obtenção de lucros. O principal recurso com que a indústria da comunicação de massa conta para isso é a audiência, e por essa razão, entreter os consumidores (isto é, capturar sua atenção e manter seu desejo de consumir mais produtos comunicacionais) é fundamental para a indústria da comunicação – pois a audiência se torna, ela mesma, produto a ser vendido para anunciantes lucrativos.

A consolidação de uma indústria comunicacional correspondeu a autonomização dos meios de comunicação de massa, que deixaram de ser meros recursos empregados pelas diversas instituições sociais para tornarem públicas as suas mensagens e passaram a ser uma indústria independente ao redor da qual se formaram campos sociais com seus próprios contornos, internamente heterogêneos e dentro dos quais o capital simbólico específico é disputado. No setor informativo, destaca-se o campo jornalístico, onde valores como reputação, prestígio e credibilidade orientam as escolhas dos seus agentes.

A crescente importância dos meios de comunicação de massa também teve por efeito produzir uma nova esfera de visibilidade, que, gradualmente, foi se tornando predominante e se firmando com a esfera de visibilidade pública contemporânea. Se antes as esferas emissoras podiam contar com um nível considerável de liberdade para produzirem as suas mensagens, essa nova esfera de visibilidade pública é controlada pelos agentes do campo comunicacional, que com base em valores do próprio campo e em critérios próprios da indústria da comunicação, selecionam, organizam e determinam a forma de apresentação das mensagens. Como efeito dessas novas exigências para a admissão na esfera de visibilidade pública, e em decorrência da naturalização da lógica comunicacional de massa (aceita pelo senso comum como forma adequada de comunicação) as instituições sociais passaram a se organizar sob a lógica da comunicação de massa, tendo em vista facilitar a sua admissão na esfera de visibilidade pública.

Por fim, foi visto como ao final de seu processo de produção as notícias são formatadas de maneira a facilitar a sua compreensão pela audiência. Os enquadramentos, o tratamento temático as linguagens utilizadas – os formatos, portanto, mais do que os conteúdos das notícias -, são os elementos que operam na interação simbólica entre audiência e meios de comunicação, sugerindo esquemas interpretativos através dos quais as pessoas dão sentido aos acontecimentos e, conseqüentemente, orientam suas ações. A análise deve dar ênfase ao caráter processual e reflexivo da relação entre meios de comunicação e o público: o fluxo simbólico não é linear, mas circular.

CAPÍTULO 2 - CRIME E MEDO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Modernismo Penal: o Estado penal de bem-estar social

No capítulo anterior, foi visto que os meios de comunicação de massa são importantes mananciais simbólicos a partir dos quais o público dá sentido aos acontecimentos que vivenciam direta ou indiretamente no seu dia-a-dia. Nesse capítulo, será abordado outro tema caro à sociabilidade contemporânea, qual seja, a experiência do crime. No capítulo seguinte, será abordada a questão da convergência temática entre os dois na configuração da organização social pós-moderna.

Muitos autores têm apontado a sensação de incerteza, insegurança e medo, como uma característica social da pós-modernidade. Essa sensação de insegurança constante tem como resultado a produção de grande ansiedade nas pessoas num contexto em que as transformações sociais são muitas e se dão em grande velocidade - muitas vezes num ritmo mais veloz do que as pessoas conseguem acompanhar. Nesse contexto de insegurança ontológica (GIDDENS, 1991), as instituições sociais não conseguem mais fornecer aos indivíduos os níveis básicos de estabilidade e de confiança nas condições do seu ambiente.

Tudo isso reflete significativamente sobre os processos de construção das identidades pós-modernas. O que se chama de “identidade” é entendido pelos interacionistas como um processo permanente; nesse sentido, pode-se afirmar que as pessoas vivem em processos de identidade (ALTHEIDE, 2006). Ela não é algo rígido e fixo que se possa “possuir”, mas antes, sua apresentação e seu reconhecimento podem flutuar conforme as definições de cada situação. Esses processos identitários (assim como os processos que envolvem a produção e negociação dos *selves* de forma geral) sempre se dão em contextos institucionais. De acordo com Denzin, são as instituições que fazem a conexão entre a subjetividade pessoal e as estruturas sociais, ou em termos mais precisos, as mediações entre as estruturas e o *self* é feita institucionalmente (DENZIN, 2006). Nesse sentido, é de se esperar uma congruência entre *self* e sociedade, ou, como afirma Stryker, *the principle that “self reflects society” requires a view of self that corresponds with the realities of the contemporary complexities of society* (STRYKER, 2003). Num contexto em que as instituições se apresentam aos indivíduos de forma fragilizada e instável, a produção das identidades é mais problemática, visto que as referências se tornam incertas e os indivíduos se sentem apreensivos quanto à sua própria condição num mundo percebido como arriscado e inconstante.

Num mundo em que “o incompreensível virou rotina” (BAUMAN, 2008), a insegurança é naturalizada como uma condição de existência, atravessando todas as dimensões da vida. Família, escola, trabalho e todas as demais instituições sociais através das quais se forjou o self moderno não são mais capazes de corresponder às promessas de estabilidade ou expectativas de durabilidade que ofereciam aos indivíduos e sobre as quais se desenvolveram desde o início da era moderna. Os indivíduos se sentem vulneráveis e sujeitos à rupturas significativas nas suas relações pessoais e institucionais – inclusive a desmoronamentos internos nos seus próprios quadros de sentido do mundo.

O Estado é uma das instituições sociais que mais sofre os impactos dessas transformações, e em vários dos seus aspectos perde a configuração típica que caracterizou o Estado moderno. Um dos acontecimentos fundamentais que permitiu a formação e o desenvolvimento dos Estados modernos tal como os conhecemos foi a reivindicação do monopólio legal da violência organizada. Monopolizando a violência dentro de seu território, o Estado soberano se firmou como autoridade soberana dentro de seus limites, solucionando um problema histórico específico: o estabelecimento da ordem e da segurança. A imposição da lei, ainda que por meios violentos, e a pacificação forçada tanto dos inimigos internos do Estado quanto dos próprios súditos em geral fez com que, ao longo do tempo, a vontade soberana do emergente poder estatal ganhasse legitimidade cada vez maior, passando a ser vista progressivamente como a lei e a justiça por excelência. Isso contrastava com o que ocorria anteriormente, quando não haviam referências que unificassem a lei e a justiça territorialmente, e a segurança era uma questão com a qual os próprios indivíduos deveriam arcar.

Nos países que desenvolveram arranjos liberais democráticos, o poder estatal de imposição da lei e da ordem acabou por tornar-se uma obrigação “contratual” devida pelos governos aos cidadãos.

A “garantia” de lei e ordem, de proteção ao cidadão contra a violência, o crime e a desordem, se tornou um dos benefícios públicos cruciais conferidos ao povo pelo Estado. (GARLAND, 2008, p. 98).

A obrigação de garantia de ordem social e segurança pessoal aos cidadãos é uma característica fundamental do Estado moderno, e foi ela que deu origem a um processo através do qual o controle do crime – entendido aqui como a garantia de segurança da população em geral – deixaria de ser um encargo dos indivíduos e da sociedade civil, e se tornaria uma tarefa cuja responsabilidade caberia exclusivamente ao Estado através dos

seus mecanismos de controle social e aplicação da lei. Desenvolveram-se agências estatais especializadas encarregadas pela segurança e ordem públicas que, posteriormente, se tornariam um verdadeiro sistema de justiça criminal. Garland observa que, no caso da polícia, durante o século XIX ela gradualmente foi se transformando de um instrumento de defesa dos interesses do Estado em si para se tornar um serviço público, voltado para os direitos dos cidadãos e para o provimento de segurança e proteção para a população como um todo. Em meados do século XX, o crime já havia se tornado um assunto de alçada exclusivamente estatal, e as pessoas já se sentiam desobrigadas a tomar qualquer atitude de intervenção ativa no controle do crime. A reação normal dos indivíduos diante de um crime era procurar a polícia para relatar o fato, indicando que o crime se tornara uma questão que as autoridades responsáveis – os profissionais-funcionários públicos - deveriam resolver.

Nesse panorama, o crime se tornou um fenômeno com o qual a sociedade “não precisava se preocupar”, pois o Estado existia para garantir a ordem e a segurança. Consolida-se um sistema de justiça criminal, concebido a partir da especialização e profissionalização das agências estatais de combate ao crime e manutenção da ordem e composta por um complexo policial, um conjunto de leis criminais, uma rede de prisões e reformatórios e um aparato burocrático capacitado para registrar ocorrências, coletar informações e elaborar dados estatísticos.

Assim, a fórmula estabelecida do moderno Estado de justiça criminal – o credo da modernidade penal – entendia que o controle do crime deveria ser uma tarefa especializada, profissionalizada, de “aplicação da lei”, orientada à perseguição e acusação de criminosos. Não havia necessidade de uma política que encorajasse a ação privada. Não havia necessidade de envolver o público ou as vítimas. Não havia necessidade de enfatizar a prevenção social ou situacional. Tudo o que se exigia era um enquadramento de ameaças legais e de respostas reativas. (GARLAND, 2008, p. 103)

Durante os anos noventa do século XIX e os anos sessenta do século XX, período áureo da modernidade penal, quando se registraram níveis historicamente baixos nas taxas de criminalidade na Europa e nos EUA, esse sistema passou a ser creditado como responsável pelo sucesso no combate ao crime. À despeito dessa crença na efetividade do Estado em lidar com o crime e da verificação de baixos níveis de criminalidade nesse período, a análise de Garland sugere que é mais provável que o sucesso do sistema estatal

de combate ao crime e sustentação da ordem fosse, na verdade, mais dependente do que se pudesse supor daqueles controles sociais informais exercidos por instituições como organizações de trabalhadores e igrejas, e também por esferas de controle como a família, a vizinhança e os locais de trabalho (GARLAND, 2008). No roteiro típico da modernidade havia uma equalização na forma de socialização realizada nas diversas instituições, de modo que família, igreja, educação e trabalho operavam no mesmo sentido que os órgãos estatais e se legitimavam mutuamente, favorecendo uma certa sensação de coerência e estabilidade da vida social. Os resultados que se creditavam ao sistema de justiça criminal estatal seriam, nesse sentido, os frutos de todo um contexto social bastante específico, e não de um determinado modelo particularmente bem sucedido de combate ao crime. À despeito disso, os baixos índices de criminalidade foram amplamente percebidos como um sucesso institucional atribuído ao sistema estatal de combate ao crime e de manutenção da ordem – o que estava em sintonia com a crença moderna na efetividade do Estado em resolver os problemas sociais por meio de seus profissionais e suas burocracias orientadas racionalmente para tarefas específicas.

No período de modernismo penal o combate ao crime era uma questão exclusivamente estatal. O público geral não era instigado a participar diretamente de nenhuma ação de prevenção e combate ao crime e era totalmente excluído de quaisquer assuntos penais – cuja competência privativa era dos funcionários públicos e especialistas. Mais precisamente, e especialmente no período pós-guerra, questões referentes à lei e à ordem eram politicamente residuais ou diluídas em assuntos mais centrais nas políticas governamentais das democracias ocidentais, como educação, saúde e bem-estar. O debate público e a exploração política da lei e da ordem eram, aliás, vistos como atributos dos regimes totalitários (PRATT, 2007). Nas democracias ocidentais os assuntos penais e o desenvolvimento de políticas na área de segurança eram adstritos a um campo formado por funcionários públicos ligados ao sistema de justiça criminal e por especialistas no assunto. Apesar da configuração do sistema formal de controle do crime em cada país variar conforme as especificidades locais, o campo como um todo se estruturou em torno de determinados valores e práticas penais comuns que caracterizam um modelo típico-ideal que pode ser identificado como previdenciário penal (GARLAND, 2008) e que será tratado aqui como “Estado Penal de Bem-Estar Social”.

Intimamente vinculado ao modelo do Estado de bem-estar, o Estado Penal de Bem-Estar Social foi o paradigma hegemônico no campo da justiça criminal durante a

modernidade penal. A orientação elementar que informava suas práticas e ideias era que as ações penais buscassem sempre tomar a forma de intervenções reabilitadoras ao invés de meras punições retributivas. A partir daí, foram desenvolvidos uma série de práticas e institutos jurídicos que, interligados, dariam ao sistema de justiça criminal a configuração de uma verdadeira rede voltada para um objetivo principal: reabilitar o condenado e ampará-lo no seu processo de reintegração ao convívio social. Esse ideal de reabilitação, aliás, é o princípio fundamental do Estado Penal de Bem-Estar Social. Conforme Garland:

No enquadramento penal previdenciário, a reabilitação não era apenas um elemento entre outros. Ao revés, era o princípio hegemônico, o substrato intelectual e o valor sistêmico que unia toda a estrutura e que fazia sentido para os operadores do sistema. Ela provia uma rede conceitual, abraçada por todos, que poderia ser lançada em toda e qualquer atividade no campo penal, conferindo sentido e coerência à atividade dos operadores, bem como um sentido benigno e científico às práticas outrora desagradáveis e problemáticas (GARLAND, 2008, p. 104).

Ainda que na prática a reabilitação não fosse sempre alcançada e que nem mesmo fosse o resultado final típico do sistema penal-previdenciário, ela foi a idéia que deu coesão e consistência a todo o sistema na medida em que articulava dentro do campo penal experiências coletivas e compromissos culturais extrínsecos à ele, bem como certas premissas fundamentais dos contextos social e político do Estado de bem-estar. Nesse sentido o ideal da reabilitação incorporava ao sistema penal uma certa crença progressista típica do daquele período histórico, segundo a qual melhorias sociais e prosperidade econômica implicariam diretamente numa redução das ocorrências criminais. Da mesma forma, trazia também a ideia de que o Estado era responsável não só pela prevenção do crime e pela punição e controle dos criminosos, mas também pelo seu bem estar, pela sua recuperação e pela sua ressocialização. O Estado Penal de Bem-Estar Social, portanto, preconizava que o sistema de justiça criminal não significasse apenas uma relação punitiva entre o Estado e o indivíduo criminoso, mas que se tornasse ela mesma uma faceta daquele Estado de bem-estar e passasse a encarar o agente criminoso não somente como “criminoso”, mas também como cidadão. Por isso, o sistema penal previdenciário operava em princípio contra o encarceramento, que era entendido como contraproducente do ponto de vista da reabilitação do indivíduo, sendo que medidas comunitárias ou regimes condenatórios especiais como reformatórios e estabelecimentos correcionais seriam

preferíveis. Decerto que a materialização do Estado Penal de Bem-Estar Social não correspondeu às ideias que o motivavam, mas como foi visto, nem por isso elas deixaram de ter papel central no sistema de justiça criminal da modernidade penal, que foi efetivamente construído sob a perspectiva de reinserção do condenado ao convívio social através de estratégias que eram, essencialmente, menos punitivas do que correccionais.

Outra característica marcante do Estado Penal de Bem-Estar Social era o seu fechamento em relação ao público. Assim como a população não era estimulada a participar do controle do crime, o funcionamento do sistema penal também não era uma questão aberta à participação popular. Ainda que as autoridades do sistema contassem com um alto grau de discricionariedade dentro do sistema de justiça criminal, eram os especialistas e peritos quem ocupavam papel central nas decisões e nos tratamentos dispensados aos condenados. Questões como sentenças, classificação dos condenados, encaminhamento a instituições e regimes disciplinares específicos, e avaliações sobre os requisitos para soltura e supervisão eram muito menos dependentes das autoridades judiciais do que das análises e pareceres dos especialistas, principalmente no período pós-guerra (GARLAND, 2008). A própria formulação de políticas criminais também passou a contar com uma participação cada vez mais determinante dos *experts*. Isso significa que uma arena que fora amplamente dominada por agentes judiciais passava agora a ser colonizada por outros agentes que não eram representativos das opiniões e sentimentos do público de massa, mas que configuravam uma espécie de elite com grande poder dentro do sistema judicial.

O ideal da reabilitação, por um lado, sugerindo ao Estado encarar o indivíduo criminoso como um “cliente” e desenvolver estratégias correccionais de reinclusão do condenado no convívio social, e a grande deferência conferida aos especialistas e peritos, por outro, são características determinantes do Estado Penal de Bem-Estar Social. Entretanto, na prática, a realização efetiva dos elementos previdenciários nos sistemas de justiça criminal das democracias ocidentais variou conforme os contextos nacionais e mesmo locais. Da mesma forma, como ocorre em qualquer campo social, haviam grandes divergências, antagonismos e insatisfações dentro do próprio sistema, e haviam defensores tanto de posições mais liberais, argumentando que o crime era fundamentalmente o resultado da desigualdade social e que a punição era menos produtiva do que o tratamento e a reforma dos condenados, quanto de posições mais conservadoras, defendendo a responsabilização individual pela desobediência à lei e destacando o efeito intimidatório de

uma justiça mais punitiva. Contudo, como observa Garland, todos os agentes do campo, em todos os seus espectros e à despeito das divergências e tensões, falavam o idioma do bem-estar penal: mesmo os defensores de posições mais duras e menos compreensivas concordavam que, apesar dos efeitos imediatamente intimidatórios de uma atuação mais punitiva do sistema penal, a solução real para o crime estava, fundamentalmente, no tratamento correcional. Para o autor, o paradigma do bem-estar penal não foi questionado durante todo o modernismo penal, e pelo menos até a década de 70 do século XX as dissensões dentro do campo foram solucionadas na própria prática cotidiana específica de cada uma das instituições penais locais.

Ao longo do tempo, estas tensões foram resolvidas no curso das interações diárias e através do compromisso institucional. Delicados equilíbrios de poder foram engendrados pela lei e pela prática.(...) Foi antes este previdenciarismo penal prático do que qualquer teoria específica ou verdade criminológica que lapidou os modos de pensar e os hábitos dos operadores do sistema e dos formuladores das políticas (GARLAND, 2008, p. 109).

O bem-estar penal, portanto, formatou tanto a perspectiva sob a qual o crime foi entendido, como também as orientou as práticas desenvolvidas nos sistemas de justiça criminal durante a maior parte do século XX.

Esta característica deu margem a uma ontologia institucionalizada, que definia o problema do crime, e a uma epistemologia que ditava como este problema deveria ser conhecido, bem como os meios apropriados para entendê-lo e abordá-lo (GARLAND, 2008, p. 109).

Foi visto até aqui que a ascensão do Estado moderno esteve intimamente relacionada à capacidade do poder estatal monopolizar o emprego legítimo da violência para solucionar conflitos internos e impor um tipo de ordem social através da pacificação das relações sociais dentro do seu território. Progressivamente, com a consolidação do Estado moderno e o desenvolvimento de um sistema de justiça, essa característica passou a ser percebida como uma obrigação contratual dos governos para com os cidadãos: a garantia de ordem e segurança tornou-se um direito de cidadania devido pelo Estado, e não mais a imposição da vontade estatal aos súditos. Também foi visto que desde os últimos anos do século XIX começa a se delinear uma forma específica de percepção e de abordagem do crime, de acordo com a qual o combate ao crime seria uma questão de competência exclusivamente da racionalidade estatal e da qual a sociedade civil deveria se

abster totalmente. A criminologia buscava compreender as razões para a existência do problema do crime, e os especialistas e operadores do sistema de justiça criminal entendiam que os indivíduos que cometiam crimes deveriam ser submetidos a tratamentos correccionais visando a sua reabilitação. No período compreendido entre a última década do século XIX e a década de 70 do século XX, período áureo da modernidade penal, essa perspectiva definida como previdenciário penal se desenvolveu e se tornou a orientação padrão sob a qual as democracias ocidentais construíram seus sistemas de justiça criminal. Especialmente no período pós-guerra, o paradigma do Estado Penal de Bem-Estar Social se tornou hegemônico e foi uma das vertentes do emergente modelo de Estado de bem-estar social, quando era forte a crença na capacidade interventiva do Estado na resolução de problemas sociais. Essa confiança no poder estatal de sempre vencer o crime vigorou até a década de 70 do século XX, quando rapidamente o panorama se transformou por completo.

Mudanças na justiça criminal: a centralidade do tema do crime nas sociedades contemporâneas

Apesar de fortemente consolidado e estável, o modernismo penal abruptamente entrou em crise em meados dos anos 70. O Estado Penal de Bem-Estar Social começou a perder apoio a partir de ataques sistemáticos à suas premissas sobre o crime e o criminoso, e também às suas ações concretas, sendo deslocado de sua posição de orientação hegemônica na abordagem oficial do crime nas democracias ocidentais. As críticas ao sistema de justiça criminal que deram origem à essa crise foram lançadas originariamente de dentro do próprio campo penal e, em linhas gerais, pode-se afirmar que, apesar de terem sido posteriormente apropriadas por outros campos e se desdobrado em um movimento de conotações fortemente reacionárias à abordagem penal previdenciária, as críticas iniciais visavam um aprimoramento do próprio campo almejando, ironicamente, uma ampliação dos direitos dos presos, restringindo a discricionariedade do poder estatal e minimizando o encarceramento.

Tais críticas enfraqueceram o enquadramento penal previdenciário, o que paradoxalmente possibilitou a emergência de uma abordagem política completamente oposta ao que pretendiam promover¹³. Rapidamente foi se perdendo a confiança total na

¹³ Uma análise detalhada dos ataques internos ao Estado Penal de Bem-Estar Social e das alterações radicais no percurso que propunham é feita por David Garland no capítulo 3 do livro “A Cultura do Controle”.

efetividade de intervenção estatal, e mesmo em países aonde o Estado Penal de Bem-Estar Social não chegou a se desenvolver plenamente o sistema de justiça criminal ficou desacreditado na medida em que se apontava o fracasso do correccionalismo e a incapacidade do saber especializado fornecer orientações eficazes para o controle do crime. Ao se deslocarem do campo criminológico e serem apropriadas por outras áreas as críticas ao Estado Penal de Bem-Estar Social, ganharam um caráter mais emocional e dramático do que propriamente intelectual, e acabaram por configurar um verdadeiro movimento de reação exagerada àquele modelo, envolvendo grandes parcelas da sociedade e unindo momentaneamente espectros políticos polarizados (CAVENDER, 2004; PRATT, 2007; GARLAND, 2008).

Ainda que pareça estranho que um campo tão estabilizado, com uma forma de abordagem tão bem consolidada, pudesse entrar em crise e ruir, o fato é que os ataques ao Estado Penal de Bem-Estar Social se deram num contexto em que ruía também um importante conjunto de crenças modernas quanto o papel do Estado e às políticas de bem estar como um todo. Os modos de vida, as estruturas sociais e as sensibilidades que deram sustentação e longevidade ao modernismo penal também estavam dramaticamente transformados, e a ofensiva contra o bem-estar penal se dava num ambiente de profundas alterações sociais, econômicas, políticas e culturais. Isso também explica porque as críticas iniciais, que visavam aprimorar o sistema de justiça penal, não tiveram sucesso: apropriadas por forças reacionárias, elas contribuíram para o enfraquecimento do campo que acabou por ser reconfigurado num contexto social já completamente distinto.

Os processos que minaram a credibilidade do previdenciarismo penal não foram os mesmos que subsequentemente o destruíram. O dano original à estrutura foi produzido no início dos anos 70, como resultado das forças radicais e reacionárias trabalhando em linha, e as forças reacionárias ocuparam a posição dominante. A crítica à reabilitação foi, inicialmente, uma crítica progressista. O ataque posterior ao sistema, nos anos 1980 e 1990, se deu num contexto de regressão do humor e do temperamento público, contra um 'background' de modificação da percepção do problema central e como parte da criação de uma nova e menos inclusiva narrativa cívica (GARLAND, 2008, p. 172).

Processos envolvendo mudanças na dinâmica da economia e da produção capitalista, gigantescos avanços tecnológicos envolvendo transportes e sistemas de informação e comunicações, alterações na estrutura das famílias e nos relacionamentos

peçoais, novas configurações na distribuição populacional e nas relações da população com o espaço urbano, a ascensão dos meios de comunicação eletrônicos e o surgimento de uma ecologia da comunicação, e a participação cada vez maior do público de massa das esferas cultural e política podem indicar, resumidamente, as principais forças que conduziram as alterações históricas nas democracias ocidentais a partir da segunda metade do século XX, promovendo transformações profundas que vão desde as grandes estruturas sociais como a economia global e o modelo de Estado moderno, até as intimidades da vida cotidiana dos indivíduos e do próprio self. As questões contemporâneas envolvendo ao crime e o seu controle são profundamente afetadas por essas mudanças, mas, mais do que isso, na pós-modernidade o crime se torna um tema central através do qual são simbolicamente articuladas reações, novas posturas e adaptações num contexto de incerteza e insegurança que marcam os novos tempos.

Toda transformação social envolve simultaneamente dimensões simbólicas e concretas, de forma que o processo através do qual o crime se torna uma questão central na vida contemporânea, além de articular simbolicamente os sentimentos e emoções do público em relação às mudanças sociais e às condições de vida, diz respeito também a novas configurações e experiências concretas do público com o crime. A partir dos anos 70 os países industrializados experimentam como um todo um crescimento consistente nas taxas de criminalidade (GARLAND, 2008; PRATT, 2007). Esse fato parece estar intimamente associado à dinâmica das transformações da pós-modernidade observadas acima, instalando uma configuração social que torna as sociedades pós-modernas como mais propícias ao crime¹⁴. O aumento nos índices de criminalidade registrados a partir do final dos anos 60 na maioria dos países industrializados trouxe a experiência do crime, direta ou indireta, para uma esfera rotineira da vida das pessoas. Mesmo sem serem vítimas diretas, os indivíduos passam a viver num ambiente em que o crime é uma presença constante – tanto simbólica como concretamente. Conforme Garland, o crime se torna um fato social normal, e a convivência com o crime gera novas formas subjetividade, de ações e de representações que são incorporadas à percepção naturalizada de mundo dos indivíduos, ensejando uma “nova experiência do crime”.

Entre os anos 1960 e 1990, todo um complexo de fenômenos relacionados se erigiu em torno do crime –

¹⁴ Fatores como maiores oportunidades para o cometimento de crimes em razão das novas formas de trabalho, de ecologia urbana, do aumento de bens de consumo, redução da eficácia dos controles sociais e individuais, aumento das desigualdades sociais e econômicas, entre outros, são apontados como potencializadores do aumento da criminalidade no mundo contemporâneo.

notadamente, um medo disseminado do crime, comportamentos rotineiros de cautela, representações culturais e midiáticas popularizadas e uma generalizada “consciência do crime”. Neste sentido, a alta criminalidade – e as reações a ela – se transformou em princípio organizacional da vida diária, parte integrante da organização social. (GARLAND, 2008).

Nesse sentido o crime (ou mais precisamente, o medo do crime) se torna um elemento estruturador da vida social na pós-modernidade. Segundo o autor, mesmo em períodos em que as taxas de criminalidade caíram, o medo do crime não diminuiu, indicando a existência de um elemento cultural sedimentado e fortemente enraizado.

Essa nova experiência do crime é, certamente, atravessada por diversos fatores que implicam numa variação da sua distribuição, de modo que a probabilidade de vitimização, o nível de medo, ou as crenças sobre as causas e as soluções para o crime, por exemplo, são desigualmente distribuídas. Entretanto, o que se pretende enfatizar aqui é a reconfiguração social que de forma ampla e geral alçou o crime a uma posição muito mais relevante do que fora até então. A experiência do crime, que era algo excepcional e incomum, passa a ser rotineira. Se o combate ao crime era um tema exclusivamente estatal, agora a sociedade passa a se envolver cada vez mais, e o grande público participa ativamente de ações de prevenção e controle.

O funcionamento do sistema de justiça criminal também foi afetado na medida em que gradativamente passou a ser visto como incapaz de frear o aumento na criminalidade. A ampliação da abrangência dos meios de comunicação de massa – principalmente com o grande desenvolvimento das tecnologias eletrônicas – também evidenciou mais as instituições e os procedimentos correccionais que antes eram fechados ao grande público, que passou a cobrar resultados das autoridades responsáveis. Na tentativa de se adaptarem ao novo estado de coisas, as instituições de controle do crime passaram a se reorganizar, concebendo novos mecanismos e formas de ação que correspondessem à expectativa pública de maior efetividade no controle do crime. Mais fruto das contingências do que de planejamento (GARLAND, 2008), as transformações pelas quais os sistemas de justiça criminal passaram e vêm passando indicam uma correlação de forças sociais muito diferente daquela que marcou o modernismo penal. Primeiramente, enquanto um fato social normal o crime é um elemento constante no cotidiano das pessoas. Isso significa que uma das bases de sustentação do Estado moderno – qual seja, a idéia de que o Estado é capaz de manter a ordem social e garantir a segurança dos cidadãos controlando o crime

dentro de seu território – foi comprometedoramente abalada. O envolvimento da sociedade no controle do crime é uma característica das sociedades contemporâneas, assim como a desconfiança do público quanto à atuação dos órgãos da justiça criminal. A autoridade estatal foi fortemente abalada pela nova experiência do crime, e um dos resultados que se observa é o surgimento de novas formas de abordagem do problema, menos orientadas para a compreensão e a reabilitação e mais direcionadas para a punitividade e o controle situacional¹⁵.

Em segundo lugar, e em decorrência do “vazamento” do tema do crime para a esfera social, por um lado, e da ampliação dos canais de participação popular permitida pelos meios de comunicação, o público de massa passa a se envolver cada vez mais no funcionamento da justiça criminal e no desenvolvimento das políticas criminais. Um sistema que era fechado e dominado por especialistas e autoridades governamentais se torna progressivamente mais aberto à participação popular. Como se verá adiante, o resultado foi muitas vezes uma inversão completa no poder de determinar os destinos da política criminal: a opinião dos especialistas se torna cada vez mais desacreditada, e a expressão popular ganha força e papel decisivos – principalmente através da figura da vítima.

Por fim, cabe notar que se durante o modernismo penal o tratamento de questões referentes à lei e à ordem estavam diluídas em assuntos mais centrais para as políticas governamentais como educação, saúde e bem-estar, a partir dos anos 70 elas se tornam cada vez mais autônomas e independentes. Isso coincide com as novas orientações criminológicas orientadas pelas ascendentes teorias do controle que, muito próximas do senso comum, tendem a focar o ato criminoso como resultado de uma escolha racional e deliberadamente orientada, não vinculada necessariamente a outras questões de origem social, mas ligadas a oportunidades e a características individuais. Como resultado, o ideal da reabilitação perde grande parte da força que tinha, e o condenado deixa de ser idealmente visto como um cidadão com o direito de ser reabilitado e ressocializado, passando a ser encarado como um criminoso, um “outro”, que deve ser retirado do convívio social e punido pelo seu ato. A prisão é reinventada não como mecanismo de reforma do condenado, mas como pura punição, instrumento que neutraliza o outro-

¹⁵ Garland aponta o dilema que tal situação traz para as autoridades governamentais, que ao mesmo tempo em que concluem que o Estado sozinho não é capaz de controlar o crime, percebem também que reconhecer publicamente esse fato tem consequências políticas desastrosas. Como resultado, o autor aponta para algumas respostas ambivalentes as quais ele classifica em adaptativas e não adaptativas (GARLAND, 2008).

criminoso (exigência popular de segurança pública) ao mesmo tempo em que lhe retribui o sofrimento causado, satisfazendo os sentimentos populares de vingança e castigo.

Essas transformações na percepção social do crime e do seu lugar simbólico, e, conseqüentemente, nas políticas criminais e no funcionamento do sistema penal estão conectadas às transformações mais amplas pelas quais as sociedades contemporâneas vêm passando. Em grande medida os fenômenos ligados ao campo do controle do crime articulam reações ou adaptações à dinâmica do mundo contemporâneo, de modo que a análise do campo do controle do crime está inserida numa análise social mais ampla. Entretanto, como foi visto, o lugar simbólico de destaque que o tema do crime assume nas sociedades democráticas é decisivo nas formas de organização social pós-moderna, desde o dia-a-dia da vida cotidiana até a política, economia e cultura. O colapso do mito do Estado moderno enquanto mantenedor da ordem e provedor de segurança, por exemplo, produz uma série de fenômenos interligados onde a tematização criminal articula e representa os sentimentos públicos em relação à insegurança e incerteza que marcam esse período de mudanças. A virada punitiva que se observa no campo do controle do crime, por exemplo, sinaliza uma tendência não apenas política, mas também social e cultural, de resistência às transformações contemporâneas, ou, mais precisamente, de reação à insegurança e à incerteza geradas pela ameaça à ordem, à autoridade e à soberania que sustentavam o Estado moderno.

O aumento nas taxas de criminalidade registrado nos anos 70 não significou, de forma alguma, que a distribuição do crime deixou de se desigual. Os pobres continuaram sofrendo mais com a vitimização do que a classe média e os ricos. Entretanto, em poucos anos o crime se tornou uma experiência relevante não apenas para os pobres, mas para a população urbana como um todo, e já no final da década qualquer pessoa que possuísse automóvel, se deslocasse pela cidade ou deixasse sua casa vazia, por exemplo, precisava se preocupar com o crime e tomar certas atitudes para evitá-lo (GARLAND, 2008). À medida que os sinais de desordem e a possibilidade real de se tornar vítima do crime se faziam presentes nos espaços urbanos, o medo se tornou um elemento inseparável da vida cotidiana das pessoas. O medo do crime associado à outras aflições e incertezas mais difusas advindas das velozes transformações sociais e nos modos de vida fez com que a insatisfação social assumisse também a forma de uma política de reação. Essa forma política canaliza aquelas angústias sociais difusas através de uma perspectiva de mundo e de um conjunto de propostas e ações específicas. A presença constante do crime e a da

possibilidade de se tornar vítima passou a ser traduzida politicamente como a vitimização dos “cidadãos decentes que pagam seus impostos e obedecem às leis” pelo próprio governo que não trata os criminosos como deveria. O que precisa ser destacado é que, mais do que apenas a exploração das questões de “lei e ordem” pelos atores políticos, se trata aqui principalmente de uma transformação nas sensibilidades do público de massa provocadas pela nova experiência do crime e pelas ansiedades diante das incertezas que caracterizam a nossa época, de modo que há algo intrínseco na cultura contemporânea que alimenta um movimento fortemente emocional de reação à pós-modernidade. O apoio a medidas penais mais duras e menos compreensivas é uma das principais formas pelas quais isso se exprime. Indignação, raiva, ressentimentos são emoções que caracterizam as novas sensibilidades públicas para com o sistema de justiça criminal, e as expressões de tais sentimentos dão origem à formas culturais legitimadas para lidar com eles (GARLAND, 2008).

A canalização política de tais sentimentos indica uma disposição pública aparentemente paradoxal em relação ao Estado contemporâneo, mas que na verdade não é. O Estado e os governos contemporâneos em geral sofrem constantemente duras críticas da população devido à sua alegada ineficiência em controlar o crime, ao excesso de benefícios concedidos aos condenados e à falta de punição adequada para aqueles que violam as leis. Essas acusações assumem geralmente um tom emocional e mobilizam os indivíduos a formarem grupos pela lei e ordem, pressionando as autoridades a serem mais duras com os criminosos, a aprovarem leis mais severas, a criarem normas que criminalizem certas condutas e instituíam novos tipos penais. Essa mobilização popular em apoio da lei e da ordem é amplamente explorada por políticos que tentam dar voz a essas pessoas propondo políticas e ações mais punitivas e duras. O que deve ser observado, entretanto, é que ao criticarem o poder público a maioria dessas pessoas não deseja enfraquecer o Estado, mas, ao contrário, querem reafirmar a autoridade estatal e a sua capacidade de impor ordem à sociedade e pacificar as relações sociais, mesmo que por meios violentos – exatamente como o Estado moderno se propunha a fazer. Daí o apoio que agentes formais de controle social e imposição da ordem – principalmente as polícias - costumam receber do público de massa em situações concretas: mais do que outros órgãos do sistema de justiça criminal, eles conseguem encarnar de forma mais imediata os desejos de punição e imposição da ordem. É nesse cenário que John Pratt observa o florescimento de um populismo penal,

que ele reputa como um dos processos sociais definidores do mundo contemporâneo (PRATT, 2007).

O populismo penal: políticas penais e sentimentos punitivos do público de massa

Pratt observa que na maioria das sociedades democráticas ocidentais o aumento do apoio popular à medidas punitivas e de restauração da lei e da ordem é uma tendência que está ligada às transformações da pós-modernidade. Ele destaca uma importante e generalizada reconfiguração do poder de punir em tais sociedades, em que a justiça criminal se torna central no debate público, e o público de massa participa ativamente de uma discussão que antes estava restrita a especialistas e agentes do sistema penal. Esse debate envolve, como vimos, questões ligadas à autoridade do Estado, e é marcado pela participação inflamada de indivíduos e grupos que defendem mais punição e menos direitos aos condenados. Embora esse sentimento de punitividade não seja ele mesmo uma novidade¹⁶, o que é inédito é a forma como se articula em torno de valores e atitudes reacionárias, bem como a vertebração política que lhe dá a força para impactar as instituições do sistema criminal reconfigurando todo o cenário. O envolvimento do público de massa com questões que antes eram exclusividade da justiça penal reflete uma transformação fundamental na própria relação entre Estado e população que marcou o período moderno (PRATT, 2007).

Para o autor, o populismo punitivo seria a constituição social da política nas sociedades democráticas contemporâneas, onde o crime se transforma num tema simbólico chave através do qual indivíduos e grupos expressariam publicamente suas posições em relação às transformações características da pós-modernidade, o que teria profundas repercussões sociais e políticas. Os sentimentos punitivos não estariam instrumentalmente ligados à punição e controle do crime, mas antes a novas formas simbólicas de lidar com o declínio da autoridade estatal e a novas formas de expressão política através das quais o público procuraria algum tipo de reafirmação ou demonstração de que ainda haveria algum poder capaz de controlar os eventos e impor ordem social. Nesse sentido, é possível concluir duas coisas importantes: primeiramente, mais do que uma resposta específica ao problema do crime, as alterações nas disposições e sentimentos do público em relação ao tema (e, conseqüentemente, na política e na justiça criminal) derivam de preocupações com

¹⁶ Pratt entende que entre o público geral tais sentimentos sempre existiram, mas na estrutura social e política moderna esses sentimentos não tinham grande repercussão nem eram politicamente relevantes, o que só começou a mudar na década de 1970 (PRATT, 2007).

a restauração de uma coesão social e moral que foi profundamente alterada diante das transformações do mundo contemporâneo. Para Pratt, essas transformações estariam especialmente ligadas à desintegração dos principais indicadores de segurança e estabilidade do mundo moderno, afetando a segurança ontológica dos indivíduos (GIDDENS, 1991). Tanto na vida pública quanto na vida privada das pessoas, transbordam ansiedades liberadas por um cotidiano imprevisível, onde as condições modernas necessárias para que os indivíduos possam lidar com seus medos não mais existem: trabalho, família, religião, relações interpessoais, por exemplo, passam a ser marcados por instabilidades e fragilidades que repercutem significativamente sobre o equilíbrio emocional dos indivíduos. Além disso, o declínio da deferência, as limitações da soberania estatal, o desencantamento com as grandes instituições políticas das democracias ocidentais, e a emergência de uma ordem econômica não controlada por nenhuma autoridade são acontecimentos que, em nível macro, também impactam a segurança dos indivíduos e a construção do self (GARLAND, 2008). As transformações do sentimento do público em relação ao crime, bem como as mudanças que vêm ocorrendo no próprio campo do controle do crime, mais do que respostas específicas ao problema do crime, devem ser vistas como reações à insegurança ontológica que caracteriza a vida pós-moderna.

Em segundo lugar, e justamente pelo fato da reação ao crime não estar instrumentalmente ligada às ocorrências criminais em si, o medo é independente das taxas de crime (PRATT, 2007). Diversos autores apontam o fato de que mesmo quando os índices indicam que a criminalidade diminuiu, as pessoas continuam acreditando que ela cresce (ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE & MICHALOWSKI, 1999; PRATT, 2007; REINER, 2004), transformando o medo num dos elementos estruturadores da vida. Essa crença numa escalada constante da criminalidade reflete e reforça a sensação de perda da coesão social e de insegurança, ao mesmo tempo em que alimenta a visão de que o governo não consegue controlar o crime. Como efeito, as pessoas se sentem mais vulneráveis, o que amplia as demandas por medidas mais severas contra o crime. A sensação de que qualquer um pode ser vítima de um crime a qualquer momento torna o público mais dependente e suscetível a apoiar propostas e ações duras e repressivas, desde que prometam aliviar suas inseguranças e ansiedades (REINER, 2004).

É importante que o populismo penal não seja visto apenas como uma exploração dos medos e dos sentimentos punitivos do público pelos governos e agentes da política¹⁷. Para além de oportunismo político, o termo refere-se às profundas mudanças sociais e culturais que começaram na década de 1970 e ainda hoje vêm se disseminando e alterando a configuração do poder de punir nas sociedades democráticas – ainda que essa alteração e seus impactos assumam feições específicas em cada sociedade (PRATT, 2007). De forma geral, pode ser observada nas democracias ocidentais uma tendência acentuada de desenvolvimento de políticas penais cada vez mais orientadas pelas emoções e pelos sentimentos punitivos do público de massa, com uma forte ressonância entre agentes do campo político e forças externas ao poder estatal, como organizações não-governamentais ou grupos de pressão “que advogam uma reconfiguração das penas e dos modos de aplicação das mesmas em direção à política da lei e da ordem” (GAIO, 2011). O populismo punitivo vê os criminosos e condenados como sendo favorecidos por um sistema criminal que se preocuparia demasiadamente com seus direitos e seu bem-estar, ao mesmo tempo em que os cidadãos que respeitam as leis e a ordem e que são vítimas estariam sendo verdadeiramente punidos por serem obrigados a conviver com o medo e a impunidade. São esses setores da população que se percebem abandonados e ignorados pelos governos que falam através do populismo penal. Entretanto, é importante deixar claro que o populismo penal nada tem a ver com movimentos sociais de minorias ou com grupos de excluídos que se mobilizam em torno do reconhecimento e da garantia de seus direitos. Pelo contrario, o populismo penal acredita que a maioria é que é oprimida e que tem seus interesses desconsiderados em prol dos direitos excessivos de grupos minoritários.

When rights are referred to in penal populist discourse, it is usually the rights of the public at large to safety and security, and the withdrawal of rights from those very groups (immigrants, asylum seekers, criminals, prisoners) on whose behalf other social movements are campaigning for. In these ways it claims to represent the rights of the general public, not fringe groups or minorities, against what is perceived to be the privileged, highly educated, cosmopolitan

¹⁷ A exploração especificamente política e eleitoral do medo do crime é conceituada por Paul Chevigny como “populismo do medo”. No artigo “The Populism of Fear – politics of crime in the Americas”, o autor investiga os efeitos dessa exploração e conclui que o populismo do medo é um dos elementos que caracterizam os processos eleitorais nos países americanos, havendo, entretanto, uma grande diferença quanto as suas consequências objetivas nas políticas criminais dos EUA em relação aos demais países americanos. (CHEVIGNY, 2003)

elite whose policies have put its security at risk.
(PRATT, 2007, p. 21)

Demonstrando sua raiva e sua descrença em relação sistema de justiça criminal, o público de massa o pressiona a adotar medidas que correspondam a essa demanda – o que se torna problemático, já que o sistema foi construído a partir de outras premissas, principalmente a premissa do monopólio da política criminal, segundo a qual o público não deveria se envolver nas discussões sobre política criminal. Como feito, crescem as manifestações populares por mais rigor e punição, assim como por menos benefícios aos condenados. Para o populismo penal, a prisão não é um meio de reforma do condenado, mas um fim em si mesmo: ela serve para castigar quem viola as leis e para manter os criminosos afastados dos “cidadãos de bem”. A reinvenção da prisão enquanto punição também repercute na tentativa de transformá-la em um espetáculo simbólico de reafirmação do poder da lei e da ordem e de vingança pública, humilhação e desvalorização do indivíduo criminoso (PRATT, 2007).

O populismo penal, portanto, clama falar por quem está “ao lado do povo”. A linguagem ao estilo tablóide, simplificadora e direta, procura deixar claro que o populismo penal expressa as opiniões e necessidades do público de massa, e não de movimentos sociais liberais, acadêmicos especialistas ou mesmo dos interesses do *establishment* político. Aqueles que usam a linguagem do populismo ganham autoridade e status, pois empregam como referências o senso-comum, manchetes de jornal e experiências pessoais e localizadas ao invés do conhecimento especializado e análises racionais (PRATT, 2007). Quem não fala a linguagem do populismo penal, não fala pelo público nem para público.

O crime e a política do medo

Para além de um fenômeno quantificável diretamente, o populismo penal assume a forma de “sentimentos e instituições” (PRATT, 2007), incorporando-se ao dia-a-dia do homem comum. No populismo penal aqueles indivíduos que se sentem ameaçados pelas transformações da pós-modernidade compartilham, através do medo do crime, significados comuns que conferem sentido e coerência às suas experiências, sentimentos e inseguranças – que são emuladas na nova experiência com o crime nas sociedades contemporâneas. Ao acreditarem-se ignorados pelos governos em suas demandas por mais segurança, canalizam seu ressentimento em expressões de raiva e descrédito em relação ao sistema criminal. Desse modo, o populismo penal opera no nível do senso-comum, ou seja, como uma forma naturalizada de definir a realidade da vida cotidiana e de agir em relação a ela. Para Pratt,

isso acontece principalmente quando conversas rotineiras entre as pessoas passam a girar em torno de preocupações e ansiedades quanto ao crime e a desordem, por exemplo; ou quando os meios de comunicação de massa são povoados por demonstrações de raiva e apreensão diante de tais questões; ou quando os diversos meios e canais de comunicação e informação passam a funcionar como válvulas de escape para que o público de massa possa se manifestar diretamente sobre o tema; ou quando os termos do debate sobre crime e punição são informados mais pelas emoções evocadas pelas suas representações do que pela sua análise racional; ou ainda quando casos específicos e eventos episódicos tornam-se as orientações mais poderosas das políticas criminais, relegando os resultados das pesquisas e a opinião dos especialistas a um papel secundário (PRATT, 2007).

A sensação de insegurança que atravessa a experiência de estar no mundo é uma das características marcantes das sociedades ocidentais contemporâneas. Essa sensação de insegurança é muitas vezes articulada através do medo – principalmente o medo do crime. É precisamente este elemento, o medo, que nutre as perspectivas e expectativas do populismo penal. O medo é, antes de tudo, uma emoção – uma emoção relacionada à presença de alguma ameaça real ou potencial. Cessada a fonte da ameaça, cessa também o medo. Entretanto, o ambiente social pós-moderno é, como vimos, um ambiente repleto de riscos e perigos que ameaçam tanto a existência física do indivíduo quanto a estabilidade da sua noção de eu. Esses riscos e perigos são difusos e permanentes, dispersos pelo tecido social da vida cotidiana sem uma origem única e tangível. Ainda que eles sejam percebidos como mais ou menos administráveis, são fontes constantes de insegurança e medo com as quais os indivíduos precisam conviver (BAUMAN, 2006). O controle e a administração dos riscos e perigos é tarefa interminável para o indivíduo contemporâneo – característica das sociedades do controle descritas por Deleuze (DELEUZE, 1998) -, assim como a convivência com os medos difusos que eles deflagram. Entretanto, o populismo penal canaliza esses medos difusos para o crime, elemento que (juntamente com as drogas) recebe facilmente a culpa por todos - ou quase todos - os males que afligem a sociedade¹⁸. Essa transformação simbólica é autorizada pela nova experiência do crime na sociedade contemporânea descrita anteriormente, e é justamente ela que faz com que o medo do

¹⁸ Adam Sutton chama atenção para o fato de que as políticas criminais da maioria dos países ocidentais têm algumas características fundamentalmente incoerentes com seus padrões sociais, seus arranjos econômicos e com os modelos neoliberais de poder e administração do risco. Para ele, isso está relacionado ao contexto social mais amplo de medo e insegurança desses tipos de sociedade, o que confere às drogas e ao crime um significado simbólico e cultural específico (SUTTON, 2000).

crime seja hoje muito mais do que simplesmente uma emoção. Transformado num sentido simbólico, o medo do crime explica o mundo e passa a servir como referência “natural” para as atitudes e disposições dos indivíduos em relação à realidade – ou seja, quando as pessoas definem a realidade como ameaçadora, elas passam a se comportar de forma coerente com essa definição, criando um ambiente social que efetivamente se inspira no medo. Daí a proliferação de câmeras de vigilância, o crescimento do mercado de segurança privada, os veículos blindados e rastreados por satélite, os detectores de metais, por exemplo, que são percebidos como elementos corriqueiros pelas pessoas, bem como mudanças nas formas de convivência e no comportamento social motivadas pelo medo do crime, que ocorrem naturalmente como se fossem banais. Num contexto como esse, o crime se torna um tema central do debate público, e área da segurança pública passa a receber muito mais atenção dos políticos e dos meios de comunicação de massa.

Quando o medo se torna um elemento cultural decisivo, o populismo penal ganha força apresentando formas de interlocução para público de massa se manifestar e articular na esfera pública seus sentimentos e opiniões. A crença de que o crime está fora de controle, e que os governos e as autoridades do sistema de justiça criminal não dão a devida atenção ao problema, transforma o envolvimento direto dos indivíduos na questão uma reação possível. Pratt ressalta que, ainda que em princípio isso possa sugerir que existem pressões no sentido de subverter a ordem, na verdade essa é uma forma de ação política que visa exatamente manter a ordem social e resguardá-la de qualquer desordem num momento em que a autoridade do Estado é vista como muito fraca ou muito incapaz de fazê-lo por si mesma (PRATT, 2007). Dessa forma, o populismo penal se aproveita de atitudes públicas informadas pelo medo do crime para promover consenso e uniformidade em torno de propostas reacionárias de preservação da ordem e coesão social num mundo em que o crime ameaça fragmentar a sociedade. Essa reconfiguração simbólica do medo que sustenta o populismo punitivo é referida por David Altheide como “política do medo” (ALTHEIDE, 2006), e como será analisado no capítulo seguinte, é uma característica cultural das sociedades democráticas ocidentais onde o medo do crime se torna uma perspectiva banal e articulada através da linguagem, o que confere um papel especial aos meios de comunicação de massa.

É essa política do medo que sustenta o populismo penal: muito mais do que um temor específico, o medo é uma perspectiva de mundo.

Em resumo

O populismo penal se configura como um dos principais processos que caracterizam as democracias ocidentais contemporâneas. Ele se liga às dramáticas reconfigurações do poder de punir em tais sociedades, onde o campo do controle do crime foi completamente transformado com o fim da hegemonia do Estado Penal de Bem-Estar Social.

A perspectiva de um Estado Penal de Bem-Estar Social foi a orientação que vigorou no campo do controle do crime dos países ocidentais desde fins do século XIX até a década de 1970. Fortemente baseado no ideal da reabilitação e na exclusividade estatal da política criminal, ele foi a base sobre a qual se desenvolveram os sistemas de justiça criminal em diversos países. Ainda que em cada país esses sistemas tenham tido suas características próprias conforme os contextos nacionais, todos eles basicamente observavam os princípios gerais do modelo do bem-estar penal, norteando-se pela ideia de que o crime estava relacionado às condições sócio-econômicas e, dessa forma, apostando em políticas de bem-estar como a melhor maneira de prevenir a criminalidade. O indivíduo criminoso era idealmente visto como alguém que, mais do que punição, deveria ser atendido pelo sistema penal previdenciário que se encarregaria de sua reabilitação para que fosse reinserido no convívio social. Esse atendimento era um processo quase totalmente orientado por especialistas e profissionais do sistema de justiça criminal, que tinham grande autoridade e influência no campo penal – sendo que o funcionamento do sistema de justiça criminal e suas concepções não era aberto ao público, que não opinava nem participava diretamente das discussões e decisões sobre as políticas criminais,

Tudo isso começou a mudar a partir dos anos 1970. O Estado Penal de Bem-Estar Social foi sendo atacado – inicialmente por agentes do próprio campo que visavam aprimorá-lo, e, logo em seguida, por forças reacionárias que viam nele uma abordagem excessivamente suave e insuficiente para lidar com o crime de forma adequada. O resultado foi um colapso do campo conforme era conhecido, que passou a ser cada vez mais povoado por perspectivas punitivas e segregatórias. Assim como o ideal da reabilitação perdeu sua hegemonia – sendo a prisão reinventada enquanto pura punição e forma de neutralização de indivíduos criminosos -, a deferência que se conferia aos profissionais e especialistas também perdeu espaço. Uma nova força motriz passou a influenciar cada vez mais as decisões, ações e políticas criminais: a participação do público de massa.

O populismo penal se refere justamente a essa reconfiguração que caracteriza o poder de punir na maioria dos países democráticos ocidentais – ainda que não em todos, o que sinaliza que não se trata de uma tendência inevitável. A interferência direta e emotiva do público de massa no funcionamento do sistema de justiça criminal implica em que cada vez mais medidas duras e punitivas tendem a ser implementadas visando atender às demandas populares de lei e ordem.

A ideia desse capítulo foi sustentar que a relação entre o público de massa e o Estado na pós-modernidade é fortemente marcada pela questão do crime, ou, em outros termos, pela segurança pública. O populismo penal revela uma relação aparentemente paradoxal entre o público e o Estado: ao mesmo tempo em que o público de massa nutre uma grande dose de desconfiança e decepção em relação ao Estado, acreditando que suas vozes não são ouvidas pelas autoridades, o populismo penal também necessita dessas autoridades para fazer valer as suas reivindicações de endurecimento com o crime. Na verdade, o populismo penal refere-se a um fenômeno reacionário, no qual o público reage às transformações mais amplas e profundas da pós-modernidade. Apesar de atacarem o Estado, o que o público de massa quer não é romper com a ordem, mas sim mantê-la num período em que o estado é visto como muito fragilizado ou incapaz de fazê-lo por si mesmo. Dessa forma, o populismo penal revela também o lugar simbólico central que o crime passou a ter no imaginário da pós-modernidade: o crime é um tema que articula politicamente os medos e as inseguranças difusas do público num mundo em que os referenciais de estabilidade se tornaram frágeis e onde a própria segurança ontológica dos indivíduos é ameaçada. Na base do populismo penal, portanto, está um processo social que incute o medo do crime na perspectiva de mundo das pessoas, um processo denominado por David Altheide como “política do medo” e que, como será visto no capítulo seguinte, atravessa todos os aspectos da cultura ocidental contemporânea.

CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DO CRIME NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E A POLÍTICA DO MEDO

No capítulo anterior, foi visto que a pós-modernidade nas sociedades ocidentais é marcada pela sensação constante de insegurança motivada pelos perigos reais e simbólicos disseminados em todos os níveis da existência contemporânea. Ainda que grande parte dessas ameaças sejam vistas como administráveis, a sua perenidade provoca ansiedade e medo nos indivíduos, bem como uma grande frustração e raiva do público em relação aos governos e autoridades públicas que não conseguem afastar definitivamente as fontes dessas ameaças e manter a ordem social.

Muitos autores observam que num contexto como esse o crime (e também as drogas) aparece como um elemento da cultura contemporânea através do qual o público de massa expressa seus medos, sua frustração e seu ressentimento: o crime é visto como um problema fora do controle, uma constante ameaça para quem vive no mundo atual; essa situação é agravada pela percepção da ineficácia e falta de interesse dos governos e das autoridades públicas em proteger adequadamente a população que supostamente respeita as leis e zela pela ordem, que se tornaria a grande vítima diante dos privilégios e dos direitos excessivos que tais órgãos concedem aos criminosos e condenados. Dessa maneira, o medo do crime se torna uma perspectiva de mundo – ou seja, o medo do crime dá sentido para as angústias, as frustrações e as experiências do público de massa, e definindo a realidade a partir dessa perspectiva, os indivíduos definem também sua forma de conduta em relação a essa realidade. Diante da incapacidade do poder público em sustentar a ordem e combater o crime, os indivíduos são impelidos a se envolverem diretamente com essas questões, manifestando suas opiniões, mobilizando-se em grupos pela lei e ordem, e pressionando o sistema de justiça criminal a agir de forma mais dura e punitiva. É nesse sentido que o medo está na base do populismo punitivo, como visto anteriormente.

Quando o medo do crime deixa de ser uma simples emoção para se tornar uma perspectiva que orienta a percepção e as ações dos indivíduos, ele impacta diretamente a vida e o ambiente social. Isso não significa que os indivíduos estejam constantemente amedrontados, mas sim que ao se tornar um aspecto cultural contemporâneo, a perspectiva do medo sustenta formas de agir, visões de mundo e modos de vida. Essa perspectiva, chamada por David Altheide de “política do medo”, é carregada de positividade na medida em que produz um tipo específico de subjetividade e impacta significativamente os

processos de construção das identidades e do self pós-moderno. Nesse capítulo veremos como a perspectiva da política do medo atravessa a vida social e se torna um fator constituinte da contemporaneidade, uma forma naturalizada de definir a realidade que orienta condutas das instituições e indivíduos - não só na vida privada como também na vida pública.

O medo como perspectiva de mundo

No contexto social da pós-modernidade, a sensação de insegurança é uma característica marcante. As fontes dessa insegurança são muitas e difusas, disseminadas em várias dimensões da vida pessoal e social, causando medo e ansiedade generalizados (BAUMAN, 2006; GLASSNER, 2003). Entretanto, há um elemento capaz de canalizar esses medos difusos e mobilizá-los em torno de si, representando simbolicamente o “mal” do mundo: o crime. O medo do crime, portanto, dá sentido há uma vasta gama de temores, ansiedades e inseguranças que os indivíduos não conseguem compreender, bem como a uma série de transformações sociais que veem deslocando as referências de mundo dos indivíduos e criando situações que muitas vezes lhes parecem incompreensíveis – como mudanças na dinâmica de produção e de consumo, transformações no mundo do trabalho, novas formas de organização familiar, mutações na ecologia social e na demografia, declínio da deferência, massificação de novos meios tecnológicos de comunicação, reordenação dos padrões de soberania, etc. Tudo isso tem efeitos profundamente perturbadores sobre o homem comum, mas o perigo representado pelo crime confere um sentido e coerência a tudo: “aumento descontrolado da criminalidade está ameaçando a ordem social; qualquer um poder ser vítima de um crime a qualquer momento e os governos não conseguem mais garantir a segurança”. O lugar simbólico a que o crime passa a ocupar é autorizado pela nova experiência do crime, ou seja, as novas formas de organização da vida social motivadas pela convivência concreta com altas taxas de criminalidade e as reações a ela nas democracias ocidentais (GARLAND, 2008).

Quando as pessoas passam a definir a realidade a partir do medo do crime, o mundo se torna realmente um lugar mais hostil, pois os indivíduos orientam suas condutas a partir daquilo que definem como real. O medo do crime se torna *take-for-granted*, naturalizado, e nesse sentido, passa a fazer parte da subjetividade dos indivíduos. Portanto, o medo do crime assume aqui um caráter positivo; não significa que as pessoas estejam constantemente amedrontadas e temerosas, mas que incorporaram à sua visão de mundo a

perspectiva de que o crime está por toda parte e que isso é uma característica “natural” da vida – e por isso, mesmo na ausência de uma ameaça iminente, essa forma naturalizada de ver o mundo permanece orientando as condutas dos indivíduos (ALTHEIDE, 2009). Essa perspectiva passa, portanto, a fazer parte da subjetividade contemporânea, perpassando os comportamentos do público de massa e também o funcionamento das instituições sociais. David Altheide denomina essa perspectiva naturalizada de “política do medo”.

A política do medo, portanto, é um conceito empregado para designar o processo social que incute o medo na visão de mundo das pessoas. Esse processo tem efeitos importantes no comportamento público, entre os quais está a sustentação do populismo penal – como visto no capítulo anterior – e a promoção de um ambiente social marcado pelo aumento do controle e da vigilância, onde o Estado é constantemente demandado por mais rigor contra o crime e a segurança pública se torna uma questão central na relação entre o público e os agentes governamentais. Enquanto um recurso político, o medo sempre foi largamente explorado ao longo da História. Há séculos os governantes têm recorrido a ele como uma das formas de dominar e de controlar populações¹⁹. A natureza do poder político, portanto, sempre residiu num certo grau de utilização do medo – ainda que, paradoxalmente, os pensadores políticos do iluminismo buscassem alternativas a ele (ALTHEIDE, 2006). Mas nas sociedades democráticas contemporâneas o uso político do medo assume características distintas decorrentes de sua ligação simbólica com o crime.

Os políticos sabem que uma grande parcela do apoio que podem receber depende da percepção pública de que o crime está sendo combatido – mais do que isso, combatido duramente. Os órgãos do sistema de justiça criminal e agentes formais do controle social em geral sofrem pressões constantes para corresponderem aos apelos punitivos de um público de massa cada vez mais participativo. Nesse contexto, a legitimidade dos governos, ou, mais precisamente, a legitimidade do próprio Estado na pós-modernidade se desloca do fato de proporcionar bem-estar à população para o de proporcionar segurança pública (AGAMBEN, 2002; GRAY, 2004). O enfrentamento do crime é despido das referências hegemônicas do modernismo penal (principalmente o ideal da reabilitação e seu corolário) e se torna um campo onde as forças punitivas ganham cada vez mais espaço²⁰. O combate ao crime vai ganhando destaque cada vez maior, deixando de ser um fator subsidiário do bem-estar para ser um fim político em si mesmo. Como uma das bases

¹⁹ Delumeau analisa de que maneira o medo historicamente configurou-se como um elemento importante para a constituição da modernidade (DELUMEAU, 1978).

²⁰ Vide Capítulo 2.

fundamentais da política e da organização social contemporâneas, o combate ao crime produz novas formas institucionalizadas adequadas ao novo contexto.

As implicações destas transformações nos países ocidentais apontam para um déficit democrático, uma situação na qual não apenas os direitos dos condenados vêm sendo reduzidos, mas as liberdades individuais e os direitos civis como um todo têm sido sistematicamente atacados e submetidos à segurança coletiva – e tudo isso não em decorrência de algum artifício autoritário de nenhum governo, mas em concordância com demandas assentadas na política do medo e manifestadas pelo próprio público de massa.

Portanto, o medo não é mais um recurso empregado pelo poder político para dominar populações através de repressão e da neutralização intimidatória de resistências contrárias; aqui ele se torna uma perspectiva de mundo positiva, produtora de comportamentos ativos da própria população que passa a exigir mais atuação do poder político. Ou seja, ao invés de ser fonte do medo, o poder político se torna o elemento no qual a população deposita as suas esperanças de aniquilação da verdadeira fonte do medo: o crime. Assim, a política do medo se refere a um processo social pós-moderno que elevou o medo do crime a uma categoria simbólica que confere um sentido para um mundo percebido “naturalmente” como perigoso, arriscado e violento, no qual os governos, através dos órgãos do sistema criminal, são paradoxalmente acusados de lidar com o crime de uma forma muito branda e compreensiva e, ao mesmo tempo, vistos como os únicos agentes capazes de garantir a proteção da população acima de qualquer outra coisa combatendo o crime dura e exemplarmente. Ao invés de dominar pela ameaça constante, o poder político atual se justifica por meio da promessa de segurança num mundo onde o medo foi naturalizado.

Na base da política do medo está o medo do crime. Como visto no capítulo anterior, desde a década de 1970 a experiência da população em geral com o crime foi profundamente alterada. Nessa nova experiência do crime, altas taxas de criminalidade se tornaram um fato social normal, e o público como um todo – e não apenas os moradores de certas áreas – passou a conviver diariamente com o crime, alterando suas rotinas e seus comportamentos mais corriqueiros (GARLAND, 2008). Na passagem do simples medo do crime para uma política do medo, ou seja, na reconfiguração do medo enquanto uma perspectiva de mundo e um elemento político efetivo e positivo nas sociedades democráticas, além da instauração de uma nova relação concreta entre crime e sociedade, também aconteceram transformações importantes dos sentidos simbólicos das ameaças e

inseguranças contemporâneas, do crime e do criminoso, do Estado e dos agentes formais de controle. Isso afetou profundamente as sensibilidades e a disposição do público em relação ao crime e às suas formas de abordagem. Portanto, a política do medo se refere a um processo social que desde a década de 1970 opera em mais de uma dimensão daquilo que as pessoas definem como realidade. Explicações para as mudanças que desde então veem sendo observadas no campo do controle do crime não devem ser buscadas em apenas uma dessas dimensões – seja ela simbólica, seja ela concreta.

David Garland, por exemplo, chama atenção para o papel das novas representações políticas do crime. Referindo-se às mudanças observadas já no início dos anos 1980 na Grã-Bretanha, ele afirma que “o crime veio a ser visto como um problema de indisciplina, de falta de autocontrole ou de controle social, algo próprio de indivíduos perversos que precisavam ser detido e que mereciam ser punidos” (GARLAND, 2008, p. 220). E ainda que “a imagem do criminoso deixou de ser a daquela pessoa necessitada, ociosa ou desajustada, tornando-se mais ameaçadora – como a dos criminosos recalcitrantes, drogados e predadores – e, ao mesmo tempo, muito mais racial” (GARLAND, 2008, p. 221).

Entretanto, o autor parece sugerir que essas transformações (que aqui estão sendo identificadas como sinais da política do medo) seriam os resultados de processos que se desenrolavam verdadeiramente em outras dimensões da experiência social e que apenas repercutiam no nível representacional ou simbólico. A mudança nas condições sociais concretas a partir dos anos 70 teria alterado as vidas das pessoas, que responderam a elas a partir de uma grande mudança nas mentalidades e sensibilidades. Ou seja, o nível da experiência coletiva do crime teria sido determinante, e o nível simbólico-representacional seria determinado por ele (GARLAND, 2008).

Cavender procura reformular essa proposição, afirmando que as mudanças concretas não implicaram diretamente nas transformações simbólicas relativas ao crime e a justiça criminal. Para ele, Garland tratou muito apressadamente essa questão, desconsiderando que existem intermediações necessárias entre as mudanças estruturais no nível macro e a forma como as pessoas as experimentam em suas vidas cotidianas. Nesse sentido, o autor entende que, apesar de Garland ter reconhecido que os meios de comunicação de massa têm algum papel na transformação das sensibilidades e mentalidade do público, ele subestima esse papel ao crer que eles apenas institucionalizam experiências e representações originadas em outras instâncias (CAVENDER, 2004). Para Cavender, no

mundo contemporâneo os meios de comunicação de massa são importantes intermediários ativos e necessários entre as mudanças estruturais e a forma como os indivíduos as vivem e as significam, exercendo um papel muito mais influente na formatação das sensibilidades e atitudes públicas em relação ao crime e a justiça criminal.

Partindo do pressuposto de que a definição de realidade não é algo que se dá fragmentariamente apenas no nível da existência concreta nem apenas no nível simbólico, mas sim na integralidade da experiência dos indivíduos, a transformação do medo em uma perspectiva de mundo está ligada à experiência cultural pós-moderna não numa relação de causa-e-efeito, mas num processo reflexivo entre as suas dimensões. Num contexto em que os meios de comunicação de massa, além de meros suportes para a cultura, são eles mesmos a própria cultura contemporânea²¹, é importante estar atento à forma como o crime, o criminoso e o sistema de justiça criminal são representados e aos formatos comunicacionais a que são vinculados. Os meios de comunicação de massa são, de fato, canais de interlocução entre o macro e o micro, além de trazerem para o nível da experiência individual uma série de outras experiências mediadas que passam a fazer parte do repertório simbólico do público em geral. Mas isso não deve ser visto como resultado nem como explicação de processos que se dão em outro lugar, nem como “influências” sobre o comportamento público. Os meios de comunicação de massa são antes fontes a partir das quais muitas interações simbólicas concorrerão para definir aquilo que se entende por realidade num ambiente social orientado pela política do medo.

Considerar os meios de comunicação como fontes simbólicas não significa afirmar que eles agem sobre os indivíduos – afinal, isso equivaleria dizer que os significados simbólicos são fúteis, uma vez que a realidade seria pré-definida e o comportamento humano determinado por fatores externos (BLUMER, 1980). Também não significa afirmar que eles são as únicas fontes, pois existem vários “outros significantes” que também são fontes de realidade simbólica socialmente adquirida (SURETE, 1997). O que deve estar claro é que, enquanto fontes, os meios de comunicação são um manancial simbólico a partir do qual símbolos são levados às interações e às definições de situação pelos indivíduos. Ou seja, as definições não são dadas pelos meios, mas sim construídas nas interações simbólicas. Para a definição de situação, há outros fatores que também são importantes, como as condições concretas em que se dá a interação simbólica – não há separação entre processos simbólicos e contexto. E como Surete relembra, outros

²¹ Vide capítulo 1.

elementos e signos significantes também fluem de outras fontes para o nível da experiência pessoal onde se dá a definição de situação. O que desloca a atenção para os meios de comunicação é justamente o seu papel na configuração da cultura e da estrutura comunicacional das sociedades contemporâneas. Nesse contexto de “ecologia da comunicação”²², o que está em questão não é se os meios de comunicação fazem as pessoas agirem ou pensarem de determinada maneira, mas sim de que forma o público constrói perspectivas de mundo e define a realidade por meio da esfera comunicacional de massa.

O processo de consolidação e disseminação da perspectiva política do medo está intimamente relacionado à representação do crime nos meios de comunicação de massa. Como foi visto no primeiro capítulo, o ambiente social contemporâneo é marcado por uma ecologia da comunicação onde os meios de comunicação de massa deixam de ser meros meios e se tornam uma instituição social central por onde passam os processos de construção de identidade dos indivíduos, grupos e demais instituições. Como efeito, os meios de comunicação de massa passam a mediar cada vez mais as experiências e as relações sociais – não apenas no sentido de que através deles os indivíduos experimentam em “segunda-mão” uma vasta gama de acontecimentos (o que é verdade), mas também no sentido de que a institucionalização dos meios de comunicação de massa eletrônicos traz para a vida cotidiana critérios tecnológicos e organizacionais ligados à esfera comunicacional de massa, naturalizando certas formas comunicacionais específicas. Isso significa que a lógica da comunicação de massa se torna a lógica comunicacional aceita culturalmente, implicando em que a forma como se comunica legitima aquilo que se comunica, ou, pelo menos, reflete na consideração da relevância que a mensagem terá para o público.

Porém, a comunicação de massa não é uma esfera de livre acesso. Pelo contrário, é representada pela indústria da comunicação, em torno da qual se consolidou um campo social com seus próprios agentes. A lógica da comunicação de massa, portanto, é constrangida pelas necessidades e objetivos da própria indústria, que são basicamente dois: conquistar e manter a audiência, e atrair anunciantes lucrativos para quem possa “vender” a audiência. Como a audiência é o recurso fundamental com que a indústria da comunicação conta para obter lucros, é de se esperar que a sua atuação seja sempre no sentido de entreter o público, e para isso os meios de comunicação de massa dispõem de métodos, sendo o

²² Idem.

principal o emprego de formatos comunicacionais mais atrativos e sedutores para o público de massa.

O crime sempre foi um recurso usado para entreter o público. Mesmo antes dos meios de comunicação de massa existirem, crime e justiça criminal já eram espetáculos de grande interesse popular. Com o desenvolvimento da indústria da comunicação de massa, histórias relacionadas ao crime e à justiça se firmaram como forma de despertar o interesse da audiência por seus produtos e aumentar seus lucros. Com o surgimento dos primeiros meios eletrônicos, como o rádio e a TV, a relação entre o crime e o entretenimento foi levada a um nível muito mais intenso. No caso da TV, histórias de crime e imposição da lei têm sido proeminentes na maioria dos países desde que ela se tornou o principal veículo de comunicação de massa nos anos 50, tanto no setor ficcional quanto informativo (REINER, 2004). Entretanto, uma transformação importante começou a ser observada tanto nas formas como nos conteúdos dessas histórias a partir da década de 1970, principalmente quando as representações midiáticas começaram a mostrar crimes interpessoais violentos como mais frequentes e mais graves.

A partir da década de 70 a relação do público com o crime se altera drasticamente. Altas taxas de criminalidade se tornaram um fato social normal com o qual as pessoas convivem, motivando uma nova experiência coletiva do crime na qual ele passa fazer parte do cotidiano. A nova experiência coletiva do crime teve suas origens em condições históricas e sociais que favoreceram concretamente o florescimento de um tipo de cultura na qual o crime possui um significado específico dentro do complexo de práticas, saberes, normas e subjetividades que a compõem (GARLAND, 2008). Nesse contexto, Garland observa corretamente que os meios de comunicação de massa institucionalizaram a nova experiência coletiva do crime.

Meu argumento é que os meios de comunicação de massa tiveram acesso a, e depois dramatizaram e reforçaram, uma nova experiência pública, com profunda ressonância psicológica; e, ao fazê-lo, a mídia institucionalizou aquela experiência. Ela nos cercou de imagens de crimes, de perseguições e de punições, bom como nos alimentou de ocasiões regulares, diárias, nas quais podemos descarregar nossos sentimentos de medo, raiva, indignação e fascinação que a experiência do crime provoca. (GARLAND, 2008, p. 338).

Para o autor, transformações nas representações do crime nos meios de comunicação seriam uma resposta no nível simbólico a uma nova condição do nível

concreto, algo como uma legitimação representacional de uma situação de fato. Porém, ainda que seja verdadeiro, isso não é tudo. O papel dos meios de comunicação vai muito além disso. Eles são parte do próprio processo cultural que trouxe o crime para o centro da organização da vida contemporânea não apenas chancelando uma situação de fato, mas construindo a realidade. Sabemos que a realidade não é uma instância exterior aos indivíduos, mas uma perspectiva de mundo sustentada nas interações simbólicas. Afirmar que os meios de comunicação apenas representam uma situação de fato, significa ignorar a importância da esfera comunicacional de massa para a vida e a cultura contemporânea, desconsiderando que eles participam cada vez mais dos processos de construção da realidade. Portanto, mais do que uma nova experiência coletiva do crime, o processo que se põe em curso a partir das transformações iniciadas na década de 1970 nos países democráticos ocidentais vem promovendo uma nova experiência de mundo. A participação dos meios de comunicação de massa na vida contemporânea é intensa, ao ponto de hoje se ter uma “ecologia da comunicação”, o que contribui para definições de realidade cada vez mais dependentes das interações simbólicas que as pessoas mantêm com eles. E nesse processo, o crime é um elemento recorrente.

O medo do crime nos meios de comunicação de massa

Foi visto que o crime é uma das questões centrais na organização da vida social contemporânea. A importância que o tema passou a ter no cotidiano das pessoas não é apenas fruto de experiências diretas que elas têm com o crime, mas de transformações nas definições de realidade – o que envolve essencialmente processos de interação simbólica. Essas novas perspectivas de mundo, reputadas por Altheide como “política do medo”, são fortemente vinculadas à esfera comunicacional de massa - que se configura como uma instituição social que, ao mesmo tempo em que media as experiências dos indivíduos, também é fundamental na produção das subjetividades e dos tipos específicos de normatividade e saberes nas sociedades ocidentais.

Durante muito tempo, pesquisadores se preocuparam com a relação entre os meios de comunicação de massa e o crime. A suposição de que as representações de crime e desordem social teriam um efeito direto sobre o comportamento humano motivaram pesquisas e teorias que, em geral, não conseguiram produzir nenhuma evidência satisfatória de que essa relação tem alguma relevância ou mesmo se ela existe. Entretanto, há um outro tipo de preocupação que tem se mostrado mais plausível: ao invés de enfoque

na relação entre as representações dos meios de comunicação e o comportamento criminoso, a ênfase é na relação entre aquelas representações (formas e conteúdos) com o medo do crime. Portanto, mais do que procurar um encadeamento linear do tipo causa e efeito, a questão aqui é tentar compreender a complexa interrelação entre as representações de crime e desordem com outras dimensões da estrutura e da experiência social colaborando para formatar o medo do crime e as políticas pela lei e pela ordem (REINER, 2004).

O medo do crime tem sido apontado como uma questão potencialmente tão séria quanto à própria criminalidade. Os impactos do medo não se referem apenas ao excesso de sofrimento e ansiedade que produz nas pessoas nem aos estragos que ele acarreta na confiança e nas relações sociais. O que evidências de pesquisa têm demonstrado é que ao promoverem o medo do crime os meios de comunicação de massa têm contribuído para a emergência de um tipo de cultura marcada pelo enfraquecimento da democracia e da cidadania: quando as pessoas passam a ver o mundo sob o prisma do medo, elas tendem a dar mais apoio à posturas duras e repressivas por parte das autoridades, sendo mais receptivas e até mesmo desejando a coação e o controle caso tais medidas prometam aliviar suas inseguranças e ansiedades. Esse, aliás, é o problema mais sério da televisão enquanto suporte das representações do crime e desordem (REINER, 2004).

Foi salientado no início deste capítulo que a política do medo não significa que as pessoas estejam constantemente amedrontadas e acuadas diante da possibilidade de serem vítimas de crime. Pelo contrário, a expressão designa justamente a transformação do medo do crime em uma perspectiva que confere sentido ao mundo contemporâneo, e dessa maneira se torna uma forma de realidade socialmente sustentada pelo público. Portanto, o medo a que se refere a política do medo não é apenas uma emoção nem uma “coisa”, algo que exista concretamente no mundo, mas sim um significado atribuído. Na esfera comunicacional de massa o emprego do medo é um dos recursos mais utilizados para entreter a audiência, tanto na cultura popular como no noticiário – principalmente no noticiário. As transformações que trouxeram o crime para uma posição mais central na organização social contemporânea ao longo das últimas décadas também motivaram o desenvolvimento de novas formas de representação do crime nos meios de comunicação de massa. A lógica midiática pode recorrer a enquadramentos e narrativas de medo para abordar uma série de questões – doenças e epidemias, problemas sociais, crianças, gravidez adolescente, meio ambiente, etc. Através deste *fear frame* (ALTHEIDE, 2009).

Abordando tais temas sob uma perspectiva de medo, os meios de comunicação proveem a audiência com quadros interpretativos a partir dos quais são atribuídos sentidos. Mas no caso da abordagem do crime, a sua relação com o medo é muito mais intensa: o medo enquanto um sentido passa a ser incorporado simbolicamente à noção de crime. A simples menção ao crime é suficiente para evocar a ideia de que a segurança individual está sob risco e ameaça constante num mundo onde a nova experiência coletiva do crime é tão impactante. Como efeito medo, risco e perigo passam a conferir sentido simbólico àquilo que as pessoas experimentam como sua vida cotidiana.

A incorporação simbólica do “medo” ao “crime” não é uma mera questão de institucionalização de uma dimensão concreta por uma dimensão representacional. Tampouco é um efeito direto desta sobre aquela. O que ocorre aqui é um processo social multidimensional que impacta profundamente os modos de viver no mundo contemporâneo. A vida social é uma experiência comunicada e nesse sentido, toda transformação social é também uma transformação comunicacional. Quando o crime se torna um elemento tão central na vida cotidiana, e quando o medo passa a ser um sentido naturalizado do crime, o mundo se tona de fato um lugar mais perigoso, pois as pessoas passam a orientar suas condutas com base nessa definição de realidade.

É importante frisar que grande parte da sustentação da perspectiva de que a vida cotidiana é atravessada pelo perigo do crime reside mais nos formatos comunicacionais de massa sob os quais os símbolos são apresentados do que nos conteúdos das representações propriamente falando. Os símbolos que circulam nos meios de comunicação de massa – principalmente linguagens e imagens – não são instrumentos objetivos para descrever uma suposta realidade existente por si mesma. Pelo contrário, através daqueles símbolos os indivíduos constroem uma perspectiva que configura aquilo que aceitamos como realidade (EDELMAN, 2001). As formas como esses símbolos são empregados, ou, mais especificamente, os formatos sob os quais esses símbolos são comunicados e partilhados transmitem, mais do que o conteúdo simbólico, uma interpretação específica dos fatos que narra. Assim, uma notícia de um crime, por exemplo, não conta apenas o que, com quem, onde e quando o crime específico ocorreu, mas informa também um tipo de comunicação, um formato que organiza a linguagem e as imagens de uma forma específica de modo a conferir-lhes sentido e coerência. Como visto no capítulo 1, os formatos comunicacionais de massa são legitimados como as formas culturalmente mais adequadas para se transmitir uma informação num contexto de ecologia da comunicação. Portanto, são

fundamentalmente os formatos comunicacionais, e não os conteúdos, que tornam nossas experiências cotidianas familiares e reconhecíveis²³, uma vez que as rotinas e as linguagens nas sociedades contemporâneas são cada vez mais marcadas por uma convergência progressiva entre tecnologia, formatos comunicacionais e atividades sociais.

O impacto dos formatos e da lógica comunicacional na vida social pode ser observado quando eles começam a ser incorporados ao senso comum e quando os sentidos que propõem não precisam mais ser explicitados. No caso da abordagem do crime pelos meios de comunicação, como afirmado anteriormente, o medo passou a ser um sentido implícito do crime, de modo que uma notícia sobre crime passa ser vista como representativa dos perigos que todas as pessoas correm o tempo todo²⁴. O principal efeito do discurso dos meios de comunicação no discurso do senso-comum está em incorporar implicitamente o significado ao significante (ALTHEIDE, 1999) e assim naturalizar perspectivas.

Como foi visto, a partir da década de 70, o medo do crime passou a produzir efeitos significativos na vida social, extrapolando progressivamente o campo estritamente criminal para repercutir em diversas dimensões da vida social, como a política, a economia e a própria rotina da vida cotidiana das pessoas. As representações do crime nos meios de comunicação também se modificam, passando o crime a se visto como algo mais comum e mais grave, fruto de falta de controle e cometido por indivíduos perversos – geralmente representados como criminosos reincidentes, predadores, drogados, indisciplinados. A compreensão que o público passa a desenvolver sobre o crime é construída gradualmente através da linguagem e das imagens visuais empregadas nas representações oferecidas diariamente pelos meios de comunicação através do noticiário ou através da ficção, de modo que as percepções públicas são fortemente informadas pela repetição de certos temas, slogans e representações simbólicas que, antes de serem levados às interações, foram selecionados, organizados e hierarquizados pelos agentes do campo comunicacional (ALTHEIDE, 2006; 2009; CAVENDER, 2004; GOMES, 2007).

²³ Altheide quem chama atenção para esta mudança no enfoque dos estudos sobre a comunicação, identificando, no caso dos estudos sobre a comunicação de massa, uma mudança que vem ocorrendo no foco de muitas análises desde fins da década de 90, deslocando-se do conteúdo comunicacional para suas formas, formatos e lógica de ordenamento (ALTHEIDE, 2009).

²⁴ Altheide e Michalowski apresentam demonstram como a reiterada e duradoura associação entre “crime” e “violência” através de linguagens e imagens nos noticiários reuniu simbolicamente ambos, ao ponto de atualmente a simples menção ao “crime” trazer implícita a ideia de violência (ALTHEIDE & MICHAELOWSKI, 1999).

Foi a partir década de 1990, entretanto, que a relação entre o medo, o crime e os meios de comunicação atingiu novos padrões. Além de fornecer esquemas de interpretação para diversos outros tópicos – como drogas, juventude, saúde, escolas, crianças, pobreza, meio ambiente, etc. – o medo se torna o formato típico da abordagem jornalística do crime. Neste processo, o medo deixou de ser um simples elemento associado eventualmente a certas ocorrências criminais específicas para se tornar ele próprio um enquadramento daqueles temas. Ou seja, o medo passa a fornecer um quadro interpretativo para o crime, correspondendo à sensação generalizada de que o crime é um problema fora do controle. Comparando os usos medo nos jornais americanos na década de 80 e de 90, por exemplo, Altheide e Michalowski observam que nos anos 80 os meios de comunicação faziam um “uso paralelo do medo”: ainda que recorrente, o uso do medo ainda se caracterizava por ser localizado, momentâneo e individual - ou seja, o medo era apenas uma característica associada a algum evento específico que era o tópico principal da notícia. A partir da década de 90 eles já verificam a consolidação de um formato comunicacional que vincula o medo e o crime, um discurso do medo propriamente dito, no qual não há uma mera associação incidental do medo ao crime, mas o próprio crime passa a ser abordado sob uma perspectiva de medo, que é generalizado, disseminado e naturalizado (ALTHEIDE & MICHALOWSKI, 1999). O crime se firma como um tema ao qual correspondem algumas representações específicas, mas outras não. A unidade temática em torno do crime é dada principalmente pela associação da categoria geral “crime” à crimes interpessoais violentos (agressões, lesões corporais, sequestros, roubos violentos, por exemplo) e contra a vida (homicídios, latrocínios, tentativas de homicídio), crimes ligados à drogas, crimes sexuais e crimes contra crianças (REINER, 2004). Curiosamente, certos crimes não são tão fortemente ligados a essa unidade temática a não ser incidentalmente, como furtos e crimes não-violentos contra a propriedade em geral, corrupção, violência doméstica, violência no trânsito, entre outros²⁵ – casos que, embora não sejam percebidos como *real crimes*, contribuem para a percepção geral de desgoverno do mundo atual.

²⁵ Reiner observa que os padrões encontrados nas representações do crime nos noticiários são extremamente similares em diversos estudos conduzidos em diferentes épocas e lugares e em diferentes veículos: sobre-representação de crimes interpessoais violentos em relação às estatísticas oficiais, sub-representação de crimes de propriedade. Nota ainda que só após meados dos anos 60 os meios de comunicação consolidaram o enquadramento do tema das drogas sob a perspectiva criminal, e que os crimes sexuais passaram a fazer parte do repertório corriqueiro de notícias apenas na década de 90.

Há dois pontos importantes que devem ser ressaltados aqui. Primeiramente, esse discurso do medo (característico da política do medo), muito mais do que um discurso sobre o crime, é um discurso sobre o mundo. O medo aparece aqui como um sentido simbólico atribuído a um mundo onde o crime é proeminente, um mundo “naturalmente” experimentado como perigoso e ameaçador, e onde essas ameaças e perigos são percebidos basicamente como crime (ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE, 2009). Com a consolidação do discurso do medo, o medo do crime se torna uma condição do mundo: falando do crime, fala-se de um mundo em descontrole.

Em segundo lugar, o discurso do medo não opera apenas nas comunicações de massa, mas passa a fazer parte também do senso comum. A lógica que orienta a comunicação de massa e a lógica da comunicação cotidiana interpessoal convergem para um mesmo discurso sobre o mundo. O discurso do medo não está apenas no noticiário, mas reflete também a percepção de mundo do senso comum: um crime ocorrido em um local distante, por exemplo, é suficiente para gerar apreensão e medo de que o caso seguinte ocorrerá próximo a nós ou até que nós mesmos poderemos ser vitimizados. Isso porque ao mesmo tempo em que os formatos comunicacionais de massa são amplamente reconhecidos pela audiência como uma forma válida de falar sobre o mundo, eles também facilitam a circulação das mensagens na esfera de visibilidade pública do mundo pós-moderno. Ou seja, todas as instâncias que necessitam acessar a esfera de visibilidade pública precisam aprender a formatar as suas mensagens conforme a lógica midiática. Num contexto de ecologia da comunicação os formatos comunicacionais de massa são cada vez mais incorporados à lógica comunicacional cotidiana. Se são os formatos da comunicação (e não os conteúdos) que tornam as experiências reconhecíveis, quando a comunicação cotidiana emprega cada vez mais os formatos comunicacionais de massa o público se familiariza com a lógica organizacional que os orienta, ao ponto dela se tornar *take-for-granted*, e ser percebida como a “forma normal de comunicação”, naturalizada e incorporada ao senso comum (ALTHEIDE, 2009). Assim, os códigos e gramáticas dominantes na comunicação de massa passam a fazer parte da linguagem das audiências – não por determinação de uma esfera sobre a outra, mas por um processo de aproximação e interdependência entre ambas que se desenvolve em todas as dimensões da vida social contemporânea.

No começo do capítulo, afirmou-se que o medo do crime está na base da política do medo. Até aqui, foi visto como o medo do crime se torna uma perspectiva de mundo

partilhada pelos indivíduos e articulada nos meios de comunicação de massa: à ideia de “crime” são associados alguns fatos caracterizados principalmente pela violência interpessoal e ameaças à vida, enquanto outros comportamentos desviantes não são percebidos como “crimes legítimos”. O crime é visto como uma condição do mundo contemporâneo, e a partir do medo do crime as pessoas sustentam uma perspectiva de realidade, uma perspectiva naturalizada de mundo que se reflete em comportamentos e atitudes. Será visto agora como essa perspectiva nutre atitudes e condutas naturalizadas que dão forma efetiva à política do medo.

Quando o medo do crime passa a fazer parte do ambiente simbólico cotidiano, os processos de definição de situação nos quais as pessoas se envolvem são informados simbolicamente pela perspectiva de que o crime é um problema descontrolado e disseminado que estaria minando as bases da organização social e que qualquer um, a qualquer momento, pode se tornar uma vítima. Essa perspectiva orienta o sentido das suas ações em relação ao mundo ao seu redor. Por isso a política do medo ganha contornos práticos efetivos quando o discurso do medo é incorporado ao senso-comum e passa a fazer parte daquilo que as pessoas aceitam como a condição natural do mundo: há perigo em todo lugar – e ele se parece com o crime (ex: drogas, gangues, *random killings*, violência doméstica, abuso de crianças, etc.). Essas ameaças são todas percebidas como formas de desordem social que põem em risco a segurança pessoal. Os agentes formais do controle social se apresentam como capazes de proteger os indivíduos e a ordem, desde que eles contem com o apoio e colaboração dos próprios indivíduos, além de disputarem com “technicalidades” – como direitos, garantias e outros resquícios do modernismo penal. Dessa forma, a política do medo atua ressaltando a importância das agências de controle social e fragilizando o papel dos direitos e das leis por meio de um discurso público que opõe constantemente direitos (principalmente liberdades individuais) à segurança pessoal.

A linguagem não é simplesmente uma forma de falar sobre o mundo, mas antes, uma forma de construção social da realidade. Um dos principais efeitos da incorporação do discurso do medo ao senso-comum está numa linguagem que demarca fronteiras entre “nós” e “os outros”, entre aqueles que pertencem e aqueles que não pertencem, entre os legítimos e os ilegítimos. A representação do criminoso passou a ser cada vez mais a de um indivíduo mau por natureza, sendo o crime cada vez menos compreendido como algo socialmente determinado. Este indivíduo-criminoso é “o outro” que ameaça a segurança pessoal e a ordem social, e os mecanismos de vigilância, controle e punição

contemporâneos têm sido cada vez mais evocados como forma de oferecer proteção contra esta ameaça. Medidas inspiradas nos ideais da modernidade penal (crime como uma questão de fundo social, reabilitação, direitos dos condenados, etc.) são cada vez menos populares entre o público, e isso fica claro nas diversas democracias ocidentais onde os políticos e autoridades públicas têm abordado a segurança pública sob a perspectiva de aumento do controle e da punição. No continente americano, destacadamente nos EUA, mas também no Brasil, Argentina e México, essa tem sido uma tendência nos últimos anos, com a ascensão de muitas figuras públicas identificadas pela retórica da segurança e pela defesa de medidas mais duras em relação ao combate ao crime (CHEVIGNY, 2003) ²⁶. As representações do crime nos meios de comunicação de massa contribuem para a sustentação dessa percepção de perigo e legitimam o discurso do medo, levando as pessoas a incorporarem nas suas condutas diárias uma série de ações, procedimentos e dispositivos em nome da segurança que, de tão naturalizados, passam a fazer parte das rotinas e deixam de serem percebidos. Da mesma forma, ao procurarem conquistar a audiência, os meios de comunicação aproximam seu discurso do discurso do público de massa, fortalecendo ainda mais a perspectiva da política do medo. Como resultado, além de naturalizar uma rotina ordenada pelo medo do crime, o público também passa a apoiar propostas e medidas de combate ao crime que se baseiem na perspectiva simplista de que é preciso tirar “o outro” ameaçador – o criminoso, o indivíduo mau, o predador – do convívio com as pessoas “de bem”. Isso estreita a relação entre o público de massa e os agentes do sistema de justiça criminal: nos meios de comunicação o crime é representado diariamente como uma grave ameaça à ordem social e à segurança da população e que só pode ser combatido eficazmente pelos agentes de controle social, desde que eles tenham recursos e apoio popular.

A disseminação da política do medo indica que sua perspectiva de mundo tem sido partilhada por grande parte da população em diversos países. Os meios de comunicação de massa refletem e amplificam a perspectiva do medo propagando o discurso do perigo inerente ao mundo contemporâneo, cuja representação tem o crime como fator onipresente. O medo do crime é o elemento que estreita a ligação entre o público de massa e os agentes

²⁶ Para Chevigny, apesar de um discurso semelhante em relação ao crime, os efeitos das políticas de segurança pública seriam diferentes nos EUA e na América Latina. Enquanto os EUA dariam sinais de estarem se tornando um Estado de Segurança baseado num crescente complexo industrial-prisional, nos países da América Latina o sistema de justiça seria pouco desenvolvido, e a “mão pesada contra o crime” da qual falam os políticos se refletiria mais em brutalidade policial do que num sistema punitivo formal (CHEVIGNY, 2003).

do sistema de justiça criminal. É nesse sentido que a política do medo alavanca o populismo penal: é em razão da sensação de “desgoverno” quanto ao controle do crime que os cidadãos se envolvem mais diretamente com os órgãos governamentais responsáveis pela segurança pública. Ao mesmo tempo em que o público é estimulado a adotar medidas privadas de prevenção ao crime, a política do medo também cria uma relação de dependência do público com as autoridades e agentes formais do controle social. Como visto no capítulo 2, essa relação é ambígua, mas não paradoxal: o público de massa desacredita as autoridades por não conseguirem combater adequadamente o crime, mas também se envolve diretamente das discussões sobre as políticas criminais pressionando as autoridades públicas por mais punitividade, controle e rigor contra o crime (PRATT, 2007). Os meios de comunicação de massa operam no mesmo sentido. Altheide observa que nos veículos mais tradicionais, como o rádio e principalmente a televisão, o que se percebe é que críticas às autoridades públicas e às agências de controle social são eventuais e apresentadas no contexto de uma ocasião específica em que os agentes formais de controle social por algum motivo falharam na garantia da segurança do público. Seja qual for o motivo dessa “falha” – erros operacionais, direitos individuais dos suspeitos ou dos condenados, garantias processuais, etc –, as críticas não são baseadas em análises nem em dados sistematizados, mas no fato de que a atuação dos agentes governamentais não correspondeu à expectativa da população. Ou seja, critica-se a atuação do sistema de controle criminal quando ela não produz os resultados imediatamente esperados de eliminar a ameaça num episódio particular, e quando ela não corresponde aos anseios punitivos e vingativos da audiência de massa. O resultado final é que quanto maior o medo do crime, quanto mais o crime é visto como disseminado e descontrolado, maior é o apoio do público aos agentes do sistema de justiça penal. As críticas dirigidas a eles não significam que o público não os veja como os agentes legítimos e competentes para deter o crime e garantir a segurança da população. Na perspectiva da política do medo, a culpa por um mundo repleto de criminosos cometendo crimes o tempo todo não é atribuída ao Estado, mas sim à própria “maldade” dos criminosos. O Estado é denunciado justamente por deixar esses criminosos soltos e impunes quando o público espera que ele faça o contrário.

Reiner constata ainda que notícias críticas às agências do sistema de controle criminal (destacadamente à polícia), apesar de regulares, seguem um claro padrão que evita atacar a legitimidade e a autoridade de tais agências ao adotarem um enquadramento que

ele chama de “maçã podre”: eventuais falhas são creditadas a agentes individuais, culpa de um profissional específico despreparado ou corrupto, e não do órgão como um todo. Em casos mais graves, quando a abordagem “maçã podre” se torna difícil de sustentar, Reiner nota que os meios de comunicação recorrem a um enquadramento alternativo de “reforma institucional”, que também mantém intacta a legitimidade do eventual órgão referido (REINER, 2004)²⁷. O medo do crime, portanto, tende a promover a colaboração entre os meios de comunicação de massa e as agências de controle do crime: ao mesmo tempo em que o medo é uma forma eficaz de entreter a audiência, sua normalização aumenta a sensação de dependência e o apoio popular às autoridades públicas. A utilização maciça das fontes oficiais pelo noticiário (ALTHEIDE et al, 2001; WAINBERG, 2005) é um exemplo da importância que os agentes governamentais do sistemas de controle do crime têm para a rotina de produção diária dos meios de comunicação de massa. Como esses agentes precisam acessar a esfera de visibilidade pública, eles aprenderam a operar como fontes regulares de notícias para os meios de comunicação, produzindo materiais adequados à lógica midiática e “irresistíveis” aos agentes do campo comunicacional (GOMES, 2007). Além disso, a preponderância das fontes oficiais – que muitas vezes são as únicas - também indica que os enquadramentos das notícias tendem a ser informados principalmente pela perspectiva dessas fontes²⁸. Reiner constata que as fontes institucionais oficiais, como a polícia, se tornam os “definidores primários” de notícias de crime, que tendem a ser filtradas pelas perspectivas das autoridades públicas (REINER, 2004). Mesmo quando pratica um jornalismo estenográfico, simplesmente repetindo as informações repassadas pelas fontes oficiais, os meios de comunicação desinformam o público, pois oferecem sistematicamente ao público um ponto de vista específico que é como fosse uma descrição objetiva e isenta da “realidade tal como ela é” (EDELMAN, 2001).

A política do medo é uma perspectiva que catalisa as experiências e visões de mundo do público de massa e lhes dá uma repercussão ampla e um significado comum

²⁷ O autor ainda observa que o senso profissional do jornalismo é mais forte do que qualquer influência de ideologias políticas, sendo que os agentes do campo comunicacional vêm como sua responsabilidade apresentar a polícia e a justiça criminal da forma mais favorável possível. Exatamente por isso eles perseguem histórias de práticas ruins na polícia e as apresentam sob o enquadramento da “maçã podre” (REINER, 2004).

²⁸ Os meios de comunicação “tradicionais”, principalmente a TV e o rádio, vinculam-se abertamente ao discurso das autoridades oficiais. Entretanto, narrativas paralelas ou de contestação surgem nos meios “alternativos”, destacadamente na internet – ainda que a maior parte das contra-narrativas também sejam construídas a partir da mesma lógica midiática que vigora no *mainstream* (ALTHEIDE, 2009).

através do medo do crime. Esse processo depende dos meios de comunicação, que são a esfera de visibilidade pública na qual a audiência contemporânea constrói e partilha sentidos simbólicos. Assim, enquanto linguagem, o discurso da política do medo passa também a fazer parte dos processos identitários na sociedade contemporânea: ele estabelece fronteiras de pertencimento, na medida em que confere uma perspectiva do mundo que é compartilhada e compreendida por todos aqueles que definem a vida social como perigosa e orientam suas ações a partir do medo. Ou seja, a política do medo promove consenso e uniformidade quando poderia ocorrer fragmentação. Entretanto, uma vez que a identidade não é um elemento rígido e estável, suas fronteiras precisam ser demarcadas constantemente através de processos institucionais que se dão nas interações simbólicas e definições de situação cotidianas. Os meios de comunicação de massa, instituição fundamental na vida social contemporânea, desempenham um importante papel nesses processos institucionais que sustentam a identidade baseada no medo: seja através da cultura popular, seja através do noticiário, através de um discurso do medo eles proveem a audiência com elementos simbólicos – linguagem e imagens, principalmente – que atualizam aquela representação e reiteram as fronteiras identitárias: “nós” - a sociedade, a maioria, composta por cidadãos “de bem”, que são constantemente ameaçados pelo crime – e “os outros”- os criminosos, bandidos, pessoas más que estão à solta e que precisam ser detidas e punidas. Acima de ambos, “o governo”, os agentes do Estado, que se espera que intervenham para garantir a segurança da população e punição dos criminosos.

O medo do crime e as fronteiras identitárias

Esses processos de construção e reafirmação de identidades baseadas no discurso do medo também têm como efeito destacar o papel da vítima. Mais do que nunca, a “vítima” hoje é um status, uma posição aberta a todas as pessoas que vivem num ambiente simbólico marcado pelo discurso do medo (ALTHEIDE, 2006). Assim, a vítima surge como uma representação social unificadora: ainda que cada crime tenha suas vítimas diretas, todos aqueles que partilham o medo como perspectiva se veem como vítimas potenciais – ou até mesmo reais – do crime, cometido pelo “outro” contra a sua comunidade de pertencimento simbólico. Na medida em que o crime é representado como uma ameaça externa a um grupo social que se liga pela perspectiva do medo, ele também é assimilado como uma forma de legitimar a unidade identitária daquele grupo. Nesse sentido, manifestações de apoio à atuação aos agentes formais de controle social, ou mesmo a colaboração direta com eles, se tornam celebrações dessa identidade unificadora.

Cada crise é um momento para celebrar e reiterar essa identidade que unifica um grupo em torno de demonstrações da força da lei e da ordem, e que ao mesmo tempo segrega “os outros”, os criminosos e os defensores dos seus direitos.

A vítima como a representação social da identidade coletiva sustentada pelo discurso do medo cria uma expectativa cada vez maior de que os órgãos oficiais e os agentes formais interfiram na realidade para salvá-la e protegê-la – afinal, a construção simbólica da vítima é essencialmente baseada na sua impotência e na dependência de outrem. Como efeito, a linguagem política do medo cria uma “neutralização da oposição”, de forma que todos aqueles que criticam ou que não apóiam a atuação dos agentes formais de controle social e as propostas de aumento de vigilância e punição, ou aqueles que defendem os direitos individuais e as garantias constitucionais acima da segurança coletiva, passam a ser vistos como dissidentes e associados àquele “outro” de onde emana o perigo (ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE, 2009). Note-se que a neutralização da oposição significa que a política do medo se torna senso-comum no campo político: todos os agentes políticos precisam, de alguma maneira, incluir a questão da segurança pública, do aumento da vigilância e de medidas mais duras em relação ao crime em suas agendas.

A centralidade da vítima no contexto da política do medo também pode ser constatada quando empreendedores morais recorrem ao uso desta representação social para transformar suas causas em grandes “batalhas por justiça” (BECKER, 2008), explorando deliberadamente os pressupostos e crenças do público em relação ao perigo, ao risco e ao medo do crime. Toda complexidade da vida social desaparece diante da representação simplificadora da vítima: pessoas más atacam pessoas boas; tudo deve ser permitido para proteger as vítimas (“nós”) e destruir o mal (“o outro”).

Reverberando a perspectiva da política do medo, os noticiários fornecem diariamente ao grande público espetáculos institucionais que reafirmam constantemente as fronteiras de identidade e pertencimento e a necessidade de maior apoio aos órgãos de segurança numa sociedade marcada pelo medo e pela ameaça constante do crime e congêneres (a desproporção da cobertura do crime é um indício, bem como os formatos dramaturgicos sob os quais as notícias são construídas, em narrativas nas quais criminosos-monstro são derrotados pelas forças da ordem, geralmente por um agente formal do controle social imediatamente rotulado de “herói”). Nesse sentido, situações de crise são especialmente mobilizadas pela política do medo, se transformando, através dos meios de comunicação, em espetáculos de celebração emocional das forças da ordem e de

reafirmação da importância do apoio aos agentes formais do controle social (ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE, 2009).

Questões envolvendo crime e punição costumam ser exageradas e largamente dramatizadas nos noticiários, principalmente na televisão, onde as notícias muitas vezes recorrem a depoimentos e entrevistas com vítimas ou “sobreviventes”, ao invés de se apoiarem em análises mais profundas e informadas por especialistas (PRATT, 2007). Além do mais, cabe notar que as notícias de crime tendem a se concentrar mais no trabalho da polícia do que em qualquer outro órgão ou grupo profissional da justiça criminal. Reiner destaca que há um grande exagero no noticiário em relação ao sucesso da polícia em solucionar os casos (REINER, 2004), e Pratt também chama atenção para o fato, observando ainda que particularmente no noticiário televisivo há uma oposição narrativa entre a eficiência e o heroísmo policial, por um lado, e a inépcia e ineficácia dos demais órgãos do sistema de justiça criminal, por outro. Para ele, essa característica reflete a necessidade de que o discurso dos meios de comunicação esteja em sintonia também com as perspectivas do público de massa, de modo que tais notícias confirmam as opiniões da sua audiência de que a polícia é o único órgão do sistema de justiça criminal que realmente faz um trabalho importante no combate ao crime e eficaz para a segurança pública (PRATT, 2004).

CAPÍTULO 4 – APRESENTANDO A PESQUISA: O CASO DO MORRO DO ALEMÃO E AS REPRESENTAÇÕES TELEVISIVAS

A política do medo e os processos comunicacionais

Ainda que o debate teórico e empírico sobre a intensidade da relação entre a representação do crime nos meios de comunicação e o medo do público permaneça em aberto, a revisão da literatura indica que essa relação existe e que envolve uma ligação recíproca entre comunicação de massa, agências de aplicação da lei, o campo político e a percepção do público (REINER, 2004).

As grandes alterações nas formas de percepção da criminalidade e na disposição do público em relação a questões relacionadas ao crime que se observam nas últimas décadas na maior parte das democracias ocidentais estão ligadas às transformações sociais que marcam a sociedade contemporânea e que muitos autores entendem assinalar a pós-modernidade - entre elas, uma nova experiência coletiva do crime, que instaurou uma forma de sociabilidade na qual a convivência cotidiana com altas taxas de criminalidade traz o crime para uma posição decisiva enquanto um dos elementos ordenadores das rotinas das pessoas. As formas e as direções que essas mudanças assumirão em cada país, entretanto, dependerão muito de contingências e oportunidades apresentadas pelas circunstâncias locais particulares. Assim, as modificações no campo da criminologia e no tratamento dispensado ao crime pelos sistemas de justiça penal analisadas por David Garland na Grã-Bretanha e Estados Unidos, ou a ascensão do populismo penal observada por John Pratt em diversos países, por exemplo, apontam processos sociais ou tendências comuns nas democracias ocidentais, mas que se desenvolvem efetivamente de maneira diferenciada conforme as características de cada uma – e até mesmo dentro de cada país existem variações regionais importantes. Portanto, em estudos como esse é importante procurar observar através de quais processos essas mudanças efetivamente são postas em movimento, ou ainda de que maneira características e transformações sociais locais se articulam com outras mais amplas que indicam uma reorientação geral do lugar simbólico do crime.

A ideia de que o medo do crime se tornou um sentido simbólico que organiza e dá sentido a uma série de inseguranças e incertezas que as pessoas experimentam no cotidiano da vida social contemporânea é expressa através da noção de política do medo. Nos capítulos anteriores, vimos algumas características gerais dessa política do medo e como ela pode se vista como um atributo cultural da maioria das sociedades democráticas atuais.

Característica importante da política do medo é a sua relação com os meios de comunicação de massa, principalmente com os formatos comunicacionais que, como David Altheide enfatiza, são decisivos para a organização simbólica dos conteúdos comunicados (ALTHEIDE, 2006. ALTHEIDE, 2009). Para o autor, a política do medo tem sua principal sustentação em formatos comunicacionais através dos quais os símbolos comunicados (principalmente linguagem e imagens) são dispostos de uma forma específica que favorece definições de situação a partir de uma perspectiva de que o crime é um problema disseminado e fora de controle, demandando ações mais enérgicas das autoridades públicas para garantir a segurança da população.

A política do medo não se refere apenas à exploração deliberada do medo do crime pelos agentes do campo político. Isso de fato ocorre e tem importantes repercussões tanto sobre as políticas públicas quanto sobre as próprias táticas utilizadas em campanhas eleitorais, mas, fundamentalmente, o que acontece é uma situação em que os agentes do campo político muitas vezes precisam enquadrar suas mensagens nos formatos comunicacionais culturalmente legitimados para terem acesso à esfera de visibilidade pública representada pelos meios de comunicação e também para “falar” ao público de massa. Portanto a política do medo não é uma emanção que parte da esfera política ou dos meios de comunicação em direção à sociedade, mas um processo social reflexivo que ocorre em níveis muito mais profundos e opera principalmente nas perspectivas de mundo do público de massa. Por outro lado, a política do medo também não deve ser confundida com a ideia de que a população está constantemente amedrontada e assustada. Como vimos no capítulo anterior, a percepção do mundo contemporâneo como um lugar de crime e desordem, não promove a passividade das pessoas, mas produz uma imagem positiva de como elas deveriam se portar num ambiente como esse. Daí o sentido normativo da política do medo: ainda que o termo “medo” possa, num primeiro momento, sugerir uma ideia de passividade, o sentido do termo “política” é ressaltar a positividade que o medo (não o medo “emoção”, mas o medo “perspectiva” e “sentido de mundo”) carrega em si. É a promoção/prescrição de uma série de condutas que se espera que as pessoas tenham num mundo “naturalmente” perigoso, onde qualquer um pode ser uma vítima à qualquer momento. Se o medo pode levar à paralisia, ele também incita uma reação; a política do medo se refere a um processo que produz, mais que um tipo de ação, um tipo de reação que é social e política, que se articula não só nas esferas privadas, mas principalmente na esfera pública. Essas condutas reativas não são, portanto, apenas reações ao crime. São reações à

uma série de transformações sociais que promovem inseguranças, incertezas e angústia nas pessoas, e que, apesar de serem difusas e nem sempre tão claras, encontraram no tema do crime a sua melhor e mais significativa forma de articulação cultural. Os temores e angústias do público de massa no mundo contemporâneo são simbolicamente articulados sob a forma de medo do crime. O espaço onde essa articulação acontece remete à instituição social que o mundo contemporâneo estabeleceu como sua esfera cultural: os meios de comunicação de massa.

Os meios de comunicação de massa configuram tanto a cultura quanto os suportes culturais do mundo contemporâneo, de forma que se pode falar em uma “cultura da mídia” (KELLNER, 1995). Nesse sentido, os meios de comunicação de massa não apenas “institucionalizam” uma perspectiva de mundo pré-existente em que o crime e a desordem são naturalizados e tidos como banais (GARLAND, 2008), mas também participam do mesmo processo que representam – ou seja, eles colaboram decisivamente para a construção da mesma perspectiva que institucionalizam. Isso porque toda linguagem é sempre mais do que forma de comunicação, mas também um processo de interação simbólica através do qual os indivíduos definem situações e constroem a realidade. Por isso, apesar de hoje muitas fontes simbólicas incidirem sobre a esfera da realidade experienciada dos indivíduos (SURETE, 1997), a instituição comunicacional de massa merece destaque: se numa “cultura da mídia” ou “ecologia da comunicação” os meios de comunicação de massa são tanto o suporte da cultura quanto a própria cultura, se eles não só comunicam como também formatam e regulam a comunicação, devemos nos atentar para o fato de que a lógica da comunicação de massa não incide apenas na esfera da experiência imediata dos indivíduos como também perpassam os discursos das demais fontes simbólicas que incidirão sobre eles. Como visto no capítulo 1, os meios de comunicação de massa representam a esfera de visibilidade pública contemporânea, e a normalização da sua lógica comunicacional implica em que as demais instituições sociais passam a orientar a formatação de suas mensagens por aquela lógica (KELLNER, 1995; GOMES, 2005). Conforme afirma David Altheide:

The present-day dominance of media has been achieved through a process in which the general form and specific formats of media have become adopted throughout society so that cultural content is basically organized and defined in terms of media logic. It is not a case of media dictating terms to the rest of society but rather an interaction between organized institutional behavior and media. In this interaction, the forms of media logic has come to be accepted as

the perspective through which various institutional problems are interpreted and solved. (ALTHEIDE, 2006)

A política do medo, portanto, não é fruto de uma suposta manipulação dos indivíduos pelos meios de comunicação de massa – afinal é um processo que vai além da comunicação de massa e impacta também o funcionamento de outras instituições. Mas ao mesmo tempo, ela não é um processo que tenha outro suporte social tão bem consolidado quanto a esfera comunicacional de massa (embora Garland sugira que a nova experiência do crime seja algo experimentado diretamente pelos indivíduos, sem mediações, e que os meios de comunicação apenas institucionalizam a sua existência prévia e autônoma²⁹). A vida social é uma experiência comunicada através da qual aquilo que as pessoas definem como “realidade” é construído. Mas, pelo menos no mundo contemporâneo, essa comunicação não é livre e nem sempre é direta: na medida em que ela acontece dentro de uma “cultura da mídia” e de um ambiente de ecologia da comunicação, primeiramente ela é impactada pelos formatos comunicacionais legitimados culturalmente. Ou seja, existe uma lógica específica sob a qual as mensagens devem ser construídas e formatadas para que a comunicação seja reconhecida como válida pelo público, ou pelo menos que seja considerada relevante. Além disso, os agentes que controlam o acesso à esfera de visibilidade pública dos meios de comunicação de massa admitem muito mais facilmente mensagens que estejam de acordo com os seus próprios formatos, de modo que as instituições precisam conhecer essa lógica para se comunicarem de forma minimamente eficaz com o público de massa. Não se trata simplesmente de comunicar, mas de como comunicar, de como organizar a comunicação e através de qual formato sustentá-la.

Em segundo lugar, o mundo contemporâneo é um mundo em que abundam experiências mediadas. Ou seja, os indivíduos experimentam uma série de acontecimentos mediados por outras instâncias institucionais – principalmente pelos meios de comunicação de massa. Isso significa que muitas vezes, mesmo que os indivíduos tenham uma determinada experiência direta com algo pela primeira vez, eles provavelmente já haviam experimentado aquilo de forma indireta ou vicária, quase sempre pelos meios de

²⁹ Quando Garland afirma que os meios de comunicação de massa apenas institucionalizam a nova experiência coletiva do crime, ele também quer dizer que essa experiência é algo que existe de fato, por si só, independente da representação que se faça dela ou dos sentidos que os indivíduos lhe atribuam. Dessa forma, os meios de comunicação de massa não participariam da mediação dessa experiência (pois todos os indivíduos a experimentariam de forma direta), nem participariam da construção dos sentidos atribuídos a esse tipo de experiência (pois ele existiria como que por si só, prévio a qualquer comunicação ou linguagem).

comunicação de massa. Isso não significa que em tais casos os sentidos dessas experiências sejam prévios a elas, mas sim que a sua construção é fortemente informada pelas referências e quadros interpretativos oriundos de experiências indiretas que os agentes já tiveram³⁰.

A convergência do crime, por um lado, como um elemento privilegiado na cultura das sociedades democráticas contemporâneas, e dos meios de comunicação de massa, por outro, tanto como suporte quanto expressão dessa própria cultura, faz com que o processo que David Altheide chama de política do medo seja apontado como um dos mais importantes processos culturais contemporâneos. Seus efeitos sobre a realidade concreta têm sido identificados por vários estudiosos no mundo todo: impactos sobre o funcionamento dos sistemas de justiça penal; alterações nas legislações criminais no sentido de se tornarem seus Códigos Penais mais punitivos e seus processos penais mais rigorosos e severos com o réu; restrições à liberdades individuais em nome da segurança pública; tipificação penal de um número cada vez maior de condutas; proliferação de organizações da sociedade civil pela lei e pela ordem; influência cada vez maior de casos específicos de crime como as mais fortes orientações das políticas de segurança; ascensão de políticos que empregam o discurso de combate ao crime e rigor punitivo; promoção de criminologias baseadas no senso-comum; etc. As variadas formas propriamente políticas que esse processo pode assumir nas estruturas democráticas dos diversos países também têm sido objeto de atenção de pesquisadores que procuram entender as vias tortuosas e muitas vezes ambíguas pelas quais os sentimentos punitivos e vingativos do público são repercutidos nas esferas governamentais – aquilo que Pratt chama de populismo penal. Agora, entretanto, chama-se atenção para o fato de que esse processo diz respeito também a transformações significativas nas perspectivas de mundo dos indivíduos e, conseqüentemente, nas formas como constroem aquilo que entendem como realidade – processo esse que tem uma relação intrínseca com os meios de comunicação de massa. Portanto, o que se destaca aqui são aspectos das interações simbólicas através das quais as pessoas definem situações. Desse modo, a linguagem e as imagens utilizadas pelos meios de comunicação de massa são símbolos importantes, uma vez que numa ecologia da comunicação esses símbolos se duplicam e se reduplicam refletindo-se na onipresença

³⁰ Assim, mesmo interações face-a-face podem ser mediadas se os agentes recorrem a símbolos e formatos comunicacionais de massa para definirem a situação. Para Altheide, em tais casos os agentes compartilhariam significados para a validação de suas performances cuja principal fonte de origem seria os meios de comunicação de massa (ALTHEIDE, 2009).

convergente dos meios de comunicação de massa em todas as instâncias da vida contemporânea.

A proposta da pesquisa: a cobertura televisiva da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro

A proposta deste estudo focaliza o setor informativo dos meios de comunicação de massa. Foi destacado anteriormente (capítulo 1) que são cada vez menos significativas as fronteiras que distinguem os diversos setores dos meios de comunicação - noticiário, ficção, publicidade, por exemplo, são cada vez mais parecidos entre si (ALTHEIDE, 1995; ALTHEIDE, 2006; ALTHEIDE, 2009; GOMES, 2005; CAVENDER, 2007; SURETE 1995). Entretanto, ainda há demarcações entre esses setores – por menos evidentes que elas muitas vezes podem ser. A credibilidade que se atribui às notícias deriva principalmente dos formatos com que são apresentadas e que conferem à elas o sentido de “descrição objetiva dos fatos do mundo como eles realmente acontecem” - daí o público perceber o noticiário como um meio de se informar e de conhecer a atualidade do mundo (WAINBERG, 2005; GOMES, 2007). Como foi visto, esse conhecimento mediado do mundo é o conhecimento de representações específicas sobre ele – mesmo quando se alega estar falando da realidade do mundo “como ela realmente é”³¹. Os símbolos já chegam ao público sob uma determinada seleção e organização, de maneira que, mais do que prestar informações ou relatar a realidade aos indivíduos, as notícias operam como fontes para a definição de realidade por esses mesmo indivíduos. Daí a relevância do noticiário para construção simbólica de uma realidade que seja minimamente compreensível.

Além disso, esse trabalho foca a televisão. A forma como os noticiários televisivos abordam o tema do crime é capaz de indicar importantes aspectos da construção social da realidade na medida em que a maioria das pessoas percebe (ou “experencia”) o crime através da linguagem e das imagens das notícias da TV – e dos sentidos que esses símbolos possam ensejar. Mais uma vez é importante reafirmar que isso não significa que a esfera comunicacional de massa seja predominante sobre a esfera da realidade vivida. A questão é que não há descontinuidade entre realidade vivida e realidade comunicada: trata-se de um processo único e reflexivo.

³¹ É o que Edelman chama de “política da desinformação”, ou seja, para “falarem” ao público de massa, os meios de comunicação apelam sistematicamente para estereótipos e emoções, de modo que quanto mais as notícias simplificam os relatos e transformam situações complexas em histórias de fácil entendimento para o público, quanto menos informação elas proporcionam à audiência de massa, mais essa audiência vai acreditar que está bem informada (EDELMAN, 2001).

A pesquisa se volta para a cobertura feita pela Rede Globo de Televisão dos acontecimentos envolvendo a ocupação do complexo de favelas da região do Morro do Alemão e da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, pelos agentes formais de combate ao crime e manutenção da ordem pública em 2010. Mais precisamente, a pesquisa procura enfatizar as notícias do Jornal Nacional sobre o evento durante os dias em que as forças da ordem e os criminosos estiveram em confronto aberto. A hipótese é de que esse acontecimento evidenciou elementos importantes que permitem a identificação dos contornos de uma política do medo no Brasil. Poucas vezes um momento de “crise” revelou tão abertamente a existência tão intensa no Brasil de sentimentos vingativos e punitivos da audiência de massa, de uma forte afinidade entre os meios de comunicação e os agentes governamentais de controle social e manutenção da ordem pública, do desejo de que o Estado seja uma autoridade forte e atuante no combate ao crime e na garantia da segurança pública. Outras crises também podem ser reveladoras de aspectos importantes nesse sentido, assim com a própria cobertura cotidiana de acontecimentos criminais, mas a ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro foi, em particular, um momento em que se pôde observar a política do medo em ação com intensidade e clareza.

Enquanto processo culturalmente enraizado, observar as direções em que política do medo se conduz em casos específicos permite criar uma base conceitual para que se observe também outros fenômenos que a literatura aponta estarem ligados a ela – como expressões de populismo penal (PRATT, 2007), do uso eleitoral do medo do crime (ou “populismo do medo”, conforme Chevigny - CHEVIGNY, 2003), e mesmo articulações simbólicas de medos e inseguranças difusas através do discurso sobre o crime, por exemplo.

As experiências regionais e locais são muito heterogêneas no que diz respeito ao crime. Entretanto, ainda que a convivência com o crime seja desigual, é possível notar que na esfera de visibilidade pública dos meios de comunicação de massa nacionais são articuladas representações do crime que estão relacionadas, de modo geral, à forma como as pessoas experimentam ou percebem o crime. Essas representações se assentam em categorias de entendimento do senso-comum que fomentam uma certa perspectiva sobre o crime e conferem sentido às experiências vividas pelas pessoas no dia-a-dia das grandes e pequenas cidades brasileiras. As notícias são representações, e, como tais, não são descrições neutras e objetivas, mas, fontes simbólicas para a construção da realidade. Assim, ao mesmo tempo em que identificam relações de fato, essas representações também

fornecem ao público as perspectivas que as explicam e dão sentido, um quadro interpretativo organizado, tendo, portanto, uma importante dimensão prático-normativa institucionalizada (MACHADO DA SILVA, 2008) na medida em que orienta condutas práticas dos indivíduos em relação aquilo que ele define como realidade.

Pesquisas quantitativas têm mostrado que, em geral, o público brasileiro considera o crime e as drogas entre os principais problemas em todas as regiões do país. Na pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública”, divulgada em outubro de 2011 por CNI/IBOPE, o crime ocupa o segundo lugar, e as drogas o terceiro no ranking de preocupações dos brasileiros. Tomados em conjunto, configurando o que talvez possa ser chamado de “segurança pública”, crime e drogas ocupam o topo das preocupações. A mesma pesquisa aponta para outras situações que caracterizam um ambiente propício para a prosperação de uma política do medo. A população está insatisfeita com a segurança pública, mas dirige essa insatisfação ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário (ou seja, a dimensão política e legal do Estado) ao mesmo tempo em que reconhece a eficiência da atuação da polícia - destacadamente da Polícia Federal - e das Forças Armadas (ou seja, a dimensão de força física do Estado, a autoridade imposta, muitas vezes de forma violenta, pelos agentes que efetivamente prendem os criminosos). O combate ao tráfico de drogas é apontado pela maioria como devendo ser prioritário para a garantia da segurança pública – ou seja, o tráfico ocupa uma posição central na percepção do público, de forma que o combate ao tráfico pode facilmente significar o combate ao crime em geral (e ao que ele pode representar). Além disso, a maioria das ações defendidas pelo público para melhorar a segurança pública se concentra em medidas de repressão ao crime, ainda que, contraditoriamente, as políticas sociais sejam apontadas como mais eficazes para a redução da criminalidade. A pesquisa mostra também que a maior parte da população apoia medidas de endurecimento em relação ao crime - como aumento das penas, adoção de prisão perpétua, aumento da punitividade, política de tolerância zero em que todas as infrações e ilegalidades sejam punidas, redução da maioridade penal, restrições de certas liberdades individuais, e o julgamento de crianças e adolescentes que cometem crimes violentos como se fossem adultos³² (Pesquisa CNI/IBOPE, 2011).

Esse trabalho envolve a investigação de articulações simbólicas nas representações criminais que são construídas no noticiário. Mais uma vez, cabe ressaltar que essas representações não são entendidas nem como causa ou explicação para o comportamento

³² A população se divide, entretanto, no que diz respeito à pena de morte e se posiciona claramente contra o direito ao porte de armas por todo cidadão (Pesquisa CNI/IBOPE, 2011).

público, nem como descrição ou efeito das ideias que o público tem sobre o tema. A preocupação é superar a dicotomia entre abordagens hipermediáticas e hipomidiáticas (GOMES, 2007) e observar as representações do crime na TV como parte de um processo interativo através do qual aquilo que se considera como realidade é construído, sustentado ou reconfigurado.

A unidade temática em torno da ideia de crime no noticiário não é marcada por fronteiras fixas e rígidas. Todavia em linhas gerais pode-se identificar que nos noticiários televisivos não se confere a mesma importância para todos os crimes: o sentido de “crime” é construído principalmente através de símbolos relacionados a crimes interpessoais violentos contra a integridade física do indivíduo ou contra a vida, como agressões, lesões corporais, sequestros, roubos violentos, homicídios, latrocínios, tentativas de homicídio), crimes ligados à drogas (principalmente tráfico e uso), crimes sexuais e crimes contra crianças (REINER, 2004). Certas condutas, embora legalmente sejam crimes - como furtos e crimes não-violentos contra a propriedade, corrupção, violência doméstica, violência no trânsito, entre outros - não estão inequivocamente ligadas à essa representação de crime construída nos meios de comunicação de massa, à não ser incidentalmente³³. Portanto, as representações do crime nos meios de comunicação de massa não são construídas a partir de uma noção jurídica ou legal de crime; a percepção do que se considera “crime” não é dada (apenas) pela violação às regras formais, sendo marcada por elementos simbólicos relacionados à violência física, à ameaça à integridade física ou à vida. Esse sentido não é dado, mas construído reflexivamente: entre a representação dos fatos e a percepção dos fatos o que ocorre não é a determinação da segunda pela primeira, nem a descrição objetiva daquilo que é percebido, mas sim um processo único e simultâneo em que os indivíduos definem algo como sendo real³⁴. Os símbolos manejados nas representações do noticiário são empregados nas definições de situação e, como tal, fazem parte da construção da

³³ Ao desenvolver a ideia de uma ordem social baseada numa sociabilidade violenta, Luiz Antônio Machado da Silva, apresenta como sua melhor representação social a de “violência urbana”. Para o autor, a representação de violência urbana envolveria um complexo de práticas que configuram definições legais de tipos criminais, mas que são selecionados pela violência física nelas presente e por ameaçarem a integridade física e a garantia patrimonial (MACHADO DA SILVA, 2008). Apesar de próxima à representação de geral crime que se identifica aqui, a unidade temática que se observa no noticiário televisivo se constrói claramente em torno da noção de “crime”, e não de violência urbana.

³⁴ Perspectivas positivistas trabalham com a ideia de distorção entre realidade e representação. Já a perspectiva interacionista que orienta esse trabalho partem do princípio de que aquilo que se entende por realidade não existe fora da interação simbólica, que é esse processo em que ocorrem definições de situação.

realidade que eles mesmos pretendem descrever - mas que ao fazerem estão construindo, num processo contínuo. É com essa perspectiva que esse trabalho se volta para a cobertura feita pela TV Globo da ocupação do complexo de favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro.

Em novembro de 2010, no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, as forças de manutenção da ordem pública estiveram em atuação em uma grande operação conjunta da Polícia, Marinha e Exército para invadir e ocupar o território do complexo de favelas enfrentando a resistência de traficantes. A operação recebeu amplo destaque nos meios de comunicação de massa, e a cobertura televisiva, claramente orientada pela lógica da comunicação de massa, seguiu um formato de entretenimento no qual linguagem e imagens foram empregadas na elaboração de uma narrativa espetacular e emocional embalada por sentimentos vingativos e punitivos e que celebrou intensamente a atuação dos agentes formais do controle social e a vitória do Estado sobre o crime³⁵. Logo após o complexo de favelas ter sido ocupado pelas forças da ordem, depois de dez dias de conflitos, foi anunciado pelo governo a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no local.

Cada ação do episódio foi amplamente documentada pelos meios de comunicação e recebeu grande atenção do público em geral – tendo inclusive repercussão na imprensa internacional. De certa maneira, esse acontecimento dramatizou na esfera comunicacional de massa um roteiro que vem sendo construído desde muito tempo nos meios de comunicação brasileiros: a luta das forças de manutenção da ordem pública e do combate ao crime contra os criminosos. Ou, dito de forma esquemática, a luta dos protetores da ordem e da coesão social contra as forças externas que a ameaçam. A atuação conjunta de polícias e forças armadas permitiu um enquadramento que envolveu de uma só vez todos órgãos do Estado que tradicionalmente aparecem como garantidores da lei e da ordem – ainda que a polícia militar tenha sido apresentada como o protagonista central. Da mesma forma, seus adversários foram representados como a grande ameaça atual à ordem e a segurança pública, quase algo como “o crime-em-si”, e que, apesar de naquela história aparecer localizado territorialmente, seria na verdade o mesmo crime que ameaça todos os brasileiros o tempo todo – tráfico, assassinato, violência, violação da integridade física, ameaça à vida, roubo, etc. Da mesma forma, o cenário onde a dramatização ocorreu

³⁵ A cobertura televisiva foi rica em elementos simbólicos nesse sentido, principalmente imagens – como tomadas aéreas da fuga dos traficantes, da depredação de suas casas, ou da entrada dos carros blindados nas favelas, por exemplo. Muitas dessas imagens foram transmitidas ao vivo, e todas foram eufórica e exaustivamente reprisadas nos dias seguintes.

também se refere a um território fortemente associado com crime e desordem no imaginário popular: a favela, vista como um habitat natural do crime. Ou seja, apesar de ser uma ocorrência de características bastante específicas o confronto ocorrido num território de favelas entre a polícia do Rio de Janeiro, auxiliada pelas demais forças do Estado (exército, marinha, aeronáutica, polícia civil, polícia rodoviária), e traficantes foi articulado na esfera de visibilidade pública dos meios de comunicação de massa (esse lugar tão importante da cultura contemporânea) como um grande espetáculo institucional de representação do enfrentamento do crime pelo Estado brasileiro – ou pelo menos por alguns de seus agentes. Entre mocinhos e bandidos, há um importante personagem coadjuvante nesse roteiro, que se não pode ser adequadamente identificado por algo como “sociedade”, pode ser descrito como o público, apresentado como a vítima a ser salva pelo herói ³⁶.

A análise da cobertura televisiva deste acontecimento fornece elementos importantes para a compreensão de aspectos assumidos pelo tema do crime na esfera de visibilidade pública brasileira. A ocupação do complexo de favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro foi um momento dramático que mobilizou opiniões e sentimentos do público em relação à criminalidade, vitimização, segurança pública, deferência e autoridade do Estado – opiniões e sentimentos que são constantemente alimentados e que voltam à tona com toda intensidade a cada nova crise (exemplos recentes são os casos do menino João Hélio, dos assassinatos na escola de Realengo, da cobertura jornalística do julgamento de Lindemberg no “caso Eloá”, ou até mesmo da campanha pelo aumento das penas a motoristas alcoolizados). Além disso, a análise da cobertura jornalística, especialmente a televisiva, indica como os meios de comunicação de massa são importantes na produção de espetáculos institucionais de celebração e apoio aos agentes do Estado responsáveis pelo combate ao crime e pela manutenção da ordem pública – promovendo e naturalizando uma narrativa simplista do mundo e uma perspectiva que tem como ponto central o medo do crime.

Nesse capítulo, foi sugerido que há no Brasil um ambiente onde podem ser observadas características que descrevam um processo de política do medo. Para isso, será apresentada uma pesquisa que acompanhou a cobertura televisiva da Rede Globo da

³⁶ Em dezembro de 2010, foi divulgada pesquisa nacional da CNT/Sensus que indicava que 90,6% da população aprovou a atuação conjunta das forças policiais e militares no complexo de favelas do Alemão.

ocupação do complexo de favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro em 2010, no Rio de Janeiro, por agentes formais de manutenção da ordem e de combate ao crime. Acredita-se que a representação televisiva do crime e da atuação dos agentes do sistema de justiça criminal articule simbolizações importantes, de maneira que sua análise poderá revelar as direções tomadas pela política do medo no país. No capítulo seguinte, traçaremos considerações sobre a metodologia do trabalho, as orientações da pesquisa e as formas pelas quais o material é coletado, apresentando uma forma de trabalho denominada Análise Etnográfica de Conteúdo como uma maneira eficaz de compreender e interpretar essas representações a partir de dentro (e não de fora) da própria estrutura de significação que elas erigem.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Interacionismo Simbólico: a proposta de uma perspectiva contemporânea

A vida social é uma experiência comunicada, um processo de interação simbólica através do qual os indivíduos definem as situações e constroem a realidade. Toda interação simbólica é, necessariamente, um processo comunicacional. Entretanto, a perspectiva interacionista tradicional secundarizou a importância do aspecto comunicacional para as interações simbólicas. Conforme Norman Denzin, a comunicação é um elemento negligenciado que conecta o nível simbólico ao nível interativo (DENZIN, 1992). O interacionismo simbólico tradicional nunca deixou de considerar que os indivíduos comunicam-se através do uso de linguagem e símbolos, sendo que a comunicação sempre esteve inserida no simbólico. Entretanto, o que Denzin nota é que os autores interacionistas descuidaram-se dos aspectos simbólicos, privilegiando em seus trabalhos os aspectos interativos das condutas. Todo o desenvolvimento do interacionismo simbólico e a consolidação da perspectiva interacionista como uma importante vertente sociológica se deu sob essa orientação que, ao privilegiar aspectos interativos das condutas, privilegiou também as interações do tipo “face-à-face”, o que conduziu a perspectiva interacionista a uma situação problemática diante das questões suscitadas pela sociedade contemporânea onde abundam outras formas de interação que não a face-à-face e onde as próprias situações de interação imediata recorrem às construções simbólicas oriundas de outras dimensões interativas.

O fato para o qual Denzin quer chamar atenção é que hoje os objetos de estudo são mais complexos do que se supunha na década de 30, e não há saída para a perspectiva interacionista contemporânea que não seja incorporar outras perspectivas que lhe possibilitem investigar situações além dos encontros face-à-face. Ainda que as premissas interacionistas tais como delineadas por Blumer (BLUMER, 1980) sejam válidas (os seres humanos criam mundos de experiência onde eles vivem; eles o fazem orientando suas condutas em relação às coisas com que defrontam com base nos significados que aquelas coisas têm para eles; esses significados se originam das interações), Denzin destaca que a ideia de que as pessoas manejam os símbolos conforme sua vontade e definem livremente as situações não se sustenta. Ou seja, ao considerar que a consciência determina a existência (conforme Blumer e Mead), o interacionismo tradicional tornou o agente individual livre para definir situações em formas que transcendem as condições materiais concretas (DENZIN 1992). Assim autonomia do indivíduo para criar a sua realidade seria

totalmente independente da situação concreta e livre de quaisquer mediações. Para o autor esse “conto romântico” precisa ser desafiado.

Society is more than symbolic interaction. What goes on in a society at level of opinion, news, social welfare, education, labor, the courts, the military, and the family involves more than informed publics exercising their will (DENZIN, 1992).

As definições de situação não são livres. O processo de atribuição de sentido pelos indivíduos envolve o manejo e a articulação de uma vasta gama de símbolos que lhes chegam através de várias fontes, e não só da sua experiência imediata. A conexão entre o micro e o macro, entre o *self* e as estruturas sociais, não é direta e linear, mas mediada pelas instituições, pela cultura, pela raça, gênero, classe, etc, que localizam o indivíduo no mundo. Essa mediação simbólica se dá justamente através de processos comunicacionais. Segundo o autor:

I understand communication to refer to an ensemble of social practices, social forms, social relationships, and the technologies of representation which construct definitions of reality. The social practices, relationships, and technologies of communication symbolically interact. They do so in concrete historical moments, to produce particular ideological, emotional, and cultural meanings which are connected to the lived experiences of interacting individuals. (DENZIN, 1992)

Os sentidos produzidos pelos indivíduos nas suas definições de situação em interações específicas são formatados e moldados pelo contexto cultural e institucional mais amplo em que estão inseridos - incluindo meios de comunicação de massa, ciência, arte, religião, política, etc. Daí que sem compreender essas instâncias mediadoras, o interacionismo ficaria muito limitado³⁷. Sua proposta é que o tipo de trabalho do interacionismo tradicional, com sua preferência por narrativas locais e pela pequena escala, levado a cabo em estudos onde o pesquisador está próximo ao objeto e pode observar como as pessoas interagem entre si seja combinado com estudos mais amplos que procurem examinar como as experiências vividas e os contextos mais amplos em que os

³⁷ Por esse mesmo motivo Denzin procurou analisar o cinema como uma instância através da qual o público americano constrói o seu *self*. Na obra “Hollywood shot by shot”, o autor observa como o cinema faz a mediação das percepções públicas sobre o alcoólatra ao longo do século XX (DENZIN, 2004). Também a sua proposta de um método biográfico de estudos procura investigar as formas pelas quais os indivíduos interpretam e constroem sentidos para as suas experiências a partir de símbolos e significados que capturam nas formas comunicacionais, e como isso conecta as situações imediatas com os seus contextos mais amplos (DENZIN, 1989).

indivíduos estão inseridos se relacionam nos processos de definição de situação³⁸. Para ele, a incorporação dessa questão pelo interacionismo simbólico pode ser feita através das contribuições dos Estudos Culturais e do Pós-Estruturalismo – perspectivas nas quais se entende, ao contrário do que supunha o interacionismo tradicional, que entre a consciência e a existência existem a comunicação e a cultura. Apenas dessa forma o interacionismo simbólico poderia continuar sendo uma perspectiva capaz de dizer algo válido para o mundo contemporâneo, colocando-se a si mesma o problema central de examinar como aqueles indivíduos que interagem entre si conectam as suas experiências com as representações culturais daquelas próprias experiências (DENZIN, 1992).

Os estudos culturais são uma perspectiva que possui três preocupações fundamentais. Primeiramente, ele procura investigar como os sentidos culturais são produzidos. Em segundo lugar, se preocupa com a análise textual de tais sentidos culturais. Por fim, sua terceira questão diz respeito ao estudo das culturas vividas e das experiências vividas (DENZIN, 1992). Dessa maneira, uma das grandes contribuições dos estudos culturais ao interacionismo viria principalmente da sua orientação de encarar a vida social tão espontânea e naturalmente vivida pelos indivíduos como sendo algo estabelecido por estruturas de significados que não são escolhidas diretamente por eles (DENZIN, 1992). Uma das consequências de tal orientação é que todas as formas culturais pelas quais ocorrem os processos de construção de sentidos são encaradas como formas de batalhas políticas. Fatores como gênero, raça e ideologia, por exemplo, passam a receber atenção como elementos que constroem a comunicação e, conseqüentemente, fazem com que a interação com objetos culturais seja sempre experimentada politicamente (DENZIN, 1992). Portanto, os estudos culturais podem mostrar de que formas as interações simbólicas pelas quais se constrói a realidade não se dão livremente, mas são mediadas por outros fatores.

Os meios de comunicação de massa, por exemplo, sempre foram objetos de estudo inapropriados ao interacionismo tradicional. Encarados como veículos monológicos de emissão de mensagens e de sentidos prontos, nenhuma contribuição interacionista poderia ser feita para a compreensão da comunicação de massa. A adoção do ponto de vista dos Estudos Culturais permite que o Interacionismo se aproprie dos produtos culturais dos meios de comunicação como objetos legítimos, pois ao mesmo tempo em que considera que a comunicação é um elemento importante na mediação entre a consciência e a

³⁸ O grande desafio que Denzin observa ser posto ao interacionismo simbólico hoje se refere, no fundo, a incorporar questões relativas ao poder – elemento alheio ao interacionismo tradicional.

existência, entre o que é percebido e o que é perceptível, o campo cultural popular é visto como um terreno contestado, onde os sentidos são construídos a partir de símbolos específicos – ou seja, a experiência de mundo dos indivíduos ocorre por intermédio de elementos que situam essa experiência e seu ponto de vista específico (DENZIN, 1992).

Do Pós-estruturalismo, ele destaca principalmente pela sua posição teórica de arguir as maneiras pelas quais os sujeitos são construídos através de discursos e estruturas de linguagem (DENZIN, 1992). As ideias de “texto” e de “desconstrução” são apontadas por ele como termos-chave. “Textos” são considerados como qualquer produto cultural disponível para os indivíduos (uma notícia, um filme, uma música, por exemplo). Os textos não têm sentidos estabelecidos e prontos, mas sempre indeterminados, inacabados e interativos, e que vão sendo construídos pelos indivíduos à medida que interpretam os textos e interagem com eles. A análise crítica desses textos é a sua “desconstrução”, que analisa como os textos recebem sentido, ou seja, como são construídos pelos agentes da interação (por isso, a afirmação de que “só existe o texto”: os leitores de um texto são seus próprios construtores; aquilo que se percebe como realidade objetiva é construído pelos próprios indivíduos que a percebem). Por isso, pós-estruturalismo se atenta para as microrrelações de poder que se dão nas interações, através das quais são socialmente reproduzidos sistemas de discurso que criam e sustentam versões particulares de subjetividades e de instituições (DENZIN, 1992).

A proposta de Denzin permite que interacionismo seja transformado em uma perspectiva crítica que se preocupe com as interações, mas sem a postura romântica de que as definições de situação sejam livres de mediações e de constrangimentos. Novos objetos de estudo podem ser abordados pelo interacionismo simbólico, como os meios de comunicação de massa ou, mais especificamente, como os significados dos produtos da cultura comunicacional de massa são construídos interativamente, e como essa interação é atravessada (ou mediada) por questões de poder, gênero, classe, sistemas de discurso, etc, que sustentam perspectivas específicas de realidade. Essa a orientação metodológica orienta este trabalho.

Considerações Metodológicas: Análise Qualitativa de Documentos

Haveria pouco sentido em estudar os meios de comunicação de massa se não se acreditasse que eles têm alguma importância nos processos de significação social, participando da formação de crenças, valores e práticas do público. Esse trabalho reputa como uma das principais razões para a relevância dos meios de comunicação para os

modos de vida contemporâneos está no fato deles configurarem um elemento privilegiado na cultura das sociedades contemporâneas. Nelas, o ambiente social é completamente povoado pelos meios de comunicação de massa, e é a partir das interações com essa instância comunicacional que muitos símbolos são empregados nas definições de situação. O resultado é uma construção de realidade que possui um vínculo intrínseco com as suas próprias representações de massa.

A ideia de uma “ecologia da comunicação”, desenvolvida por Altheide (ALTHEIDE, 2006), destaca a convergência progressiva entre recursos tecnológicos, formatos comunicacionais e atividades sociais, o que impacta e reconfigura as rotinas e as linguagens nas sociedades ocidentais contemporâneas. Cada vez mais os meios eletrônicos são incorporados às atividades cotidianas dos indivíduos, e não apenas como meros veículos: os critérios tecnológicos e organizacionais da comunicação de massa também passam a fazer parte da rotina das pessoas. Essa quase onipresença dos meios eletrônicos significa que mais territórios sociais estão sendo ocupados pela comunicação de massa. Situações em que predominavam as experiências diretas e interações face-a-face passaram a ser fortemente mediadas pelos meios de comunicação de massa. As definições de situação e as representações de mundo veiculadas nos meios de comunicação de massa passam a ser cada vez mais interdependentes: ambos são fruto da interação de uma audiência de massa com e através de formas comunicacionais organizadas sob uma lógica específica em que o formato da comunicação determina a importância que o público dará ao seu conteúdo. Nesse contexto de ecologia da comunicação, principalmente em razão do crescimento e popularização dos meios eletrônicos que vem se intensificando desde a década de 1950, os meios de comunicação de massa deixaram de exercer apenas um papel de suporte cultural moderno, e passaram ser eles mesmos elementos da cultura. Dessa maneira, a forma cultural contemporânea é “midiática”, ou, como Douglas Kellner define, a cultura contemporânea é uma cultura da mídia (KELLNER, 1995). A consideração de que os meios de comunicação de massa são relevantes para a construção da realidade e que podem revelar importantes aspectos da cultura e da sociedade contemporânea é, portanto, uma das ideias-base desse trabalho.

Em termos de orientação de pesquisa, constatar que a comunicação de massa é importante para a vida social não deve implicar na pressuposição de que os produtos comunicacionais sejam eles mesmos, imediatamente considerados, fontes de dados a serem observados e diretamente coletados. Pelo contrário, a perspectiva metodológica do

pesquisador é que transformará determinados produtos da indústria comunicacional de massa em documentos sujeitos a uma análise. Ou seja, não há uma “realidade dos meios de comunicação de massa” a ser descrita e comparada com uma “realidade verdadeira” do mundo concreto: a perspectiva desse trabalho é oposta às perspectivas positivistas que em geral colonizam as pesquisas relativas aos meios de comunicação de massa.

Em geral, os meios de comunicação têm sido estudados sob uma forma tradicional de análise de conteúdo que envolve uma série de técnicas quantitativas para o estudo sistemático das características objetivas supostamente contidas nas mensagens. Segundo Altheide, esse tipo tradicional de pesquisa que ele denomina Análise Quantitativa de Conteúdo (ALTHEIDE, 1996) orienta-se basicamente por pressupostos positivistas, implicando no emprego de instrumentos de coleta de dados que têm o intuito de permitir medir a extensão e a frequência dos conteúdos dos produtos comunicacionais de massa (quando não os seus significados) sob uma perspectiva de objetividade. Ainda segundo o autor, além de supor que os sentidos são pré-definidos em relação às interações, esse tipo de análise estaria mais voltado para a verificação e confirmação de hipóteses, e não tanto para a descoberta de padrões novos ou emergentes, de forma que emprega definições operacionais de conceitos para obter dados numéricos com o propósito de estabelecer medidas. Nesse tipo de pesquisa, tendo em vista os diversos programas eletrônicos de processamento de dados disponíveis hoje, o papel do pesquisador também seria reduzido, sendo sua participação significativa restrita à elaboração dos protocolos a serem preenchidos com dados e ao momento de análise dos dados já após o seu processamento. Dessa forma, a análise de conteúdo tradicional padeceria de sérias limitações diante de questões de pesquisa voltadas para a investigação e produção de conhecimentos válidos sobre o mundo.

Robert Reiner também aponta como problemática essa colonização das pesquisas sobre os meios de comunicação de massa pelo paradigma positivista (REINER, 2004). Segundo ele, a tática geralmente adotada em pesquisas que se baseiam na análise de conteúdo tradicional é procurar definir e contrapor os padrões das representações dos meios de comunicação com os padrões do “mundo real”. Quando pesquisas que têm por objeto as representações do crime nos meios de comunicação adotam essa perspectiva, o que fazem em geral é contrastar a forma como o crime e a justiça criminal seriam representados, por um lado, e a forma como crime se apresentaria concretamente na “realidade” – muitas vezes suposta como aquilo que se verifica a partir das estatísticas

oficiais. O objetivo desta tática é unicamente mostrar que as distorções entre a representação do crime e aquilo que ele realmente é conduzem a consequências problemáticas. Como se percebe, questões envolvendo construção de sentidos e processos de significação não são consideradas por esse tipo de abordagem, que pressupõe os sentidos das coisas do mundo existam nelas mesmas, e que o pesquisador precisa apenas desenvolver uma forma adequada para constatá-los. Uma vez que os sentidos já estariam pré-definidos, não haveria necessidade de interpretação, mas apenas de verificação. A abordagem tradicional ou Análise Quantitativa de Conteúdo, portanto, não vê a realidade como uma construção, mas como um fato e, conseqüentemente, como uma fonte direta de dados. Para ela, o papel da linguagem e das imagens relacionados ao medo do crime ou ao Sistema de Justiça Criminal pelos meios de comunicação, por exemplo, reduzir-se-ia apenas ao seu emprego descritivo-representacional, uma vez que a “realidade” é entendida como algo prévio à qualquer comunicação.

Análise Etnográfica de Conteúdo

A perspectiva que orienta essa pesquisa é completamente diferente. A forma de abordagem dos meios de comunicação feita aqui pretende se distanciar do paradigma positivista, e situar-se dentro de um paradigma interpretativo (DENZIN, 1989). Ao contrário do que é feito na análise de conteúdo tradicional, Altheide propõe que os meios de comunicação sejam abordados sob uma perspectiva etnográfica, na qual os meios de comunicação sejam estudados para se entender a cultura, ou seja, para se compreender *os processos e os conjuntos de objetos, símbolos e significados que criam uma realidade social compartilhada pelos membros de uma sociedade* (ALTHEIDE, 1996). Dessa maneira, o autor propõe que a perspectiva etnográfica seja empregada também nos estudos sobre a comunicação de massa. Adotando a ideia de etnografia como uma perspectiva metodológica, a abordagem realizada aqui procura colaborar no delineamento de certos padrões de ação humana a partir daquilo que Altheide denomina de Análise Qualitativa de Documentos (ALTHEIDE, 1996), que procura ir além da análise de conteúdo tradicional (quantitativa) ao desenvolver uma proposta de análise objetiva dos produtos comunicacionais de massa (transformados em “documentos” pelo olhar do pesquisador) que esteja diretamente implicada num processo de observação participante, de forma que um pesquisador possa interagir com os materiais para que declarações específicas possam ser colocadas no contexto adequado de análise.

Grande parte da cultura ocidental contemporânea é sustentada pelos meios de comunicação de massa, que exercem um papel crucial ao colocarem em circulação elementos simbólicos através dos quais as pessoas forjam suas identidades, suas opiniões, e partilham perspectivas de mundo que configuram aquilo que se reconhece como realidade. Uma estratégia de pesquisa dessa “cultura da mídia” (KELLNER, 1995) é a análise qualitativa de documentos, entendidos por “qualquer representação simbólica que pode ser gravada ou resgatada para a análise” (ALTHEIDE, 1996). Sob a perspectiva etnográfica (e diferentemente da proposta tradicional), todos os materiais da pesquisa podem ser considerados potencialmente como documentos, mas o significado e a importância de cada um deles são informados pelo ato e perspectiva da pesquisa. Ou seja, os documentos têm uma existência física que é independente da perspectiva do pesquisador, mas o que determina o sentido e a relevância desses documentos para a pesquisa, aquilo que os transforma efetivamente em dados, é o olhar do pesquisador e a sua questão de pesquisa.

A proposta de uma análise qualitativa de documentos sob o prisma etnográfico é, portanto, bastante diferente da proposta de análise de conteúdo tradicional. É característica desta abordagem a preocupação não só com a verificação de hipóteses teóricas, mas com a descoberta de novas relações e padrões. O envolvimento primário do pesquisador em todas as fases da pesquisa, a reflexividade e circularidade entre os processos de coleta, análise e interpretação de dados, a amostragem intencional e teoricamente orientada, os múltiplos momentos de entrada de dados e a proposta de que os conceitos emergem durante a pesquisa também marcam a diferença entre a análise qualitativa de documentos e a forma tradicional de análise de conteúdo.

A ideia de que os conceitos devem emergir a partir da interação do pesquisador com os materiais é extremamente importante para esse método. No caso particular deste trabalho, isso significa que as notícias foram abordadas “por dentro”, e que a análise parte das notícias para descobrir eventuais relações, conexões e padrões. As notícias, sua linguagem e suas imagens, são relacionadas a uma estrutura teórica, de maneira que se trata fundamentalmente de uma interpretação – e não da elaboração de um discurso paralelo e alheio a elas. Isso não quer dizer, contudo, que não se trabalha teoricamente orientado; pelo contrário, o embasamento teórico deve ser uma preocupação constante do pesquisador, mas a teoria não deve ser utilizada de forma que rígida nem enrijecedora. O principal é que os conceitos e as relações possam emergir no processo de pesquisa e análise, e que a teoria sirva como guia para o refinamento conceitual – ainda que o método

não inviabilize que se trabalhe com verificações de hipóteses teóricas, como visto anteriormente.

Existem claras similaridades entre a perspectiva metodológica conhecida como *grounded theory*, ou teoria fundamentada em dados, desenvolvida por Strauss e Corbin (STRAUSS & CORBIN, 1990; STRAUSS & CORBIN, 2008), e a análise etnográfica de conteúdo, principalmente pelo papel central que as duas conferem aos procedimentos de comparação e contraste constantes e à amostragem teórica. Entretanto, diferem entre si quanto à ênfase e à forma de abordagem. Segundo Altheide, a orientação da teoria fundamentada em dados dá grande destaque à codificação sistemática das notas de observação e dos dados. A análise etnográfica de conteúdo, por outro lado, parte da consideração de que o processo geral de coleta e interpretação dos dados como um todo é mais significativo para o estudo do que detalhes envolvendo procedimentos para a sua codificação. Mas a diferença principal entre as duas orientações, segundo Altheide, residiria nos focos de cada uma. A teoria fundamentada tem por foco a geração de hipóteses que possam ser testadas enquanto fundamento para uma teoria, e isso faz com que ela exclua determinados materiais. A análise etnográfica, por sua vez, não é orientada para o desenvolvimento de teoria, mas focaliza mais as descrições e as definições compatíveis com os materiais. Nesse sentido, todos os materiais podem ser transformados em documentos pelo olhar do pesquisador (ALTHEIDE, 1996).

Técnicas e procedimentos de pesquisa

Consistentemente com a perspectiva do interacionismo simbólico, três orientações gerais regem a abordagem e o processo de análise conduzido aqui. Primeiramente, a ideia de que a vida social consiste em um processo interativo de comunicação e interpretação relacionado com as definições de situação. Em segundo lugar, esse processo comunicativo é o que rompe a distinção entre o sujeito e objeto, entre interioridade e exterioridade, e reúne-os na situação que as pessoas experimentam e tomam por certa (ALTHEIDE, 1996). Isso significa que a unidade da experiência que nós vivemos como “natural” é dada pelo processo interativo que é a própria vida social. Por fim, a centralidade da percepção da vida social como um processo onde tudo está em construção – o que destaca a importância dos contextos, dos processos e da emergência dos sentidos – de modo que a análise dos meios de comunicação de massa deve ser sistemática, mas não rígida, sob pena de não se conseguir observar o próprio processo que se pretende estudar.

Os procedimentos de coleta de dados seguem as orientações de David Altheide. Durante mais de trinta anos investigando os meios de comunicação de massa – em especial questões relacionadas ao crime e medo -, Altheide desenvolveu as formas de abordagem para pesquisa qualitativa dos meios de comunicação com base nas quais essa pesquisa se orienta. O processo de análise qualitativa de documentos é dividido por ele em quatro estágios que dizem respeito à determinação do problema e da unidade de análise, à elaboração do protocolo, à coleta dos dados e à análise dos dados. Esses quatro estágios são percorridos através de doze passos, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Fases da Análise Qualitativa de Documentos

FASES DA ANÁLISE QUALITATIVA DE DOCUMENTOS	
FASE 1: Problema e unidade de análise	1º passo: Perseguir um problema específico a ser investigado
	2º passo: Familiarizar-se com o processo e o contexto da fonte de informação; explorar outras possíveis fontes.
	3º passo: Familiarizar-se com exemplos de documentos relevantes, notando particularmente os formatos; selecionar uma unidade de análise (que pode mudar).
FASE 2: Construindo um protocolo	4º passo: Listar vários itens ou categorias (variáveis) que guiarão a coleta de dados e rascunhar um protocolo.
	5º passo: Testar o protocolo através da coleta de dados de vários documentos.
	6º passo: Revisar o protocolo e selecionar alguns casos adicionais para o seu refinamento.
	7º passo: Chegar a uma amostragem lógica e estratégica (Por exemplo: teórica, oportunística, estratificada, aglomerada, etc). Usualmente, utiliza-se amostragem teórica.
FASE 3: Coleta dos dados	8º passo: Coletar dados usando os códigos preestabelecidos; lançá-los num programa de edição de texto (Word); examinar os dados para ajustamento das categorias (emergirão categorias novas, algumas serão excluídas, outras serão refinadas); completar a coleta.
FASE 4: Análise de dados	9º passo: Analisar os dados, incluindo refinamento conceitual e codificação. Ler notas e dados repetida e meticulosamente.
	10º passo: Comparar e contrastar extremos e diferenças-chave dentro de cada categoria; fazer notas textuais; fazer breves sumários ou resenhas de dados para cada categoria.
	11º passo: Ilustrar os sumários com exemplos do caso típico e dos casos extremos; combinar com materiais do protocolo para cada caso; destacar surpresas e curiosidades.

	12º passo: Integrar as suas descobertas com as suas interpretações e seu conceitos-chave em outro rascunho.
--	--

(Elaborado a partir de: ALTHEIDE, David L. **Qualitative Media Analysis**. Sage Publications, California, USA, 1996)

O material selecionado para esta pesquisa envolve uma série de notícias veiculadas pela TV Globo entre os dias 24 e 29 de novembro de 2010 – o período central da “crise” envolvendo o conjunto de favelas do Alemão, desde quando veículos começaram a ser incendiados no Rio de Janeiro, até o dia posterior à entrada da polícia no Morro do Alemão. As notícias foram capturadas na internet através do programa “V-downloader” e também diretamente do site da TV Globo. A ênfase é sobre as notícias que foram exibidas no Jornal Nacional – noticiário televisivo de maior audiência no Brasil e “fonte” importante do conhecimento de mundo de muitos brasileiros. Mas, coerentemente com a orientação etnográfica, eventualmente outros materiais foram transformados em documentos da pesquisa, mais especificamente, algumas notícias exibidas em outro noticiário da emissora, o RJ-TV. Apesar do RJ-TV ser um noticiário regional, as imagens que apresentou nos dois segmentos selecionados aqui foram imagens largamente utilizadas em diversos outros noticiários de veiculação nacional – inclusive no próprio Jornal Nacional. Além do mais, por ser um telejornal matutino, pode acompanhar ao vivo muitas movimentações que aconteciam no local.

O protocolo utilizado na pesquisa parte de um modelo provisório inicial que fora codificado previamente com algumas categorias informadas teoricamente. Posteriormente, conforme sugere a técnica, este modelo de protocolo foi revisto e refinado após um exercício prévio de coleta e análise inicial de dados. Após a coleta dos dados, eles são analisados em uma descrição informada teoricamente (vide capítulo seguinte – cap. 6), que depois é submetida a um processo de refinamento conceitual (cap. 7).

CAPÍTULO 6 - A COBERTURA DA CRISE: DESCRIÇÃO INFORMADA TEORICAMENTE

Os conflitos entre as forças policiais e os traficantes no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro foram intensamente registrados pelos meios de comunicação. A cobertura jornalística televisiva foi rica em imagens e dedicou muita atenção ao episódio. A partir da interação com esse material e do registro sistemático de alguns de seus elementos, é possível entrever algumas características que marcam a relação entre os meios de comunicação de massa televisivos (noticiário), percepções sobre o crime e a atuação das agências formais de controle (polícia, principalmente) – pelo menos nesse caso. Esse capítulo é fruto do momento “naturalístico” da pesquisa, que segundo Denzin (DENZIN, 1992) deve ocorrer em todo trabalho desse tipo: é quando o objeto de estudo fala. Esse momento naturalístico permite a construção de uma descrição densa e uma interpretação fundamentada, que emirja do próprio objeto.

A unidade de análise foi definida como as os segmentos do noticiário individualmente considerados, e o material selecionado (vide capítulo anterior) foi assistido várias vezes. Foi elaborado um protocolo inicial pré-codificado com certas categorias sugeridas teoricamente, no qual foram registrados elementos observados em uma pequena amostra do material, selecionada a partir da sua relevância para a sequência da narrativa como um todo. Esse exercício de aplicação do protocolo revelou a emergência de novas categorias surgidas do próprio objeto, e também a desnecessidade de algumas das categorias pré-estabelecidas. Como resultado, os protocolos foram revisados e refinados. Esse capítulo se refere, portanto, ao momento de imersão no material somado ao registro de categorias relevantes observadas nas notícias e transformadas em dados através dos protocolos. Esse processo permite uma descrição teoricamente informada, onde os dados são contextualizados e sistematizados de forma articulada com a teoria.

a) As características do evento e os formatos televisivos

Altheide observa que os formatos das notícias estão relacionados antes de tudo com a possibilidade de apresentação dos eventos através de uma narrativa visual e auditiva que tenha começo meio e fim. Ainda que praticamente todo acontecimento possa ser adaptado a essa forma esquemática, existem alguns que, pelas suas características específicas, oferecem maior facilidade de adequação a essa lógica (ALTHEIDE, 1996).

Uma dessas características é a “acessibilidade”, ou seja, a facilidade com que a imprensa pode entender um evento, obter informações sobre ele, estar no local em que ele ocorre e conseguir imagens. Nesse sentido, a crise no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro foi altamente acessível à imprensa. Desde seu início, quando veículos começaram a ser incendiados no Rio de Janeiro, até seu desfecho, com a ocupação do Morro do Alemão e o anúncio da instalação de UPP, a imprensa teve acesso a todos os eventos no exato momento em que eles aconteciam, inclusive com grande parte da cobertura televisiva acontecendo ao vivo e simultaneamente. Isso significa que a publicidade dos acontecimentos foi imediata: na maioria das vezes, os repórteres não contavam algo que havia ocorrido, mas que estava ocorrendo naquele momento. As forças de ocupação e o próprio governo demonstraram grande interesse em ter os meios de comunicação de massa constantemente por perto. O governador do Rio de Janeiro e o Secretário de Segurança Pública estiveram o tempo todo disponíveis aos meios de comunicação – ambos, inclusive, deram longas entrevistas ao vivo para o Jornal Nacional (vide segmentos A3 e C6). Na base de operações montada na entrada do Morro do Alemão foi admitida a permanência constante de jornalistas e cinegrafistas. Em nenhum momento a polícia impediu a permanência da imprensa no local, permitindo inclusive que fossem feitas tomadas durante os momentos de confronto. No segmento D1, inclusive, uma jornalista apresenta a base policial montada na entrada do Morro do Alemão, e explica como os policiais montaram uma barreira para garantir a permanência em segurança dos trabalhadores da imprensa no local. Vários representantes das forças policiais e militares também deram várias entrevistas, sendo que o Comandante Geral da Polícia Militar escolheu utilizar os meios de comunicação para comunicar oficialmente à resistência dos criminosos o prazo e o local para que eles se entregassem antes que a invasão começasse (vide segmento D1). No dia da ocupação do Morro do Alemão, foi permitido que uma jornalista e um cinegrafista da Rede Globo (e apenas eles) subissem o morro logo após a passagem das tropas. Eles fizeram uma transmissão ao vivo do alto do morro demonstrando que o local estava dominado pelas forças da lei e da ordem e entrevistaram o delegado-chefe que comandava as tropas locais (vide segmento E3).

Dos materiais analisados, fica evidente que os meios de comunicação de massa tiveram total acessibilidade às arenas e aos atores envolvidos na operação. A colaboração mútua entre TV e forças policiais e governo foi constante, sendo reforçada por muitas imagens e também verbalizada em diversos momentos (vide segmentos D1 e E1, por

exemplo). Essa colaboração galvanizou toda a narrativa da crise, seguindo um roteiro dramático (onde o mal foi derrotado pelo bem), pobre em conteúdos nocionais e analíticos, mas rico em emoção, drama e ação.

Emoção, drama e ação foram elementos narrativos onipresentes na crise no complexo do Alemão. A equipe de reportagem da TV Globo esteve presente em vários momentos de confronto entre as forças policiais e as forças de resistência. Durante todos os dias várias notícias deram destaque para cenas de tiroteio – inclusive registrando ao vivo pessoas sendo baleadas, como no segmento B1. No segmento D1 há muitas imagens de tiroteio, com destaque para uma sequência gravada e editada mostrando balas traçantes cruzando o céu ao cair da noite enquanto policiais correm e atiram – cenas que, somadas à alta qualidade da captação sonora, criam um poderoso efeito de ação. Em outra tomada, a repórter aparece trêmula e ofegante ao microfone enquanto policiais correm e atiram e pessoas se abaixam e se escondem em segundo plano; ela conta que está havendo um conflito e que aquele é “um momento de muita tensão”. No segmento D3 também há cenas de tiroteio e correria e também de carros em chamas, todas gravadas com câmeras de mão, além de uma edição de imagens e som com cortes rápidos que criam uma sequência de ação muito dinâmica. O segmento E1 não apresenta cenas típicas de ação, mas se configura claramente como uma preparação para tal, na medida em que acompanha os preparativos para a invasão do morro. E também há drama. Os ataques por todo o Rio de Janeiro foram apresentados como ocorrências dramáticas no cotidiano carioca, afetando a normalidade e a rotina da população. Há inclusive declarações de vítimas e de moradores da cidade afetados pelos distúrbios (por exemplo, segmentos A4, B3, C1, C3, C4, D3, etc). A situação apresentada como o maior drama para a segurança pública já enfrentado pelo país, demandando a união de todas as forças de segurança na “guerra contra o tráfico”, como anuncia o repórter que cobriu a reunião entre o governador do Rio, o Secretário Estadual de Segurança Pública, o Ministro da Defesa, Generais do Exército e Comandantes da Marinha e Aeronáutica (segmento C2). O segmento D6 é uma reportagem sobre o drama dos policiais que participam da operação e os perigos que enfrentam. Em certo momento a reportagem mostra um integrante do BOPE conversando por telefone com sua mãe que estava preocupada com a sua situação. Algumas matérias também mostram moradores que precisam abandonar suas casas (segmentos C3, D1) ou que foram atingidas por tiros (segmentos C1, A4). Há dramas pessoais também, como o do menino baleado por um traficante (segmento D3), as crianças que choram de “desespero e medo” (segmento D1), e

envolvendo mães – como por exemplo a mãe que decidiu entregar seu filho à polícia (segmento D1), ou a mãe que teve dois filhos mortos e dois desaparecidos em razão do tráfico (segmento C3) ³⁹.

Outra dimensão importante e que é determinante para os formatos das notícias na TV diz respeito à qualidade visual das imagens obtidas (ALTHEIDE, 1996). A crise envolvendo a ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro permitiu a obtenção de uma riqueza de imagens que embalou a narrativa dramatúrgica e envolveu simbolizações poderosas.

As imagens empregadas pela cobertura da Rede Globo foram quase exclusivamente produzidas pela sua própria equipe de cinegrafistas da emissora (as exceções se referem à curtos vídeos amadores de veículos sendo queimados na cidade e de imagens de câmeras de controle de trânsito – segmentos A5 B3 e C1, por exemplo) , e foram abundantes, diversificadas e bastante detalhadas, resultado da facilidade de acesso dos cinegrafistas aos cenários e aos acontecimentos. Merece destaque o largo uso de imagens aéreas feitas pelo helicóptero da emissora (chamado de “Globocop”), o que enriqueceu significativamente a narrativa visual e a emoção da cobertura. As imagens aéreas foram utilizadas em todos os dias, e o uso do helicóptero permitiu que a emissora conseguisse com total exclusividade imagens importantes e que, em alguns segmentos, se tornaram emblemáticas do evento. Muitas dessas imagens foram determinantes para a sequência da cobertura e da discussão pública sobre os eventos. É o que se observa no segmento B1: a fuga de um grande número de homens armados por uma estrada vicinal num trecho de mata entre a Vila Cruzeiro e o complexo do Alemão e que só se tornou pública em razão das imagens feitas pelo helicóptero da Globo. O noticiário dos dias seguintes foi impactado por essa questão, e a polícia e o governo tiveram que explicar o fato. Enfim, foi principalmente a qualidade visual das imagens obtidas permitiu que a narrativa da crise assumisse o formato que emulou aventura, drama e ação.

Uma terceira característica que repercute no formato das notícias está ligada a possibilidade de uma apresentação gráfica, visual e sonora dos fatos narrados. Muitas vezes as notícias têm seus formatos constrangidos pela falta de materiais que favoreçam uma narrativa dinâmica onde os seus recursos verbais, sonoros, gráficos e visuais se complementem e se reforcem. Esse não foi o caso da cobertura dessa crise, pois os meios de comunicação estiveram presentes durante os eventos e assim tiveram acesso direto aos

³⁹ A extensa utilização de casos dramáticos articula um processo identitário em torno da vitimização.

acontecimentos. A dimensão imagética da narrativa contou com uma vasta quantidade de filmagens feitas em tempo real e englobando diversos elementos. As câmeras da Globo cobriram toda a ação, com registros que vão desde os primeiros ataques a veículos na cidade, passando pelo caos urbano, as reações da polícia, as reuniões políticas e do alto escalão das forças de segurança, a mobilização das tropas e a exibição de força, criminosos brandindo armas na favela, confrontos, ações de combate, prisões, mortes, fugas e dramas. Essas cenas foram utilizadas na construção das narrativas das notícias, operando como elementos simbólicos fundamentais na atribuição de sentido e na incorporação desses sentidos aos acontecimentos. Por exemplo, no segmento C2, enquanto o repórter explica como será a colaboração das forças armadas e da polícia (número de homens, veículos disponibilizados, etc), uma sequência editada de policiais com armas em punho era mostrada. Em seguida, um corte de edição mostra o governador do Rio de Janeiro declarando que é preciso levar a paz àquela comunidade e a todo o Rio, e que “o povo está consciente de que a lei e a ordem são conquistas básicas”. Nesse caso, há uma clara associação entre a ação das forças de segurança (imagens) e as ideias de “paz”, e de “lei e ordem” (discurso verbal).

Outro exemplo de como as imagens e o discurso são empregados como símbolos que reforçam a atribuição de sentido pode ser observado no segmento B3. Nessa matéria, o repórter faz uma espécie de resumo dos acontecimentos naquele dia. Ela narra os ataques criminosos e a ação da polícia, enquanto na tela aparece um trabalho de edição que utiliza dezenas de imagens em sequência, e há uma convergência evidente entre o verbal e o visual. O repórter começa falando sobre os muitos ataques que ocorreram durante o dia, enquanto as cenas vão mostrando imagens de carros incendiados, pessoas correndo e vítimas dos criminosos. Em seguida, fala sobre a reação da polícia, e as cenas mostram confrontos, tiroteios e mais pessoas correndo pelas ruas. Logo após, conta que a ofensiva da polícia foi feita por terra e pelo ar (cenas de viaturas da polícia entrando numa favela e de um helicóptero sobrevoando), e que centenas de policiais civis e militares entraram na favela do Jacarezinho à procura de traficantes; enquanto isso, as cenas vão mostrando muitos policiais andando pelas ruas fortemente armados, entrando em becos, apontando armas. Há uma cena em close de um atirador de elite empunhado uma grande arma enquanto faz mira em direção ao alto de um morro. Em seguida, o repórter aparece numa rua em que a polícia faz uma blitz e conta que operações de cerco foram montadas para evitar que os traficantes fugissem, e que isso permitiu que a população da cidade pudesse

“manter a rotina” e que o trânsito tivesse “um movimento tranquilo”. A reportagem termina com a declaração de um homem não identificado. O repórter conta que ele havia visto um ônibus ser queimado, mas que “confiava em dias melhores”. O homem dá a seguinte declaração: “No final de contas quem vai vencer é o bem, né? O bem tem que vencer”. É possível notar que toda a construção da notícia se baseia em simbolizações sequenciais de desordem e crime que se opõem a simbolizações de ordem, normalidade e ação policial. Ao final, o sentido disso é reforçado com a declaração de que se trata de uma luta do bem contra o mal.

Além disso, o uso de imagens aéreas feitas pelo helicóptero da Rede Globo forneceu um grande número de cenas variadas que foram intensamente exploradas nas notícias - mesmo em casos em que tais cenas em si mesmas, não mostrassem nenhum acontecimento diretamente relacionado ao tópico específico da notícia. Ou seja, em muitas notícias, imagens aéreas serviram como elementos simbólicos de reforço à narrativa discursiva. É o caso que vemos, por exemplo, em A4: enquanto a repórter afirma que a maior parte dos bandidos que fugiram das comunidades onde foram instaladas UPP's se encontra na Vila Cruzeiro, uma sequência de imagens aéreas editadas mostra uma favela e focaliza um barraco no alto do morro onde alguns homens parecem estar vigiando. O mesmo recurso é empregado em B2: o repórter conta que mesmo após a prisão e condenação de Elias Maluco, a região da Vila Cruzeiro “continuou como reduto dos criminosos”; enquanto isso, o vídeo em sequência algumas cenas em que o traficante aparece algemado e um policial levanta sua cabeça para que ele olhe para a câmera e, depois de um corte de edição, cenas de seu julgamento e, depois de outro corte de edição, cenas aéreas de uma favela (supostamente a Vila Cruzeiro). Não faltaram cenas impactantes que participaram decisivamente da construção dos discursos sobre o fato e da atribuição de sentido ao ocorrido⁴⁰.

A captação de áudio também foi bastante apurada. Nas sequências envolvendo confrontos, o som dos disparos é audível com perfeição – o que é determinante para a emoção das cenas de ação. A captação dos ruídos e sons de fundo parece ter recebido grande atenção dos profissionais encarregados pelas filmagens. Sons de tiros, de armas sendo engatilhadas, de sirenes, de carros acelerados, pneus cantando, helicópteros, crepitar

⁴⁰ As tecnologias de captura e de transmissão das imagens também foram variadas (câmera fixa, câmera nas mãos, câmera em movimento, câmera em veículos, imagens aéreas, imagens diurnas e noturnas, transmissões via internet), e cada uma delas contribui decisivamente para o formato da notícia.

de labaredas, gritos, tudo isso é parte importante para os formatos utilizados e para a construção da narrativa da crise como um todo. No dia 25 de novembro, ao invés do tradicional “boa noite”, o Jornal Nacional foi encerrado com uma sequência editada de imagens da “operação histórica das forças de segurança”, conforme definido pela apresentadora. Não há narração, apenas as imagens e o áudio de cenas que mostram tiroteio em favelas, carros incendiados pela cidade, policiais e soldados empunhando armas, veículos das forças armadas, pessoas correndo enquanto em desespero e, no final, uma cena aérea de moradores de uma favela acenando lençóis brancos com o som monotônico do helicóptero ao fundo (vide segmento B12).

Outra característica importante para a forma como os acontecimentos foram cobertos pelos meios de comunicação foi a possibilidade de encapsulação e a unidade temática que marcou a crise – ou seja, a facilidade com que a TV pôde reduzir a narrativa dos eventos a uma estrutura simplificadora e facilmente reconhecida pelo público de massa, e localizada num contexto de continuidade narrativa dentro da cobertura jornalística com a qual a audiência já estava familiarizada.

Em relação a estrutura narrativa simplificadora e de fácil reconhecimento pelo público, a cobertura da ocupação do complexo de favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro foi contada pela TV Globo como uma história de lei e de ordem contra o crime – muitas vezes de forma literal (no segmento D6, a repórter anuncia: “uma guerra de dois lados: a lei e quem anda fora dela”). Mais especificamente, o caso pode ser reduzido a uma estrutura em que há uma vítima (identificada simbolicamente, por imagens, palavras e formatos, como a sociedade), uma ameaça (identificada simbolicamente, por imagens e palavras e formatos, como o crime), e um herói (identificado simbolicamente, por imagens, palavras e formatos, como as forças formais de segurança – forças armadas, e, destacadamente, as forças policiais). Essa estrutura narrativa simplificadora é a mesma utilizada ao longo do tempo para noticiar casos envolvendo crime. Como visto anteriormente isso não apenas facilita o acompanhamento do caso pela audiência como também opera na construção do seu sentido, inserindo o caso da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro num continuidade linear de confrontos envolvendo a crime e a polícia. Vejamos cada um desses três elementos.

Em primeiro lugar, a Sociedade foi simbolizada como a vítima no enredo. A vitimização é uma característica importante nas notícias sobre crime (ALTHEIDE, 2009; REINNER, 2004). No caso em análise, a vitimização aparece em dois níveis:

primeiramente, muitos casos de vítimas individuais são apresentados. Há imagens de pessoas “comuns” baleadas, agredidas, lesionadas, roubadas. Também há muitas imagens de desordem social e caos urbano, como veículos incendiados, ruas desertas, tiroteios, público em desespero. Em muitas unidades analisadas, também há relatos sobre vítimas, como nos segmentos A5 e D3, ou depoimentos de pessoas que foram vítimas diretas nos acontecimentos mostrados, como no segmento A4, A5 e C1, por exemplo. Alguns depoimentos são especialmente dramáticos, como o segmento C4. Mas os casos de vitimização pessoal são apresentados como forma de fundamentar a ideia central de construção simbólica da ideia da “sociedade” como a grande vítima da criminalidade. No segmento A3 o governador afirma isso explicitamente em sua entrevista ao vivo para o Jornal Nacional. No segmento E1, um delegado afirma que “a polícia civil tem muita experiência em diferenciar o bandido do trabalhador, do morador”. Essa afirmação é bastante clara na forma de classificar as coisas em três categorias: a polícia (civil), o bandido, e o trabalhador/morador. Essa “classificação” é corroborada pelo apresentador, que em vários momentos se refere aos “bandidos” e aos “moradores” como categorias distintas. Ainda no mesmo caso, o delegado afirma: (...) *a moral da polícia e da sociedade cresceu muito e a do bandido desceu, e o resultado é esse: quando a gente tem o apoio da sociedade e o apoio da imprensa e moral com a polícia, a gente vai invertendo a moral do próprio bandido e a tendência é que a polícia trabalhe com muita facilidade (...)*. Aqui, “polícia”, “sociedade” e “bandidos” são colocados como três categorias ou elementos distintos. O delegado ainda refina sua definição ao propor uma relação na qual o elemento “sociedade” se torna o fiel da balança: seu apoio (e também o da imprensa, que surge, muito esclarecedoramente, como um outro elemento) é determinante para que a polícia tenha sucesso no combate ao crime.

Reforçando a construção simbólica da sociedade como grande vítima, muitas notícias recorreram a imagens contrastando a rotina dos moradores de lugares já ocupados pela polícia com a de lugares ainda “dominados pelo crime” (como os segmentos B1 ou C3, por exemplo). Além disso, por diversas vezes as notícias mostraram o depoimento de pessoas “comuns”, em geral não identificadas, em que a ideia de sociedade como vítima ou até mesmo “presa” do crime é reforçada (vide segmentos A5, B3, C1, C3, C4, C5, D1, por exemplo). Há até mesmo um caso em que o Jornal Nacional é encerrado com a leitura de uma carta que, segundo a apresentadora, fora entregue a uma equipe de reportagem da Rede Globo por uma moradora da Vila Cruzeiro (“uma das milhares de pessoas que

transitam entre tiros pelas ruas do complexo do Alemão”). A apresentadora conta que ela não teria se identificado, apenas entregue uma caixa de fósforos com a carta dentro – enquanto isso, ela didaticamente mostra a caixa e retira a carta de dentro dela. Enquanto a apresentadora lê a carta, há um efeito de computação gráfica em que a carta é ampliada o seu texto aparece nitidamente na tela. Nela, está escrito: “Aos governantes e toda a Força Militar, nossos guerreiros! Nossos heróis! Que vieram nos libertar. Obrigado!!! (...)” (a apresentadora pronuncia enfaticamente as palavras “ guerreiros” e “heróis”). Após a leitura, a apresentadora destaca que a moradora anônima assina a carta em nome de toda a comunidade de Vila Cruzeiro. O apresentador comenta que “liberdade” “é mesmo a ideia a qual a gente chega quando vê o Estado recuperando de bandidos áreas ocupadas” (pronúncia enfática das palavras “Estado” e “bandidos”) (vide segmento D7)

O crime foi representado como a ameaça, o elemento disruptivo e perturbador da ordem pública. Habitualmente, os meios de comunicação de massa representam o crime como uma ameaça real ou potencial relativamente fora de controle, principalmente no Rio de Janeiro, onde a criminalidade associada ao tráfico de drogas sempre foi referida como um “poder paralelo” que domina vastos territórios, desafia constantemente a ordem pública e oprime a população. Diante do poder desse “crime organizado”, as representações comunicacionais e massa mostram as forças policiais como incapazes de garantir a segurança da população. Essa abordagem tradicional do crime pelos meios de comunicação é um elemento importante na construção do sentido do tema para o público. A televisão, em especial, é uma fonte de “conhecimento” da realidade reconhecida e consolidada pela audiência de massa, de maneira que aquele tipo de abordagem do crime e da segurança pública pelo noticiário foi empregado também na cobertura da crise no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro. Entretanto, alguns símbolos foram reordenados ou redimensionados no esquema de interpretação: o tão propalado “crime organizado” foi apresentado como fraco e frágil diante de uma poderosa mobilização de tropas de segurança. O Estado, geralmente criticado por não dar condições para que a polícia possa garantir a segurança de forma eficaz, foi apresentado como um ator forte e imbatível, capaz de “retomar territórios” e vencer o crime.

A simbolização do crime como o grande mal do mundo contemporâneo é algo que há muito tempo vem sendo sustentado pelos meios de comunicação de massa (em capítulos anteriores, vimos como isso parece ser uma característica cultural pós-moderna). Dessa maneira, a cobertura da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro

aproveitaram dessa associação para alimentar, com palavras e com imagens a percepção social do crime como o grande inimigo da ordem, da coesão social e da moralidade.

Além disso, em diversos segmentos as imagens dos criminosos são feitas à distância, e mostram homens negros brandindo armas ou fazendo pontaria no alto dos morros. Nessas imagens, criminosos e criminalidade são sobrepostos. Apesar de alguns traços gerais que os identificam, eles são mostrados como algo disforme, uma massa mais ou menos homogênea, sem individualidades – todos os criminosos são iguais, assim como toda a criminalidade ligada ao tráfico é igual. Como na maioria das vezes a câmera captura essas cenas de muito longe, com um alto grau de zoom, a qualidade das imagens acaba sendo reduzida e há um efeito natural de perda de contraste e nitidez. Esse fato, que pode ser algo fortuito, se transforma num elemento importante de construção simbólica na medida em que essas imagens são mostradas constantemente e sempre associadas à ideia de uma criminalidade ameaçadora e esquiva, que se esconde por trás de muros, de postes, de carros, em becos e vielas, e que não possui traços distintivos de individualidade⁴¹. Muitas vezes, as imagens nem conseguem mostrar os criminosos, mas captura os tiros e a movimentação nas ruas e vielas, ou seja, a criminalidade se esquiva pelo espaço urbano, se mimetiza com o ambiente, sua presença é claramente sentida, mesmo se não conseguimos enxergá-la.

A questão do espaço urbano, aliás, também é importante. No noticiário, as imagens e os discursos associam inequivocamente as favelas com a criminalidade. As imagens mostram que nesses lugares, o crime e o medo se reificam, e se entranham no próprio espaço físico (MACHADO DA SILVA, 2008). Nesse sentido, combater o crime é também combater o território, a favela. Em muitos segmentos analisados essa associação é construída e reforçada com discursos e imagens (por exemplo, segmentos A3, A4, B6, C1, C2, C4, C5, D2, D7, E2, E3, E5, F1)⁴².

⁴¹ Reiner já destacara a importância decisiva que a forma como as imagens são captadas pode ter nas construções simbólicas na televisão. Para o autor, as pressões organizacionais para a produção de notícias têm consequências não-intencionais que fortalecem perspectivas pela lei e ordem. Nesse sentido, não haveria uma intenção explícita de representar criminosos e criminalidade como uma massa homogênea e disforme, mas isso acaba acontecendo em razão da própria economia política da produção de imagens (REINER, 2004).

⁴² O segmento F1, que é uma espécie de “retrospectiva” dos acontecimentos da crise, dá um claro destaque para questão da disputa territorial. Criminosos, criminalidade e território são sobrepostos até a coincidência. Em um trecho, um repórter está no alto do morro, numa espécie de “sala de estar” a céu aberto (com sofás e mesas, e uma parede com a pintura dos personagens Irmãos Metralha com o título “Complexo do Alemão”); sentado no sofá, ele diz que depois do confronto,

Por fim, na estrutura narrativa da cobertura televisiva dos eventos da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro pela Rede Globo, os agentes formais de segurança pública foram apresentados como os heróis. De acordo com a cobertura, a atuação das forças de segurança do Estado foi o elemento decisivo para a resolução da crise. Não houve em nenhum momento a divisão da responsabilidade pela segurança pública com a população, nem foi explorada a ideia de “parcerias preventivas” (GARLAND, 2008) que muitas vezes se cultiva no noticiário. O apoio da população às tropas de segurança foi ressaltado quase à histeria, mas não no sentido de uma parceria e sim numa relação de dependência.

Muitas vezes o noticiário mostra o trabalho da polícia com certas ressalvas – não por causa da sua atuação, mas pelas limitações estruturais e falta de apoio dos órgãos governamentais que comprometem a sua eficiência. Nesse caso, entretanto, o noticiário destacou justamente a eficiência da operação policial, apoiada pelo apoio incondicional das demais agências estatais de segurança e pelos agentes políticos. O segmento C5, por exemplo, mostra um grande número de pessoas na Vila Cruzeiro assistindo a passagem “dos policiais que seguiam para o combate ao tráfico”. As cenas mostram os veículos e policiais trafegando pelas ruas que estão cheias de gente de ambos os lados aplaudindo quando eles passam. Um morador fala que “alguém tinha que chegar pra dar um ponto final”. Uma repórter aparece caminhando pelas ruas de um bairro enquanto fala que “o resultado positivo das operações aumenta a esperança dos moradores; é um ciclo de confiança e colaboração, assim acontece em favelas que receberam o programa de policiamento permanente”. Enquanto ela caminha, afirma que as Unidades de Polícia Pacificadora devolveram ao Rio de Janeiro territórios que eram dominados pelo tráfico (nesse momento ela para ao lado de uma viatura policial onde se lê “UPP Santa Marta”). Outro exemplo pode ser observado no segmento D1. Logo no começo, ainda no estúdio do Jornal Nacional, o âncora afirma que “os bandidos encurralados pela polícia no Rio estão perdendo o prazo dado pela polícia para se entregar”. Durante a matéria, é feita uma comparação entre a Vila Cruzeiro (já ocupada pela polícia) e o Morro do Alemão. A fala da repórter e a sequência editada de imagens procuram mostrar que onde a polícia está presente, os moradores podem “retomar a rotina”. E a repórter enfatiza que é a ocupação da polícia que permite isso. Em outro segmento, D6, ao chamar uma reportagem, o âncora afirma que “as tropas têm uma missão: livrar as favelas do poder dos bandidos”. A

“o conforto dos traficantes aqui no Complexo do Alemão desapareceu, e eles desapareceram ao mesmo tempo”.

reportagem mostra a eficiência das operações conjuntas e a “união que o Rio nunca tinha visto” no combate ao tráfico, com a colaboração das Forças Armadas, Polícia Federal, Civil e Militar.

Essa estrutura simplificadora também permitiu que a narrativa comunicacional se desse através de reportagens em série durante os dias em que a crise ocorreu. Isso se liga por um lado ao caráter dramático que permite à audiência acompanhar o desenrolar dos acontecimentos a cada dia sob a perspectiva de uma história linear, com começo, meio e fim relativamente previsíveis. Dentro de um mesmo noticiário a cobertura do evento pode ser arranjada em vários segmentos distintos, como ocorreu na cobertura dos eventos no Morro do Alemão pela TV Globo, e como ilustram os segmentos D1 e D3: os dois casos são segmentos do Jornal Nacional do dia 27 de novembro, e cada um maneja informações e ênfases diferentes que podem ser facilmente reunidas numa narrativa maior. Note-se ainda que, mesmo dentro de cada um desses segmentos, há subdivisões que contam pequenas histórias. O segmento D1, por exemplo, tem como mensagem principal a importância do apoio da população às forças da ordem que garantem a sua segurança e proteção. Entretanto, o formato segue uma sequência na qual os âncoras no estúdio chamam uma repórter ao vivo que chama uma reportagem gravada por outra repórter que segue três sub-histórias (a diferença entre o bairro já ocupado pela polícia e o bairro de onde os criminosos ainda não foram expulsos; a violência e crueldade dos criminosos; o drama da mãe que entregou seu filho para a polícia). Esse fluxo de breves pedaços de informação é carregado de símbolos que competem para o reforço da mensagem principal: a polícia está protegendo a população e a população precisa apoiá-la.

Além da possibilidade de ser contada por meio de uma estrutura narrativa simplificadora, a história da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro pelas forças de segurança também pôde ser inserida num contexto mais amplo de continuidade narrativa. Ou seja, ainda que o ineditismo da união das forças de imposição da lei e da ordem tenha sido ressaltado, a história em si se encaixou perfeitamente numa continuidade narrativa com a qual a audiência já estava familiarizada e dentro da categoria de “notícias sobre crime e violência” já consolidada nos meios de comunicação de massa. Assim, os sentidos conferidos aos acontecimentos foram fortemente determinados pelas formas como o crime é tradicionalmente representado na esfera comunicacional de massa. A grande diferença ficou por conta do significado da vitória do Estado sobre o crime – na medida em que geralmente as notícias mostram que o crime é incontrolável e que a polícia

sozinha não consegue combater a criminalidade. Para Altheide, essa possibilidade de que os acontecimentos possam ser apresentados como uma continuidade de outros condiciona os formatos da notícia, na medida em que a sua audiência pode compreender e acompanhar mais facilmente o noticiário (ALTHEIDE, 1996).

A continuidade narrativa também se relaciona com uma última característica do evento que o torna importante para a forma da apresentação jornalística: a sua relevância para a audiência ou sua capacidade de capturar sua atenção. Tema desde há muito explorado pelos meios de comunicação – desde antes surgimento dos meios de comunicação de massa -, crime e congêneres sempre foi um tema que atraiu a atenção do público. Por outro lado, o grau de interesse da audiência é também uma questão de como os eventos são apresentados e como a lógica comunicacional constrói determinados temas como temas relevantes. No caso do crime, como visto em capítulos anteriores, trata-se de um tema que mobiliza a atenção do público e que é considerado um tema-chave na vida social contemporânea. Além disso, a cobertura da ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro empregou várias estratégias narrativas instigantes – ação, aventura, drama, emoção – que, somadas ao caráter catártico da representação da vitória e afirmação da autoridade do Estado, cativaram a atenção e a emoção do público.

b) Características da cobertura

As características dos eventos relacionados a ocupação do complexo de favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro se refletiram nos tipos de formatos das notícias produzidas pela Rede Globo durante o período em que a crise estava ocorrendo, ou seja, nos enquadramentos, temas e discursos que estruturaram a cobertura daqueles acontecimentos. Além daquelas características, a análise do material também permitiu verificar a existência de outras características importantes.

• Conflitos representados

Como visto anteriormente a encapsulação e unidade temática permitiu que a cobertura específica desses eventos fosse embalada em uma continuidade narrativa mais ampla e de longo prazo. A crise envolvendo o complexo de favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro foi mais um capítulo (apesar de importante ou, como o Jornal Nacional definiu diversas vezes, “um momento histórico”) de um grande conflito antigo que vem sendo travado no Rio de Janeiro e no Brasil. Ao longo da cobertura, esse grande conflito foi

representado de maneiras diferentes, mas compatíveis entre si. Três formas principais se destacaram: a luta forte x fraco; a luta Estado/sociedade x crime; e a luta bem x mal. Vejamos cada uma delas:

Forte x Fraco: Foi possível perceber que o tema da luta do forte contra o fraco foi representado durante toda a cobertura, sendo que o crime, tradicionalmente representado como uma grande força anti-social muito bem organizada e poderosa, foi mostrado como fraco diante da organização e da força da união das agências de controle social e de imposição da lei. O segmento B1, por exemplo, se refere ao momento da fuga da Vila Cruzeiro de um grande número de homens armados. Nessa ocasião, enquanto a polícia invadia o bairro, muitos homens fugiam pelo alto do morro através de uma estrada de terra numa área de mata. O helicóptero da Rede Globo filmou a fuga que foi transmitida ao vivo no RJ-TV. O fato foi instantaneamente enquadrado como uma derrota humilhante dos criminosos que fugiam desesperados, e as imagens foram repetidas em vários outros programas e também nos dias seguintes, se caracterizando como uma das imagens emblemáticas do evento. Isso também fica evidente no segmento C4. O apresentador do Jornal Nacional chama a matéria anunciando que “especialistas analisaram as consequências da ação das forças de segurança do Estado contra os bandidos”. A matéria mostra uma sequência editada com várias cenas de carros em chamas. Há também uma edição de som paralela à edição das imagens, com sirenes, gritos e chamas crepitando. A voz da repórter narra a imprevisibilidade e a brutalidade dos ataques. Algumas vítimas são mostradas, e uma delas dá um depoimento. O ex-comandante geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Ubiratan Ângelo, fala à repórter que os locais dos ataques são escolhidos estrategicamente pelos criminosos e realizados de forma coordenada. Há um corte de edição e a reportagem é mostrada num ponto de ônibus queimado. Ela afirma que “as estratégias dos criminosos vêm esbarrando na grande mobilização das forças de segurança”. E prossegue dizendo que “diante de uma forte reação do Estado o chamado ‘crime organizado’ já deu sinais de que não é tão organizado assim”. Segue-se uma sequência de discursos e imagens no sentido de mostrar a fraqueza do crime diante da união e da racionalidade das forças de segurança.

A cooperação entre as diversas forças policiais (militar, civil, federal), o exército, a marinha e a aeronáutica, aliás, foi destacada na cobertura. Um bom exemplo pode ser observado no segmento E1, que na verdade é uma longa peça dedicada quase exclusivamente a reforçar as mensagens simbólicas que glorificam o ineditismo desse

esforço conjunto das agências de controle social no combate ao crime. O apresentador e o ex-comandante do BOPE e comentarista de segurança pública da Rede Globo, conversam por telefone com o delegado chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro enquanto aparece na tela uma sequência dinâmica de imagens ao vivo feitas por várias câmeras espalhadas pelo Morro do Alemão e no helicóptero da Globo. O tipo de narrativa é predominantemente descritiva, com um enquadramento a partir da estratégia e organização policial. As perguntas feitas pelo apresentador e pelo comentarista têm claramente caráter retórico e visam corroborar com a mensagem de que as forças de ocupação unidas são mais fortes e bem organizadas e possuem estrutura e tecnologia diferenciadas que garantem sua vitória (a maior parte das perguntas é do tipo “o senhor confirma tal coisa?”, do modo que o discurso do delegado é sempre assertivo). As táticas e estratégias de ocupação são apresentadas em detalhes, demonstrando e ressaltando explicitamente que toda a ação é muito bem planejada e estruturada, e que nada está fora do controle. Ou seja, a ênfase é na racionalidade das ações policiais. Há uma preocupação em frisar que os criminosos estão sendo presos, e que não escaparão do cerco policial (vide segmento B1, que mostrou criminosos fugindo). A importância da colaboração entre as diversas agências também é frisada por todos os três (apresentador, comentarista e entrevistado), e os principais equipamentos de combate são apresentados à audiência. Tudo isso é corroborado pelas imagens, que mostram várias cenas de polícias e forças armadas atuando conjuntamente; mostram a estrutura montada e que funciona como “base” de operações, onde estão estacionados alguns ônibus que servem para identificar, manter e transportar aqueles que forem presos; mostram à exaustão veículos, blindados, helicópteros e armas que as forças de ocupação estão utilizando.

Estado/Sociedade x Crime: outra forma de apresentar o conflito foi através do embate entre o Estado e o crime. Seguindo esse modelo, a cobertura televisiva conseguiu associar facilmente o caso da ocupação do Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro com uma grande e antiga história de enfrentamento da criminalidade. Foi visto anteriormente que as forças de segurança, representando o Estado, foram construídas como os heróis do enredo. Em diversas ocasiões, o Estado foi citado literalmente – como nos segmentos D7 e E1, entre outros. É de se notar que nesse modelo outros elementos e atores também foram associados ao Estado. Isso pode ser visto na ligação que se faz do Estado com a Sociedade (segmentos A4 por exemplo), ou quando se utiliza uma construção que opõe “polícia” e “bandido” (segmento E1, por exemplo), “trabalhador” a “bandido” (segmento C4, por

exemplo), “comunidade a “favela” e “legalidade” e “ilegalidade” (segmento C2, onde a repórter afirma que se trata de “uma guerra de dois lados: a lei e quem anda fora dela”).

Bem x Mal: em diversos segmentos, o conflito foi representado como a luta do bem e do mal. E é aplicada explicitamente em diversos segmentos (como em B2, B3, C1, por exemplo) e, por se tratar de uma fórmula mais abrangente, também atravessa outras (como no segmento C4, que mescla a perspectiva da luta entre o forte e o fraco com a do bem e do mal). Em diversos segmentos, essa fórmula é menos implícita, e se revela através da maldade gratuita que se imputa aos criminosos (como no segmento D3, no qual, em determinado trecho, a repórter conta a história de um garoto de oito anos que foi baleado por um traficante por ter se recusado a queimar uma motocicleta (não há imagens do garoto; a repórter relata o caso parada em frente à câmera numa rua da cidade, e aparecem também imagens da fachada do hospital onde o garoto teria sido atendido). No segmento C7, a repórter fala ao vivo da Vila Cruzeiro, e diz que os traficantes mantinham um “tribunal do tráfico” no bairro onde faziam julgamentos de casos levados pelos moradores e até ordenavam execuções sumárias. Há ainda os casos envolvendo as mães: no segmento C3, uma moradora da Vila Cruzeiro conta que dois dos seus filhos foram assassinados e outros dois estavam desaparecidos devido ao tráfico de drogas. No segmento D6, enquanto gravava uma matéria para o Jornal Nacional, um comandante em operações do BOPE é interrompido por um telefonema de sua mãe que chora de preocupação com o filho. No segmento D1, há o caso de uma mãe que decidiu entregar seu filho à polícia⁴³.

- **A linguagem das fontes e a linguagem do noticiário**

Atentar para a linguagem e para a forma como as coisas são chamadas é algo particularmente importante em estudos envolvendo a comunicação de massa. Tanto no noticiário quanto na cultura popular, as mensagens são transmitidas através do emprego particular de símbolos – principalmente de linguagem e imagens –, fornecendo à audiência um esquema simbólico de interpretação para os acontecimentos. Estes símbolos não são neutros e meramente descritivos, mas como qualquer forma de linguagem, são potências criadoras daquilo que as pessoas aceitam como realidade (EDELMAN, 2001). Neste

⁴³ Esse caso é extremamente interessante. Primeiramente, a voz da repórter anuncia que ‘um dos bandidos que se entregaram era conhecido como Mister M’ – enquanto isso, aparecem imagens dele, de longe, mostrando um negro alto e forte, e depois com um cole no seu rosto, mostrando um semblante sereno e quase inexpressivo. Em seguida, a repórter anuncia que ele foi levado à polícia pela sua própria mãe. A mãe aparece cercada por microfones e conta o caso de uma forma corriqueira e usando expressões que infantilizam o seu filho.

sentido, os meios de comunicação funcionam também como fontes simbólicas a partir das quais as pessoas percebem o mundo, interpretam-no e orientam as suas ações em relação a ele. Ou seja, a coincidência entre a linguagem do noticiário televisivo e dos agentes da polícia contribui para a naturalização uma série de perspectivas de mundo que se tornam *taken-for-granted* em relação aos acontecimentos do complexo de favelas do Alemão – principalmente levando-se em conta que a maioria das pessoas no país tomou conhecimento dos eventos apenas e tão somente por meio da televisão⁴⁴. Observando os protocolos, parece haver uma intercomunicação entre os termos “bandidos”, “traficantes” e “criminosos”. Dentro do contexto específico da cobertura tais termos foram empregados como sinônimos - embora em alguns momentos o termo “criminosos” pareça ser uma categoria discursiva mais abrangente. Esses termos são largamente utilizados pelos apresentadores, comentaristas e entrevistados em todos os segmentos analisados. E são empregados também, da mesma forma e para se referirem aos mesmos elementos, por todas as autoridades de segurança pública que dão declarações ou entrevistas nos segmentos em questão - como, por exemplo, o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro (segmentos B7 e D1), o coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro (segmento D3) o delegado chefe da Polícia Civil (segmento E1). No segmento C4, há uma clara complementaridade entre o discurso da repórter e o discurso do ex-comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro ao defenderem a eficiência das ações das forças de segurança e a fragilidade daquilo que chamam de “crime organizado”. Isso fica evidente pelos próprios cortes de edição do segmento, que permitem que as falas da repórter e do ex-comandante sigam um fluxo de continuidade ininterrupta: a edição colocam intercaladas as falas de cada um de maneira que elas vão se complementando linearmente e reforçando a ideia de que o crime é fraco diante da união das forças de segurança. Isso sugere a existência de uma forte correspondência entre a linguagem do noticiário e linguagem da polícia na construção dos sentidos das notícias.

A linguagem também sugere haver uma incorporação simbólica de violência e crueldade à idéia de crime. Em diversos segmentos, há uma associação explícita dos criminosos/traficantes/bandidos com a violência. Um exemplo disso pode ser visto no segmento D3, no qual a jornalista faz essa associação quando relata o caso do menino baleado por um traficante, ou quando o coronel da PM afirma que “o narcotráfico no Rio

⁴⁴ Em dezembro de 2010, foi divulgada pesquisa nacional da CNT/Sensus que indicava que 90,6% da população brasileira aprovou a atuação conjunta das forças policiais e militares no complexo de favelas do Alemão.

se caracteriza por ser extremamente cruel”. Essa associação é reforçada pelas imagens: geralmente os termos “criminosos”, “bandidos” e “traficantes” estão vinculadas a alguma imagem de tiroteio ou de homens armados. Essa associação simbólica entre “crime” e “violência” equivale à fusão de significado e significante, de forma que qualquer menção a “crime” passa a significar implicitamente “crime violento” (ALTHEIDE & MICHALOWSKI, 1999).

- **Questionamento/crítica às forças de segurança**

Os dados colhidos dos segmentos em análise sugerem que o noticiário da Rede Globo privilegiou o apoio e a exaltação da atuação policial de forma incondicional. Entretanto, foi possível identificar ao menos um momento em que essa atuação foi discretamente questionada: a fuga de homens durante a invasão policial na Vila Cruzeiro, no dia 25 de novembro (segmento B1). Esse acontecimento foi transmitido ao vivo e com exclusividade pela Rede Globo, e foi imediatamente enquadrado como um sinal de que as forças de segurança estavam impondo uma derrota humilhante aos traficantes. Entretanto, apesar desse enfoque tão afeito ao populismo penal e aos sentimentos de vingança e punição, houve também um questionamento ao fato de a polícia não ter organizado uma estratégia de captura desses homens e estar deixando eles fugirem. No segmento analisado, o apresentador faz essa pergunta abertamente, ao que o comentarista e ex-comandante do BOPE se esforça para justificar que aquela fuga não estava ocorrendo em razão de uma falha da polícia, mas justamente ao contrário, por uma opção de estratégia policial naquele momento. Os dados sugerem que a cobertura posterior foi impactada por esse fato. Nas notícias dos dias seguintes, a capacidade de planejamento, organização e estratégia da polícia recebeu grande atenção e foi ressaltada diversas vezes. O segmento E1 é marcadamente dedicado a reforçar a mensagem de que a vitória das forças da ordem deve ser em grande parte creditada à capacidade de planejamento tático e estratégico da polícia⁴⁵.

É importante ressaltar que esse questionamento foi episódico e pontual, e não uma crítica a atuação geral das forças policiais durante o evento. Ademais, é característico que as críticas aos agentes formais do controle nos meios de comunicação sejam feitas apenas de modo eventual e apresentadas dentro do contexto de uma ocasião específica –

⁴⁵ É importante ressaltar que, apesar de ter sido uma operação conjunta que envolveu diversas agências de segurança pública e forças armadas, as estratégias eram estabelecidas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (caso C2).

geralmente uma ocasião em que falharam na garantia da segurança das pessoas, conforme Reiner (REINER, 2004) e Altheide; (ALTHEIDE, 2006) já haviam observado. Além do mais, a polícia foi um personagem de destaque na cobertura dos eventos. Sabemos que a colaboração entre as forças da ordem foi amplamente glorificada, mas de todas as instituições participantes, a cobertura em análise privilegiou os pontos de vista específicos da polícia. No material analisado, em quase todos os segmentos que dizem respeito aos acontecimentos criminosos ou às operações das forças de segurança, os enquadramentos, ângulos e fontes são relacionados à polícia. Das agências de segurança diretamente envolvidas nas operações as autoridades entrevistadas ou ouvidas eram predominantemente policiais (as exceções são raras, como no segmento C2, que mostra uma coletiva de um general do Exército, e o segmento B9, que traz uma breve explicação do comandante do batalhão logístico do Exército) e mesmo o comentarista da emissora tinha ligações com a polícia. As imagens são particularmente reveladoras dessa “opção”: as cenas de ação são sempre protagonizadas por policiais. Os homens do exército, por exemplo, são invariavelmente coadjuvantes, filmados a uma certa distância e sempre parados, vigiando.

- **Apoio da população**

De acordo com Altheide, momentos de crise tendem a se tornar ocasiões de celebração emocional das forças da ordem e de reafirmação da importância do apoio aos agentes formais do controle social (ALTHEIDE, 2009)⁴⁶. A ideia da identificação emocional e comunitária também esteve presente na cobertura da crise do Morro do Alemão pela TV Globo. Essa articulação se deu de várias formas, mas destacadamente através de um processo de identificação do tipo “nós x eles” dentro da narrativa. As histórias contadas nas notícias selecionadas se estruturam, ainda que em graus diferentes, de forma a mostrar as forças policiais combatendo as forças criminosas que ameaçam a sociedade. Nesse enredo, a “sociedade” é um elemento que assiste os acontecimentos e que necessita fortemente ser protegida pelos agentes do Estado. Aqui, os agentes formais do controle e da imposição da lei são proteções exteriores à sociedade, contra inimigos também externos. Essa perspectiva emerge inequivocamente em vários segmentos analisados. No segmento D1, a repórter compara a situação na Vila Cruzeiro com a

⁴⁶ Analisando os efeitos dos ataques terroristas ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001, o autor notou que os meios de comunicação de massa galvanizaram uma poderosa narrativa que congregou o público americano em torno de identificações emocionais e de um “sentimento de comunidade” (ALTHEIDE, 2009).

situação no Morro do Alemão. No primeiro caso, ela afirma que “os moradores tentam retomar a rotina”, e as imagens mostram o comércio aberto, trânsito na rua e pessoas caminhando tranquilamente – há inclusive uma família caminhando com os filhos; um morador declara que as coisas estariam “boas e normais”, e que ele esperava que continuassem assim. A repórter ressalta que a situação melhorou depois que as forças policiais e militares ocuparam o bairro, e o contrasta com o Alemão, ainda não ocupado – a cena mostra as ruas do Alemão desertas. A ênfase aqui é claramente no efeito anti-social de um fator desagregador (crime) e no efeito positivo de um fator protetor (forças da ordem) sobre um elemento passivo (sociedade). No segmento D3, a âncora pergunta à repórter se a população continua ajudando a polícia, e ela responde que o apoio e a ajuda da população aumentam a cada dia. Aqui há uma conclamação para que a população colabore com as forças de ocupação – com a polícia (o apoio popular às forças da ordem foi um dos temas preferidos da cobertura durante a crise e explorado *ad nauseam* pela emissora, e será devidamente trabalhado na pesquisa para a dissertação). É de se notar, entretanto, que a colaboração aqui não é no sentido de “parceria”; a população é conclamada a colaborar e apoiar as forças de segurança, mas não repartir com ela a responsabilidade pela segurança pública.

O termo “ataques” foi amplamente empregado pela cobertura televisiva da Rede Globo em referência aos incidentes de queima de veículos na região metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se de um termo aparentemente vago, mas que não é, de maneira nenhuma neutro e meramente descritivo: ele também incorpora outros significados implícitos (assim como ocorre com “crime” e “violência”) e passa a fazer parte da construção do sentido atribuído aos eventos. O termo sugere uma identidade coletiva vitimizadora através da qual todos os moradores do Rio de Janeiro – ou, de certa maneira, toda a audiência – podem se sentir ameaçados e “atacados”. E isso provoca um poderoso efeito aglutinador em torno do medo, legitimando a necessidade de proteção pelos agentes formais. Essa mesma ideia é explicitada em outros segmentos, como na entrevista com o governador do Rio de Janeiro, na qual ele afirma que os criminosos estariam cometendo “um atentado à sociedade, um atentado à segurança da sociedade” (segmento A2), ou como na declaração do ex-comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que diz que os criminosos colocam a sociedade entre eles e a polícia (segmento C4). Essa ideia de que a sociedade seria a grande vítima e precisaria apoiar a atuação “libertadora” das forças de segurança também é explorada no mesmo segmento, quando uma vítima direta que sofrera queimaduras ao

socorrer um colega que estava em um ônibus incendiado. Sem mostrar o rosto, ele conta o que aconteceu e conclui: “Achei uma covardia, né? Somos todos trabalhados e não temos nada a ver com o que está acontecendo com eles”.

- **A segurança dos presídios**

Outra questão que se revelou importante foi a discussão sobre as prisões e a suspeita de que os condenados continuassem comandando as ações criminosas mesmo dentro dos presídios federais de segurança máxima. Ainda que essa questão tenha recebido menor atenção no contexto geral da cobertura televisiva, ela foi direta ou indiretamente levantada em pelo menos um segmento em quase todos os dias analisados. O segmento A2 é o que dedica mais tempo e maior nível de problematização à questão. No dia 24 de novembro, foi revelada a suspeita de que os ataques no Rio de Janeiro poderiam estar sendo comandados por condenados presos no Presídio Federal de Catanduvas –PR. Mesmo sem ter a comprovação, alguns condenados suspeitos de envolvimento seriam transferidos para outro presídio Federal, em Rondônia. O segmento problematiza o ocorrido ao questionar as regras e o funcionamento de tais presídios. A opinião de várias autoridades são apresentadas (Ministério da Justiça, parlamentares, direção do Sistema Presidiário Nacional, OAB, Secretário Nacional de Segurança Pública – são opiniões variadas e até mesmo opostas. Algumas regras internas desses presídios são apresentadas, mas a matéria termina com uma suspeita de que a segurança nos presídios federais é falha. De volta ao estúdio, o âncora anuncia que o governo do Rio de Janeiro e a Justiça Estadual haviam firmado um acordo de encaminhar diretamente todas as pessoas que fossem presas com suspeita de envolvimento nos ataques para o presídio de Catanduvas. O segmento seguinte (A3) é uma entrevista com o governador do estado do Rio de Janeiro. Nessa entrevista, ele é questionado sobre essa medida. Ele defende a importância dos presídios de segurança máxima e lamenta a existência de direitos e garantias legais (como as visitas de familiares e advogados) que permitem aos presos enviarem orientações aos criminosos do Rio de Janeiro. No segmento B6, o comentarista de segurança pública da Rede Globo analisa a importância da transferência dos condenados de Catanduvas – PR para Porto Velho – RO enquanto uma desarticulação das organizações criminosas. Ele também defende a medida de enviar os presos suspeitos de envolvimento nos ataques diretamente para o presídio de Catanduvas - PR. Segundo ele, isso teria um caráter intimidador e, se refere a isso como “uma pena dentro da pena (...) para que o bandido tenha medo de realizar ações no Rio e

Janeiro”. À despeito da imprecisão da afirmação (pois nesses casos não se trata de cumprimento de pena), a explicação parece satisfatória aos apresentadores que mudam de tema.

O tema das prisões parece ser a única conexão direta entre os acontecimentos no complexo do Alemão e Vila Cruzeiro e questões políticas dentro da estrutura geral da cobertura. Há também um pequeno segmento (B11) no qual um repórter em Brasília fala sobre a repercussão dos eventos entre os deputados e senadores, e sobre um telefonema que a presidente eleita teria dado ao governador do Rio de Janeiro. Nos demais casos, mesmo que autoridades públicas apareçam, o foco da notícia não é na sua atuação como agente político. Portanto, a cobertura parece ter optado por evitar relacionar diretamente os acontecimentos com a política. Se a atuação do Estado foi mostrada como eficiente, essa eficiência parece se relacionar justamente à atuação não-política em relação ao crime. Os aspectos políticos da questão, restritos ao tema das prisões, restou envolvido em suspeição e desconfiança.

CAPÍTULO 7 - APRIMORAMENTO CONCEITUAL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A proposta metodológica de uma análise qualitativa de documentos sob uma perspectiva etnográfica sugere um momento interpretativo e de aprimoramento conceitual a partir dos dados coletados nos documentos e das observações feitas sobre eles. Nesse sentido, procura-se identificar conceitos e categorias emergentes e fundamentar sua descrição nos próprios elementos que a sustentam. Ou seja, trata-se de uma análise interpretativa, mas construída a partir “de dentro”, fundamentada nos próprios materiais observados, evitando-se explicações e interpretações que recorram a elementos alheios ao fenômeno observado. A imersão nos materiais sob a perspectiva etnográfica suscitou o levantamento de diversas questões relevantes que serão destacadas aqui.

a) Criminalidade carioca como emblema da criminalidade brasileira: tráfico e violência urbana

A ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro foi um acontecimento específico e incomum, e a televisão pôde apresentá-lo como um fato inédito ou mesmo (como ressaltado em diversos segmentos), histórico. Mas a cobertura televisiva analisada também inseriu o evento em um contexto mais amplo de crise de segurança pública de combate ao crime. Claramente, parte-se do pressuposto de que o espectador já está familiarizado com uma visão de mundo onde o crime é um fato social normal, e com um tipo de narrativa em que a lei e a ordem pública são constantemente ameaçadas por atos criminosos que convergiram para um tipo de criminalidade específica reconhecida como “tráfico de drogas”.

O tráfico de drogas expressa de uma forma condensada uma série de problemas urbanos que são representados nas notícias analisadas. Pobreza, desorganização social, violência, ameaças à integridade física e ao patrimônio, drogadição, ilegalidade, insegurança, fragmentação familiar, e, invariavelmente, criminalidade, são questões que os formatos das notícias associaram simbolicamente ao tráfico – seja através dos discursos, seja através das imagens. Dessa forma, ainda que o tráfico de drogas seja visto como uma categoria de crime trata-se de uma categoria de destaque, algo como a matriz de inúmeros outros crimes e, portanto, a raiz de todos aqueles problemas causados pela criminalidade.

O tráfico é apresentado como uma espécie de sistema criminal complexo, composto por diversos tipos de crimes e atividades ilícitas (em diversos segmentos, inclusive, o termo “crime organizado” foi empregado com o mesmo sentido). Essa identificação do tráfico como origem fundamental de uma série de problemas urbanos não foi, de maneira nenhuma, uma inovação surgida na cobertura jornalística da ocupação do complexo do Alemão. Ao contrário, trata-se de uma construção há muito já consolidada na percepção pública, e reiteradamente utilizada pelos formatos comunicacionais de massa, e cujo emprego no caso analisado remete a duas observações teóricas: primeiramente nota-se que os formatos comunicacionais de massa tendem a trabalhar com representações com as quais a audiência já está familiarizada, o que confere uma continuidade nas interpretações entre o que já se conhece antes e aquilo que é visto agora. Essa unidade temática e representacional dada pelo formato da notícia⁴⁷ permite que acontecimentos muito diferentes possam ser reduzidos a uma única linha explicativa, sendo que seu sentido é dado pelos acontecimentos anteriores aos quais ele é associado (ALTHEIDE, 2006). Esse recurso às representações já conhecidas faz parte do processo mediado de compreensão do mundo através de interações simbólicas envolvendo audiência e meios de comunicação de massa, e realiza mediações entre o que o espectador já viu antes e que ele verá a seguir no noticiário – ou seja, há esquemas interpretativos para determinados temas com os quais a audiência já está acostumada e a partir da qual os sentidos se sustentam através da continuidade narrativa e temática do noticiário. Os sentidos mais comuns que se atribui às notícias sobre certos tipos de crime (ou sobre “tráfico”, por exemplo) são comunicados – isto é, construídos e sustentados - através dos formatos comunicacionais; assim, apresentar o ocorrido no complexo do Alemão como mais um capítulo da conhecida história do combate ao tráfico de drogas no Brasil, o noticiário trouxe para o campo da interação simbólica uma série de símbolos já associados ao tema do crime. Esses símbolos, entretanto, não são manejados livremente, mas se hierarquizam e se organizam de uma forma específica dada pelos formatos (ALTHEIDE, 2006).

No caso da cobertura da ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro, a narrativa analisada foi construída a partir dos significados prévios que se atribuem ao problema do crime no Rio de Janeiro. A associação entre tráfico e crime foi *taken for granted*, assim como a significação do confronto entre as forças de segurança e o tráfico. Se notarmos que essa cobertura se refere essencialmente ao telejornal mais assistido em

⁴⁷ Vide capítulo anterior.

todo o Brasil, podemos entender que ela indica o nível de naturalização da questão do crime entre a audiência de massa. Somando-se a isso o fato de que a maior parte das pessoas apenas tem conhecimento desse tipo de acontecimento por meio da televisão, torna-se muito difícil que interpretações alternativas se desenvolvam entre o público e que perspectivas críticas sejam aventadas pelos meios televisivos.

A segunda observação se refere à articulação simbólica que muitos autores identificam no tema do crime, através da qual a sociedade pós-moderna expressaria uma série de medos, inseguranças e incertezas (GARLAND, 2008; PRATT, 2010; SUTTON, 2000). Esse parece ser o caso do tráfico de drogas, que aparece como um elemento simbólico através do qual é articulada, de forma específica, uma série de questões ligadas à vida social contemporânea não só no Rio de Janeiro como nas grandes cidades brasileiras. Apesar de o episódio ter sido contextualizado como um caso específico do Rio de Janeiro, a criminalidade carioca foi apresentada como um caso representativo da criminalidade brasileira como um todo. Ou seja, o problema da criminalidade no Brasil teria uma natureza comum, sendo o caso do Rio de Janeiro uma variação extrema dentro do mesmo gênero: o tráfico carioca sintetiza o medo do crime e das proporções que ele pode assumir no país. Assim, a ocupação do complexo de favelas do Alemão não foi apresentada pela TV Globo como um caso de crise específico do Rio de Janeiro, mas mobilizou os meios de comunicação e a audiência em torno a da perspectiva de que aquele ocorrido era significativo em termos de uma preocupação nacional com a questão do crime⁴⁸.

Se a criminalidade carioca pode ser representativa da criminalidade no Brasil, o tratamento dispensado à mesma pelas autoridades responsáveis pela segurança pública também pode ser exemplar. No caso da ocupação do complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, a reunião das forças de segurança representadas pelas polícias e pelas forças armadas foi apresentada como um esforço inédito e muito bem sucedido na forma de enfrentamento à criminalidade (“uma demonstração de união na guerra contra os traficantes”, como descreve um repórter no segmento C2). Se o noticiário cotidiano mostra o crime como problema incontrolável, essa crise permitiu que o Estado pudesse ser representado como o único agente que ainda poderia ser capaz de derrotar o crime mediante a concentração de forças e uso da violência física.

⁴⁸ A pesquisa “Retratos da Segurança Pública”, CNI-IBOPE, de setembro de 2011, identificou que a segurança pública e questões relacionadas às drogas ocupam, respectivamente, o segundo e terceiro lugar no ranking de principais problemas do país apontados pela população – e que, somadas, ocupam o primeiro lugar, superando inclusive preocupações com a área de saúde (CNI-IBOPE, 2011).

A ênfase na força física, no uso de equipamentos pesados e de alta tecnologia, e na racionalidade e estratégia das ações foi uma constante ao longo da cobertura, e isso foi creditado como um dos principais fatores responsáveis pela vitória das forças do Estado. O outro fator que mereceu destaque para o sucesso das operações das forças de segurança foi o apoio da população – mais precisamente identificada como “sociedade”. O apoio da população às ações das tropas de segurança foi representado de uma forma bastante específica: foi um apoio passivo e esperançoso, mas em nenhum momento uma espécie de parceria ou divisão de responsabilidade. Em nenhum momento a população foi convocada a se envolver diretamente em ações de combate e prevenção à criminalidade, nem se apresentou o Estado como incapaz de combater o crime – ainda que para mobilizar essa capacidade de forma eficiente seja necessário algum esforço⁴⁹. Se a vitória sobre o crime só foi possível por meio de uma atuação enérgica e intensa e das forças de segurança unidas, o controle dos territórios foi apresentado como sendo possível apenas pelo policiamento permanente. A análise das notícias mostra que instalação de unidades de polícia pacificadora surge como a solução complementar para a “pacificação” definitiva das favelas, o que mais uma vez reforça a ideia de que a segurança pública é garantida pelo Estado.

O que emerge da cobertura dos episódios pelos meios de comunicação de massa foi uma perspectiva que recusa à ideia de que o Estado não seja forte o suficiente para lidar com o problema do crime. Essa perspectiva é contrária a algumas orientações seguidas até mesmo pelas polícias e segundo as quais a segurança pública precisa ser fruto de parcerias entre a sociedade e os agentes do Estado – aquilo que Garland identifica como “parcerias preventivas”. Aqui, o apoio da população é simplesmente “confiança e colaboração” (como define a repórter no segmento C5), reforçando a proposta do Estado Moderno como garantidor de segurança.

b) Espaço urbano: simbolizações de ordem e desordem

Ordem e desordem social foram simbolizadas ao longo de toda a cobertura. Fato correlato à questão vista anteriormente (articulação simbólica de preocupações coletivas contemporâneas), as representações de ordem e desordem foram marcadamente imagéticas e exploradas pelos formatos de maneira a criar fortes nexos simbólicos entre imagens e significados.

⁴⁹ Adiante, veremos que a eficácia do Estado em combater vitoriosamente o tráfico no Rio de Janeiro se deu por meio de uma intervenção na qual os agentes políticos abriram mão da política.

O símbolo mais fortemente associado ao significado de desordem social foi a favela. Diversos segmentos da cobertura recorreram a imagens de favelas como cenários típicos de crime, violência e desorganização social sobre desordem. A associação da favela com a desordem também não foi uma novidade dessa cobertura, pois se trata de uma relação já há muito naturalizada na percepção do público. Mais uma vez, a cobertura explorou uma relação simbólica já existente, mas dessa vez dentro de um enredo particular no qual a favela é ocupada – ou seja, o símbolo é disputado e conquistado. A transição entre a significação de desordem para a ordem é feita mediante a afirmação do policiamento constante, muito bem representado pela imagem das UPPs. Desde o início dos acontecimentos, já se anunciava a proposta de instalação de uma UPP no complexo de favelas do Alemão. Em diversos segmentos, a situação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro são comparadas com a de favelas que receberam UPPs, e em outros, após a polícia ocupar a Vila Cruzeiro, os segmentos mostram uma transformação benéfica quase instantânea na rotina da população local, e a sua situação é comparada com a do Morro do Alemão – ainda não ocupado.

Na cobertura dos acontecimentos, a favela realmente foi o território do outro, do não-social, do antagonista; mas mais do que ser um espaço ocupado ocasionalmente pelo crime, a favela foi apresentada como o seu próprio habitat natural do crime. Por diversas vezes os discursos afirmam que se está tomando algo que sempre esteve com os criminosos (ou seja, o tráfico nunca existiu independente da favela). Outros insistem que a grande dificuldade para a ocupação das forças de segurança pública não era a resistência dos traficantes em si, mas o próprio terreno da favela. De acordo com a cobertura analisada, combater o tráfico equivale a combater a favela⁵⁰. O contraponto à desordem à qual a favela se associa simbolicamente é feito por uma associação simbólica entre ordem e unidades de polícia pacificadora (UPP).

A ideia de que o policiamento permanente é uma condição necessária para a paz nas favelas atravessa toda a cobertura analisada (como se verá adiante, isso está relacionado à perspectiva de que todos os espaços da cidade são disputados – ou seja, onde não há policiamento, necessariamente haverá crime). Diversos segmentos contrastam (com discursos e imagens) a situação de favelas onde foram instaladas UPPs (ditas “pacificadas”) com aqueles onde não há policiamento permanente. Outros contrastam a

⁵⁰ Vários segmentos recorreram a imagens de policiais mirando para o alto de uma favela. Algumas dessas imagens adotam a perspectiva visual do próprio policial que mira o morro como um todo (como em C4).

situação na Vila Cruzeiro ocupada com o morro do Alemão ainda antes da entrada das forças de segurança. O que se observa é uma estrutura narrativa que opõe significados de ordem e desordem através do contraste simbólico de favelas e UPPs. Outra observação que merece ser notada é que, enquanto a favela parece ser um símbolo muito bem consolidado de desordem, de violência e de medo, a relação da UPP com o significado de ordem e segurança ainda é incerta. Isso é indicado pelo didatismo constatando em diversos segmentos que insistem em afirmar e mostrar que as unidades de polícia pacificadora têm resultados concretos na expulsão do crime nas favelas em que foram instaladas e que os moradores as aprovam.

Pelo que foi dito, é possível perceber que as simbolizações de ordem e desordem durante a cobertura da ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro passaram fundamentalmente pela questão territorial, quase como se a organização do espaço implicasse na ordem social. A favela como símbolo de desordem foi amplamente explorado em sua dimensão visual. As imagens de construções precárias que se espalham por morros estiveram presente o tempo todo como cenário de turbulências, violência e medo. No nível da produção das notícias, é importante ressaltar o uso das imagens aéreas feitas pelo helicóptero da Rede Globo – apelidado de forma reveladora pela própria emissora de “globocop”. A quantidade de cenas aéreas e a qualidade das mesmas permitiu uma grande riqueza de imagens de favelas. Principalmente depois de editadas, tais cenas permitiram associações simbólicas muito fortes (principalmente nos fechamentos de algumas notícias que pretendiam apresentar um tipo de “moral da história”), devido ao seu caráter espetacular e, às vezes, quase cinematográfico⁵¹. O suave tremor de tais imagens, as captações que se aproxima e se distanciam, e o monótono som das hélices do helicóptero ao fundo aumentam a dramaticidade desse tipo de cena e permite uma convergência muito significativa ente as narrativas verbal e visual.

c) Território urbano: disputa total

O crime é um tema de grande importância para a sociedade contemporânea, sendo os meios de comunicação de massa, e em especial a televisão, as formas culturais onde o tema do crime é articulado. Nesse sentido, uma análise qualitativa do noticiário

⁵¹ No segmento C4, por exemplo, uma das ideias centrais é que as forças de segurança precisam se concentrar primordialmente em ocupar territórios. Intercaladas com declarações de um ex-comandante da Polícia Militar, sequências editadas de imagens aéreas mostram favelas, confrontos nas favelas, homens armados caminhando nas ruas das favelas.

envolvendo a cobertura da ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro pôde notar na perspectiva territorial sobre a relação entre crime, lei e ordem, algo como um esboço de “teoria social senso-comum”. Foi possível perceber a emergência de uma visão de território urbano como um espaço integralmente disputado pela a lei e a ordem, por um lado, e o crime, por outro. De acordo com essa perspectiva, os espaços urbanos do Rio de Janeiro se filiam necessariamente a duas categorias: ou são “do Estado”, ou são do tráfico. De acordo com a perspectiva da cobertura analisada, essas duas categorias seriam absolutas e mutuamente excludentes, e seus representantes disputam todo o território da cidade. Em conformidade com a simplicidade da interpretação televisiva, a equação aqui também é simplória: não existiria território neutro – onde não há policiamento, necessariamente há tráfico. E o contrário também seria verdadeiro: se não há tráfico num determinado lugar, isso só acontece porque a polícia expulsou os criminosos e se estabeleceu no local (afinal, como visto no item anterior, só o Estado – e não a Sociedade -, através de suas agências de segurança, consegue combater a criminalidade).

A perspectiva de uma disputa territorial total evoca a conhecida metáfora da guerra para descrever o enfrentamento entre as forças da lei e da ordem e o crime. Expressões como “cenário de guerra”, “guerra ao crime” ou “guerra ao tráfico” aparecem explicitamente em diversos segmentos analisados, e foram empregados tanto por repórteres, quanto por apresentadores, comentaristas e entrevistados. Mas a definição emblemática da situação foi dada por uma jornalista: “uma guerra de dois lados: a lei e quem anda fora dela” (segmento D6). Reforçando a percepção da situação como uma “guerra”, houve a participação das forças armadas e o uso de pesados veículos de guerra. Imagens desses equipamentos de guerra foram amplamente exploradas nas notícias analisadas, principalmente em ações durante as quais transpunham chamas, barricadas e outros obstáculos nas ruas e vielas das favelas – o que dava um efeito dramático às cenas e legitimava a definição de guerra territorial.

Outra questão associada à percepção de disputa territorial é a ideia de “crime organizado”. Por mais que tal conceito não possa ser aplicado ao tráfico no Brasil (MACHADO DA SILVA, 2008), há uma ideia de “crime organizado” ou de “poder paralelo” que informa de maneira decisiva a percepção que o público de massa tem do tráfico no Brasil e, em especial, da criminalidade carioca. A cobertura analisada também utilizou desse conceito senso-comum para explicar quem era o inimigo específico, quem estava no “lado que anda fora da lei”. Na base da compreensão do que seja esse crime

organizado está a questão da coincidência territorial entre tráfico e favela (vista nos itens anteriores). O tráfico seria uma criação “natural” da favela, e sua organização se manifestaria de diversas maneiras: domínio e conhecimento detalhado do território, estrutura interna hierarquizada e altamente disciplinada, penetração no corpo policial por meio de corrupção, monopólio da prestação e venda de serviços na favela (por exemplo: fornecimento de energia elétrica, água, TV, telefone, transporte clandestino)⁵², etc. Essa organização também se manifestaria em lealdades entre grupos de favelas diferentes – como foi explicitado no caso da fuga de traficantes da Vila Cruzeiro para o Morro do Alemão. Ainda que as notícias analisadas não apresentem nenhuma evidência, sustentam que o poder do tráfico deriva principalmente da sua capacidade de organização.

A mesma suposição de que o tráfico de drogas é crime organizado é usada no noticiário para enaltecer o sucesso da ação das forças de segurança do Estado. A fuga de inúmeros homens da Vila Cruzeiro para o Morro de Alemão na quinta-feira, dia 26 de novembro de 2010, foi diversas vezes enquadrada como sinal de uma derrota humilhante imposta ao tráfico, que teria sido completamente desestruturado pela ação conjunta das topas de segurança e perdido sua capacidade organizativa⁵³. Ou seja, o noticiário não questionou a ideia de “crime organizado”, pelo contrário, reforçou e explorou o seu significado simbólico para ressaltar que foram a união e a atuação estratégica das forças de segurança pública que revelaram toda a fragilidade do crime organizado.

A perspectiva de um território urbano totalmente disputado e sem zonas “neutras” promove a ligação necessária entre duas ideias: a de segurança e a de policiamento. As notícias analisadas fizeram essa mediação e mesmo que as imagens de território policiado fossem sempre de favelas ou bairros pobres, a tentativa de ligação entre policiamento permanente e segurança pública foi inequívoca.

d) Estado e segurança pública: eficácia não-política

De acordo com Reiner (REINER, 2004), as narrativas e as representações do crime no noticiário televisivo tradicionalmente focalizam o medo e a insegurança. O autor

⁵² No segmento E5 o comentarista de segurança pública indica que grande parte dos lucros do tráfico não proveria diretamente da venda de drogas, mas da exploração monopolística dessas atividades dentro das próprias favelas.

⁵³ No segmento C4, logo após um ex-comandante da Polícia Militar analisar que os ataques pela cidade do Rio de Janeiro indicam a capacidade de mobilização, estratégia e ordenação do tráfico, a repórter afirma: “Diante de uma forte reação do Estado, o chamado “crime organizado” já deu sinais de que não é tão organizado assim”. A sequência do segmento procura esclarecer que a organização criminosa não se mantém sem a sua base territorial.

conclui que as pesquisas demonstram haver fortes evidências de que a geração de medo e ansiedade são um dos os efeitos da cobertura do crime nos meios de comunicação, reforçando a sensação de que o crime estaria fora do controle e de que o governo não conseguiria lidar com isso. Essa perspectiva alimentaria uma forte descrença do público em relação aos órgãos do sistema de justiça criminal, e suscitaria a percepção de que o Estado contemporâneo teria se tornado frágil e incapaz de garantir segurança pública num cenário em que a criminalidade se tornou um fato social normal (GARLAND, 2008). Entretanto, a cobertura da crise no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro inverteu a polaridade representacional, e celebrou a atuação e a vitória das forças da ordem sobre as forças de desagregação social – ou, dito de outra forma, a vitória do Estado sobre o crime.

Nessa representação de um Estado forte e eficaz no combate ao crime deve ser identificada uma ambiguidade: o que um público descrente no governo e mobilizado em trono de símbolos insegurança e de medo do crime mais deseja é a reafirmação da autoridade do Estado, e não seu enfraquecimento (PRATT, 2007). Nesse sentido, a cobertura dos acontecimentos no Morro do Alemão ofereceu ao público brasileiro um espetáculo institucional apoteótico que celebrou a autoridade e a força do Estado e alimentou os sentimentos punitivos da audiência de massa. Fundamentalmente, foi uma cobertura reacionária, na medida em que recusou a ideia de que o Estado não possa lidar com o crime – por mais grave que seja -, e reafirmou, de forma reativa, o compromisso exclusivo do Estado Moderno com a segurança pública.

A análise e interpretação dos dados colhidos nos materiais selecionados da cobertura da TV Globo sobre a ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro permitiu constatar que as notícias enfatizaram o Estado como o grande responsável combate ao crime, o grande artífice da segurança, não sendo a sociedade instada a partilhar essa responsabilidade com ele. A conclamação do público foi por apoio incondicional aos agentes de segurança e por, no máximo, utilizar o disque denúncia para ajudar a polícia, sem qualquer envolvimento direto.

A celebração da atuação das forças de segurança do Estado foi complementada pela simbolização da sociedade como a grande vítima do “crime organizado”. Diversos segmentos simbolizaram o público como vítima da opressão do tráfico de drogas, e procuraram não deixar dúvidas de que os próprios moradores das favelas desejavam a

ocupação policial⁵⁴. Imagens aéreas de lençóis brancos sendo sacudidos em janelas e lajes na favela foram recorrentes no noticiário, e sempre associados a pedidos de socorro da população. A ideia de “libertação” foi um importante símbolo utilizado na cobertura em diversos momentos, sempre associada à atuação das forças de segurança. Some-se a isso o fato de que a narrativa descreveu o acontecimento como um episódio da “guerra territorial contra o tráfico”, e o nexos da “guerra de libertação” ou “guerra justa” (ALTHEIDE, 2006) está completo. Assim, a discussão sobre segurança pública pode se estender à própria defesa e garantia de liberdade da população⁵⁵.

Expressões públicas de insatisfação com os órgãos do Estado são muito comuns nos noticiários brasileiros, principalmente relacionadas com o sistema de justiça criminal. Daí a ambiguidade notada anteriormente, desse mesmo público apoiar e celebrar a ação das forças de segurança estatais. Isso revela uma perspectiva reacionária em relação às percepções de que o Estado contemporâneo não é capaz de corresponder às promessas do Estado Moderno. Ou seja, o que esse público de massas mais deseja é que o Estado reafirme a sua autoridade perante o crime. Para Pratt, aliás, essa ambiguidade é uma característica presente em contextos onde floresce o populismo penal, pois os discursos que atacam o Estado necessitam de repercussão dentro do próprio Estado para produzirem algum efeito relacionado à sua agenda de interesses.

O Estado foi celebrado pela sua efetividade “em retomar territórios” dominados pelo crime. Mas a construção dessa narrativa exigiu a reorganização de alguns símbolos tradicionalmente associados de forma negativa à atuação Estatal. Uma das principais operações nesse sentido foi mostrar que não havia “política” envolvida⁵⁶: a atuação do estado esteve além de questões políticas, sendo que os agentes do campo político ou não interferiram no trabalho das forças de segurança, ou atuaram de maneira não-politizada. Em geral, o próprio noticiário associa a inoperância do Estado, ou mais especificamente,

⁵⁴ Diversos segmentos demonstram a emergência dessa ideia através de diferentes recursos narrativos – desde casos anedóticos (como em C7, quando a repórter conta uma história de uma moradora cujo cão havia sido condenado à morte pelo tribunal do tráfico) a dramas familiares e coletivos, chegando até a formatos reconhecíveis mas inesperados (como a leitura pela apresentadora do Jornal Nacional de uma carta entregue por uma moradora anônima, no segmento D7).

⁵⁵ O enquadramento da liberdade da população por meio da perspectiva da segurança pública parece ser um fato relativamente novo nos meios de comunicação brasileiros. Os acontecimentos do complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro foram particularmente importantes para a consolidação desse nexos, que poderá emergir em crises ou episódios futuros.

⁵⁶ Em verdade, o tema da política apareceu sim, mas, como veremos no item seguinte, ele seguiu uma espécie de “narrativa paralela” dentro da estrutura da cobertura, e serviu como contraface à atuação eficaz do Estado.

do sistema de justiça criminal, à questões de ordem política ou legal. No caso em análise, o Estado foi associado à eficácia no combate ao crime, e essa eficácia foi associada exclusivamente à ação das tropas de segurança e, particularmente, à polícia militar, que comandou as estratégias e ações das forças de segurança envolvidas. Nenhuma interferência política aconteceu a não ser dentro do mínimo necessário e quase apenas formalmente – como na requisição de apoio das forças armadas, por exemplo. A negação da política não foi explícita, mas foi simbolicamente eficaz por reforçar o sentido de que um Estado eficaz em garantir a segurança pública precisa agir com mais força física do que política.

O mesmo movimento de afastar a política da segurança pública aproxima a polícia. E pela mesma razão, a cobertura deu grande ênfase à racionalidade das ações policiais, principalmente no tocante a duas questões: tecnologia e estratégia. Os equipamentos utilizados na ocupação, principalmente aqueles utilizados em guerras, receberam muita atenção no noticiário analisado. Imagens dos veículos das forças armadas foram exibidas à exaustão, tanto parados quanto em ação. Suas especificações foram explicadas por mais de uma vez, também foram utilizados recursos de imagens gráficas computadorizadas para apresentá-los. O uso de equipamentos de guerra com alta tecnologia militar foi largamente elogiado pelos repórteres e pelo comentarista de segurança pública. Ao final, a facilidade com que as forças de segurança ocuparam as favelas foi creditada em alta dose ao uso de tais equipamentos, indicando de forma mais ou menos direta que as forças de segurança são bem sucedidas quando contam com recursos adequados.

O destaque dado à capacidade da polícia agir de forma estratégica e bem planejada também foi constante, mas ficou mais forte depois que o helicóptero da Rede Globo flagrou a fuga de inúmeros homens armados por um trecho de mata. Essa preocupação aponta para a necessidade de que a polícia deixasse claro que a situação estava sob controle e que a população poderia confiar na racionalidade das suas ações. As estratégias e táticas policiais foram apresentadas à exaustão pelo noticiário, e reforçadas em várias entrevistas e intervenções do comentarista da segurança pública ao longo dos dias em que o evento se deu. Além disso, conforme o Secretário Estadual de Segurança Pública afirmara em entrevista ao Jornal Nacional, o que estava em jogo era uma proposta de “arquitetura de segurança pública” (segmento C6), e precisava ficar claro que não se tratava de um episódio isolado, mas de uma intervenção prevista dentro de um desenho maior.

A ideia de fundo nessa questão era a de que o Estado era sim capaz de combater e vencer o crime, mas isso só seria possível se ele não agisse politicamente, mas por meio da força bruta dos seus agentes de imposição da lei e da ordem.

e) Presídios: contraponto político da segurança pública

No item anterior afirmou-se que a análise dos materiais selecionados aponta uma perspectiva segundo a qual a eficácia da atuação das forças de segurança nos eventos do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro se deveu ao fato de uma atuação não-política do Estado. Os atores do campo político se abstiveram de manifestarem-se, e a união das polícias e forças armadas coroou a estratégia e o planejamento desenvolvidos de forma técnica para a ocupação daquele território. As notícias de fato demonstraram isso, mas também houveram notícias sobre a parte política do ocorrido. Essas notícias foram desenvolvidas quase uma narrativa paralela dentro da cobertura, geralmente em pequenos segmentos ou “notas” dos apresentadores, e envolveram o tema dos presídios de segurança máxima.

A questão dos presídios parece ser o contraponto político da segurança pública durante a cobertura televisiva analisada. Enquanto a ocupação da Vila Cruzeiro e do complexo do Alemão foram apresentados como sendo o fruto de um planejamento estratégico das forças de segurança, contando com o apoio unânime dos moradores das favelas e da população em geral, a questão envolvendo os presídios foi mostrada como uma das causas do início da crise no Rio de Janeiro: as ordens para os ataques pela cidade teriam partido de dentro do Presídio Federal de Catanduvas, onde os “chefes das organizações criminosas” estariam presos. Sérias dúvidas são levantadas em relação às normas de segurança desses presídios, e a medida que se tomou foi um acordo envolvendo políticos e juízes para que esses supostos chefes fossem transferidos do presídio de Catanduvas para o de Porto Velho. Além disso, o acordo previu que todos os suspeitos presos durante a crise fossem enviados imediatamente para o Presídio Federal de Catanduvas. O noticiário insinuou a inefetividade dessas duas medidas e houveram dois comentários sobre elas (um do governador do Rio de Janeiro, e outro do comentarista de segurança pública da Globo), mas o tema não foi desenvolvido nos dias seguintes. O noticiário apenas informava diariamente que um certo número de presos havia sido

transferidos para tais presídios; algumas vezes haviam breves imagens de presos sendo transportados⁵⁷.

Um detalhe importante pode ser percebido na declaração do governador. Ele afirma que, apesar das suspeitas de que as ordens para os ataques tenham partido de dentro de um presídio, isso não deveria desqualificar o mesmo, pois esse problema acontecia em razão de leis, direitos e garantias que assistiam aos condenados. Essa declaração traz para o campo da política – e assim proscreeve – a discussão sobre os direitos e garantias legais.

O tema dos presídios foi uma questão suscitada mas não desenvolvida pelo noticiário ao longo dos dias da crise, apesar de sua relação direta com o que estava acontecendo. Mas também não foi um tema totalmente ausente, pois em quase todos os dias de cobertura analisados, pelo menos uma menção foi feita à questão. O que as evidências indicam é que ele serviu como uma forma de marcar e manter a separação entre a política e a segurança pública: entre o combate direto ao crime pelos policiais (aos quais se associa simbolicamente a segurança pública), por um lado, e os presídios (aos quais se associa simbolicamente a política, os direitos e as garantias), por outro, a relação seria de total descontinuidade.

f) Articulações simbolizadas: família e crime

Dentro da perspectiva de que através do tema do crime a sociedade contemporânea articulava diversas questões, medos e preocupações, há um importante apontamento a ser feito sobre a cobertura da ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro. O que ocorre é que, por meio das três histórias dramáticas de mães que, de alguma maneira, têm seus filhos associados ao problema do crime, o noticiário articula uma insegurança pós-moderna em relação à estabilidade da família (PRATT, 2007)⁵⁸.

O primeiro caso aparece no fechamento de uma matéria, e é apresentado como uma história edificante da esperança que resiste apesar das tragédias (segmento C3). A matéria mostrava como a qualidade de vida dos moradores da Vila Cruzeiro sofrera uma melhoria instantânea um dia após a ocupação policial. Depois de anunciar que os moradores tentavam retomar suas rotinas e reconstruir suas vidas abaladas pelo tráfico, a repórter conta o caso de uma aposentada que teve dois filhos assassinados e outros dois

⁵⁷ Também é possível observar um contraste entre a unanimidade que foi mostrada pelo noticiário em torno das ações policiais, e as divergências entre agentes públicos no que se refere aos presídios de segurança máxima. Dos vários entrevistados no caso A2, nenhum deles concorda com o outro.

⁵⁸ Há outros trechos que fazem menção ao medo de perder a família, mas as histórias das três mães são mais impactantes.

desaparecidos em decorrência do envolvimento com o tráfico de drogas. A mulher não mostra seu rosto, mas de costas para a câmera e de frente para a repórter afirma que apesar do sofrimento achava que tudo iria ficar bem, pois confiava no “poder de Deus”. O segundo caso (segmento D1) se refere à declaração de uma mãe que conta como entregou o filho à polícia. Enquanto as imagens mostram um negro algemado, alto, forte e de rosto quase inexpressivo, a mãe tenta contar: “Aí eu falei: ‘Diego, vamos com mamãe pra casa’. Aí ele disse ‘Não, mãe, ficar em casa aí eles vão lá me prender’. Aí eu ‘Então você vai comigo e com teu irmão que eu vou te apresentar, vou te levar na delegacia’”. O terceiro caso (segmento D6) se refere à mãe de um agente do BOPE que, preocupada com o filho, telefona para ele no meio da gravação de uma reportagem. Ele tenta consolá-la insistindo: “Tá, mamãe! Fica tranquila, calma, não adianta ficar chorando, não”.

Nos três casos, há fortes conotações moralistas que apontam a relação da família com o envolvimento dos filhos com o crime. No primeiro segmento, ainda que o contexto imediato seja apresentar o caso como uma “moral da história”, o fato de uma mãe ter perdido quatro filhos em decorrência do envolvimento com o tráfico e mesmo assim declarar inocentemente que acreditava que “tudo iria ficar bem” insinua – e apenas insinua – que ela não conseguiu lidar com seus filhos, não soube dimensionar o tamanho dos problemas com os quais eles estavam se envolvendo. O segundo caso, o mais emblemático, não apenas insinua mas mostra a uma mãe que falhou na educação do filho. A forma infantilizada com a qual ela se refere a ele, contrastando com a sua imagem na tela, é um nítido sinal de que a mãe parece não saber e não se preocupar com o que está acontecendo (um detalhe complementar é que, enquanto ela dá a sua declaração aos repórteres, a legenda sob o seu nome a qualifica como “Mãe de Traficante”). O terceiro caso é um exemplo oposto: uma mãe que se preocupa com o filho e que soube educá-lo para que ele não ingressasse no crime, mas, ao contrário, se dedicasse a combatê-lo. Como se percebe, trata-se de três breves histórias inseridas num contexto mais amplo da cobertura, mas que estabelecem fortes conexões de preocupações sociais em relação à família com a questão da criminalidade.

g) Formatos comunicacionais

Uma última observação que emerge dos dados colhidos nos documentos está ligado à continuidade narrativa que (já foi mencionada anteriormente). De acordo com Altheide, a exploração, pelos meios de comunicação, das crenças, das expectativas e dos sentidos

naturalizados da audiência em relação à realidade social, suas ameaças e a natureza daqueles que causam as ameaças é um forte indício de que a política do medo tem um terreno fértil para prosperar. (ALTHEIDE, 2009). No noticiário analisado, a exploração desses elementos foi nítida, mas não no sentido de gerar medo, e sim de se aproveitar do medo para estabelecer certas perspectivas sobre crime e ordem social.

O que se observou na cobertura analisada foi realmente uma perspectiva de continuidade a partir de narrativas anteriores, a partir das quais os sentidos para a crise foram construídos. O que é digno de nota é a importante mudança na direção de algumas significações. O crime foi mostrado como derrotado pelo Estado, numa equação que inverte os papéis que geralmente cabem a cada um no noticiário cotidiano. A maior novidade talvez tenha sido a apresentação da questão da libertação dos moradores de certos territórios da opressão imposta pelo tráfico por meio de uma guerra ao crime.

Uma observação que emerge da observação dos formatos se refere ao papel do comentarista. O comentarista de segurança pública da Rede Globo esteve presente no Jornal Nacional em todos os dias da cobertura, e também esteve nos estúdios do RJTV que fez uma cobertura intensa dos acontecimentos, captando ao vivo muitos momentos decisivos. As intervenções não procuram apresentar dados novos ou mesmo orientar a recepção de alguma informação. O que o comentarista faz é apenas confirmar o formato da notícia que ele analisa. Em muitos momentos a participação do comentarista procura “didatizar” alguma questão levantada em alguma notícia, e nesse sentido ele opera como mediador de símbolos e de significados (como por exemplo, a ligação simbólica da favela à desordem)⁵⁹.

Os formatos comunicacionais não são neutros. Na cobertura analisada foram eles que fizeram a mediação simbólica da ideia de apoio incondicional às forças da lei e ordem e a percepção de segurança.

⁵⁹ No segmento B9 a apresentadora do Jornal Nacional afirma que o comentarista escreveu um livro que inspirou o filme *Tropa de Elite*, e que ele seria “o pai do Capitão Nascimento”. Essa referência faz uma conexão importante entre a dimensão informacional e a ficcional da cultura da mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou contribuir com o esforço de se compreender o papel simbólico do medo do crime na percepção de mundo do público de massa brasileiro. Para tanto, a investigação se organizou a partir de uma revisão da literatura sobre os meios de comunicação de massa contemporâneos e sua importância nos processos de interação simbólica. Fundamentou-se também nas considerações de autores que se preocupam com os efeitos do medo do crime nas formas de sociabilidade e as maneiras como o público e os governos lidam com o crime e a criminalidade nas democracias ocidentais,

A literatura sobre os meios de comunicação de massa no mundo contemporâneo forneceu a base de sustentação para a pesquisa. A importância dos meios de comunicação de massa foi ressaltada a partir de duas observações. Primeiramente, os meios de comunicação de massa inauguram uma nova esfera de visibilidade pública que, aos poucos, vai ganhando amplitude cada vez maior até se tornar a esfera de visibilidade mais importante nas democracias ocidentais com a consolidação dos meios eletrônicos e, em especial, da televisão. Nas sociedades de massa contemporâneas, tudo o que pretende se tornar público, se levar ao conhecimento de todos, precisa se tornar visível na esfera comunicacional de massa. Mas o acesso à essa esfera de visibilidade pública não é livre: nela circulam apenas materiais organizados e adequados à lógica da comunicação de massa.

Em segundo lugar, a importância dos meios de comunicação de massa também foi considerada na ideia de ecologia da comunicação. Num contexto social em que os meios eletrônicos de comunicação de massa não são apenas suportes culturais, mas também a própria cultura, a sua linguagem é percebida cada vez mais como uma forma naturalizada e reconhecida como maneira legítima de se falar sobre o mundo. Com efeito, isso aumenta a importância dos meios de comunicação de massa nos processos de definição social de realidade, não apenas porque uma parte considerável dos símbolos empregados pelos indivíduos para construir/compreenderem o mundo passam pela instância comunicacional de massa, mas principalmente em razão de que a lógica de comunicação com a qual tais símbolos são empregados se torna, ela mesma, a lógica dessa “cultura da mídia”.

Rejeitando perspectivas que tendem a atribuir papel determinante aos conteúdos emitidos pelos meios de comunicação na percepção de mundo das pessoas, a ideia de

ecologia da comunicação destaca que a relação entre os meios de comunicação de massa e o público não é direta e linear, mas, pelo contrário, envolve processos de interação simbólica que são circulares e reflexivos. Isso implica em reconhecer que não há determinação de uma instância emissora decisiva sobre uma instância receptora passiva, e que tampouco os meios de comunicação apenas reproduzem as informações de forma neutra. A relação entre o público de massa e os produtos da cultura da comunicação de massa (como as notícias, nesse caso) é marcada por interações simbólicas. Essas interações, entretanto, não se dão livremente, e sim constrangidas por formatos comunicacionais que selecionam, hierarquizam e organizam os símbolos de maneiras específicas.

O caso da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro foi um acontecimento que o público brasileiro vivenciou intensamente através da esfera de visibilidade pública da comunicação de massa, especialmente, através da televisão. A mediação televisiva possibilitou que um caso específico do Rio de Janeiro pudesse ser percebido como um emblema da luta contra o crime no Brasil. Mas o que importa destacar aqui é que isso não está ligado a nenhum fenômeno do tipo “emissão de mensagem-recepção de mensagem”, mas sim à interação simbólica, ou seja, à maneira como a linguagem (discursos e imagens) foi utilizada para a construção de sentidos aos acontecimentos. Em outras palavras, podemos afirmar que a cobertura da Rede Globo da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro permite observar de que maneira são as formas de se construir uma narrativa (e não seu conteúdo) que permitem ao público de massa reconhecer uma notícia como válida e, portanto, como fonte simbólica para a definição de situação. Ou seja, não é que as pessoas acreditam que aquilo que a notícia fala é o real; a realidade é uma construção social que emerge a partir das definições de situação nas interações simbólicas entre a audiência e as notícias. O que ocorre é que a forma como as notícias falam das coisas é que irá definir quais elementos simbólicos serão considerados pelos indivíduos em suas definições de situação, e como esses elementos serão dispostos no seu esquema interpretativo. Ao exibirem reiteradamente imagens aéreas de favelas intercaladas com cenas de violência ao mesmo tempo em que um repórter conta que a polícia está fazendo uma guerra contra o crime para libertar os moradores da opressão, ou mostrarem imagens de homens entrincheirados na favela atirando em policiais intercaladas com declarações de que se trata de uma luta do bem contra o mal, por exemplo, os símbolos estão sendo organizados a partir de um esquema interpretativo que

todos os envolvidos na interação reconhecem. Assim, ainda que um indivíduo possa questionar o conteúdo dessas notícias, as imagens simbólicas da favela e da violência, ou as ideias de controle do crime e de empreendimento moral (a luta do bem contra o mal) estão associadas dentro do formato. O formato enquadra a notícia, ou seja, estabelece o tema e principalmente a forma de abordar aquele tema – e, conseqüentemente, descarta outras possíveis perspectivas sobre ele. Na cobertura analisada, a ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro foi tematizada principalmente como uma questão diretamente relacionada à segurança pública e capacidade do Estado impor sua autoridade, e isso caracterizou a mediação da experiência do público de massa, o que, conseqüentemente, foi um fator de importância central na construção do sentido para os acontecimentos.

A literatura sobre a relação entre as representações do crime na esfera comunicacional de massa e as disposições e atitudes do público e dos governos em relação ao crime também forneceram subsídios importantes para este trabalho. O que os autores destacam é que nas sociedades democráticas contemporâneas o crime ganhou proeminência enquanto elemento cultural, na medida em que diversas questões ligadas às inseguranças e às incertezas trazidas pelas transformações da pós-modernidade são articuladas através do medo do crime. Transformações como mudanças na dinâmica de produção e de consumo, volatilidade da economia e do mercado financeiro, alterações no mundo de trabalho e nas perspectivas das carreiras profissionais, novas formas de organização familiar e novos padrões nas relações pessoais e sociais, declínio das referências de autoridade e deferência, massificação equipamentos eletrônicos de alta tecnologia, reordenação da ideia de soberania e de atuação do Estado, por exemplo, se disseminam no cotidiano das pessoas de formas fluidas e geram ansiedades e angústias que em geral são manifestas na esfera pública através do tema do crime. Conseqüentemente, há também importantes repercussões políticas desse fato, tanto no que se refere aos comportamentos do público quanto nas condutas dos governos e dos agentes políticos.

Ainda que o crime sempre tenha sido um tema de interesse do grande público, a partir da década de 70 a relação do público com o crime começa a se alterar. Altas taxas de criminalidade se tornaram um fato social normal com o qual as pessoas convivem, motivando uma nova experiência coletiva do crime na qual ele passa fazer parte do cotidiano. As condições sociais e históricas que deram origem à nova experiência do crime favoreceram a emergência de um tipo de cultura na qual ele assume um significado

específico dentro do complexo de práticas, saberes, normas e subjetividades que a compõem. O medo do crime se torna naturalizado, um dado que os indivíduos passam a levar em consideração na sua relação com o mundo e que faz parte daquilo que definem como realidade. O processo social pelo qual o medo é incutido na perspectiva de mundo das pessoas, identificado como política do medo, se refere ao fato de que os indivíduos definem a realidade em que vivem como marcada pelo crime. Como resultado, o medo do crime se torna mais presente nos debates públicos, e o tema tem implicações significativas nas disposições do público de massa e dos governos em relação às formas de lidar com a questão da criminalidade. Essa seria uma característica dos países ocidentais, onde, apesar das especificidades nas formas de cada um deles lidar concretamente com a questão, é possível identificar uma tendência de endurecimento das leis penais e de maior apoio e manifestações do público em favor de medidas que aumentem a punição e a rigidez no enfrentamento da criminalidade.

Entre as características da política do medo está a instauração de uma situação na qual as garantias e liberdades individuais são contrapostas à segurança pública. Uma das maneiras como essa situação pode se manifestar politicamente nas democracias ocidentais é assumindo a forma de um “populismo penal”, com a participação cada vez maior do público de massa nas discussões públicas sobre as medidas a serem tomadas em relação ao crime, sobre as políticas penais, e sobre as decisões dos órgãos do sistema criminal. Nesse processo, os meios de comunicação de massa são fundamentais, pois é através deles que os termos do debate são estabelecidos. Ou seja, no populismo penal o discurso do senso comum ganha força e embala manifestações de emoções e sentimentos punitivos e vingativos do público de massa que critica a ineficiência do Estado em combater o crime, o excesso de direitos dos condenados, e pressiona agentes do campo político para promoverem alterações que tornem as políticas criminais mais severas e restritivas.

A análise da cobertura da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro mostrou fortes indícios de que algo como uma política do medo informou a interpretação e a atribuição de sentido àqueles acontecimentos. A crise foi representada dentro de uma continuidade temática com a qual a audiência de massa está bastante familiarizada e que se refere ao crime como um problema fora do controle nas grandes cidades. É necessário ressaltar que a noção de crime nos meios de comunicação de massa não corresponde a uma definição jurídica. Mais do que a violação do tipo penal, as representações do que se considera “crime” são construídas a partir de elementos

simbólicos geralmente relacionados à violência física, ameaça à integridade corporal ou à vida. No caso específico da cobertura da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro, a categoria “crime” foi associada ao tráfico de drogas, expressamente referido como “crime organizado”. Porém, longe disso representar uma restrição da noção de crime, essa construção simbólica operou no sentido contrário: enquanto crime organizado, o tráfico seria uma espécie de matriz de todos os crimes. Ao tráfico se associam homicídios, roubos, agressões, drogadição, abusos, violência urbana e uma série de ilegalidades como comércio ilegal de bens e serviços, furtos, corrupção, etc, e que apesar de serem tipos penais formais não são representados como *real crimes*, mas penetram no cotidiano dos brasileiros e contribuem para a sensação de descontrole, insegurança e medo. A cobertura analisada também associou ao tráfico importantes elementos simbólicos de desordem pública, como ocupações urbanas irregulares e precárias, trânsito caótico, distúrbios familiares, falta de controle sobre crianças e adolescentes, serviços públicos ruins, desagregação social e desafio à autoridade do Estado.

Outra observação que deve ser feita é que apesar de se tratar de um acontecimento localizado no Rio de Janeiro, o enfrentamento entre tropas de segurança e os traficantes foi narrado como representativo do caso brasileiro. Se o tráfico de drogas foi representado como a matriz de diversos crimes, a criminalidade carioca também foi representada como um caso extremo do problema do crime no Brasil, e essa conotação “nacionalizada” foi o que mobilizou a audiência de massa no país inteiro.

Os formatos comunicacionais utilizados na cobertura da TV Globo da ocupação do complexo do Alemão e Vila Cruzeiro se basearam numa perspectiva típica da política do medo: o crime organizado (tráfico) habita as favelas, mas opera em todo o território do Rio de Janeiro disputando o domínio dos espaços da cidade com as forças de segurança do Estado. Entretanto, se na interação com o noticiário cotidiano a audiência de massa percebe o crime em descontrole, o caso da ocupação do complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro representou a situação contrária: a união de todas as forças de segurança e o apoio da população permitiu ao Estado vencer o crime organizado. Nessa construção, os formatos comunicacionais de massa contaram com uma vasta riqueza de símbolos: discursos, sons e imagens em abundância permitiram uma narrativa espetacular e rica em elementos que transformaram a cobertura da crise numa celebração emocional da vitória

das forças da lei e da ordem e da reafirmação da importância do apoio às agências formais envolvidas no combate direto com o crime.

Além disso, um reacionarismo típico do populismo penal marcou fortemente a narrativa comunicacional de massa da crise como um todo. A celebração da atuação do Estado foi, mais precisamente, a celebração de uma atuação violenta das forças de segurança contra o crime. O enquadramento definidor da crise foi a perspectiva da segurança pública, e nesse sentido a segurança pública foi representada como algo que deveria ser defendido acima de qualquer outra coisa. A celebrada vitória do Estado foi representada como uma vitória da polícia que, auxiliada por outras agências formais de segurança, expulsaram os criminosos de seu território e libertaram a população da opressão que lhes era imposta pelo crime organizado. Ou seja, nessa perspectiva o Estado é eficaz contra o crime quando ele atua de forma não-política. Questões políticas, aliás, até foram apresentadas durante a cobertura, mas associadas à ineficiência do Estado, vinculadas simbolicamente (através de discursos e imagens) ao problema dos presídios de segurança máxima de onde os supostos chefes do crime organizado, mesmo presos, comandavam as ações de suas quadrilhas.

A pesquisa sobre a cobertura televisiva da Rede Globo da ocupação do complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro permite-nos concluir que no Brasil existem grandes expectativas sociais de que o Estado seja o principal protagonista da segurança pública e que consiga reafirmar a sua autoridade e soberania derrotando o crime e punindo severamente os criminosos. Essa constatação indica a existência de um forte posicionamento reacionário em relação às transformações nas referências de autoridade do Estado na pós-modernidade. O público de massa não vê o Estado como fraco ou incapaz de combater o crime, e espera que ele concentre suas forças no confronto direto com crime, reforçando a polícia e aumentando a tecnologia e os equipamentos que ela utiliza no combate com os criminosos⁶⁰. O público não quer compartilhar com o Estado a responsabilidade pela segurança pública (como ocorre no caso das parcerias preventivas ou de outras maneiras de atribuir à sociedade a encargo de se manter segura), mas espera, ou

⁶⁰ A pesquisa apontou que as representações comunicacionais de massa da polícia na cobertura analisada destacam a sua capacidade de organização, estratégia e inteligência, e que apesar do apoio de outros agentes e tropas de segurança ter sido importante, essa importância foi basicamente em razão do aumento no número de efetivo (no caso dos militares que fizeram o patrulhamento do entorno do complexo de favelas enquanto a polícia agia) e, principalmente, em razão dos veículos de guerra e seus equipamentos de alta tecnologia cedidos pela marinha e pela aeronáutica.

melhor, deseja que uma resposta estatal forte restaure a ordem e imponha a paz que foram destituídas pelo crime.

Quadros que parecem se tornar cada vez mais comuns nos meios de comunicação de massa, do tipo “dicas de segurança”, no quais “especialistas” ensinam aos espectadores o que fazer para não se tornarem vítimas de crimes, poderiam ser apontados como uma representação contraditória àquela que deseja a reafirmação da autoridade estatal. Entretanto, essa aparente contradição se dissipa quando observamos que ambas as representações partem de uma perspectiva de mundo informada pela política do medo, sendo que as dicas de segurança se dirigem à situações pontuais nas quais os indivíduos podem garantir a sua segurança pessoal, enquanto as respostas estatais fortes representam uma solução para a criminalidade enquanto um problema de segurança pública. Dessa forma, pode acontecer até que as “dicas de segurança”, ao reforçarem a perspectiva da política do medo e construírem uma percepção de mundo onde o crime está em descontrole e o perigo de se tornar vítima é iminente, alimentem os sentimentos punitivos e o desejo de uma intervenção estatal forte que restaure a ordem e imponha a segurança.

Cabe ressaltar ainda que uma série de fatores e relações constatadas nessa pesquisa somente puderam emergir em razão de questões que o interacionismo simbólico propõe, e da própria forma de interação do pesquisador com os materiais sugerida por tal perspectiva. Ou seja, as conclusões a que a pesquisa chega se devem fundamentalmente à perspectiva interacionista adotada nesse trabalho - principalmente em suas versões contemporâneas. A ênfase nos processos de definição de situação como acontecimentos decisivos na orientação das condutas dos indivíduos é a ideia que sustenta as preocupações com a construção dos sentidos e as interações simbólicas. No caso da pesquisa da cobertura televisiva da ocupação do Complexo de Favelas do Alemão e Vila Cruzeiro, essa preocupação repercutiu na tentativa de compreender de que maneira aquelas notícias foram instâncias mediadoras fundamentais na percepção do público sobre o que estava acontecendo, bem como na atribuição de sentido àqueles acontecimentos. A partir de uma outra perspectiva, a importância dos formatos comunicacionais para o reconhecimento dos símbolos significantes e para a construção dos sentidos provavelmente ficaria eclipsada por discussões sobre os conteúdos das notícias. O papel da linguagem como elemento de construção da realidade é destacada pelo interacionismo simbólico na medida em que seus símbolos, principalmente palavras e imagens, não são entendidos como instrumentos descritivos de uma realidade objetiva, mas antes como elementos através dos quais os indivíduos atribuem significados para as suas experiências. Daí a importância de se abordar a esfera comunicacional de massa como uma fonte simbólica que, apesar de não ser a única, tem um impacto importante sobre a linguagem submetendo-a a determinados formatos que desempenham um papel decisivo nas definições de situação.

Por fim, a pesquisa indica que o discurso da segurança pública que formatou a cobertura da crise no complexo de favelas do Alemão e Vila Cruzeiro é o próprio discurso do medo do crime. Ou seja, nas notícias analisadas a segurança pública foi construída como uma questão de vitória do Estado sobre o crime em confrontos diretos com os criminosos num contexto em que os espaços urbanos são constantemente disputados por agentes criminais e representantes do Estado. Em outros termos, o crime tal como considerado na cobertura em análise, é visto como um problema que só ocupa territórios onde os agentes formais de segurança do Estado não estão presentes, de maneira que onde não há policiamento, há crime. Até mesmo a proposta de “pacificação de comunidades” do governo carioca através das instalações de unidades de polícia pacificadora, as UPPs, parte desse pressuposto e aposta no policiamento permanente como forma de garantir a segurança pública – não só nas favelas, mas em todo o território urbano, já que o crime aqui é “crime organizado”. Tudo isso indica que, assumindo características locais, uma política do medo está na base das percepções públicas sobre o crime e segurança pública no Brasil, e chega inclusive a influenciar a atuação do poder público em relação ao problema da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. "A Indústria Cultural". in: COHN, Gabriel (org). **Comunicação e Indústria Cultural**. T.A. Queiroz, São Paulo, SP, 1987.

AGAMBEN, Giorgio. "Sobre a Segurança e o Terror", in: COCCO, Giuseppe, e HOPSTEIN, Graciela. **As Multidões e o Império: entre a globalização da guerra e a universalização dos direitos**. DP&A, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

ALTHEIDE, David et al. "News Construction of Fear and Victim: an exploration through Triangulated Qualitative Document Analysis". **Qualitative Inquiry**, vol. 7, p. 304-322, 2001

ALTHEIDE, David, COYLE, Michael J. "Smart on crime: The new language for prisoner release". **Crime, Media, Culture**, vol. 2, p. 286-303, 2006

ALTHEIDE, David, DEVRIESE, Katie. "Perps in the news: a research not on stigma". **Crime, Media, Culture**, vol. 3, p. 382-389, 2007

ALTHEIDE, David, MICHALOWSKI, R. Sam. "Fear in the News: a discourse of control". **The Sociological Quarterly**, vol. 40, p. 475-503, 1999.

_____. "Ethnographic Content Analysis". **Qualitative Sociology**, vol. 10, p. 65-77, 1987.

_____. "Moral Panic: from sociological concept to public discourse". **Crime, Media, Culture**, vol. 5, p. 79-99, 2009

_____. **Terror Post 9/11 and the Media**. Peter Lang Publishing, New York, USA, 2009.

_____. **Terrorism and the Politics of Fear**. AltaMira Press, Oxford, UK, 2006

_____. **Qualitative Media Analysis**. Sage Publications, California, USA, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2008

BECKER, Howard S. **Falando da Sociedade**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. ed Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BLUMMER, Herbert. "A Natureza do Interacionismo Simbólico". in: MORTENSEN, C. David. **Teoria da Comunicação: textos básicos**. Ed. Mosaico, São Paulo, SP, 1980.

CAVENDER, Gray. "Media and Crime Policy: A reconsideration of David Garland's The Culture of Control". **Punishment & Society**, vol. 6(3), p. 335-348, 2004.

CHEVIGNY, Paul. "The Populism of Fear: politics of crime in the Americas". **Punishment & Society**, vol. 5(1), p. 77-96, 2003.

DELEUZE, Gilles. "Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle" in: **Conversações**. Ed. 34, Rio de Janeiro, RJ, 1998

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. Cia. das Letras, São Paulo, SP, 2009.

DENZIN, Norman K. **Hollywood Shot By Shot: Alcoholism in American Cinema**. Aldine Transaction, 2004.

DENZIN, Norman K. **Interpretive Biography**. SAGE Publications, Newbury Park, California, USA, 1989.

DENZIN, Norman K. **Symbolic Interactionism and Cultural Studies: the politics of interpretation**. Blackwell, Cambridge, Massachusetts, USA, 1992.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. "A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa". in: DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (orgs). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. ed. Artmed, Porto Alegre, RS, 2006.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. "O sétimo momento: deixando o passado para trás". in: DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (orgs). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. ed. Artmed, Porto Alegre, RS, 2006.

DITTON, Jaseon, CHADEE, Derek, FARRAL, Stephen, GILCHRIST, Elizabeth, BANNISTER, Jon. "From Imitation to Intimidation: a note on the curious and changing relationship between the media, crime and fear of crime". in: **British Journal of Criminology**, vol 44, p. 595-610, 2004.

EDELMAN, Murray. **The Politics of Misinformation**. Cambridge University Press, 2001.

GAIO, André Moysés. "A guerra contra o crime e a desconstrução da democracia". in: **Tempo e Presença**, ano 6, nº 24, 2011.

GAIO, André Moysés. "Crime e Controle Social no Brasil Contemporâneo". in: **Teoria e Cultura**. ed. UFJF, vol 1, nº 2, 2007.

GAIO, André Moysés. "O Populismo Punitivo no Brasil". in: **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ed. 12, p. 19-27, 2011.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea**. Revan, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. ed. Unesp, São Paulo, SP, 1991.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. ed. W11, São Paulo, SP, 2003.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. 2ª edição, ed. Paulus, São Paulo, SP, 2007.

GRAY, John. **Al-Qaeda e o Que Significa Ser Moderno**. Record, Rio de Janeiro, 2004.

HEWITT, John P. **Self and Society: a symbolic interactionist social psychology**. Allyn & Bacon, Boston, USA, 2002

JOAS, Hans. “Interacionismo Simbólico”, in GIDDENS, Anthony, e TURNER, Jonathan (org). **Teoria Social Hoje**. ed. UNESP, São Paulo, SP, 1999.

KELNNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Ed. EDUSC, Bauru, SP, 1995

MEAD, George H. **Mind, Self and Society**. Chicago, University of Chicago Press, 1934. disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4027. acesso em: julho de 2012.

Pesquisa CNI – IBOPE: **Retratos da sociedade brasileira: segurança pública**. Brasília: CNI, 2011.

PRATT, John. “Dangerousness and Modern Society”. in: **Dangerous Offenders**. Routledge, Londres, UK, 2000.

PRATT, John. **Penal Populism**. Routledge, New York, USA, 2007.

REINER, Robert. “Media Made Criminality”. in: **Oxford Handbook of Criminology**. 3ª ed. London, Oxford University Press, 2004.

SILVA, Luiz Antônio Machado (org). **Vida sob Cerco**. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

STRAUSS, Anselm. CORBIN, Juliet. “Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria” **Qualitative Sociology**. vol. 13, p. 13-21, 1990.

STRAUSS, Anselm. CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ª edição, ed. Artmed, Porto Alegre, RS, 2008.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras**. ed. EDUSP, São Paulo, SP, 1999.

STRYKER, Sheldon. "Contemporary Symbolic Interactionism: a statement". in: **Symbolic Interaction: a social structural version**. Benjamin/Cummings Publishing Company, California, USA, 2003.

SURETE, Ray. **Media, Crime and Criminal Justice: images and realities**. Wadsworth Publishing Company, Belmont, CA, USA, 1997.

SUTTON, Adam. "Drugs and Dangerousness: perception and management of risk in the neo-liberal era". in: **Dangerous Offenders**. Routledge, Londres, UK, 2000

TERRA – Portal de notícias. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4865403-EI17320,00-CNTSensus+invasao+do+Complexo+do+Alemao+e+aprovada+por.html>

THOMAS, William Isaac. "The Definition of the situation". in: **The Unadjusted Girl**. Little Brown and Company, 1923. disponível em http://www.brocku.ca/MeadProject/Thomas/Thomas_1923/Thomas_1923_2.html. Acesso em julho de 2012.

THOMPSON, John. **O Escândalo Político – Poder e Visibilidade na Era da Mídia**. Vozes, Petrópolis, RJ, 2002

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e Terror: Comunicação e Violência Política**. ed. Paulus, São Paulo, SP, 2005.

ANEXOS – Protocolos da pesquisa

PROTOCOLO 1		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	A1
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	24 de novembro de 2010 – Quarta-feira
	DURAÇÃO	02'01"
	TÍTULO	Globocop flagra traficantes na Vila Cruzeiro
DADOS	CENÁRIO	favela
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; câmera fixa;
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; alarme
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea / som: microfone
	PROTAGONISTA	criminosos
	ESTRUTURA NARRATIVA	Crime organizado ameaça moradores e a polícia reage
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	Não se aplica
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra criminosos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial
	FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	criminosos; motos; apresentadores; repórter	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>A apresentadora fala da preocupação com os ataques pela cidade do Rio de Janeiro. Ela chama a repórter no “globocop”. A imagem inicial mostra a repórter ao vivo falando de dentro do helicóptero. Ela fala da tensão na cidade e relata diversos ataques ocorridos naquele dia e as ações da polícia. As imagens. Depois a câmera focaliza imagens de uma rua numa favela onde diversos homens correm com armas na mão e parecem dar cobertura a outros que chegam em motos. Eles se escondem trás de muros enquanto parecem apontar as armas para alguma coisa no início da rua que a câmera não mostra.</p>		

PROTOCOLO 2		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	A2
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	24 de novembro de 2010 – Quarta-feira
	DURAÇÃO	03'12"
	TÍTULO	Ordens para os ataques no Rio podem ter partido de presídios
DADOS	CENÁRIO	presídios (fora e dentro); escritórios de prédios públicos
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Secretaria de Segurança Pública/RJ; Ministério da Justiça; Governo Federal /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	didática
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; efeitos digitais / som: microfone
	PROTAGONISTA	criminosos
	ESTRUTURA NARRATIVA	Contradição entre presídios e segurança pública
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Sim. Questiona a eficiência e a segurança do sistema penitenciário
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. A reportagem menciona o direito dos presos receberem visita de familiares
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	Não se aplica
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra presídio de longe; mostra presídio por dentro
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; punição x crime; direitos e garantias x segurança
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; autoridades públicas; presos; presídios	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>O apresentador afirma que o Presídio Federal de Catanduvas tem sido “o destino de muitos bandidos do Rio” [imagens externas do presídio]. Um mapa digital surge na tela destacando a distância entre o Rio e o Paraná, enquanto a repórter afirma que a distância é uma estratégia para que “os chefes de quadrilha” não continuem comandando crimes mesmo presos. Ela afirma que apesar disso, fontes ligadas à Secretaria de Segurança Pública disseram que as ordens para os ataques no Rio estavam partindo de lá. [cenas de traficantes conhecidos dentro do presídio]. A repórter afirma que os presos suspeitos de ordenarem os ataques serão transferidos para mais longe do Rio, para Rondônia. O mapa digital surge novamente indicando a distância entre o Rio de Janeiro e Rondônia. A repórter diz que naquele dia a Justiça havia autorizado a transferência de presos no Rio de Janeiro suspeitos de envolvimento nos ataques para o presídio de Catanduvas [imagem computadorizada mostra o presídio ao fundo enquanto vão aparecendo, um a um, em primeiro plano, as fotos dos presos que serão transferidos. Duas fotos são destacadas, e a repórter conta que eles foram presos em ataques em Copacabana]. A repórter aparece pela primeira vez na tela e diz que ainda não é possível</p>		

afirmar que as ordens saíram de dentro do presídio de Catanduvas, e que autoridades do Ministério da Justiça garantiram que aquele presídio obedece normas internacionais. Um recurso computadorizado mostra uma imagem gráfica virtual de uma cela, e em primeiro plano está escrito “Presídios de Segurança Máxima”; logo abaixo, vão se sucedendo algumas normas desses presídios relativas ao tratamento dos presos, enquanto simultaneamente a repórter enuncia tais normas. Há um corte e a voz da repórter diz que parlamentares de oposição cobraram explicações. As imagens mostram um deputado que, ao microfone da Globo, critica os presídios, que ele afirma fazerem parte de um projeto de segurança que falhou. Há outro corte e o diretor do Sistema Penitenciário Federal insinua que são os direitos dos presos, e não as normas desses presídios, o que permite que eles comandem ações exteriores. Novo corte, e o presidente da OAB declara que não se pode fazer acusações. Segundo ele, “a corrupção que há no estado é transferida para um determinado segmento”. Outro corte, e surge o Secretário Nacional de Segurança Pública, que defende os presídios de segurança máxima mas admite que não são à prova de falhas. A reportagem termina e volta ao estúdio, onde o apresentador relata que o governo do Rio de Janeiro e a Justiça do estado acordaram em transferir todos aqueles que forem presos e suspeitos de envolvimento com os ataques para o presídio de Catanduvas.

PROTOCOLO 3		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	A3
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	24 de novembro de 2010 – Quarta-feira
	DURAÇÃO	04'15"
	TÍTULO	Governador fala das ações contra os ataques no Rio de Janeiro
DADOS	CENÁRIO	estúdio
	TIPO DE IMAGEM	câmera fixa
	FONTES	Informação: Governador do RJ /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: efeitos difitais; câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	Governador do estado
	ESTRUTURA NARRATIVA	Estado livra a sociedade do crime
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Sim. Questiona a eficiência da transferência de presos
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. O governador menciona o direito dos presos receberem visita de familiares
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio e união das forças de segurança
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente com o governador
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Estado x crime organizado
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; governador	
BREVE DESCRIÇÃO		
Entrevista ao vivo com o governador do Rio de Janeiro. A apresentadora questiona a decisão de enviar os presos para um presídio federal de onde se suspeita que as ordens para os ataques tenham sido dadas. O governador defende a medida, afirma que é importante tirar os bandidos do convívio com a sociedade, e ressalva que é a lei que permite que os presos tenham oportunidade de enviar tais ordens. Afirma ter solicitado apoio logístico das forças armadas. Afirma que os criminosos estão desesperados e articulados com as ações da polícia do Rio de Janeiro e que o governo seguirá “pacificando” comunidades e instalando UPPs em favelas no Rio de Janeiro.		

PROTOCOLO 4		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	A4
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	24 de novembro de 2010 – Quarta-feira
	DURAÇÃO	03'05"
	TÍTULO	Ações da polícia se concentram em região do Complexo do Alemão
DADOS	CENÁRIO	favela; ruas
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; tensão
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: efeitos digitais; aéreas; câmera em movimento; câmera fixa; zoom / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Crime ameaça a sociedade e a polícia a protege
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	intensidade das ações policiais; número de policiais
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra moradores de perto; mostra polícia de perto; junto dos policiais nos tiroteios; mostra criminosos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Estado x crime organizado; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública
QUEM/O QUÊ APARECE	polícia. Moradores; cadáveres; hospital; feridos; Ministro da Justiça; apartamento na favela; ônibus; viaturas da polícia; criminosos; Secretário de Segurança	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>Os apresentadores anunciam matéria sobre as ações da polícia contra os ataques. A matéria mostra a cena descrita no protocolo A1 com alguns efeitos de computador assinalando as armas nas mãos dos homens. Um mapa digital mostra o território do Rio de Janeiro e aponta o local onde a cena teria sido captada – Vila Cruzeiro . A repórter afirma que houveram muitos confronto ao longo do dia na região. (as imagens mostram várias cenas de policiais atirando). A repórter aparece pela primeira vez em cena; ela está num apartamento na Vila Cruzeiro e mostra marcas de tiro na parede que quase teriam acertado os moradores. Segue uma sequência de imagens de mortes e de famílias desesperadas. Na tela aparece a entrada de um hospital onde uma mulher chora descontroladamente enquanto outras pessoas a amparam – a repórter conta que se trata de uma família que ficou sabendo da morte de uma jovem de 14 anos baleada dentro de casa. Há um corte e aparecem vários homens carregando um cadáver num cobertor, e a repórter anuncia que a vítima era um homem que, segundo parentes, era “trabalhador”. A cena mostra novamente o hospital onde várias pessoas são retiradas de</p>		

ambulâncias – “feridos por bala chegam a todo o momento”, afirma a repórter. A repórter mostra o comércio fechado e as ruas vazias na Vila Cruzeiro. Mostra um carro blindado da PM que teria sido atacado por “bandidos” que estariam observando os policiais do alto da Igreja da Penha (a cena mostra uma imagem à distância da Igreja onde supostos traficantes estão observando). Segue uma sequência de imagens aéreas de uma favela identificada com a Vila Cruzeiro, enquanto a repórter afirma, sem citar qualquer fonte, que a maioria dos traficantes que fugiram das favelas onde foram instaladas UPPs foram para a Vila Cruzeiro. Novamente há um mapa digital que mostra o território do Rio de Janeiro com destaque para os pontos onde foram instaladas as UPPs – “favelas onde vivem mais de 200 mil pessoas”, afirma a repórter. Um corte de edição mostra novamente as imagens captadas pelo helicóptero naquela manhã (segmento A1), enquanto a voz da repórter afirma que o secretário de Segurança garante que continuará com a estratégia de “retomada de territórios antes dominados pelo tráfico”. O Secretário de Segurança aparece na tela declarando que “nós” estamos desacomodando os traficantes de lugares que há muito tempo eles dominaram. Há um novo corte, e uma sequência de cenas editadas mostra várias imagens de policiais (correndo, mirando, conversando, parando carros, etc) e de veículos da polícia (blindados viaturas com sirenes ligadas, etc), enquanto a repórter conta que as folgas dos policiais foram suspensas e até mesmo os PMs que faziam serviços internos foram mandados para as ruas. Afirma também que o estado do Rio de Janeiro descartava a ajuda da força nacional de segurança, mas pedia apoio para a transferência dos presos para fora do estado. Cita que 62 criminosos do Rio de Janeiro estariam em presídios federais. Há uma breve declaração do Ministro da Justiça afirmando que o Governo Federal disponibilizou mais 50 vagas em presídios federais para criminosos do Rio.

PROTOCOLO 5		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	A5
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	24 de novembro de 2010 – Quarta-feira
	DURAÇÃO	02'27"
	TÍTULO	Bandidos fazem novos ataques no Rio de Janeiro
DADOS	CENÁRIO	Favelas, ruas; rodovias
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; tensão
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: efeitos digitais; aéreas; câmera em movimento; câmera fixa; zoom; vídeo amador / som: ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Crime ameaça a sociedade e a polícia a protege
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	intensidade das ações policiais; agilidade das ações policiais
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a polícia de perto; no meio do público que corre; mostra carros queimados de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; medo do crime	
QUEM/O QUÊ APARECE	carros queimados; polícia; repórter; apresentadores	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>Os apresentadores afirma que os ataques na região metropolitana do Rio de Janeiro aumentaram, mas que a polícia “reage às ações dos criminosos em favelas dominadas pelo tráfico”, prendendo 25 pessoas e matando 18. Segue uma longa sequência de imagens de veículos queimados enquanto o repórter conta alguns episódios. Aparece também um mapa digital mostrando o território da região metropolitana com destaque para os locais onde ocorreram os ataques naquela madrugada. Uma vítima, sem mostrar o rosto e com a voz distorcida digitalmente, conta que entrou em desespero e ligou pra polícia e para os bombeiros. O repórter conta que uma cabine da PM foi metralhada em Duque de Caxias – as imagens mostram a cabine e dá alguns <i>close</i>s nas marcas de tiros. Há uma mudança no clima da notícia a partir da imagem de um carro da polícia em alta velocidade e com a sirene ligada. O repórter conta que a polícia reagiu aos ataques logo ao amanhecer fazendo operações em 27 favelas dominadas pelo tráfico (há uma sequência de imagens editadas de policiais fortemente armados correndo, mirando ou vasculhando ruas). O repórter conta que em alguns locais os criminosos trocaram tiros com a polícia (escuta-se o som de tiros, mas não há imagens de tiroteio). A imagem mostra um jovem correndo e uma mulher que tem seu rosto escondido por um efeito gráfico e sua voz modificada digitalmente afirma que tem medo dos tiros. Imagens aéreas mostram ônibus em chamas e bombeiros tentando apagar o fogo. Mais uma vez há um mapa digital mostrando os locais onde ocorreram os últimos ataques, já pela manhã. Há uma</p>		

imagem amadora captada por celular, que mostra uma van incendiada onde três pessoas teriam ficado feridas. Mais uma sequência de cenas editadas mostrando policiais vasculhando ruas e um helicóptero com policiais armados pendurados na porta. Mostra um posto da Polícia Federal que, segundo o repórter, estaria fazendo fiscalizações nas principais rodovias de acesso ao Rio. Novamente aparece um mapa digital mostrando os locais dos ataques ocorridos na parte da tarde. Há uma cena de ação, gravada com câmera de mão, em que o cinegrafista mostra pessoas correndo numa rua de Duque de Caxias onde “bandidos passaram atirando”, mas cuja resposta policial teria sido rápida, chegando ao local em menos de cinco minutos e com ordem para permanecer por tempo indeterminado.

PROTOCOLO 6		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	BI
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	04'53"
	TÍTULO	Bandidos fogem da polícia pela mata da Vila Cruzeiro
DADOS	CENÁRIO	favela; estrada na mata
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: Polícia; comentarista /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; zoom / som: ambiente
	PROTAGONISTA	criminosos
	ESTRUTURA NARRATIVA	Criminosos fugindo da polícia
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Sim. Insinua uma suspeita de que a polícia não tenha planejado a operação de forma adequada
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	estratégia
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra criminosos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Estratégia Policial
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; comentarista; traficantes	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>Abertura do jornal. O apresentador anuncia que a polícia deu um ultimato aos criminosos no Rio para que se entreguem e os bandidos “encurrados” estão perdendo o prazo. Anuncia que tropas da polícia militar e do exército estão equipadas com material pesado de guerra e prontas para ocupar “uma das favelas mais violentas da cidade. Os apresentadores chamam uma jornalista que está junto com a polícia no local marcado para a rendição. As imagens ao vivo mostram uma jornalista numa rua. É noite, e a câmera mostra ao seu redor outros jornalistas e muitos policiais. Close num carro da polícia onde alguns policiais conversam na penumbra. Enquanto a repórter fala, as imagens ao vivo são intercaladas com outras gravações feitas durante o dia (imagens aéreas das ruas da favela com efeito gráfico mostrando carros blindados do exército em alguns pontos). Ao vivo, foco em policiais com armas em punho controlando o tráfego de veículos e pedestres. Ao fundo, vê-se muitos moradores assistindo a movimentação. Ela explica como a polícia instalou naquele local uma “base” de operações e como a polícia está garantindo a segurança da imprensa no local. Ela anuncia uma reportagem feita por outra jornalista algumas horas. Corta para uma matéria, que começa mostrando imagens de balas traçantes, e a voz da repórter narra que eram tiros disparados contra os policiais que patrulhavam os acessos ao Morro do Aemão. Há muitas imagens editadas, com cortes rápidos. Ênfase nos policiais e soldados do exército armados e nos moradores abandonando as casas. Policiais Revistando pessoas. Três moradores declaram à reportes que é melhor saírem do bairro. Close em panos esticados onde se lê “paz” e num pequeno grupo de mulheres grávidas com a palavra “paz” escrita nas barrigas “protestando” numa rua do bairro.</p>		

A voz da repórter anuncia que na Vila Cruzeiro, já ocupada pela polícia, “o clima é diferente e os moradores tentam retomar a rotina”. Imagens mostram movimento calmo de pessoas e automóveis nas ruas, com comércio aberto e famílias caminhando com os filhos. Um morador entrevistado afirma que “por enquanto as coisas estão boas e normais” e que espera que continue assim. O contraste entre os dois bairros é ressaltado pela repórter e pela sequência de imagens (ruas com movimento e trânsito x ruas desertas). A imagem mostra dois homens sem camisa, feridos e algemados no fundo de um camburão – ambos olham para baixo enquanto um policial de braços cruzados olha diretamente para a câmera – e um ônibus com várias pessoas algemadas – suspeitos detidos enquanto tentavam deixar a favela do Alemão, segundo a repórter. Há imagens dos soldados do exército, um deitado apontando a arma para o morro e outros em pé ao seu redor; a voz da repórter narra que o exército apreendeu uma mochila com 30 mil dólares transportada por uma criança. A repórter conta que o comandante da polícia militar deu um ultimato aos bandidos escondidos na favela do alemão. Corta para a cena do comandante cercado por microfones fazendo a declaração. Ele ordena que os criminosos se entreguem no prazo e local determinados antes da invasão, quando a situação ficará “muito difícil”. Corta para a repórter que, no local marcado para a rendição, explica como a polícia organizou uma grande estrutura no local. As imagens mostram 3 criminosos que se entregaram e um que foi capturado. Destaca que um dos “bandidos” foi entregue à polícia pela própria mãe. Mostra a mãe contando como resolveu levar seu filho até lá (enquanto ela fala, aparece a legenda na parte inferior da tela com seu nome e, logo abaixo, sua qualificação: “mãe de traficante”). Mostra cena de correria e tiros. A repórter – dessa vez não mais em off, mas diante das câmeras – surge ofegante e assustada e conta que é um momento de muita tensão (ao seu lado a câmera mostra várias pessoas da imprensa abaixadas). Corta para a imagem de crianças negras chorando e a repórter conclui: “no rosto dos moradores, desespero e medo”.

PROTOCOLO 7		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B2
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	06'20"
	TÍTULO	Rio de Janeiro vive dia histórico no combate às quadrilhas de traficantes: a polícia ocupa a Vila Cruzeiro
DADOS	CENÁRIO	favela; ruas; estrada na mata; presídio
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas; arquivo
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	épica; espetacular
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; efeitos digitais; zoom; câmera em movimento / som: ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Com o apoio dos moradores a polícia vence e expulsa criminosos da Vila Cruzeiro
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Sim. Questiona a eficiência e a segurança do sistema penitenciário e insinua suspeita de que a polícia não planejou a ação de forma adequada
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte sobre a ocupação da Vila Cruzeiro e outra sobre a fuga.
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	equipamentos; veículos; número de policiais
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	no meio dos policiais; mostra criminosos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime; bem x mal
FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem; Segurança Pública	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; criminosos; policiais, moradores; presídio	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Os apresentadores iniciam afirmando que “o Rio de Janeiro viveu hoje um dia histórico no combate às quadrilhas de traficantes de drogas”, com a ocupação da Vila Cruzeiro, “uma das regiões mais violentas da cidade”, e que “foram usadas armas e blindados especiais da marinha”. Buscando manter um tom épico, a narrativa do repórter vai desde aos preparativos da polícia até as dificuldades enfrentadas durante a ocupação. As imagens são particularmente importantes nesse sentido: há inúmeras cenas que mostram a força da polícia. Uma cena mostra a Igreja da Penha em <i>close</i> e vai se afastando até captar uma reunião de um grande número de policiais do BOPE ao lado de um veículo da Marinha, tendo ao fundo a imagem da Igreja da Penha; o repórter afirma que “aos pés da Igreja da Penha, no coração do bairro, a avenida Brás de Pina se transformou na base recuada das forças policiais. Era aqui que as tropas especiais de operações do BOPE recebiam as últimas orientações antes de começarem a ação na Vila Cruzeiro” – a câmera se aproxima dos policiais e circula o grupo até ficar atrás do comandante, e de frente para os policiais. A cena seguinte mostra os policiais caminhando em direção à câmera, que também caminha em direção a eles. Ao se aproximarem</p>		

da câmera, cada um deles desvia e deixa que a câmera prossiga. Toda a sequência de imagens mostra os policiais se preparando, e destaca também os veículos utilizados. Após esse momento de cobertura da preparação, há o momento da ação; aqui se recorre às imagens aéreas feitas pelo helicóptero da emissora, mostrando os veículos subindo o morro superando obstáculos como pneus em chamas e caminhões bloqueando as ruas. Há também imagens aéreas que mostram “as movimentações dos bandidos”, conforme define o repórter. Mostra a fuga pela estrada vicinal (segmento B1). O repórter conta que os moradores estavam acudados em suas casas e pediam paz acenando lençóis brancos das janelas (a imagem aérea mostra essa cena). A reportagem recorre ao mapa digital mostrando o território onde as ações aconteciam (conjuntos de favelas da Penha e do Alemão, e Vila Cruzeiro). O repórter conta que foi na Vila Cruzeiro que o jornalista Tim Lopes fora assassinado (há uma sequência de imagens de arquivo e um breve resumo do caso), afirmando que, apesar de preso numa penitenciária federal de segurança máxima, o mesmo traficante responsável pelo seu assassinato (Elias Maluco) era o responsável pelos ataques que estavam acontecendo no Rio. O repórter afirma que, segundo a Secretaria de Segurança Pública, a ocupação da Vila Cruzeiro seria o início da instalação de uma UPP (enquanto ele fala, há imagens intercaladas de policiais e de supostos criminosos nas favelas). Um comandante do BOPE aparece na tela declarando ao repórter que estão havendo vários confrontos, mas que a polícia está conseguindo “avançar no terreno”. Ele afirma que “está cada vez mais ficando mais claro quais são os lados: o lado do bem e o lado do mal, e a população sempre vai escolher o lado do bem”. Segue dois moradores afirmando que vivem com medo, mas que têm esperança de que “agora algo vai acontecer”.

O segmento volta ao estúdio onde os apresentadores destacam que a “grande operação policial produziu cenas realmente raras e impressionantes”. Afirmam que um dos momentos mais tensos foi a fuga de homens armados por uma via vicinal cujas imagens tinham sido captadas pelo “globocop”. Seguem as cenas descritas no segmento B1 (lá captadas ao vivo), editadas e explicadas por um repórter. Há recursos digitais que destacam os tiros e os homens baleados. A repórter afirma que foi uma “fuga desesperada”, mas que levanta duas perguntas: “para onde esses bandidos estão indo? A polícia não estava preparada para essa fuga em massa?”. Novamente aparece o mapa digital da região, agora mostrando a rota da fuga da Vila Cruzeiro para o Morro do Alemão. A repórter afirma que o Morro do Alemão é comandado pela mesma facção criminosa da Vila Cruzeiro. Novas imagens aéreas mostram a chegada dos fugitivos ao Morro do Alemão e as barreiras que eles montaram para evitar que a polícia subisse o morro.

PROTOCOLO 8		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B3
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	04'16"
	TÍTULO	Bandidos continuam a fazer ataques em várias partes do Rio
DADOS	CENÁRIO	favela; ruas; base de operações policiais da Vila Cruzeiro
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia; experiência direta da repórter /Imagens: Globo; Prefeitura RJ
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; tensão
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; câmera em movimento; efeitos digitais / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Ofensiva da polícia contra ataques na cidade
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	número de policiais; mobilização; equipamentos; estratégia; armamento
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra público de perto; mostra policiais de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime; bem x mal
	FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; polícia; presos; público; moradores; vítima; carros queimados	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Os apresentadores chamam uma repórter que acompanha ao vivo as ações da polícia. Ela aparece numa rua que dá acesso à Vila Cruzeiro e mostra o lugar por onde a polícia entrou na favela mais cedo. Volta ao estúdio e o apresentador afirma que a Vila Cruzeiro está ocupada pela polícia e que apesar de bandidos terem escapado a operação foi bem-sucedida pois o território está ocupado. A apresentadora chama uma matéria sobre os confrontos entre a polícia e os criminosos que tentavam incendiar veículos pela cidade durante a madrugada. Segue uma sequência de cenas de ação, com muitos tiros, movimentação policial, veículos queimados, enquanto a voz do repórter narra brevemente alguns episódios. Ele afirma que a polícia prendeu várias pessoas suspeitas de envolvimento nos ataques (as imagens mostram homens algemados na caçamba de uma viatura policial). As cenas mostram pontos de ônibus lotados e o repórter disse que as pessoas estavam com dificuldade de voltar para casa em razão do pouco número de ônibus que puderam circular. Imagens aéreas mostram ataques feitos pela manhã. O mapa digital aparece e são destacados os bairro onde aconteceram os últimos ataques. Segue uma nova sequência de imagens de carros em chamas, e de um homem que sofreu queimaduras amparado pela polícia. O repórter conta durante o dia todo a polícia fez ofensivas por terra e pelo ar (as imagens mostram helicópteros, viaturas policiais em alta velocidade e policiais percorrendo as ruas da favela). Segundo ele, centenas de policiais</p>		

entraram na favela do Jacarezinho à procura de traficantes. As imagens valorizam as atividades dos policiais, inclusive com tomadas em *close* dos seus rostos concentrados e de seus armamentos. O repórter afirma sete homens morreram nessa operação – “segundo a polícia, todos eram criminosos”. O repórter aparece na cena; ele está no meio de uma operação de blitz policial, e conta que a polícia está fazendo isso em vários pontos da cidade. Imagens de câmeras de monitoramento de trânsito da Prefeitura são usadas aqui enquanto ele afirma que na maior parte do Rio a população mantém a rotina. A reportagem termina com a declaração de um transeunte que, segundo o repórter, presenciou um ônibus sendo queimado, mas que “confiava em dias melhores”. O homem declara ao microfone: “No final de contas quem vai vencer é o bem, né? O bem tem que vencer”.

PROTOCOLO 9		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B4
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	01'01"
	TÍTULO	Cúpula de Segurança do Rio divulga balanço das operações desta quinta
DADOS	CENÁRIO	rua; base de operações policiais da Vila Cruzeiro
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: Tribunal de Justiça Rj; Secretaria de Segurança Pública/RJ; Tribunal de Justiça RJ /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa; didática
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: fixa/ som: ambiente
	PROTAGONISTA	repórter
	ESTRUTURA NARRATIVA	Ações da Política e da Justiça também procuram enfraquecer o crime
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	Não se aplica (os políticos e a justiça atuam de forma emergencial - ou seja, não política)
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para repórter
	TIPO DE DISPUTA	Estado x crime organizado
	FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem; Segurança Pública
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>A apresentadora chama a repórter que está ao vivo na Vila Cruzeiro para que ela repasse as informações da reunião da Cúpula de Segurança que ocorreu à tarde. Ela conta que 11 pessoas haviam sido pressas e que ocorreram 31 ataques (uma legenda na tela mostra esses números enquanto ela fala). Segundo ela, ficou decidido que policiais federais também passariam a integrar as operações. Ela afirma que o presidente do Tribunal de Justiça confirmou que os presos serão transferidos para presídios federais.</p>		

PROTOCOLO 10		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B5
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	01'22"
	TÍTULO	Operação policial no Rio ganha destaque da imprensa internacional
DADOS	CENÁRIO	rua; base de operações policiais da Vila Cruzeiro
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: imprensa internacional; polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa; didática
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; efeitos digitais / som: microfone
	PROTAGONISTA	repórter
	ESTRUTURA NARRATIVA	Atuação da polícia no Rio de Janeiro ganha reconhecimentos da imprensa internacional
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	número de policiais; mobilização
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para repórter
	TIPO DE DISPUTA	Ordem x desordem; normalidade x anormalidade
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; autoridade/soberania do Estado
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>O apresentador chama a repórter que está ao vivo na Vila Cruzeiro para saber as últimas informações sobre as ações policiais. A repórter afirma que a chuva não impede a ação dos policiais, e que mesmo policiais que fazem trabalho burocrático estavam participando das operações em tempo integral. Ela afirma que as ações policiais era destaque na imprensa internacional. Um efeito gráfico digital vai mostrando as capas de vários jornais do mundo que fala sobre a situação no Rio de Janeiro, enquanto a repórter fala que as autoridades garante não haver motivo para preocupação com a Copa e as Olimpíadas, pois até lá “o Rio vai ter o clima de normalidade necessário”.</p>		

PROTOCOLO 11		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B6
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	03'37"
	TÍTULO	Esquadrão antibomba é chamado para detonar explosivo em um dos acessos da Vila Cruzeiro
DADOS	CENÁRIO	favela; ruas; base de operações policiais da Vila Cruzeiro; estúdio
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia; comentarista /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; explicativa; reforço do comentarista
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; aérea / som: ambiente; microfone
	PROTAGONISTA	polícia; comentarista
	ESTRUTURA NARRATIVA	A polícia mantém a intensidade no combate aos criminosos
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte ao vivo com a repórtes na base de operações, outra parte é matéria gravada e editada
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. O comentarista menciona a possibilidade dos presos receberem visita de familiares
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	mobilização; motivação; estratégia
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para repórter; mostra policiais de perto; mostra criminosos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Compromisso policial
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; comentarista; policiais; criminosos; carros queimados	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>A apresentadora chama a repórter que está ao vivo na Vila Cruzeiro para saber sobre a movimentação da polícia. A repórter afirma que a forte chuva que cai naquele momento não atrapalha os policiais, e pode inclusive ajudar a apagar incêndios provocados pelos traficantes para impedir o avanço da polícia. Ela conta que à tarde o esquadrão antibombas detonou uma bomba encontrada na favela e que poderia ser usada contra carros blindados (a cena gravada mostra o momento em que a bomba explode, e o som da explosão é escutado paralelamente à voz da repórter). Imagens aéreas gravadas mostram homens nas lajes das casas na favela queimando pneus. A repórter conta que eles pretendiam fazer uma cortina de fumaça para atrapalhar a polícia. A repórter chama o estúdio novamente onde os apresentadores conversam com o comentarista de segurança da emissora. A apresentadora pergunta como as transferências dos condenados que estavam no presídio de Catanduvás para o presídio de Porto Velho poderia enfraquecer as ações criminosas no Rio. Ele defende a transferência e afirma que isso desarticula as organizações criminosas. Segundo ele, é a capacidade de comunicação que mantém os chefes das organizações no comando das facções, mesmo presos. O</p>		

apresentador pergunta qual é a importância de se transferir os presos suspeitos de envolvimento nos ataques diretamente para presídios federais fora do Rio. O comentarista afirma que isso tem um efeito intimidador sobre os criminosos e, de forma imprecisa, define isso como “uma pena dentro da pena”, pois a distância do Rio dificultaria visitas de familiares e de advogados – o que causaria “medo” aos criminosos. O comentarista afirma que está muito otimista, pois as ações estão sendo muito bem planejadas e coordenadas, com a participação de vários órgãos do Estado, e que acreditava que as ações criminosas cessariam diante dos ataques persistentes da Polícia Militar aos redutos dos bandidos.

PROTOCOLO 12		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B7
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	03'49"
	TÍTULO	Comandante-geral da Polícia Militar: a polícia vai buscar criminosos que fugiram para o Alemão
DADOS	CENÁRIO	estúdio; sede da polícia militar
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	Comandante-geral da PMRJ
	ESTRUTURA NARRATIVA	A polícia tem estratégia bem definida
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Sim. Questiona o planejamento da polícia
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	estratégia; planejamento; equipamento; veículos; apoio iner institucional
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para o comandante da PM
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Estratégia policial
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; comandante PM	
BREVE DESCRIÇÃO		
Entrevista ao vivo com o Comandante-Geral da Polícia Militar. Ele defende a organização, o planejamento e a estratégia da Polícia Militar na operação de ocupação da Vila Cruzeiro. Ele afirma que a fuga ocorrida mais cedo e não foi uma falha de estratégia da polícia, pois a topografia daquele local não permitia que se realizassem operações ali, e que os criminosos que fugiram seriam buscados nos seus novos esconderijos. Ele destaca que o uso de veículos da Marinha foi um diferencial e evitou que o confronto fosse mais longo e tivesse mais baixas		

PROTOCOLO 13		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B8
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	00'55"
	TÍTULO	Secretário de Segurança diz que operação foi importante para retomar área da Vila Cruzeiro
DADOS	CENÁRIO	gabinete do Secretário de Segurança
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Secretaria de Segurança Pública/RJ /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	declaração; explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	Secretário de Segurança Pública
	ESTRUTURA NARRATIVA	Estado reconquista território e impõe sua autoridade
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	conquista territorial
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para o Secretário
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Estado x crime organizado
	FUNDAMENTAÇÃO	Autoridade/Soberania do Estado
	QUEM/O QUÊ APARECE	Secretário de Segurança Pública
BREVE DESCRIÇÃO		
A repórter anuncia que o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro falara sobre a importância da ocupação da Vila Cruzeiro. Aparece uma cena gravada de uma coletiva do secretário na qual ele ressalta que a ocupação desalojou os criminosos de um território de onde eles nunca tinham saído. Ele destaca que “é importantes recolher drogas, é importante recolher munição, é importante prender essas pessoas, mas é mais importante tirar o território”.		

PROTOCOLO 14		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B9
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	05'25"
	TÍTULO	Blindados da Marinha ajudam na operação no Rio de Janeiro
DADOS	CENÁRIO	estúdio; favela; interior do veículo; rodovias
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas; imagens digitais
	FONTES	Informação: Polícia; Marinha; comentarista /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	didática; espetacular;
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; efeitos digitais / som: ambiente; microfone
	PROTAGONISTA	polícia; veículos da Marinha; comentarista
	ESTRUTURA NARRATIVA	Forças de Segurança são mais poderosas e bem equipadas do que o crime organizado
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte é uma matéria gravada e editada e outra parte é a participação do comentarista
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio e união das forças de segurança; equipamentos; veículos; armas
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra veículos da marinha de longe; mostra veículos da marinha de perto; mostra veículos da marinha por dentro
	TIPO DE DISPUTA	Territorial
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Guerra
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; polícia; militares da marinha; veículos de combate	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Os apresentadores afirmam que as operações contam com a ajuda de equipamentos da Marinha. A reportagem mostra várias cenas aéreas da ação desses veículos durante a ocupação. Uma imagem digital feita por computação gráfica aparece na tela. Sob um fundo azul, o veículo aparece girando, de maneira que o espectador pode vê-lo por todos os ângulos. Abaixo, à medida que o repórter vai falando, vão aparecendo suas especificações técnicas (origem de fabricação, peso, capacidade, armamento que dispõe). Esse mesmo recurso é utilizado para apresentar outros veículos, mas sem a imagem virtual, e sim com a foto. Há menções sobre a sua utilização no Haiti. O repórter aparece na cena. Ele está dentro de um desses veículos e apresenta-o por dentro. Enquanto a câmera filma, há homens uniformizados lá dentro que simulam estarem operando o veículo. Há um corte e o veículo é mostrado em movimento; a câmera destaca a sua metralhadora enquanto o repórter afirma que a ordem é não utilizar as armas. Um comandante do Batalhão Logístico afirma que os armamentos só serão utilizados em caso de auto-defesa, e que a operação da Marinha é apenas de apoio logístico para transporte da polícia militar. Imagens aéreas mostra os veículos em movimento</p>		

enquanto a voz do repórter conta que o governador do estado requisitou ajuda da Marinha, mas não do Exército (“segundo a Secretaria de Segurança, não há necessidade”). Cenas mostram policiais rodoviários federais, que, segundo o repórter, estão ajudando no patrulhamento das principais estradas que dão acesso ao Rio. Um mapa digital aparece mostrando o território com destaque para tais rodovias. Segundo o repórter, equipes da Polícia Federal de sete estados estão envolvidas nas operações, com homens, armas, veículos e helicópteros. O superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal fala aos jornalistas como será a atuação geral da PRF. A reportagem termina e volta ao estúdio onde os apresentadores conversam com o comentarista de segurança. Ele afirma que sem o apoio da Marinha a operação seria inviável, pois os traficantes teriam medo e pânico dos veículos blindados – e sem eles, haveria muito mais resistência e muitas baixas. A apresentadora se refere ao comentarista como “pai do capitão Nascimento”, em referência ao personagem supostamente inspirado por ele no filme “Tropa de Elite”. O comentarista destaca o ineditismo do emprego de tais veículos em favelas no Brasil e enaltece a união das forças de combate ao crime.

PROTOCOLO 15		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B10
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	00'27"
	TÍTULO	Justiça manda transferir presos considerados perigosos
DADOS	CENÁRIO	estúdio; aeroporto; ruas
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Secretaria de Segurança Pública/RJ /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	presos
	ESTRUTURA NARRATIVA	Ações da Política e da Justiça também procuram enfraquecer o crime
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	Não se aplica (transferencia estratégica dos presos)
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra presos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Justiça e crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; presos; aviões; carros	
BREVE DESCRIÇÃO		
O apresentador afirma que a Justiça do Rio procedeu a transferência de presos para presídios federais fora do estado com o objetivo de reprimir as ações criminosas. Enquanto o apresentador fala as imagens mostram um avião pousando, homens algemados sendo escoltados, veículos da polícia trafegando numa avenida.		

PROTOCOLO 16		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B11
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	00'54"
	TÍTULO	A presidente eleita fala sobre a violência no Rio de Janeiro
DADOS	CENÁRIO	exterior da sede da Marinha do Brasil em Brasília; estúdio
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; efeitos gráficos
	FONTES	Informação: Governo Federal; Câmara dos Deputados /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	repórter
	ESTRUTURA NARRATIVA	Combate ao crime no Rio mobiliza todas as esferas de governos e todas as forças de segurança
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	Não se aplica
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para repórter
	TIPO DE DISPUTA	Estado x crime organizado
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>O apresentador afirma que a presidente eleita comentou os episódios no Rio. Ele chama um repórter ao vivo de Brasília. O repórter está em frente a um prédio onde se lê na fachada “Ministério da Defesa – Marinha do Brasil”. Ele conta que a presidente eleita conversou por telefone com o governador do Rio, se solidarizou com o povo carioca na luta contra as quadrilhas de traficantes, e elogiou o trabalho de combate que estava sendo feito. Conta também que na Câmara dos Deputados foram feitos vários discursos de solidariedade com o povo do Rio de Janeiro, e que a Casa enviaria uma comissão para averiguar o que mais poderia ser feito para ajudar o estado. (todo o segmento é feito apenas com imagens do repórter, sem o uso de outras imagens).</p>		

PROTOCOLO 17		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	B12
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	25 de novembro de 2010 – Quinta-feira
	DURAÇÃO	01'01"
	TÍTULO	Cenas fortes que marcaram a quinta-feira no Rio
DADOS	CENÁRIO	estúdio; favela; ruas; estrada na mata
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas; câmera em movimento; zoom
	FONTES	Informação: sem fala /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	épica; ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aéreas / som: ambiente
	PROTAGONISTA	forças de segurança
	ESTRUTURA NARRATIVA	Forças de Segurança combatem o crime organizado no RJ e expulsam traficantes da Vila Cruzeiro
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	armas; veículos; equipamentos
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a polícia de perto; mostra criminosos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; autoridade/soberania do Estado
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; polícia; criminosos; veículos de combate; carros em chamas	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>A apresentadora afirma que o Jornal Nacional exibiu várias imagens da operação histórica das Forças de Segurança para retomar territórios que há décadas estavam sob o domínio de traficantes. O apresentador convida o espectador a rever as cenas mais marcantes do dia. Segue uma sequência de imagens editadas, sem narração, apenas com as imagens e o áudio de cenas que mostram tiroteio em favelas, carros incendiados pela cidade, policiais e soldados empunhando armas, veículos das forças armadas, pessoas correndo em desespero e, no final, uma cena aérea de moradores de uma favela acenando lençóis brancos com o som monótono do helicóptero ao fundo.</p>		

PROTOCOLO 18		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C1
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	03'17"
	TÍTULO	Polícia do Rio volta a enfrentar traficantes que ocupavam favela
DADOS	CENÁRIO	estúdio; favela; ruas; hospital
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo; vídeo amador
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: movimento; aéreas; amadora / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Polícia reage com firmeza e faz número de ataques diminuir
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte ao vivo com a repórtes na base de operações, outra parte é matéria gravada e editada
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio e união das forças de segurança; equipamentos; veículos; equipamentos; veículos
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra vítimas de perto; mostra veículos em chamas de perto; mostra público de perto; mostra a polícia de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública
QUEM/O QUÊ APARECE	Apresentadores; repórter; vítimas; público; presos; pontos de ônibus cheios; carros queimados	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>O apresentador afirma que um dia depois de expulsar os traficantes da Vila Cruzeiro (“local que passou anos dominado por criminosos perigosos”), a polícia voltou a enfrentar as quadrilhas. A apresentadora afirma que homens do Exército e da Polícia Federal também foram acionados, e chama uma repórter ao vivo que está na entrada da Vila Cruzeiro. A repórter afirma que é um dia histórico no combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Ela afirma que há pouco tempo policiais e soldados do Exército passaram por ali em direção a uma área de risco próxima ao conjunto de favelas do Alemão para montar uma base de operações (cenas gravadas e editadas mostram veículos das forças de segurança trafegando pelas ruas). Ela conta que o dia foi muito tenso e com muitos tiroteios. Fala sobre uma dona de casa que foi ferida dentro de casa por uma bala perdida (imagens gravadas e editadas mostram a sua chegada no hospital) e que um fotógrafo também fora baleado. Ela conta que polícia continua nas ruas do Rio, e que o número de ataques diminuiu. Inicia uma reportagem gravada com cenas editadas de veículos em chamas e a voz de um repórter que fala sobre os últimos ataques e conta sobre “menores de idade” que foram presos. Ele fala que o número de ônibus era reduzido e que isso atrapalhou quem precisava voltar para a casa. As imagens mostram pontos</p>		

de ônibus lotados. Um passageiro reclama da situação ao microfone do repórter. O repórter conta um caso de uma perseguição da polícia em que um dos suspeitos se escondeu em uma loja de veículos. Uma mulher que estava na loja conta o que aconteceu, repetindo “foi horrível, foi horrível!”. Imagens aéreas mostram um ônibus pegando fogo. Há imagens feitas por um cinegrafista amador de um caminhão incendiado. Novamente, ele destaca que um “menor de idade” fora preso ao incendiar outro caminhão. Diz que a polícia continua trabalhando para evitar ações dos bandidos, que as escolas suspenderam as aulas e que as ruas do Rio estavam mais vazias.

PROTOCOLO 19		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C2
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	03'19"
	TÍTULO	Exército, Marinha e Aeronáutica participam do combate à violência no Rio
DADOS	CENÁRIO	estúdio; reunião de autoridades políticas e dos órgãos de segurança pública; ruas; base de operações policiais no complexo do Alemão
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia; Governo estadual; Forças Armadas /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular; épica; ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: movimento; fixa; efeitos digitais / som: ambiente; microfone
	PROTAGONISTA	forças de segurança
	ESTRUTURA NARRATIVA	Todas as Forças de Segurança do Estado estão unidas contra o tráfico
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio e união das forças de segurança
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	no meio da reunião da Cúpula de Segurança; de frente para autoridades de segurança pública; mostra polícia de perto; mostra militares de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial
FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; autoridade/soberania do Estado	
QUEM/O QUÊ APARECE	Autoridades do Governo Estadual; Autoridades do Governo Federal; Autoridades das Forças Armadas; Policiais; Militares; Veículos; Helicópteros	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>A apresentadora conta que a ajuda federal fora definida naquela tarde, em uma reunião entre o governo federal e o governo estadual. Começa a matéria com o repórter declarando: “Foi uma demonstração de união para a guerra contra os traficantes”. As imagens mostram uma grande mesa circular onde estão reunidas autoridades do Exército, Marinha, Aeronáutica, das polícias e também políticos. O repórter conta que foi decidida qual será a participação das forças armadas e descreve o número de efetivo e equipamentos que cada uma vai enviar para colaborar com o governo do Rio. As cenas editadas mostram homens fardados e armados. O repórter destaca que muitos já atuaram no Haiti. Um mapa digital mostra o território do complexo de favelas do alemão e um efeito computadorizado indica os pontos que serão patrulhados pelas forças federais. Mostra a declaração de um Comandante Militar afirmando que a missão é apenas garantir a segurança daquele perímetro, mas que se forem atacados precisarão reagir. Um efeito gráfico computadorizado mostra três tipos de veículos que giram</p>		

na tela, enquanto o repórter conta que a marinha irá empregar mais carros para transportar as tropas. Aparece também a imagem computadorizada de um helicóptero e o repórter diz que a aeronáutica cederá três daqueles para as operações. Imagens editadas mostram policiais mirando para a favela. Há um corte e aparece a imagem do governador falando sobre a necessidade de lei e ordem para haver paz no Rio de Janeiro. Novo corte mostra tropas nas favelas e o repórter destaca que os militares estarão sob o comando dos seus próprios oficiais, mas submetidos à estratégia das forças de segurança estaduais. Há um corte e o Ministro da Defesa aparece ao lado do governador falando que chegou-se a um ponto em que o confronto é necessário para se garantir a possibilidade de um Estado com paz e com direitos humanos.

PROTOCOLO 20		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C3
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	04'28"
	TÍTULO	BOPE e Polícia Civil continuam operação na Vila Cruzeiro
DADOS	CENÁRIO	estúdio; favela. Hospital; base de operações policiais no complexo do Alemão
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia; moradores /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; câmera em movimento; aérea; efeitos digitais / som: ambiente
	PROTAGONISTA	forças de segurança
	ESTRUTURA NARRATIVA	O trabalho das Forças de Segurança no combater ao crime organizado visa a libertação dos moradores
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte ao vivo com a repórtes na base de operações, outra parte é matéria gravada e editada
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Mãe que teve dois filhos mortos e dois desaparecidos em decorrência do tráfico
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	intensidade das ações policiais; apoio e união das forças de segurança; conquista territorial; patrulhamento
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a polícia de perto; mostra público de perto; no meio do público
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; ordem x desordem; bem x mal
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Guerra
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; motos apreendidas; moradores; polícia; militares; hospital; helicópteros; motos apreendidas; drogas apreendidas	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>A apresentadora chama a repórter que está ao vivo na entrada da Vila Cruzeiro. Ela conta que conversou com uma moradora que disse que a ocupação da polícia foi o melhor que podia acontecer aos moradores do bairro, que se sentem reféns do tráfico. A repórter destaca que tal moradora usou a palavra “libertação” para definir o sentimento dos moradores. A repórter conta que apesar da ocupação, a situação ainda é tensa, e houve várias operações dentro da favela. Ela aponta um grande fila de motos roubadas que a polícia apreendeu durante tais operações. Ela chama uma outra reportagem gravada durante a tarde. A reportagem começa com o som de tiros e a imagem aérea de uma favela. Uma mulher corre com um bebê nos braços. A voz da repórter narra que os tiros provocaram correria entre os moradores. Conta que ao amanhecer o batalhão de operações especiais da Polícia Militar recebeu o apoio da</p>		

Polícia Civil. Conta que foram apreendidas muitas motos, drogas e também remédios e anestésicos de uma “enfermaria do tráfico”. (as imagens são compostas de várias cenas curtas de policiais fazendo as mais diversas atividades – conversando, patrulhando, carregando objetos apreendidos, etc). Aparece uma representação digital da região da Vila Cruzeiro e do complexo do Alemão. A repórter explica que ali existem 40 comunidades com cerca de 400 mil pessoas. Na representação, as estradas de terra que ligam a Vila Cruzeiro ao Alemão são destacadas em vermelho. Aparecem novamente as cenas aéreas da fuga de quinta feira (vide segmento B1), que ocorreu por essas estradas. Há um corte e a imagem mostra um policial deitado de buços escondido atrás de um muro numa esquina. A imagem é feita em *close* e vai se afastando aos poucos. Ele dispara uma metralhadora em direção a algo fora da cena. A repórter diz que naquele dia a zona de conflito foi o Morro do Alemão. Conta que um fuzileiro naval fora baleado e moradores atingidos por balas perdidas, inclusive uma criança. (as cenas mostram pessoas chegando a um hospital). Há um corte. A imagem mostra uma senhora parada no primeiro degrau de uma longa escada, enquanto um homem desce em sua direção e lhe dá a mão para ajudá-la a subir. A voz da repórter diz que “enquanto isso na Vila Cruzeiro, sem o domínio do tráfico, a solidariedade pode ser vista por todos”. Há cenas de casais andando de mãos dadas e de crianças rindo e mandando beijos para a câmera. Alguns moradores, sem mostrarem totalmente o rosto, dão declarações elogiando a situação. Um deles diz que espera que essa melhora “não seja mais uma que venha e saia” e completa: “A gente é do bem, a gente só quer paz”. Há um corte e a repórter é mostrada caminhando por uma viela da favela. Ela diz que ali o “globocop” flagrou a movimentação de muitos bandidos na quarta-feira (vide segmento A1). Ela conta agora, após a polícia ter ocupado o local, restam “vestígios da última guerra”, e os moradores começam a recuperar o que foi destruído e as vidas abaladas pelo antigo domínio do tráfico. A repórter apresenta o caso de uma aposentada que teve dois filhos assassinados e outros dois desaparecidos em decorrência do envolvimento com o tráfico de drogas. A mulher não mostra seu rosto, mas de costas para a câmera e de frente para a repórter afirma que apesar do sofrimento achava que tudo iria ficar bem, pois confiava no “poder de Deus”.

PROTOCOLO 21		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C4
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	03'01"
	TÍTULO	Autoridades divulgam o balanço das operações no Rio
DADOS	CENÁRIO	estúdio; ruas; favela; estrada na mata
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular; ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento; câmera fixa; aérea / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	A união e a forte reação das Forças de Segurança do Estado desestabilizam e vencem o crime organizado
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	mobilização; organização
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a polícia de perto; mostra veículos queimados de perto; de frente para ex-comandante
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Estado x crime organizado
FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Estratégia policial	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; vítimas; presos; ex-comandante da PM; polícia; criminosos; carros queimados	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>No estúdio, o apresentador afirma que os presos suspeitos de envolvimento nos ataques daquele dia serão transferidos para o presídio de segurança máxima de Catanduvas, conforme acordo do Tribunal de Justiça do estado com o Governo do Rio. As cenas mostram a polícia conduzindo dois homens presos. O apresentador afirma que especialistas avaliaram as consequências das ações das forças de segurança contra os bandidos. A reportagem começa com várias cenas editadas de carros incendiados enquanto se ouve o som alto de uma sirene (som e imagem são editados distintamente nessa sequência). A voz da repórter fala que os ataques não têm hora marcada nem lugar certo. Mostra um cobrador de um ônibus que sofrera queimaduras em mais da metade do corpo mas que foi socorrido pelo motorista. O motorista aparece de costas para a tela. Ele assiste as cenas do seu ônibus pegando fogo e conta, com a voz alterada eletronicamente, o que aconteceu. Na parte inferior do vídeo aparece por escrito a sua fala. Num trecho de sua fala ele diz: “Achei uma covardia, é? Somos todos trabalhadores, não temos nada a ver com o que está acontecendo com eles”. A repórter entrevista um ex-comandante da PM do Rio de Janeiro que afirma que os ataques não acontecem ao acaso, mas que são cuidadosamente escolhidos, coordenados e planejados pelos criminosos. A repórter aparece num ponto ônibus queimado. Ela afirma que “Diante de uma forte reação do Estado, o</p>		

chamado ‘crime organizado’ já deu sinais de que não é tão organizado assim”. Ela afirma que “segundo especialistas”, o que se está observando é uma fuga “desesperada e desorientada” dos bandidos (as cenas mostram a fuga de quinta-feira – segmento B1). Aparece novamente o ex-comandante da PM que diz que a grande arma que os traficantes têm não é a arma, mas o terreno, e que a polícia está vencendo no terreno.

PROTOCOLO 22		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C5
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	02'20"
	TÍTULO	Moradores do Rio dão apoio na operação contra o tráfico de drogas
DADOS	CENÁRIO	estúdio; favela; ruas
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento; aéreas / som: microfone
	PROTAGONISTA	população
	ESTRUTURA NARRATIVA	Apoio, colaboração e confiança da população são fundamentais para o sucesso das operações das Forças de Segurança
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio da população
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a polícia de perto; mostra público de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; sociólogo; ex-capitão do BOPE; polícia; militares; veículos de combate	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Os apresentadores afirmam que a população é um aliado fundamental para as forças de segurança. A reportagem mostra um grande número de pessoas em frente ao batalhão policial usado como base das operações na Vila Cruzeiro. A voz da repórter destaca que não se trata de curiosidade, mas de apoio às tropas. Um morador diz que “o Brasil todo está torcendo”, e outro fala que “alguém tinha que chegar pra dar um ponto final”. As imagens mostram as pessoas aplaudindo o comboio do Exército. Um morador diz que o importante é a segurança e a paz. É mostrada a imagem aérea de uma favela com lençóis brancos pendurados nas lajes das casas. A repórter diz que é um pedido de ajuda dos moradores do Morro do Alemão. Ela diz que a população quer tranquilidade e está colaborando. Dá os dados das últimas ligações recebidas pelo disque-denúncia e afirma que se trata de um recorde. Um ex-capitão do BOPE declara que é fundamental que os policiais que arriscam suas vidas se sintam prestigiados pela população para que mantenham seu ímpeto de conquista de terreno. A repórter aparece caminhando pelas ruas de um bairro enquanto fala que “o resultado positivo das operações aumenta a esperança dos moradores; é um ciclo de confiança e colaboração, assim acontece em favelas que receberam o programa de policiamento permanente”. Enquanto ela caminha, afirma que as Unidades de Polícia Pacificadora devolveram ao Rio de Janeiro territórios que</p>		

eram dominados pelo tráfico (nesse momento ela para ao lado de uma viatura policial onde se lê “UPP Santa Marta”). Um sociólogo da UERJ aparece declarando que através das UPPs a polícia vem mudando a sua imagem junto à população, aumentando sua credibilidade e dando sensação de amparo e proteção para a população. A repórter pergunta a uma mulher na rua “Como a polícia vai vencer essa guerra”. A mulher suspira e responde: “Enfrentando. Não pode abrir guarda um minuto”.

PROTOCOLO 23		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C6
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	04'13"
	TÍTULO	Secretário de Segurança diz que denúncias da população ajudaram operações no Rio
DADOS	CENÁRIO	estúdio; gabinete do Secretário de Segurança Pública
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Secretaria de Segurança Pública/RJ /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	Secretário de Segurança Pública
	ESTRUTURA NARRATIVA	O Governo do RJ não atua de forma pontual, mas tem um verdadeiro projeto de segurança pública
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	projeto de segurança pública
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para Secretário de Segurança Pública
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Estado x crime organizado
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública
	QUEM/O QUÊ APARECE	Apresentadores; Secretário de Segurança Pública; policiais; militares
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Entrevista ao vivo com o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Ele afirma que a ajuda da população está sendo decisiva para o sucesso das operações. Defende a instalação de UPPs no Rio de Janeiro, e afirma que agora o Rio de Janeiro tem um projeto de segurança pública, e não mais se baseia em ações episódicas. Afirma que o essencial é ocupar e dominar territórios, e que esse processo levará os criminosos que eventualmente fugirem a serem presos num momento posterior.</p>		

PROTOCOLO 24		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	C7
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	26 de novembro de 2010 – Sexta-feira
	DURAÇÃO	01'31"
	TÍTULO	Repercussão das ações policiais na imprensa internacional
DADOS	CENÁRIO	estúdio; base de operações policiais no complexo do Alemão
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: Polícia; imprensa internacional /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; câmera digital / som: microfone
	PROTAGONISTA	repórter
	ESTRUTURA NARRATIVA	Imprensa internacional reconhece esforços do Brasil no combate ao tráfico
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio e união das forças de segurança; apoio da população
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para repórter
	TIPO DE DISPUTA	Territorial
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Guerra
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; capas de jornais	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>A apresentadora chama a repórter que está ao vivo na Vila Cruzeiro. Ela dá os últimos dados de presos e mortos naquele dia. Diz que a operação policial ganhou destaque na imprensa do mundo todo. Um efeito de computação gráfica mostra as imagens websites de vários jornais internacionais enquanto ele conta que os sites chamam o episódio de “momento histórico”. Conta que os moradores da Vila Cruzeiro vivem hoje um “sentimento de libertação”. Para exemplificar, relata o caso de uma moradora que teve que comparecer a um “tribunal do tráfico” por que sua vizinha reclamava que seu cachorro latia muito, mas que ela teve a sorte de ter a vida de seu cachorro poupada por um traficante.</p>		

PROTOCOLO 25		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D1
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	05'25"
	TÍTULO	Exército e Polícia Militar se preparam para ocupar o complexo do Alemão
DADOS	CENÁRIO	estúdio; base de operações policiais no complexo do Alemão; ruas; favela
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; drama
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento; aérea / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Nos locais onde a polícia está presente, a ordem é restaurada e os moradores têm paz, segurança e liberdade
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte ao vivo com a repórter na base de operações, outra parte é matéria gravada e editada
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Mãe que entregou seu filho à polícia
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	estratégia; organização; patrulhamento; vigilância
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra polícia de perto; mostra público de perto; mostra criminosos de longe; de frente para comandante geral
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; ordem x desordem
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Guerra; autoridade/soberania do Estado
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; polícia; militares; moradores; presos; criminosos; veículos de combate; mãe de preso	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Logo após terem conversado com o comentarista, os apresentadores chamam a repórter ao vivo no Morro do Alemão, perguntando se a população continua ajudando a polícia. É realizado um efeito gráfico pelo qual a tela se divide em duas – uma metade com as imagens dos apresentadores no estúdio e a outra com a repórter ao vivo. A repórter começa a falar e sua imagem passa a ocupar a tela inteira. Ela afirma que a ajuda e o apoio da população aumentam a cada dia, e cita como exemplo as milhares de ligações recebidas no dique-denúncia. Afirma que os traficantes estão usando “menores de idade” para cometer crimes e ataques pela cidade para fugir do “cerco policial”. É noite e ela está na “base” montada pela polícia na entrada do Morro do Alemão. Enquanto ela fala, a câmera gira lentamente ao seu redor mostrando cenas de policiais empunhando armas e conversando e veículos da polícia. A repórter chama uma outra reportagem, feita no começo da noite, por outra jornalista, e há um corte para a reportagem gravada.</p>		

A reportagem começa com policiais atirando e correndo pela rua.. Ela fala sobre os veículos que vinham sendo incendiados na cidade durante toda a semana e refere-se a eles como “ataques”. As imagens agora mostram carros em chamas, enquanto a voz da repórter narra quantos ataques houveram por dia desde o dia 21 de novembro. Simultaneamente, há um quadro no canto superior esquerdo do vídeo, sobreposto às imagens, com o dia da semana, o dia do mês e o número de “ataques” (a palavra “ataques” aparece escrita no quadro). Há uma sequência de carros em chamas, alguns mostram bombeiros apagando o fogo. Além da voz da repórter, há um som de fundo, com o barulho das chamas e o burburinho de vozes. Isso, somado às imagens trêmulas feitas com a câmera nas mãos, conferem um efeito dramático e tenso à reportagem. A repórter fala sobre a reação da polícia, reforçando o patrulhamento e levando as ataques a diminuir (enquanto isso, ao invés das imagens de carros em chamas, há uma sequência editada de policiais fazendo revistas e blitz, policiais vigiando o trânsito, com armas em punho, carros da polícia com as luzes ligadas). Ela narra como nos dois últimos dias (sexta e sábado) o número de ataques diminuiu (a contagem aparece no mesmo quadro). Ela conta que a polícia está fazendo blitz por toda a cidade (imagem de blitz, com os policiais em primeiro plano). Um homem, aparentemente um transeunte qualquer, é entrevistado e afirma que apoia a iniciativa da polícia porque isso traz segurança de todos. A repórter afirma que para a PM as ações intimidaram os criminosos (imagens mostram policiais revistando um ônibus urbano, e é feito um close na arma nas mãos de um policial). O coronel responsável pela comunicação social da PM aparece declarando ao microfone da repórter que a ação e tática enérgica da polícia em todo RJ fez os criminosos “perderem o fôlego”. Pela primeira vez a repórter aparece em frente à câmera. Ela conta que um garoto de oito anos foi baleado na perna por um traficante por ter se recusado queimar uma moto (imagem do hospital que atendeu o garoto, e seguida pela imagem de uma caminhonete da polícia com vários jovens algemados e efeito gráfico de distorção nos rostos). A repórter fala que menores foram apreendidos sob suspeita de envolvimento com o tráfico e com os ataques. Novamente, aparece o coronel declarando que a crueldade é uma característica do narcotráfico do Rio de Janeiro, e que pelas avaliações da polícia, na maioria das vezes os traficantes obrigam as famílias dos moradores a cederem os filhos para trabalhar para eles. A reportagem termina aí, e o jornal volta ao estúdio onde a apresentador afirma que 10 presos acusados de envolvimento nos ataques foram transferidos em um avião da Polícia Federal do Rio de Janeiro para o Paraná, para onde vários outros já haviam sido transferidos à pedido do governo do Estado e do Tribunal de Justiça (imagens do avião da Polícia Federal pousando e dos policiais conduzindo os presos para os carros).

PROTOCOLO 26		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D2
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	02'50"
	TÍTULO	Comentarista de segurança diz que deve haver confrontos no Alemão
DADOS	CENÁRIO	estúdio
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: Polícia/comentarista /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa; reforço do comentarista
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	comentarista
	ESTRUTURA NARRATIVA	A polícia tem estratégia e planejamento para vencer a guerra contra os traficantes
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	estratégia; estratégia
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para comentarista
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Estratégia Policial; Guerra
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; comentarista	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>O apresentador apresenta o comentarista de segurança da Rede Globo destacando que ele é ex-coronel do BOPE e pede que ele se baseie na sua “experiência de combate direto com esse tipo de bando armado” para dizer o que é possível antecipar sobre a reação dos “bandidos” à chegada das tropas de segurança no Complexo do Alemão. O comentarista responde que espera muita resistência, mas que a polícia está muito bem preparada e muito bem equipada para superar essa resistência. Ele destaca que polícia utiliza uma estratégia muito inteligente (“do tipo martelo e bigorna”), e que já conseguiu dominar vastos territórios do entorno, deixando o Complexo do Alemão cercado. Ele explica as vantagens táticas da polícia em relação aos traficantes que já estariam “aflitos e desesperados”, podendo realizar ações ousadas – pois muitos deles serviram às Forças Armadas e conhecem técnicas de guerrilha. Ao final, pede que os moradores tenham muita cautela.</p>		

PROTOCOLO 27		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D3
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	03'16"
	TÍTULO	Ultimado da polícia aos bandidos no Rio de Janeiro
DADOS	CENÁRIO	ruas; favela
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; drama
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; câmera em movimento; aérea efeitos gráficos / som: ambiente; microfone
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Forte reação policial intimida traficantes no RJ
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Sim. Uma parte ao vivo com a repórter na base de operações, outra parte é matéria gravada e editada
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Coronel da PM fala que traficantes obrigam as famílias a cederem os filhos para o tráfico
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio da população; estratégia; força; moral
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra polícia de perto; mostra veículos queimados de perto; de frente para coronel
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; ordem x desordem; bem x mal; Estado x crime organizado
FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; autoridade/soberania do Estado	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; polícia; morador; coronel da PM; presos, carros em chamas	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>Logo após conversado com o comentarista, os apresentador chamam a repórter ao vivo no Morro do Alemão, perguntando se a população continua ajudando a polícia. É realizado um efeito gráfico pelo qual a tela se divide em duas – uma metade com as imagens dos apresentadores no estúdio e a outra com a repórter ao vivo. A repórter começa a falar e sua imagem passa a ocupar a tela inteira. Ela afirma que a ajuda e o apoio da população aumentam a cada dia, e cita como exemplo as milhares de ligações recebidas no dique-denúncia. Afirma que os traficantes estão usando “menores de idade” para cometer crimes e ataques pela cidade para fugir do “cerco policial”. É noite e ela está na “base” montada pela polícia na entrada do Morro do Alemão. Enquanto ela fala, a câmera gira lentamente ao seu redor mostrando cenas de policiais empunhando armas e conversando e veículos da polícia. A repórter chama uma outra reportagem, feita no começo da noite, por outra jornalista, e há um corte para a reportagem gravada.</p> <p>A reportagem começa com policiais atirando e correndo pela rua. Ela fala sobre os veículos que vinham sendo incendiados na cidade durante toda a semana e refere-se a eles como “ataques”. As imagens agora mostram carros em chamas, enquanto a voz da repórter narra quantos ataques houveram por dia desde o dia 21 de novembro. Simultaneamente, há um</p>		

quadro no canto superior esquerdo do vídeo, sobreposto às imagens, com o dia da semana, o dia do mês e o número de “ataques” (a palavra “ataques” aparece escrita no quadro). Há uma sequência de carros em chamas, alguns mostram bombeiros apagando o fogo. Além da voz da repórter, há um segundo plano de som, com o barulho das chamas e o burburinho de vozes. Isso, somado às imagens trêmulas feitas com a câmera nas mãos, conferem um efeito dramático e tenso à reportagem. A repórter fala sobre a reação da polícia, reforçando o patrulhamento e levando as ataques a diminuírem (enquanto isso, ao invés das imagens de carros em chamas, há uma sequência editada de policiais fazendo revistas e blitz, policiais vigiando o trânsito, com armas em punho, carros da polícia com as luzes ligadas). Ela narra como nos dois últimos dias (sexta e sábado) o número de ataques diminuiu (a contagem aparece no mesmo quadro). Ela conta que a polícia está fazendo blitz por toda a cidade (imagem de blitz, com os policiais em primeiro plano). Um homem, aparentemente um transeunte qualquer, é entrevistado e afirma que apoia a iniciativa da polícia porque isso traz segurança de todos. A repórter afirma que para a PM as ações intimidaram os criminosos (imagens mostram policiais revistando um ônibus urbano, e é feito um close na arma nas mãos de um policial). O coronel responsável pela comunicação social da PM aparece declarando ao microfone da repórter que a ação e tática enérgica da polícia em todo RJ fez os criminosos “perderem o fôlego”.

Pela primeira vez a repórter aparece em frente à câmera. Ela conta que um garoto de oito anos foi baleado na perna por um traficante por ter se recusado queimar uma moto (imagem do hospital que atendeu o garoto, e seguida pela imagem de uma caminhonete da polícia com vários jovens algemados e efeito gráfico de distorção nos rostos). A repórter fala que menores foram apreendidos sob suspeita de envolvimento com o tráfico e com os ataques. Novamente, aparece o coronel declarando que a crueldade é uma característica do narcotráfico do Rio de Janeiro, e que pelas avaliações da polícia, na maioria das vezes os traficantes obrigam as famílias dos moradores a cederem os filhos para trabalhar para eles.

PROTOCOLO 28		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D4
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	01'25"
	TÍTULO	Presos nas operações policiais no Rio de Janeiro são transferidos para o presídio de segurança máxima de Catanduvas no Paraná
DADOS	CENÁRIO	estúdio;presídio; aeroporto; ruas
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas e editadas; câmera fixa
	FONTES	Informação: Governo estadual /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	presos
	ESTRUTURA NARRATIVA	Por ordem do Governo e da Justiça do estado do RJ, pessoas presas nas operações são transferidas para presídios fora do Rio
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Sim
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	Não se aplica (transferencia estratégica dos presos)
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra presídios de longe; mostra presos de longe
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Justiça x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores, presos; aviões; viaturas da polícia	
BREVE DESCRIÇÃO		
No estúdio a apresentadora afirma que 10 presos acusados de envolvimento nos ataques foram transferidos em um avião da Polícia Federal do Rio de Janeiro para o Paraná, para onde vários outros já haviam sido transferidos à pedido do governo do Estado e do Tribunal de Justiça (imagens do avião da Polícia Federal pousando e dos policiais conduzindo os presos para os carros).		

PROTOCOLO 29		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D5
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	02'19"
	TÍTULO	Polícia prende parentes de traficantes
DADOS	CENÁRIO	ruas; condomínio de luxo
	TIPO DE IMAGEM	arquivo; gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	ação; explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; digital; fixa / som: microfone
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	Os parentes dos traficantes também têm envolvimento com o crime e a polícia está prendendo-os
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Prisão das famílias dos traficantes
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	inteligência policial
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra condomínio de perto; mostra condomínio por dentro; mostra apartamento por dentro; mostra polícia de perto; mostra familiares presos de perto
	TIPO DE DISPUTA	polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Lei e ordem
QUEM/O QUÊ APARECE	polícia; familiares de traficantes; condomínio de luxo; eletrodomésticos	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>O apresentador afirma que a polícia está prendendo parentes dos traficantes, acusados de lavagem de dinheiro. A reportagem começa com imagens de um condomínio de luxo em tomada aberta e com um <i>close</i> num carro da polícia que passa pela portaria. A voz do repórter diz que os moradores do condomínio na Barra daTijuca se surpreenderam com a chegada da polícia. Conta que os policiais cumpriam mandado de prisão da mulher de um traficante. (as imagens mostram a mulher de cabeça baixa, uma foto sua abraçada com o traficante, e uma e foto do traficante sorrindo). A voz do repórter apresenta o traficante e diz que ele é apontado como o chefe do tráfico do Morro da Mangueira e que estava foragido. Segue uma sequência de imagens internas do apartamento, enquanto o repórter chama a atenção do espectador para os móveis e os eletrodomésticos que seriam “caros” (ele destaca que a geladeira era avaliada em cinco mil reais). Um recurso digital mostra a foto do traficante no canto superior direito e ao lado escrito o seu apelido, enquanto no lado esquerdo aparecem, uma abaixo da outra, a foto de sua mulher e duas imagens computadorizadas estilizadas de um rosto masculino e um feminino. Ao lado de cada foto se lê o nome completo da cada um e o seu grau de parentesco com o traficante (respectivamente, “mulher”, “cunhado” e “tia da mulher”). O repórter conta que os três parentes foram presos. Há um corte e o repórter aparece na rua, em frente a uma fila de tanques do Exército estacionados. Ele diz que as prisões dos parentes indica que o cerco</p>		

da polícia aos traficantes não está apenas nas favelas, mas se estende também à qualquer possível fonte de financiamento, visando “sufocar o crime no Rio”. O mesmo recurso digital é utilizado novamente, dessa vez mostrando outro traficante. O repórter conta que sua mulher foi presa no condomínio de luxo em que morava, na zona oeste da cidade (imagens aéreas mostram o lugar). Aparecem imagens de um homem algemado e conduzido por policiais numa sala de tribunal. O repórter narra que ele é suspeito de comandar ataques no Rio de dentro da penitenciária de Catanduvas, e que a polícia também prendeu sua mulher. O mesmo recurso digital é utilizado em relação a ele. Aparecem cenas de um homem algemado saindo de um carro da polícia, e o repórter o apresenta e diz que houve uma baixa na sua quadrilha com a prisão de seus parentes. O recurso digital é usado mais uma vez, apresentando outro traficante e sua mulher (dessa vez sem o seu nome, só com identificação do parentesco “mulher”). Por fim, mostra a imagem de um homem algemado que o repórter identifica como um dos chefes do tráfico do Morro do Alemão, cuja mulher e a sogra estaria sendo procuradas pela polícia. As imagens mostram os policiais saindo do condomínio de luxo mostrado no início da reportagem conduzindo a mulher presa, enquanto a voz do repórter afirma que todos os parentes presos serão processados por lavagem de dinheiro, mas que a polícia ainda estava investigando a sua participação em outros crimes. Finaliza com a mesma imagem do condomínio de luxo que abriu a reportagem, e a voz do repórter afirma que “todos os bens dessas famílias estão bloqueados”.

PROTOCOLO 30		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D6
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	02'30"
	TÍTULO	Operação contra o tráfico no Alemão conta com dois mil e seiscentos homens
DADOS	CENÁRIO	etúdio; favela; base de operações policiais no complexo do Alemão
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular; dramática
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento; efeitos digitais; aérea / som: microfone
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	A operação das Forças de Segurança não é apenas para combater o crime, mas salvar e libertar a população
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Mãe do cabo do Bope ao telefone
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	motivação; mobilização; apoio e união das forças de segurança
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra polícia de perto; no meio da polícia; de frente para cabo do BOPE
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; bem x mal; polícia e crime
FUNDAMENTAÇÃO	Guerra; Moral	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórteres; polícia; cabo do BOPE; militares; criminosos; veículos	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>A apresentadora afirma que os homens que compõem as tropas de segurança “têm uma missão: livrar as favelas do poder dos bandidos”. A reportagem começa com o som agudo de uma sirene enquanto a imagem mostra um tanque do Exército trafegando por uma rua. A voz da repórter surge após um tempo, afirmando que a união das tropas de segurança é um feito inédito. As cenas editadas mostram uma sequência de imagens de soldados do Exército, policiais federais, policiais civis e policiais militares, todos em ação. A voz da repórter conta que “depois de expulsar o tráfico da Vila Cruzeiro, o foco está no Morro do Alemão”. Um mapa digital mostra o território onde as operações ocorrem, com um efeito de computador circulando a região do Complexo do Alemão e favelas da Penha. Em cima dessa marcação, vão surgindo “bonecos” representando cada uma das forças de segurança que operam no local, à medida que a repórter fala quanto e quais são. A repórter afirma que se trata de “uma guerra de dois lados: a lei [as imagens mostram policiais atirando] e quem anda fora dela [as imagens mostram homens escondidos atrás de escombros balançando um fuzil, como se estivesse dançando]”. A repórter aparece no meio dos policiais, e afirma que os policiais estão à muito tempo combatendo traficantes, e que há vários dias não veem as suas famílias, “mas nada que</p>		

desanime ou tire a vontade de trabalhar dessa tropa”. Um cabo do BOPE declara que eles são preparados para isso e podem ficar por mais tempo. A repórter entrevista um cabo que comanda equipes em operação do BOPE. Ele assiste num computador as cenas aeras da Globo que mostram o veículo em que ele estava entrando na favela. Ele conta para a repórter o que aconteceu e como se sentiu. Conta que foi a sua equipe que trocou tiros com os traficantes que fugiam da Vila Cruzeiro na quinta-feira (aparecem imagens do segmento B1). Há um corte e ele aparece falando ao telefone. A repórter conta que sua família está preocupada e ele teve que interromper a entrevista para atender à mãe. Ele parece tentar consolá-la insistindo: “Tá, mamãe! Fica tranquila, calma, não adianta ficar chorando, não”. A repórter pergunta se ele gostaria de ter uma folga e sorrindo ele responde que não, que assim que aquela entrevista terminar ele voltará para o trabalho. A cena seguinte mostra-o num carro e caminhando por uma rua. A repórter fala que “no fim da tarde ele já estava de novo em operação no complexo do Alemão. As imagens mostram cenas aéreas de uma favela. Ouve-se o som do helicóptero que sobrevoa e a voz do cabo dizendo em tom quase confessional: “O Alemão em si é um farol, é missão. Lá é missão. Tem que terminar”.

PROTOCOLO 31		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	D7
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	27 de novembro de 2010 – Sábado
	DURAÇÃO	01'14"
	TÍTULO	Moradora da Vila Cruzeiro entrega carta dentro de caixa de fósforos à equipe da Globo
DADOS	CENÁRIO	estúdio
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: carta de moradora /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	drama; explicativa
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; efeitos digitais; aérea / som: microfone
	PROTAGONISTA	apresentadora; carta da moradora
	ESTRUTURA NARRATIVA	As tropas de segurança estão libertando e salvando os moradores e recuperando territórios do Estado
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	apoio da população; moral
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	de frente para apresentadora; de frente para carta ampliada
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; liberdade x opressão
FUNDAMENTAÇÃO	Moral; autoridade/soberania do Estado	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; carta de moradora	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>Jornal Nacional é encerrado com a leitura de uma carta que, segundo a apresentadora, fora entregue a uma equipe de reportagem da Rede Globo por uma moradora da Vila Cruzeiro (“uma das milhares de pessoas que transitam entre tiros pelas ruas do complexo do Alemão”). A apresentadora conta que ela não teria se identificado, apenas entregue uma caixa de fósforos com a carta dentro – enquanto isso, ela didaticamente mostra a caixa e retira a carta de dentro dela. Enquanto a apresentadora lê a carta, há um efeito de computação gráfica em que a carta é ampliada o seu texto aparece nitidamente na tela. Nela, está escrito: “Aos governantes e toda a Força Militar, nossos guerreiros! Nossos heróis! Que vieram nos libertar. Obrigado!!! (...)” (a apresentadora pronuncia enfaticamente as palavras “ guerreiros” e “heróis”). Após a leitura, a apresentadora destaca que a moradora anônima assina a carta em nome de toda a comunidade de Vila Cruzeiro. O apresentador comenta que “liberdade” “é mesmo a ideia a qual a gente chega quando vê o Estado recuperando de bandidos áreas ocupadas” (pronúncia enfática das palavras “Estado” e “bandidos”)</p>		

PROTOCOLO 32		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	E1
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	28 de novembro de 2010 – Domingo
	DURAÇÃO	09'25"
	TÍTULO	Começa a ocupação no Morro do Alemão
DADOS	CENÁRIO	ruas; favela
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: Polícia; comentarista /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento; aérea / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	forças de segurança
	ESTRUTURA NARRATIVA	Quando a polícia tem equipamentos, tecnologia, e o apoio da população e da imprensa, ela consegue vencer o crime com facilidade
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Comentarista fala das famílias dos policiais
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	experiência; estratégia; mobilização; estrutura; equipamentos; armamento; veículos; organização; técnica
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra polícia de perto; mostra veículos queimados de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime; Estado e crime organizado
	FUNDAMENTAÇÃO	Estratégia Policial
QUEM/O QUÊ APARECE	policiais; militares; veículos de combate; helicóptero; armas	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>O apresentador anuncia que o delegado-chefe da polícia civil, está ao telefone, e pergunta se ele confirma que o Areal, ponto central do conjunto de favelas do Alemão, foi tomado por homens da polícia civil. O delegado confirma e explica por quais ruas os policiais avançaram. No canto inferior direito do vídeo aparece escrito “ao vivo”, mas as imagens são de várias câmeras localizadas em pontos diferentes do bairro e no helicóptero; as imagens das várias câmeras vão se revezando rapidamente na tela, criando uma impressão bastante dinâmica. Nas cenas, aparecem muitos policiais militares e civis e soldados do exército, além de muitos veículos e helicópteros da polícia. Numa cena mais demorada, há um close num carro blindado negro com muito sangue no para-choque. Na sequência, cenas de soldados e policiais armados vigiando esquinas, e cenas de uma rua onde os policiais estão de um lado e uma multidão de espectadores de outro, enquanto veículos da polícia manobram pela rua. A cena muda para um blindado da marinha que parte naquele momento do batalhão da PM para a favela. Quando essa cena aparece, o apresentador interrompe o delegado que falava e explica que aquela cena é ao vivo e que o veículo está transportando homens do BOPE. O comentarista parabeniza o delegado pela operação “brilhante” e pergunta se a polícia civil está cumprindo mandados de</p>		

prisão. O delegado fala que há uma grande estrutura montada no local para o cumprimento desses mandados e também para a prisão de suspeitos.

Enquanto isso, as imagens continuam exibindo várias movimentações dos veículos; novamente, close no blindado com sangue no para-choque, com a câmera se movimentando lentamente pela lateral focando vários canos de armas que saem pelos orifícios laterais, até focalizar no símbolo do BOPE em sua lataria. O apresentador pergunta se há policiais entrando por outros pontos da favela. O chefe afirma que sim e explica as estratégias. Diz que objetivo após a tomada é a descoberta de armas. O apresentador chama atenção para imagens de helicópteros que sobrevoam a favela. O delegado explica como os helicópteros operam combatendo e monitorando. Afirma que os traficantes estão abrigados em casas e que os policiais estão indo prendê-los. O apresentador pergunta se realmente eles estão dentro das casas dos moradores. O delegado diz que sim, mas que não se sabe se há moradores nas casas, pois é comum os traficantes expulsarem os moradores. O comentarista pergunta se haverá vasculha em cada casa e o delegado afirma que sim, mas que a polícia civil tem muita experiência em diferenciar o bandido do trabalhador (até pela respiração!), e reitera para que os moradores fiquem tranquilos porque a polícia já está agindo e os resultados serão mais rápidos que o esperado.

O comentarista pergunta se não há baixas entre os policiais (“para tranquilizar as famílias”), e o delegado afirma que não, pois houve um planejamento muito bem feito que enfraqueceu a reação dos bandidos e tornou a entrada muito mais tranquila.

O apresentador chama atenção para mais um helicóptero que aparece na cena, e o delegado explica que se trata de uma nave da aeronáutica. O apresentador pergunta se os bandidos ainda podem se entregar, e o delegado explica que a qualquer momento eles podem fazê-lo – e que esse é o procedimento padrão, só sendo ferido ou morto o bandido que resiste. As imagens agora intercalam cenas dos helicópteros e dos policiais nas ruas. O apresentador insiste no tema do helicóptero e pede que o delegado explique a sua importância. O delegado explica que ele é parte do sistema de inteligência da polícia civil, que foi adquirido a seis meses e é muito utilizado. Conta que há também um blindado recentemente comprado e que está em combate. Destaca que a polícia tem muita tecnologia e informação. Mais uma vez ressalta a experiência e o preparo da polícia, de forma que é apenas uma questão de tempo para que as armas sejam apreendidas e os bandidos presos e levados à justiça.

O apresentador pergunta se há uma estratégia para que não haja uma nova fuga como a do dia 27 [segmento B1]. O delegado justifica que aquele era um momento diferente, que hoje todo o Complexo “já é do Estado” e os criminosos não têm para onde fugir.

O comentarista pergunta se essa entrada no morro foi “mais fácil do que as dezenas ou centenas” das quais ele já participou, e o delegado responde que a rapidez e a facilidade se devem ao grande planejamento anterior, e que na tomada prévia da Vila Cruzeiro “a moral da sociedade e da polícia cresceu e a do bandido diminuiu”. Afirma que quando a polícia tem “moral” e apoio da sociedade e da imprensa a polícia consegue ter sucesso, além da ajuda, “é claro”, da tecnologia que a polícia dispõe.

PROTOCOLO 33		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	E2
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	28 de novembro de 2010 – Domingo
	DURAÇÃO	05'07"
	TÍTULO	Polícia faz apreensões após ocupar o Morro do Alemão
DADOS	CENÁRIO	ruas; favela
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas sem edição
	FONTES	Informação: Polícia; comentarista /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular; ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento / som: microfone
	PROTAGONISTA	forças de segurança
	ESTRUTURA NARRATIVA	As tropas de segurança são mais poderosas do que o crime e estão combatendo o tráfico com força e dureza
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	inteligência policial; força
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a polícia de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Estratégia Policial; autoridade/soberania do Estado
QUEM/O QUÊ APARECE	policiais; militares; veículos de combate; helicóptero; armas; material apreendido	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>O segmento inicia com a reprodução da gravação feita ao vivo no momento em que as forças de segurança entram no Morro do Alemão algumas horas atrás. O repórter está na base de operações da polícia na entrada do Complexo de Favelas. As imagens são dinâmicas e mostram a favela ao fundo. Duas câmeras se revezam e movimentam-se muito, tentando captar imagens dos helicópteros e de policiais que correm e atiram. Ouve-se muitos tiros ao fundo. As imagens mostram ação e tensão. O repórter anuncia entusiasticamente: “Começou! Começou a operação de retomada desse território!”. A cena gravada termina e a transmissão ao vivo do mesmo local começa automaticamente. A voz da apresentadora informa que a reprodução acabou e que as imagens que o espectador vê agora são realmente ao vivo. As imagens mostram a chegada de muitos materiais apreendidos pela polícia no Morro do Alemão que estão sendo trazidos para uma viatura policial – são drogas, armas, explosivos, aparelhos eletrônicos, etc. Um repórter está no local e dá algumas informações sobre essas apreensões, e a apresentadora conversa com o comentarista de segurança sobre o fato. Nesse momento o RJTV é chamado pela cobertura nacional (a cobertura no Rio de Janeiro foi ininterrupta, mas para os demais estados do país ela entrou em vários momentos durante a programação). Ao anunciar a entrada da cobertura, a apresentadora afirma: “Você está acompanhando um domingo histórico para o Rio de Janeiro, a invasão do Complexo do Alemão que é o grande quartel-general do poder paralelo do tráfico (...) Repetimos: este é um dia histórico”.</p>		

PROTOCOLO 34		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	E3
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	28 de novembro de 2010 – Domingo
	DURAÇÃO	03'20"
	TÍTULO	Equipe de reportagem da Globo chega ao Morro do Coqueiral logo após a ocupação policial
DADOS	CENÁRIO	favela; topo do morro
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa; drama
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; internet / som: microfone
	PROTAGONISTA	repórter
	ESTRUTURA NARRATIVA	A polícia ocupou com facilidade a favela e a equipe da Globo foi a primeira a entrar no território
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	estratégia; apoio e união das forças de segurança
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra a favela a partir do do seu topo; de frente para delegado
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
FUNDAMENTAÇÃO	Lei e Ordem; Estratégia Policial; Organização Policial	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; delegado; visão do alto de uma favela	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Do estúdio onde estão a apresentadora e o comentarista de segurança, uma repórter é chamada e entra ao vivo. As imagens não têm qualidade muito boa, e uma legenda aparece na parte inferior indicando “imagens via internet”. A repórter utiliza um celular para falar, e não um microfone. Ela está no alto de um morro e conta que está numa região conhecida como Coqueiral, uma das favelas do Complexo do Alemão, já tomada por policiais. Ela diz que se trata de um marco da ocupação policial – o cinegrafista mostra os policiais vasculhando as casas ao redor, e capta também a vista que se tem do alto do morro. A repórter chama atenção para a visão privilegiada que os traficantes tinham da movimentação policial a partir daquele ponto. Ela se aproxima de um policial que segura um fuzil e o apresenta como o Chefe de Delegacias Especializadas. Ele afirma que o território do Complexo do Alemão está totalmente tomado e que a união das forças de segurança assustaram os traficantes que não tiveram qualquer ação. A repórter interage com a apresentadora, respondendo algumas perguntas. Voltando ao estúdio, a apresentadora e o comentarista estão de frente para um telão que mostra imagens aéreas da favela.</p>		

PROTOCOLO 35		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	E4
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	28 de novembro de 2010 – Domingo
	DURAÇÃO	03'23"
	TÍTULO	Polícia realiza prisões após entrada no Morro do Alemão
DADOS	CENÁRIO	ruas; favela; base de operações policiais no complexo do Alemão
	TIPO DE IMAGEM	ao vivo; gravadas sem edição
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa; espetacular; reforço do comentarista
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: aérea; câmera em movimento / som: microfone
	PROTAGONISTA	polícia
	ESTRUTURA NARRATIVA	A polícia ocupou a favela e está vasculhando as casas para prender traficantes disfarçados de moradores e apreender armas e drogas
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Sim. Apresentadores e comentarista falam da prisão de familiares dos traficantes
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	vasculhamento; inteligência policial; tecnologia; equipamentos
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra polícia de perto; mostra veículos queimados de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; polícia x crime
	FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública
QUEM/O QUÊ APARECE	policiais; militares; presos; veículos de combate; helicóptero; armas	
<p align="center">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Na tela aparecem cenas feitas durante a operação, enquanto os apresentadores e o comentarista de segurança ressaltam a importância da polícia prender os traficantes e evitar que eles fujam. O apresentador avança a possibilidade de que muitos traficantes estariam se rendendo por não conseguirem fugir (a imagem mostra um homem sendo algemado pela polícia). O comentarista fala em “tirocínio policial” que estaria favorecendo as prisões: os policiais estão vasculhando toda a favela e identificando através de perguntas e observação do comportamento das pessoas para descobrir onde os traficantes se escondem. Segundo ele, das pessoas que são levadas pela polícia para a “triagem”, “a constatação, 100% das vezes, é que é bandido”. A apresentadora confirma que todos os presos tiveram sua ligação com o crime confirmada. Imagens aéreas mostram a favela. O comentarista fala que a operação ainda levará muitos dias, principalmente em razão da necessidade de se localizar armas e explosivos enterrados. Ele descreve que o trabalho agora será “minucioso e longo a ser realizado” (pronúncia enfática em “minucioso” e “longo”). Ele afirma que a estrutura montada pela polícia está dando muita segurança para a população, e que o aparato policial não pode sair da</p>		

favela para não “chocar a população”.

PROTOCOLO 36		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	E5
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	RJTV
	DATA	28 de novembro de 2010 – Domingo
	DURAÇÃO	02'47"
	TÍTULO	Mansão de um dos chefes do tráfico no Morro do Alemão
DADOS	CENÁRIO	estúdio; interior de casa no Alemão
	TIPO DE IMAGEM	câmera fixa; gravadas sem edição
	FONTES	Informação: Polícia /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	explicativa; comentário
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera em movimento / som:
	PROTAGONISTA	casa do traficante
	ESTRUTURA NARRATIVA	Traficantes tinham mansões com luxo e conforto dentro do seu território
	COMENTARISTA	Sim
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	inteligência policial; patrulhamento
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra casa por dentro
	TIPO DE DISPUTA	polícia x crime
FUNDAMENTAÇÃO	Lei e Ordem	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; comentarista; interior da casa; eletrodomésticos;	
BREVE DESCRIÇÃO		
<p>A apresentadora relembra o espectador que se trata de um dia histórico para a segurança no Rio de Janeiro, “que pode melhorar a segurança e diminuir a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, já que os traficantes mais perigosos estavam concentrados ali naquele verdadeiro reduto da criminalidade”. Ela anuncia imagens feitas à pouco de uma das casas de um traficante no Complexo do Alemão. As imagens mostram o interior da casa e a apresentadora destaca o luxo do lugar. O apresentador pergunta ao comentarista de segurança se é possível saber o quanto o tráfico de drogas arrecadava no complexo de favelas do Alemão. Ele responde que existem várias estimativas, e que os traficantes exploravam não apenas a venda de drogas mas também uma série de atividades dentro da favela (venda de gás, transporte alternativo ilegal), e que as estimativas apontam para um valor mínimo de 30 milhões de reais por ano (enquanto isso as cenas mostram o interior da casa. O apresentador comenta que enquanto os traficantes se escondiam com conforto nas suas casa, colocavam menores de idade na linha de tiro para defender a sua ostentação.</p>		

PROTOCOLO 37		
IDENTIFICAÇÃO	SEGMENTO	F1
	EMISSORA	Rede Globo
	PROGRAMA	Jornal Nacional
	DATA	29 de novembro de 2010 – Segunda-feira
	DURAÇÃO	05'25"
	TÍTULO	Ação policial no Complexo do Alemão foi registrada ao vivo
DADOS	CENÁRIO	estúdio; favela; ruas; estrada na mata; interior de casa no Alemão; topo do morro
	TIPO DE IMAGEM	gravadas e editadas
	FONTES	Informação: Polícia; Rede Globo /Imagens: Globo
	TIPO DE APRESENTAÇÃO	espetacular; épica; ação
	CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM	imagem: câmera fixa; câmera em movimento; aérea / som: microfone; ambiente
	PROTAGONISTA	polícia; repórteres
	ESTRUTURA NARRATIVA	A ordem foi restaurada: a polícia venceu o crime, o Estado reconquistou territórios, a população foi liberada, a Globo acompanhou tudo
	COMENTARISTA	Não
	OPOSIÇÃO/CRÍTICA	Não
	SUB-DIVISÃO DO SEGMENTO	Não
	RELAÇÕES FAMILIARES	Não
	PRESÍDIOS	Não
	O QUÊ SE ATRIBUI À EFICIÊNCIA DA POLÍCIA	força; planejamento; apoio e união das forças de segurança
	PONTO DE VISTA DAS IMAGENS	mostra polícia de perto; mostra equipe da Globo de perto
	TIPO DE DISPUTA	Territorial; Estado x crime organizado; polícia x crime
FUNDAMENTAÇÃO	Segurança Pública; autoridade/soberania do Estado; meios de comunicação	
QUEM/O QUÊ APARECE	apresentadores; repórter; cenas de segmentos anteriores	
<p style="text-align: center;">BREVE DESCRIÇÃO</p> <p>Trata-se de uma “revisão” da cobertura da crise pela Globo. O apresentador anuncia que as ações das forças de segurança no “domingo histórico” foram acompanhadas pelos repórteres da emissora. Segue uma sequência de imagens de ação editadas mostrando as operações das tropas de segurança durante a ocupação do Complexo do Alemão . A voz da repórter narra o que aconteceu e destaca que o momento da entrada foi registrada ao vivo (reproduz parte do segmento E2). A reportagem que começo com cenas de ação intensa, mostra que “a resistência dos traficantes não durou muito; uma hora e vinte minutos depois do início da operação a polícia já tinha ocupado o morro”. As imagens mostram os policiais mais tranquilos, sinalizando do alto de morros e vasculhando casas. A repórter remete à chegada da equipe de reportagem ao alto do morro do Coqueiral (segmento E3), afirmando que aquela repórter e aquele cinegrafista foram os primeiros a chegar ao local seguindo os policiais. A repórter fala sobre as apreensões e prisões. As cenas mostram dois homens algemados e depois faz uma tomada em <i>close</i> do rosto de um deles. A repórter conta que se trata do assassino do jornalista Tim Lopes. Aparece a imagem feita do alto de um morro com as bandeiras do Brasil</p>		

e do Rio de Janeiro tremulando. A repórter conta que “o símbolo de que o conjunto de favelas do Alemão não pertenciam mais aos bandidos”. Há um corte e a apresentadora do RJTV aparece no estúdio daquele programa informando que todo o Brasil pôde acompanhar o ocorrido por meio da cobertura constante, e que “a todo instante, imagens históricas chegavam das equipes das ruas”. Ela conta que ainda há cenas inéditas, e um repórter aparece no alto do morro, numa espécie de “sala de estar” a céu aberto (com sofás e mesas, e uma parede com a pintura dos personagens Irmãos Metralha com o título “Complexo do Alemão”); sentado no sofá, ele diz que depois do confronto, “o conforto dos traficantes aqui no Complexo do Alemão desapareceu, e eles desapareceram ao mesmo tempo”. Mas ressalta que os trabalhos da polícia ainda continuará por muitos dias, até que todos os bandidos sejam presos. Uma imagem mostra o mesmo repórter na estrada vicinal por onde ocorreu a fuga da quinta-feira (imagens do segmento B1 são reproduzidas). O repórter aparece num estúdio de edição enquanto essa cena está sendo mostrada num monitor. Ele explica como foi a sensação de percorrer o local. Há um novo corte e a apresentadora conta que os repórteres que participaram da cobertura se reuniram no programa Bom Dia Brasil para comentarem a ocupação da polícia - as imagens mostram a cena daquele programa, e uma das repórteres comenta que “é uma sensação de vitória, uma vitória contra a opressão”. A apresentadora conta que os profissionais da Globo fazem cursos de segurança com empresas estrangeiras, e que 60 repórteres da emissora fizeram um curso sobre reportagem em áreas de confronto, dadas por uma associação internacional especializada em segurança. As técnicas aprendidas nesse curso foram repassadas aos demais profissionais, de maneira que todos os repórteres que fazem a cobertura da violência no rio adotam tais procedimentos de segurança. Destaca que a TV Globo é a única emissora brasileira membro desse instituto internacional (enquanto ela fala, várias cenas dos repórteres nos momentos de confronto são mostradas). Finaliza a matéria dizendo que os repórteres acompanharam os primeiros resultados na “nova guerra contra o tráfico” ao registrarem as apreensões de drogas e armas, mas que o trabalho ainda estava só começando (enquanto ela fala, as imagens mostram os objetos apreendidos. Uma grande quantidade de drogas é mostrada em *close up* e a câmera vai se distanciando até mostrar cinco policiais que pisam sobre elas enquanto empunham suas armas numa postura heroica).